

ÁLVARO DIAS



**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



PARANÁ

1989

853.0813
P003
1989

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1988

GOVERNADOR

Álvaro Dias

VICE-GOVERNADOR

Ary Veloso Queiroz

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Gilney Carneiro Leal

Antonio Acir Breda

CASA MILITAR

Darcy Cooper

ADMINISTRAÇÃO

Mário Pereira

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Iran Roberto Brzezinski

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Fábio Campana

CULTURA

Rene Ariel Dotti

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Ary Veloso Queiroz

EDUCAÇÃO

Belmiro Valverde Jobim Castor

ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ascêncio Garcia Lopes

Paulo Roberto Pereira e Souza

ESPORTE

Edson Gradia

FAZENDA

Luiz Carlos Jorge Hauly

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

José Carlos Gomes de Carvalho

JUSTIÇA

Antonio Acir Breda

Luiz Chemim Guimarães

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Francisco de B. B. de Magalhães Filho

POLÍTICA HABITACIONAL

Odeni Villaca Mongruel

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Wagner Brussolo Pacheco

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Jerônimo de Albuquerque Maranhão

SAÚDE

Delcino Tavares da Silva

SEGURANÇA PÚBLICA

Antonio Lopes de Noronha

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Rubens Bueno

TRANSPORTES

Heinz Georg Herwig

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	I
2. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	1
2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO	1
2.1.1 Região Metropolitana de Curitiba	
2.1.2 Ações dos Municípios	
2.2 DEFESA DO MEIO AMBIENTE	4
2.2.1 Controle da Erosão Urbana	
2.2.2 Fiscalização e Controle	
2.2.3 Saneamento Básico	
3. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	9
3.1 POLÍTICA AGRÍCOLA	9
3.2 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE	10
3.2.1 Manejo Integrado de Solos e Água	
3.2.2 Irrigação e Drenagem	
3.2.3 Fiscalização Sanitária	
3.2.4 Produção Animal	
3.2.5 Armazenagem Agrícola	
3.2.6 Produção de Sementes e Mudas	
3.2.7 Extensão Rural	
3.3 ABASTECIMENTO	14
3.4 FINANCIAMENTOS	14
4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	17
4.1 AÇÃO INSTITUCIONAL	17
4.1.1 Desenvolvimento Industrial e Comercial	
4.1.2 Desenvolvimento do Artesanato	
4.1.3 Programa Nosso	
4.2 AÇÃO FISCALIZADORA E NORMATIVA	18
4.3 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	19
4.4 TURISMO	19
4.5 PRODUÇÃO MINERAL	19
4.6 AÇÕES DE FOMENTO	20
4.6.1 Financiamentos do BRDE	
4.6.2 Financiamentos do BADEP	
5. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25
5.1 DIAGNÓSTICO DO ENSINO SUPERIOR	25
5.1.1 Novos Rumos	
5.2 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	27
5.2.1 Principais Resultados	
5.2.2 Desempenho do Tecpar	
5.2.3 Hidráulica e Hidrologia	

6.	TRANSPORTES	31
6.1	A POLÍTICA DOS TRANSPORTES	31
6.2	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	32
6.2.1	Situação da Malha Rodoviária Estadual	
6.2.2	Principais Obras Concluídas	
6.2.3	Rede de Conservação	
6.2.4	Segurança do Tráfego	
6.2.5	Desempenho dos Principais Programas Rodoviários	
6.3	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	35
6.3.1	Hidrovia do Paranapanema e Tibagi	
6.3.2	Hidrovia do Ivaí	
6.3.3	Transporte Hidroviário do Litoral	
6.3.4	Controle das Travessias	
6.4	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	36
6.4.1	Ferroeste	
6.4.2	Desvio Ribas—Rio Tibagi	
6.5	TRANSPORTE AEROVIÁRIO	39
6.5.1	Obras Portuárias	
6.5.2	Ampliação do Aeroporto Afonso Pena	
6.5.3	Plano Aeroviário e Mapa Aeroportuário	
6.6	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS	40
6.6.1	Transporte de Passageiros	
6.6.2	Terminais Rodoviários, Pontos de Parada e Abrigos	
6.7	ATIVIDADES PORTUÁRIAS	41
6.7.1	Movimentação de Mercadorias	
6.7.2	Receita Cambial	
6.7.3	Investimentos Portuários	
6.7.4	Investimentos da Iniciativa Particular	
7.	ENERGIA	45
7.1	MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA	45
7.1.1	Consumo e Número de Ligações	
7.1.2	Classes de Consumo e Ligações	
7.2	PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ATENDIMENTO AO MERCADO	45
7.2.1	Produção de Energia Elétrica	
7.2.2	Atendimento do Mercado e Intercâmbio de Energia	
7.2.3	Reservatórios: Situação Hidrológica	
7.3	USINA HIDRELÉTRICA DE SEGREDO	47
7.3.1	Infra-Estrutura	
7.3.2	Obras Civis	
7.3.3	Equipamentos Eletromecânicos	
7.3.4	Reservatório	
7.3.5	Aproveitamento do Rio Jordão	
7.4	SISTEMA DE TRANSMISSÃO	49
7.4.1	Linhas de Transmissão	
7.4.2	Subestações	
7.5	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	50
7.5.1	Eletrificação Rural	
7.5.2	Programa CLIC Urbano	
7.5.3	Eletrificação da Ilha do Mel	

7.6	ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES E QUALIDADE DOS SERVIÇOS	51
7.6.1	Atendimento por Telefone	
7.6.2	Posto de Arrecadação e Agências Comerciais	
7.6.3	Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica	
7.6.4	Calendário Rural	
7.6.5	Tarifas Horo-Sazonais	
7.6.6	Atendimentos Especiais	
7.7	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	52
7.7.1	Ano da Conservação de Energia Elétrica	
7.7.2	Diagnósticos Energéticos	
7.8	GESTÃO ENERGÉTICA	54
7.8.1	Balanco Energético do Paraná	
7.8.2	Principais Alternativas Energéticas	
7.9	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	57
7.10	PRODUTIVIDADE E PARTICIPAÇÃO	57
8.	EDUCAÇÃO	61
8.1	A DIMENSÃO PEDAGÓGICA	61
8.2	A DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	62
8.3	A DIMENSÃO LOGÍSTICA	62
8.4	A DIMENSÃO COMUNITÁRIA	64
9.	SAÚDE	65
9.1	REFORMA ADMINISTRATIVA	65
9.1.1	Regulamento da SESA e Estatuto da FCMR	
9.2	REGIONALIZAÇÃO	62
9.2.1	Aperfeiçoamento	
9.2.2	Populações Dispersas	
9.3	AMPLIAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS	67
9.4	ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE	67
9.5	PROJETOS ESPECIAIS	69
10.	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	71
10.1	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	71
10.2	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	71
10.3	SEGURIDADE SOCIAL	72
10.4	PROGRAMAS ESPECIAIS	72
10.5	RELAÇÕES DE TRABALHO	73
10.6	AÇÕES NA ÁREA SOCIAL	73
11.	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	75
11.1	BALANÇO DAS AÇÕES	75
11.1.1	Apoio Creditício aos Assentados	
12.	JUSTIÇA	77
12.1	SISTEMA PENITENCIÁRIO	77
13.	SEGURANÇA PÚBLICA	79
13.1	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	79
13.2	REEQUIPAMENTO E PESSOAL	80
13.3	OUTRAS REALIZAÇÕES	80

14.	HABITAÇÃO	81
14.1	DESEMPENHO EM 1988	82
14.1.1	Posição da Cohapar	
14.1.2	Novas Tecnologias	
14.1.3	Produtividade	
14.1.4	Situação Financeira	
15.	CULTURA	85
15.1	MÚSICA E TEATRO	85
15.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	86
15.3	PUBLICAÇÕES	86
15.4	OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	87
16.	ESPORTES	89
16.1	PROGRAMA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	89
16.1.1	Esporte Rendimento	
16.1.2	Esporte Escolar	
16.1.3	Esporte Popular	
16.2	PROGRAMA DE ATIVIDADES RECREATIVAS. LAZER	93
16.3	PROGRAMA DE ATIVIDADES MOTORAS	93
16.4	PROGRAMA DE ATIVIDADES EXPRESSIVAS	93
17.	COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO	95
17.1	PLANEJAMENTO	95
17.1.1	Orçamento e Programação Futura	
17.2	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	97
17.3	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	98
18.	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	99
18.1	ARRECADAÇÃO	101
18.1.1	Mutirão de Cobranças	
18.1.2	ITBI e IPVA	
18.2	FISCALIZAÇÃO	102
18.2.1	Operação Alerta Fiscal	
18.2.2	Operação Integrada	
18.2.3	Operação Fronteira	
18.2.4	Operação Sudoeste	
18.2.5	Microempresas	
18.2.6	Frigoríficos e Laticínios	
18.2.7	Projeto Parâmetro	
18.3	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL	104
18.4	ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA	104
19.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	107
19.1	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	107
19.2	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES	108
19.3	OUTRAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS	108

APÊNDICE ESTATÍSTICO	111
CONVENÇÕES	111
Agricultura e Abastecimento	113
Indústria e Comércio	121
Ciência e Tecnologia	149
Transportes	153
Energia	169
Educação	177
Saúde	187
Administração Fazendária	197
Banestado	205

1. INTRODUÇÃO

SENHORES DEPUTADOS:

A entrega da Mensagem Anual do Governador ao Poder Legislativo não constitui rito formalista e vazio, simples satisfação do preceito constitucional. Ao contrário, possui o profundo sentido de expor aos olhos da população — aqui representada pelos Senhores Deputados — uma radiografia da situação atual do Estado. Não se trata de trivial prestação de contas, nem de momento para ufanismos inconseqüentes. É forte momento de reflexão, tanto para o Executivo como para o Legislativo, em face dos seus deveres para com o povo e suas responsabilidades na condução dos negócios públicos.

Este gesto tem seu significado realçado pelo momento que hoje vivemos.

Inicialmente, é preciso sublinhar ser esta a primeira Mensagem entregue sob a vigência de um novo ordenamento constitucional, após um quarto de século vivido na ilegitimidade de um poder autoritário, ora felizmente encerrado.

O ano de 1989 representa um momento muito importante na vida política do Paraná, cujo destino constitucional estará assentado nas mãos responsáveis de nossos dignos parlamentares.

Que Deus os ilumine para que tenhamos uma Carta à altura do grandioso destino que todos desejamos para este Estado e para o povo paranaense.

É este, também, o ano da comemoração do Centenário da Proclamação da República, oportunidade de repensarmos os ideais que lhe deram origem, especialmente no tocante à importância do bem público, do Direito na defesa contra a violência e o arbítrio e do exercício de uma cidadania consciente e atuante.

Finalmente, a entrega desta Mensagem passa a ser sinal e símbolo do esforço coletivo na construção de uma ordem justa e democrática, no momento em que, à luz da nova Carta Magna, as Assembléias Legislativas se vêem investidas de maiores poderes constituintes para a tarefa de estabelecer os fundamentos do Estado enquanto elemento federativo, resguardando a unidade nacional sem perder a riqueza da pluralidade regional.

Ao analisarmos a situação do Estado do Paraná não podemos deixar de, preliminarmente, considerarmos o fundamento das nossas ações e decisões frente ao Governo: a dimensão ética do exercício da autoridade legitimamente constituída.

A população, ao eleger seus governantes e representantes, deseja homens aptos a trabalhar com afinco na consolidação de um governo que valorize a administração pública e se caracterize pela adoção de padrões de moralidade tais que sejam capazes de restaurar a confiança geral. Isto significa que a esperança maior da população pode ser descrita numa única palavra: credibilidade. Credibilidade na seriedade com que se encara a coisa pública. Credibilidade no esforço em acertar e corresponder aos anseios comuns.

Desde o momento em que assumimos o Governo do Estado, nossa preocupação maior tem sido a de fazer renascer, em cada paranaense, essa credibilidade em seus governantes e homens públicos, criando condições para que cada um se reconheça como cidadão e exerça seus direitos como tal.

Sabemos quão difícil é fazer frente à mentalidade que perdurou na administração pública, ao longo do tempo, a ponto de transformá-la num “venha a nós” irresponsável e dilapidador dos recursos conseguidos com o suor dos cidadãos.

Sabemos como a impunidade, o desperdício, a incúria e a incompetência fizeram com que a administração pública fosse olhada com distância e desconfiança pela grande maioria da população.

É isto que queremos — e estamos conseguindo. O povo quer um governo austero e probo, operante e diligente no correto equacionamento dos problemas, a fim de que o vento da demagogia não continue mais varrendo a cena pública. Não se aspira ao moralismo vazio das afirmações que jamais se concretizam, mas ao exercício ético da administração pública que, atento ao Direito e à dignidade dos cidadãos, faça da moralidade o esteio da Justiça.

Daí não termos medido esforços na realização de uma reforma administrativa modernizadora, com o objetivo de tornar a máquina administrativa não um fim em si mesmo, mas um instrumento de sustentação efetiva das ações que devem ser desenvolvidas pelo Estado.

Extinguimos secretarias, vinculadas e inúmeros órgãos descentralizados, como inspetorias de educação e agências de rendas. Em decorrência, foram extintos aproximadamente 9.000 cargos, tanto em comissão como celetistas. Demitimos cerca de 10 mil funcionários. Realizamos a centralização do controle de contratações e disposições funcionais. Implantamos um rígido controle de ponto dos servidores. Criamos — ineditamente na administração pública brasileira — o “Orçamento Discriminado de Recursos Humanos”, com o fim de dimensionar e adequar o funcionalismo público para o cumprimento dos planos, programas e atividades da Administração.

Conseguimos, sem demissões em massa, cujo efeito é mais pirotécnico que eficaz, frear e inverter a curva de crescimento do funcionalismo do Paraná. Na administração direta e autárquica tínhamos, em dezembro de 78, 81 mil funcionários; em dezembro de 82, 91 mil funcionários; em dezembro de 86, 102 mil funcionários. Conservando-se esta taxa de crescimento histórico, teríamos, em dezembro de 88, cerca de 108 mil funcionários e, ao término do nosso Governo, por volta de 113 mil funcionários. Com as medidas de racionalidade adotadas, e através do controle eficaz, conseguimos manter o funcionalismo em níveis moderados: hoje, são 98 mil funcionários, 4 mil a menos, portanto, com a previsão de que, ao término do Governo, este número esteja por volta de 94 mil funcionários.

É importante assinalar que a austeridade administrativa, aliada ao constante controle de gastos, não deriva de uma visão preconceituosa do funcionalismo público do Paraná. Exatamente por acreditarmos na capacidade e no empenho dos nossos funcionários; por considerarmos a necessidade de sua valorização, tanto pessoal como salarial, tomamos medidas que, eliminando os excessos, as distorções, os ociosos e os incompetentes, virão beneficiar a imensa maioria dos nossos funcionários, zelosos da satisfação que devem ao povo, de seu trabalho.

Falamos em contenção de despesas. No entanto, por paradoxal que possa parecer, e apesar da crise, o Estado investiu significativamente, como o demonstra o Programa Rodoviário, além dos investimentos em Saneamento, Habitação, Eletrificação Rural e Urbana, Educação, Saúde e Agricultura.

Nós não nos deixamos abater pela crise. Frente a ela, buscamos os recursos onde quer que estivessem.

Hoje, sob apreciação dos diversos organismos internacionais de fomento, o Paraná possui propostas de investimentos para programas importantíssimos como o Paraná Rural, Saneamento Básico, Desenvolvimento Urbano, Educação Fundamental, além da continuação das obras de Salto Segredo.

Com recursos internos, dispomos de consideráveis investimentos em Saneamento, Desenvolvimento da Região Metropolitana, Rodovias Rurais, Habitação, Irrigação, Conservação dos Solos, Combate à Erosão, Abastecimento Popular, Saúde e Educação, com especial relevo para os investimentos na área social, porque reconhecemos que o verdadeiro investimento de infraestrutura a ser incentivado é o que se faz sobre a qualidade de vida da população.

Vale reparar que a realização do Programa Rodoviário ensejou intensa discussão. Foram inúmeras obras contratadas no decorrer do governo que nos antecedeu, na euforia do Plano Cruzado, sem garantia de financiamentos e sem qualquer previsão de recursos. Apesar de temerário, preferimos enfrentar o desafio e manter o Programa, realizando as obras para não descumpriremos contratos e, o que seria pior, colocarmos em perigo a estabilidade de inúmeras empresas, com o conseqüente desemprego de milhares de trabalhadores. Esta decisão aumentou o déficit do Estado, mas permitiu que um grande patrimônio fosse adquirido: um conjunto de obras realizadas, inauguradas ou em fase adiantada de execução, a ponto de, em 20 meses, podermos apresentar a realização de três quilômetros de pavimentação asfáltica por dia, média realmente assombrosa.

A ação decisória do Governo, ao lado da dedicação ao trabalho, dos paranaenses, permitiu que o Paraná se diferenciasse dos demais Estados brasileiros. Contrariando a tendência nacional, enquanto o País entagnou, os índices demonstram o crescimento do nosso Estado.

De janeiro a outubro de 1988, enquanto a indústria brasileira teve uma queda de (-) 3,2%, a indústria paranaense foi a única, no Brasil, que apresentou crescimento de 3,1%. A agricultura apresentou um crescimento real de 20% no valor bruto da produção. A receita cambial gerada pelas exportações através do Porto de Paranaguá cresceu de 800 milhões de dólares, saltando de 1 bilhão e 800 milhões de dólares em 87 para 2 bilhões e 600 milhões de dólares. Repare-se que este crescimento da

receita cambial, até certo ponto, penaliza o Estado, na medida em que a arrecadação de tributos fica prejudicada pelas isenções concedidas às exportações. No entanto, é a contribuição que o Paraná oferece ao esforço nacional para obtenção das divisas necessárias ao crescimento do País.

O dinamismo do Governo e seu esforço para a manutenção dos investimentos públicos traduzem uma alavancagem no desenvolvimento do Estado. Temos consciência de que os Estados devem estabelecer instrumentos capazes de acelerar seu desenvolvimento, impedindo a estagnação. Um reflexo importante desse dinamismo, que se propõe a preparar o Paraná para a próxima década, é o recorde histórico na geração de empregos: 43 mil novos empregos em sete meses, contra apenas 18 mil gerados ao longo dos 12 meses de 1987.

O aumento do déficit para a manutenção das obras, ao invés de retratar uma situação de impasse ou estagnação, decorre da necessidade de se garantir o ritmo de desenvolvimento do Estado, com os conseqüentes resultados sociais. Se o custo deste desenvolvimento estava, no último dia de 88, em cerca de 125 milhões e 400 mil dólares, no decorrer do mesmo ano, o Estado, realizando uma política financeira inteligente e equilibrada, saldou dívidas históricas da administração direta e indireta, num montante de 172 milhões e 300 mil dólares, apesar das taxas corrosivas de inflação, aliadas a juros altíssimos.

Senhores Deputados:

A crise existe.

Além de experimentarmos as repercussões da crise mundial mais ampla, sofremos a crise específica de uma sociedade em transição. Porém, nenhuma crise é definitiva numa sociedade disposta a lutar unida, voltada para o trabalho justo, para o progresso harmonioso, para a paz social.

E uma sociedade assim se projeta para o futuro através de seus condutores. Ela precisa de rumos, de setas na encruzilhada, para que, conhecendo os caminhos e o destino a alcançar, avance em seus primeiros passos.

No Paraná isto já é possível realizar, dada a harmoniosa integração e convivência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a afinidade de seus objetivos, voltados para o bem comum e o engrandecimento da terra paranaense.

Senhores Deputados:

Recolocamos hoje em pauta problemas que ficaram congelados desde a brusca interrupção autoritária, além de questões colocadas por um país que se debate para ingressar na modernidade. Os problemas econômicos e financeiros são reflexo de um processo de transformação que penetra as camadas mais profundas da sociedade brasileira, atingindo seus fundamentos políticos.

O Governo da União, visando frear o crescente processo inflacionário e impedir a desagregação que apontava para o caos, acaba de estabelecer mais um choque na economia. Evidentemente, temos o dever de apoiar mais esta tentativa, não de forma passiva mas atuantemente crítica, pois esta era uma exigência da própria sociedade. Há sacrifícios que deverão ser feitos e, é preciso reconhecer, novamente os assalariados são convocados a uma contribuição substantiva. No entanto, a contrapartida dos sacrifícios dos trabalhadores e de toda a sociedade deve ser o completo controle sobre o déficit público e uma corajosa renegociação da dívida externa pelo seu valor real, reduzindo os juros que têm transformado o País num imenso exportador de capitais e impedido seu crescimento com harmonia e justiça.

O futuro começa mesmo é por um gesto no presente.

Este ano aponta, também, para as esperadas **eleições diretas** para a Presidência da República. Todos nós que acreditamos e contribuímos para a ruptura com o autoritarismo estamos conscientes de que se aproxima o momento das decisões fundamentais e da superação das incertezas, para a gestação de uma sociedade nova e diferente.

Queremos mudar a sociedade. Queremos que a Nação tenha um projeto próprio que a arrebate e entusiasme. Queremos renunciar à rotina que, coagulando os ideais mais generosos, sufoca o futuro. Queremos a superação de radicalismos ou populismos reciclados, através de lideranças modernas e abertas ao interesse público, que sejam uma promessa de remeximento do nosso contexto social e político.

Neste ano de 1989, Senhores Deputados, queremos que o grande marco sejam estas eleições, tão ansiadas, especialmente pelas gerações que tiveram cassado seu direito de escolher o supremo mandatário da Nação. Nossa principal tarefa como homens públicos é desenvolver todos os esforços e todos os sacrifícios para que o próximo 15 de Novembro seja positivamente a aurora anunciadora de novos e melhores tempos para o Brasil.

Curitiba, 1º de março de 1989

ALVARO DIAS
Governador do Estado do Paraná

2. DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

A preservação do meio ambiente é uma das prioridades do Plano de Governo que têm sido obedecidas com maior rigor na ação administrativa do Executivo. Esta determinação manifesta-se com clareza nas ações de combate e prevenção à erosão urbana, na execução dos projetos de saneamento básico nas grandes cidades e nas pequenas comunidades rurais, no rigor com que estão sendo aplicados os regulamentos que disciplinam o uso do solo no litoral, na participação decidida no Consórcio Mata Atlântica, na implementação do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água e em inúmeras outras atividades preservacionistas que já se incorporam à rotina de muitos órgãos que integram a administração estadual.

No campo do desenvolvimento urbano, o Governo adotou uma nova estratégia que consiste na regionalização dos investimentos, ao contrário da sistemática adotada no Programa de Ação Municipal (PRAM) que privilegiava projetos localizados nos municípios e que eram selecionados pelas próprias comunidades. A decisão comunitária permanece mas o enfoque regional é que conduz a seleção das prioridades.

Essa mudança de critério resultou da experiência adquirida na elaboração do PIRMC — Programa de Investimentos na Região Metropolitana de Curitiba.

O agravamento da crise econômica, restringindo de forma drástica a capacidade de investimento do Estado, exige o aperfeiçoamento de todos os instrumentos de ação do poder público, principalmente do planejamento. Daí a necessidade de uma análise regional, de preferência ao enfoque municipalista, na escolha das prioridades no campo do desenvolvimento urbano.

2.1. DESENVOLVIMENTO URBANO

Dois fatores tiveram grande influência, em 1988, na condução dos planos governamentais na área do desenvolvimento urbano: a nova divisão administrativa do Estado, que se encontra em fase de implementação e exige a adequação aos seus parâmetros de todos os programas e projetos de ação regionalizada — como são, necessariamente, os que dizem respeito ao ordenamento do espaço urbano em todos os seus aspectos — e a reformulação dos programas de desenvolvimento regional que vinham sendo administrados diretamente pela Secretaria do Planejamento — como o PRORURAL e o PRAM — e passaram, em fins de 1987, à órbita da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Como é normal em toda transição, inúmeros ajustes tiveram que ser feitos na estrutura de administração desses programas, fato que deve ser considerado na avaliação de desempenho de cada um.

2.1.1. Região Metropolitana de Curitiba

O adensamento populacional da Região Metropolitana de Curitiba é o exemplo mais importante dos desafios que o fenômeno da urbanização acelerada coloca para a sociedade paranaense — e para a administração pública, conseqüentemente. As estimativas indicam que, na virada do século, os 14 municípios da RMC concentrarão 34% da população total do Estado: mais de um terço.

O significado dessa tendência não vinha sendo adequadamente considerado nos programas de desenvolvimento urbano negociados pelo Estado com os organismos nacionais e internacionais, para fins de financiamento. O raciocínio que predominou, durante muito tempo, privilegiava a tese de que a intervenção do governo em relação ao crescimento desordenado das cidades deveria concentrar-se na tentativa da contenção do êxodo rural. Essa suposição indicava como prioridade providência, no sentido de melhorar as condições de vida nas pequenas cidades e distritos das áreas rurais com o objetivo de segurar o homem no campo, impedindo-o de migrar para os grandes centros urbanos.

A formulação do Programa de Ação Municipal — PRAM —, negociado com o Banco Mundial e implementado no Estado nos últimos anos, exemplifica essa postura: seus recursos deveriam ser direcionados exclusivamente para obras de melhora urbana em municípios com menos de 50 mil habitantes, segundo o censo de 1980.

Não se pode dizer que a adoção desse critério tenha sido um equívoco; foi uma tentativa bem intencionada para inverter o processo histórico da evasão das populações da área rural em sua busca de melhores condições de vida. Mas a somatória de fatores que se antepõem ao êxito dessa proposta foi mais forte: todos os investimentos realizados com esse objetivo, nos últimos anos, não resultaram na desaceleração do processo irreversível de urbanização que o Paraná experimenta.

Assim, o Governo do Estado orientou-se no sentido de compor as duas tendências: prosseguir realizando obras destinadas a melhorar as condições de vida nas pequenas comunidades do interior — programas com os de eletrificação rural e saneamento rural foram intensificados — e procurar novas soluções para os graves problemas dos grandes aglomerados urbanos, principalmente as áreas metropolitanas.

O resultado mais importante desse novo enfoque foi o êxito da negociação com o Banco Mundial, a Caixa Econômica Federal, a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para financiamento do Programa de Investimentos da Região Metropolitana de Curitiba (PIRMC). Dos recursos previstos em convênios assinados com essas instituições financeiras, foram efetivamente contratados com a CEF Cz\$ 3,7 bilhões (valor de conversão da OTN em dezembro de 88) para obras de pavimentação em cinco municípios da RMC. Em dezembro, projetos no valor de Cz\$ 720 bilhões estavam em análise, na mesma instituição federal, para obras em setores de educação, saneamento e transportes em outros nove municípios da RMC.

Por outro lado, da programação de projetos especiais EBTU/BIRD IV, que prevê investimentos da ordem de 38 milhões de dólares — com contrapartida de 25% do Tesouro do Estado — em obras de infra-estrutura, estudos, projetos, pesquisas e equipamentos para reestruturar o sistema integrado viário e de transporte público da RMC, foram aplicados US\$ 623,3 mil em empreendimentos já realizados. Outros US\$ 6,7 milhões estão comprometidos com obras em execução.

2.1.2. Ações nos Municípios

O ano de 1988 foi o marco de uma transição na área do desenvolvimento urbano. Foi o último ano de validade do Programa de Ação Municipal (PRAM), cujas atividades deveriam ter sido encerradas, de acordo com o primeiro contrato assinado pelo Governo do Estado com o Banco Mundial, em dezembro de 1987. O protocolo que prorrogou sua vigência até dezembro de 1988 previu a possibilidade de mais uma dilação, até meados de 1989. Entretanto, resta muito pouco para ser completado, entre os projetos do programa, e somente obras em andamento deverão prosseguir em 1989.

O PRAM, que em 1987 não tivera o desempenho esperado — em virtude de dificuldades do Estado e dos municípios envolvidos para cumprir as contrapartidas a que estavam obrigados no custeio dos projetos —, teve um deslanche significativo em 1988.

Em primeiro lugar, pelas alterações que foram feitas, por iniciativa do Governo do Estado, no contrato com o Banco Mundial, reduzindo o percentual de participação do Tesouro do Estado e dos municípios nos investimentos do programa. De outra parte, pela determinação do Governo que colocou os orçamentos de todas as secretarias de estado à disposição do programa para compor as contrapartidas necessárias à execução dos projetos.

Com essas providências o Programa de Ação Municipal aplicou, no exercício de 88, 50% dos recursos do Banco Mundial. Este desempenho, além de tranquilizar os técnicos daquela instituição financeira, que já estavam temerosos quanto à capacidade do Estado de absorver a totalidade do financiamento contratado, consolidou os entendimentos para que o BIRD acelerasse os estudos para assumir a responsabilidade de financiar um novo projeto da maior significação para o futuro do desenvolvimento paranaense: o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), forma definitiva do ex-Programa Estadual de Investimentos Urbanos, destacado na Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa em março de 1988.

Dando seqüência à política de desenvolvimento urbano do Estado, o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, negocia com o BIRD empréstimos da ordem de US\$ 100 milhões, cuja aplicação exigirá contrapartida interna de igual valor, para aplicar em projetos de infra-estrutura urbana, sistemas viários, saneamento, centros esportivos e outras obras, abrangendo todos os municípios, sem nenhuma exceção, mesmo os grandes e médios que não eram atendidos pelo PRAM.

Os investimentos do PEDU deverão ter maior participação dos municípios, considerando-se a atual realidade brasileira decorrente da nova Consti-

tuição — que destinou maior parcela dos recursos tributários para os municípios —, e, também, em virtude de uma reformulação dos critérios do Banco Mundial na análise dos projetos que lhe são submetidos: o BIRD deverá reduzir substancialmente sua participação em programas de caráter paternalista.

Entre outras ações que caracterizaram a participação do Executivo no apoio a projetos prioritários, na área do desenvolvimento urbano, destacaram-se, em 1988:

— Investimentos realizados em obras do projeto Cura Litoral — anteriormente custeado pelos municípios — que incluíram: em Guaraqueçaba, pavimentação e drenagem em nove ruas; Guaratuba, pavimentação e drenagem em dezessete ruas e conclusão do ginásio de esportes; em Morretes, pavimentação e urbanização do largo Cel. Modesto; em Paranaguá, início das obras de pavimentação da avenida Pontal do Sul.

— Investimento de Cz\$ 490 milhões no projeto Cura de Ponta Grossa, com a realização de obras de pavimentação e drenagem de ruas.

— Elaboração de planos de ocupação e uso do solo — 33 concluídos e 30 em fase de conclusão — para os municípios; essa iniciativa, sob responsabilidade da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR), antecipou-se à norma constitucional que obriga todos os municípios com mais de 20 mil habitantes a elaborarem projetos de uso do solo.

— Elaboração de 54 projetos-padrão de equipamentos urbanos (ginásios de esportes, creches, matadouros, etc.) e outros 16, individualizados (áreas de lazer, praças, terminais rodoviários, etc.), para apoiar os esforços das prefeituras para melhora das condições de vida das populações das pequenas e médias cidades do Estado.

2.2. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

O empenho do Governo em intensificar as ações de defesa e preservação do meio ambiente, tanto com a participação direta do Executivo como apoiando as entidades e associações comunitárias, foi caracterizada, em 1988, por dois fatos significativos: o Conselho de Defesa do Meio Ambiente, cumpriu integralmente seu calendário, reunindo-se uma vez por mês, durante todo o ano, e o Paraná participou, junto com os estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, da criação do Consórcio Mata Atlântica com o objetivo de adotarem medidas conjuntas para que seja protegido e preservado o que resta de uma das últimas reservas ecológicas das regiões Sudeste e Sul do país.

Em reconhecimento à ação que o Governo do Paraná tem desenvolvido nos programas estaduais de defesa do meio ambiente, o titular da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado foi escolhido, pelos demais integrantes do Consórcio Mata Atlântica, o primeiro presidente da nova entidade.

2.2.1. Controle da Erosão Urbana

O controle e combate à erosão urbana, principalmente nas áreas onde

predominam os solos de arenito Caiuá, no Noroeste do Estado, é um dos mais sérios desafios à preservação do meio ambiente no Paraná. A ação do Executivo, nesse setor, caracterizou-se pelo empenho em afastar quaisquer considerações de ordem política na condução dos programas, sob responsabilidade da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental (SUCEAM).

A prioridade para os critérios técnicos fez com que fossem privilegiadas as obras de extremidade, que evitam a continuidade do processo erosivo. Os resultados obtidos, com a redução das áreas afetadas pelo fenômeno, repercutiram no apoio crescente das prefeituras à orientação adotada pelo Governo do Estado para enfrentar o problema.

Os investimentos realizados em 1988 totalizaram Cz\$ 505,5 milhões dos quais Cz\$ 420 milhões repassados pelo Governo Federal, Cz\$ 85,5 milhões provenientes do Tesouro do Estado. As obras realizadas no exercício totalizaram 27 mil metros de rede de galerias de águas pluviais, 17 mil metros de emissários e 5 barragens, em 89 municípios. Os núcleos regionais de produção de tubos de concreto da SUCEAM produziram 134 mil metros de tubos de diversos diâmetros.

O trabalho de assistência técnica, caracterizado pela elaboração de projetos técnicos de engenharia e orientação executiva de obras, permitiu a confecção de 17 projetos completos de drenagem pluvial, além de 43 modificações e complementações em projetos já existentes.

No âmbito do Programa de Ação Municipal (PRAM), foram analisados e aprovados projetos e propostas para execução de galerias de águas pluviais, pavimentação, meio-fio, sarjetas e calçadas em vários municípios, envolvendo recursos, repassados pela SUCEAM às prefeituras, na ordem de Cz\$ 299,3 milhões.

2.2.2. Fiscalização e Controle

O Paraná tem-se destacado, nos últimos anos, pela qualidade dos serviços executados pelo Estado, de fiscalização e controle das fontes poluidoras do meio ambiente. A Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA) é nacionalmente reconhecida como uma das mais eficientes instituições oficiais do país, em sua área de atuação. Este fato é valorizado pela circunstância de que não existem políticas governamentais coerentes, eficazes e duradouras, no âmbito federal, nem condicionantes culturais que induzam a comunidade brasileira à prática, no dia-a-dia, da convivência social, de ações sistemáticas de defesa e preservação ambiental — a despeito da atuação de grupos e pessoas que, isoladamente, desfraldam e sustentam a bandeira da ecologia.

Uma das mais importantes medidas adotadas pelo Executivo, em 1988, em relação ao meio ambiente situou-se no campo institucional. Trata-se da regulamentação do uso e derivação das águas dos rios, pelo Decreto 4.141/88, que atualizou normas e parâmetros para a administração dos recursos hídricos disponíveis nas bacias hidrográficas do Estado e para a execução de projetos de irrigação.

Este disciplinamento do uso das águas assume vital importância com o desenvolvimento do Programa Estadual de Irrigação e Drenagem porquanto, além de limitados no regime normal dos rios, os recursos hídricos estão sujeitos à influência dos períodos de estiagem. Sua distribuição, entre os usuários de sistemas de irrigação, deve obedecer a critérios judiciosamente estabelecidos que assegurem a todos o direito de uso de um bem que é coletivo. Ademais, as obras de implantação de projetos de irrigação, como barragens, canais e outras, podem gerar impactos ambientais que devem ser controlados.

Entre outras ações importantes na área do meio ambiente podem ser destacadas:

- Descentralização administrativa e técnica da SUREHMA, com a ampliação da estrutura dos laboratórios de Toledo e Londrina — este último equipado com microcomputador interligado “on line” com o Laboratório Central de Curitiba, o que permite maior rapidez e confiabilidade aos serviços prestados à comunidade.

- Renovação de convênio de cooperação técnica com o Governo da Alemanha para aperfeiçoamento dos serviços da SUREHMA na área de combate à poluição.

- Estabelecimento de um programa, pioneiro no Paraná, de recuperação da qualidade do ar em Araucária mediante um pacto a ser cumprido pela SUREHMA, empresários, comunidade local e Prefeitura.

- Execução de 37 mil análises para diagnóstico de ocorrências poluidoras, 762 mil observações hidroclimatológicas e coleta de amostras, para monitoramento da qualidade das águas superficiais, em 210 pontos nas bacias hidrográficas do Estado.

- Realização de diagnóstico preliminar para quantificar o potencial do manancial subterrâneo da Região Metropolitana de Curitiba.

2.2.3. Saneamento Básico

Entre janeiro e dezembro de 1988, foram realizadas pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) 55 mil novas ligações de água, e foi ampliada em 1.050 km a rede de distribuição da empresa. Com essa expansão, passaram a ser atendidas 564 comunidades, beneficiando a uma população superior a 5,4 milhões de pessoas. Os investimentos correspondentes totalizaram Cz\$ 7,2 bilhões, dos quais Cz\$ 5,7 bilhões em comunidades médias e grandes, Cz\$ 1,4 bilhões em comunidades de pequeno porte e Cz\$ 60,4 milhões em minicidades.

O programa de fluoretação, destinado a reduzir a incidência de cárie dentária, incorporou mais 7 cidades, estendendo esse benefício a mais 115 mil pessoas. O total da população do Estado servida com água fluoretada, na área atendida pelo Estado era, em dezembro, da ordem de 4,2 milhões de pessoas, residentes em 107 municípios.

Foram realizadas, no exercício, 17 mil novas ligações de esgotos sanitários, estendendo-se esse serviço a mais 85 mil pessoas. Em dezembro, haviam 252 mil ligações cadastradas, beneficiando a 1,6 milhões de habitantes. Os investimentos realizados totalizaram Cz\$ 9,5 milhões.

Na área de saneamento rural, foram construídos, em 1988, sistemas de abastecimento de água em 28 comunidades rurais, beneficiando a 10,1 mil pessoas (2 mil ligações). Foram investidos em saneamento rural Cz\$ 60,4 milhões no exercício.

Em dezembro, os sistemas de abastecimento de água da SANEPAR beneficiavam a 68 mil pessoas, com 13,5 mil ligações em 155 comunidades.

O Programa de Micropoços, sob responsabilidade da SUREHMA, realizou 118 perfurações de poços subterrâneos dos quais 84 resultaram produtivos, beneficiando, aproximadamente, 13.865 habitantes de pequenas comunidades em 2.773 residências.

Merece referência, na área do saneamento básico, o fato do Paraná estar realizando o maior investimento de toda a sua história em projetos de abastecimento de água e serviços de esgotos. O projeto Tibagi, por exemplo, quando inaugurado, deverá livrar as populações de Londrina e Cambé dos problemas crônicos de irregularidade no abastecimento. É a maior obra de saneamento já realizada no Paraná, com investimento da ordem de Cz\$ 35 bilhões a preços de dezembro de 88. Além de beneficiar mais 315 mil paranaenses, foi projetada de forma que poderá ser ampliada, em etapas sucessivas, sem a necessidade de grandes investimentos.

Em Curitiba, para possibilitar a conclusão da primeira etapa do projeto do Passaúna, que reforçará substancialmente o abastecimento de água da cidade, o Governo assumiu integralmente sua participação nas obras da barragem com o pagamento de todas as indenizações amigáveis da área desapropriada.

Na área de saneamento rural, que mediante a perfuração de poços subterrâneos possibilita a instalação de microsistemas para atender comunidades isoladas da área rural, o Governo do Estado antecipou-se ao Programa Nacional de Saneamento Rural, ainda em projeto.

2.2.4. Recuperação Ambiental

O Governo do Estado é responsável por empreendimentos de grande porte, principalmente nos setores de energia elétrica e de transportes, que têm repercussões no meio físico. Decorre, dessa responsabilidade, uma grande preocupação para encaminhar providências no sentido de preservar ou restaurar tanto quanto possível as características originais do meio ambiente para não comprometer a qualidade de vida da população. A COPEL, que tem sido pioneira em adotar medidas práticas para reduzir os impactos ambientais das suas obras, desenvolveu, em 1988, uma série de atividades nesse sentido, destacando-se:

— Conclusão, em conjunto com a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná — FUPEF, do plano de manejo florestal da área de proteção da Usina Hidrelétrica de Guaricana, a ser implementado em 1989.

— Implantação de área de lazer para benefício da população que vive na área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Arcia), no Município de Bituruna.

— Realização dos estudos limnológicos do rio Iguaçu e dos reservatórios de Foz do Areia, Salto Santiago e Salto Osório — realizados em convênio com a SUREHMA e a ELETROSUL — para avaliar o comportamento da bacia hidrográfica e, assim, prever situações de emergência e definir a aplicação de medidas preventivas e corretivas para o manejo racional do ecossistema, tendo em vista o uso múltiplo das águas.

— Elaboração de projeto para aproveitamento comercial e energético das florestas e demais formas de vegetação localizadas na área a ser submersa pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Segredo. O estudo levantou o volume da madeira comercializável e da biomassa energética e sua demanda potencial, e sugere metodologia para a exploração florestal.

— Realização do peixamento anual do reservatório da Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, com cerca de 300.000 alevinos de curimatá, bagre, tilápia vermelha e tilápia do Nilo.

— Instalação, na Usina Hidrelétrica Mourão I, de um experimento de crescimento e adaptabilidade de variedades de abacateiro, oleaginosa energética, com a função básica de pesquisa de energéticos alternativos para o óleo diesel.

3. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

A partir da constatação de que se esgotou o limite material possível para a expansão agropecuária no território paranaense — possivelmente não ultrapassa 400 mil hectares a área disponível para novos cultivos, representando menos de 4% da área agricultável total — só resta ao Estado a alternativa de intensificar medidas que contemplem o aumento da produtividade agrícola — combinando-se maior rendimento da terra com preservação dos solos e uso racional dos recursos hídricos — mediante a integração cada vez maior das ações do poder público com as iniciativas do setor privado.

O Executivo tem estado atento à problemática decorrente dessa circunstância e está consciente de que o Paraná vive um momento crucial do seu processo de desenvolvimento: o peso da agropecuária no desempenho de sua economia — direta ou indiretamente — exige a convergência de esforços para impedir a estagnação sócio-econômica que poderá advir com a ruína do setor agrícola estadual.

Esta antevisão, que pode parecer pessimista, fundamenta-se em fatos concretos: queda na qualidade de vida das cidades pelo agravamento do êxodo rural; redução na oferta de alimentos básicos; concentração de renda no meio rural; prática de técnicas agrícolas ainda predatórias; pré-desertificação de extensas áreas do território — pelo menos um milhão de hectares ou 5% da área agricultável do Estado está nesse caminho, na Região Noroeste.

3.1. POLÍTICA AGRÍCOLA

A política agrícola, entendida como o conjunto de ações que objetivam criar condições para que a atividade agropecuária seja exercida com eficiência, com aumento da produção e da produtividade, preservação dos recursos naturais, pleno abastecimento e bem-estar da família rural, é dependente de decisões do Governo Federal que, via de regra, a mantém subordinada à política econômica geral, principalmente nos aspectos mais importantes que são as condições de crédito e os preços de garantia.

A capacidade do Estado de manejar os instrumentos de política agrícola fica, portanto, bastante restrita, cabendo-lhe desenvolver ações que, de alguma forma, beneficiem o produtor rural. Isso é feito através de programas que têm propiciado importantes melhoras das condições de produção e da produtividade, destacando-se: a produção e distribuição de sementes de melhor padrão genético; o desenvolvimento de tecnologias alternativas com o melhoramento dos animais de tração e de criação; a coordenação de atividades relacionadas ao desenvolvimento integrado do setor florestal; a implementação de programas, setoriais ou regionais, de desenvolvimento, a exemplo do Paraná-Rural; a concessão do indispensável apoio institucional aos produtores e suas entidades para que obtenham êxito nas negociações com o Governo Federal.

Como consequência da crise da economia brasileira mas, principalmente, em decorrência de importantes alterações da composição dos cultivos, a produção paranaense de grãos foi reduzida em cerca de 9% em 1987/88. Apesar disso, o valor da produção global experimentou um crescimento real de cerca de 20%, motivado basicamente pela recuperação do nível de preços e pela venda mais parcelada por parte dos produtores.

Entretanto, apesar do crescimento real da maior parte dos preços, o resultado financeiro das explorações não obteve melhoras significativas pois, a par da recuperação dos preços, ocorreu um expressivo incremento real dos custos. Pode-se constatar, no entanto, que ocorreu uma melhora da situação econômica da agricultura comparativamente ao difícil ano agrícola de 1986/87.

Para que isso fosse possível, o Governo do Paraná empenhou-se nas negociações da política de crédito rural e de preços mínimos de garantia e, principalmente, na definição de outros instrumentos de política com a liberação do comércio internacional de soja, arroz, milho e algodão — sem confiscos —, cotas, impostos, contingenciamentos e outros; além disso, defendeu a limitação da presença do governo no mercado, com a introdução das regras de intervenção (estabelecimento de faixas de livre flutuação de preços).

3.2. PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

As principais ações do Governo, em 1988, objetivando o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário foram executadas por intermédio de programas específicos, de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

3.2.1. Manejo Integrado de Solos e Água

O PMISA foi estendido a 1.009 microbacias, abrangendo uma área superior a 3 milhões de hectares, em 293 municípios. Os 114.590 produtores que se integraram ao programa foram beneficiados com 149 mil toneladas de calcário para correção do solo, a custo subsidiado para correção de solos em 50 mil hectares; 342 mil horas/máquina de tratores de esteira para serviços mecanizados (inclusive readequação de 6 mil quilômetros de estradas) com consumo de 3,3 milhões de litros de óleo diesel; 320 toneladas de adubo verde para 7.700 hectares de lavouras de inverno e de verão; 3 milhões de mudas para reflorestamento conservacionista em 2 mil hectares; e implementação de 240 empreendimentos comunitários.

3.2.2. Irrigação e Drenagem

O PROID — Programa de Irrigação e Drenagem, incorporou ao processo produtivo mais de 18 mil hectares, em 1988, totalizando área irrigada superior a 30 mil hectares desde o início de sua implementação, em 1987. Mais 2.500 produtores, em 160 municípios, passaram a utilizar a irrigação como instrumento de trabalho para melhorar a produtividade e aumentar

a produção de suas lavouras, totalizando 3.772 o número de beneficiados, pelo PROID, em 175 municípios.

As ações do programa subdividiram-se em drenagem de várzeas; sistematização de várzeas para irrigação por inundação; irrigação por gotejamento e microaspersão; saneamento de bacias hidrográficas; e plasticultura para exploração de olerícolas. As principais culturas beneficiadas foram arroz, olerícolas, pastagens de inverno, feijão e milho. Se a totalidade das áreas irrigadas, em 1988, tivessem sido cultivadas exclusivamente com arroz, teriam produzido cerca de 67 mil toneladas desse grão.

3.2.3. Fiscalização Sanitária

As ações desencadeadas nessa área subdividiram-se nos setores de defesa sanitária animal e defesa sanitária vegetal, sob coordenação da SEAB. Entre os principais resultados, destacam-se:

Defesa sanitária animal — Profilaxia e combate à febre aftosa, com 11,5 milhões de animais vacinados, em cerca de 124 mil propriedades, na região epizootica e um milhão, em 24 mil propriedades na região paraenzootica; profilaxia e combate à brucelose, com mais de 106 mil bezerras vacinados em 4,6 mil propriedades; profilaxia e combate à raiva, com vacinação em 150 mil bovinos, 113 mil caninos e 12 mil eqüinos, orientação para 23 mil criadores e 13 mil propriedades trabalhadas; na profilaxia e combate às doenças de suínos, foram vacinados contra a peste suína clássica mais de 814 mil animais em cerca de 16 mil propriedades e coletadas para exames laboratoriais, 145 amostras de órgãos que indicaram 31 focos de peste suína clássica; foram cadastradas, para profilaxia e combate de doenças de aves, 38 milhões de animais em 5,6 mil granjas avícolas; no programa de endoparasitose, foram coletadas 981 amostras e necropsiados 122 animais em 242 propriedades e orientados cerca de 7 mil criadores; no programa de ecotoxicologia foram detectados 1.144 casos de animais intoxicados em 194 propriedades.

Defesa sanitária vegetal — Foram detectadas 225 ocorrências de pragas e doenças no Estado; na Campanha de Controle e Combate ao Algodoeiro, foram emitidas 1.552 notificações a produtores que não efetuaram a destruição das soqueiras, de onde resultaram 221 processos policiais; na fiscalização do comércio de produtos de origem animal, atividade delegada ao Estado pelo Ministério da Agricultura desde julho de 88, foram autuados e intimados 120 estabelecimentos que comercializavam arroz e feijão em desacordo com as normas sanitárias em vigor, gerando 60 processos; na fiscalização do comércio de mudas, que se destina a impedir sejam colocadas no mercado mudas em desacordo com os padrões físicos e sanitários exigidos — capazes, portanto, de transmitir pragas e doenças — foram apreendidas e destruídas 571 mil mudas de café e mais de 55 mil mudas de plantas frutíferas; na fiscalização do comércio de sementes, foram instalados 250 processos administrativos e retiradas do mercado 346 mil toneladas de sementes impróprias para o plantio; no âmbito da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico foram inspecionadas 1 milhão de plantas em cerca de sete mil propriedades, encon-

trando-se, em cinco mil propriedades, 723 mil plantas indenes e outras 346 mil contaminadas e destruídas em cerca de 2 mil propriedades; na fiscalização de 1.419 comerciantes de agrotóxicos que atuam no Estado, comercializando cerca de 28 mil toneladas — inseticidas, herbicidas e fungicidas — foram instaurados 838 autos de infração e apreendidas cerca de 50 toneladas de produtos e interditas outras 300 que estavam sendo comercializadas irregularmente; na área da fiscalização do uso de receituário agrônomo, para controle do comércio de agrotóxicos, foram emitidos 250 autos de infração; o número de registros de casos de pessoas intoxicadas por agrotóxicos, de janeiro a outubro de 1988, foi 320.

3.2.4. Produção Animal

Segundo dados de 1983, do IBGE (os mais recentes disponíveis sobre o assunto), o Paraná possuía o segundo maior rebanho suíno do país, o terceiro de frangos de corte e de postura, o quinto de bovinos leiteiros e o sétimo de bovinos de corte. Mesmo com as possíveis variações ocorridas no quinquênio, estes dados indicam que o Estado ocupa lugar de destaque na pecuária nacional.

Por esse motivo, e com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do setor e a melhora contínua da qualidade dos plantéis, além de estimular o produtor para o aumento da produção e da produtividade das criações exploradas no Paraná, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento criou, em 1987, o Programa de Produção Animal.

Entre as principais ações no âmbito do programa, em 1988, destacam-se:

- Obras de implantação de um Centro Estadual de Bubalinocultura, em Morretes, para desenvolvimento de pesquisas, principalmente nas áreas de alimentação, sanidade, melhoramento genético e adestramento para tração, com a conclusão prevista para o primeiro semestre de 1989.

- Instalação de 73 postos de inseminação artificial junto a prefeituras, cooperativas e associações de produtores, com previsão para estender-se esse serviço a todo o Estado até 1991; foram inseminados, em 1988, cerca de 17 mil animais.

- Apoio para a instalação de um abatedouro/frigorífico de coelhos no município de Corbélia, visando ao incremento da produção e a melhora da comercialização dos produtores das regiões Oeste e Norte do Estado.

- Apoio para a criação da União Paranaense das Associações de Criadores — UPAC, no sentido de fortalecer o associativismo vinculado ao setor.

- Instalação de três unidades de abate e processamento de produtos de origem animal no colégio agrícola de Santa Mariana e nos centros de produção de Santo Antonio da Platina e Cândido de Abreu.

3.2.5. Armazenagem Agrícola

O Governo é responsável por boa parte da capacidade estática de armazenagem, por intermédio da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (CO-PASA). Esta empresa contou, em 1988, com uma capacidade estática na

ordem de 459.149 toneladas (276.808 toneladas próprias e 182.341 toneladas locadas). Da capacidade própria, 12,6% é representada pelos armazéns de piscina a céu aberto. Houve um aumento na capacidade estática própria de 27.808 toneladas (12,2%) em comparação a 1987.

Os armazéns da empresa receberam, em 1988, 860 mil toneladas de produtos, com um índice de rotatividade da ordem de 6,9 vezes. Estão incluídas, nesse total, as operações relacionadas com o transbordo rododiferroviário que somaram 200 mil toneladas. O trigo foi o principal produto armazenado, representando 75% do total.

A capacidade estática de armazenagem da COPASA foi ampliada, em 1988, com a instalação de um armazém tipo “bunker-australiano” na unidade de Maringá, em uma área de 3.672 m², com capacidade para 15 mil toneladas; este armazém foi construído com tecnologia americana e será usado como alternativa de armazenagem por ser moderno, de baixo custo e possibilitar estocagem segura acima de um ano com capacidade de recepção para 400 toneladas/hora. Foram, também, instaladas 10 piscinas a céu aberto, em unidades armazenadoras localizadas em Assaí, Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Guarapuava, com capacidade estática total de 35 mil toneladas.

3.2.6. Produção de Sementes e Mudanças

Com o objetivo de garantir o fornecimento de sementes e mudas em quantidade e qualidade necessárias à agricultura paranaense desenvolveram-se atividades especializadas, entre as quais se destacam:

- certificação de 35 mil toneladas de sementes de classes superiores (registradas e certificadas) destinadas à rede de produtores de sementes do Estado para atender às necessidades da produção de grãos;

- vistoria em 161 mil hectares — por amostragem — que produziram 748 mil toneladas de sementes fiscalizadas e colocadas à disposição dos agricultores com garantia da qualidade necessária para um bom rendimento das lavouras;

- inspeções (1.780) da produção de 220 milhões de mudas de café, espécies florestais e frutíferas.

3.2.7. Extensão Rural

As ações de extensão rural — com ênfase no apoio aos pequenos produtores para que se especializem na produção de alimentos para consumo próprio e para o mercado, na adoção de processos que aumentem a produtividade da terra e do trabalho, na prática de métodos apropriados à recuperação e preservação de recursos naturais, tendo sempre presente a visão sistêmica da exploração da propriedade rural — foram conduzidas pela EMATER-Paraná. Os principais resultados obtidos, em 1988, foram: assistência técnica para 130.000 pequenos agricultores, 9.500 médios agricultores e 3.500 grandes agricultores e as respectivas famílias; assistência a 3.200 trabalhadores rurais e suas famílias; orientação para 30.387 donas de casa em práticas de saneamento rural, transformação de alimentos, melhora de alimentação e educação

sanitária; assistência a 4.000 jovens rurais; e assessoramento a 77 associações de comercialização.

A EMATER-PR abriu mais dois escritórios locais, nos municípios de Itaúna do Sul e Flórida, passando a atender 298 municípios; mais 205 extensionistas foram incorporados ao seu corpo técnico, entre o final de 1987 e o exercício de 1988.

3.3. ABASTECIMENTO

As ações do Governo na área do abastecimento alimentar, em 1988, deram continuidade ao processo iniciado em 1987, quando a responsabilidade de operar os mecanismos oficiais do Estado, orientados para beneficiar a população nesse setor, foi atribuída à CEASA-PR.

Entre as prioridades adotadas, destaca-se o fortalecimento das associações de produtores e grupos informais de “horticultores ou produtores de alimentos básicos. Com esse objetivo, o Estado repassou Cz\$ 10,8 milhões às entidades credenciadas, com recursos do Programa de Abastecimento Alimentar da SEAB.

Ao nível das atividades atacadistas o principal acontecimento foi a inauguração do mercado de Maringá, em agosto, com 9,100 m² de área construída e 27.000 m² de área pavimentada e do Pavilhão “D”, de Curitiba, com 8.646 m² de área construída e 24.500 m² de área pavimentada.

Ao nível do consumo, destaca-se a expansão do Projeto Compras Comunitárias que, com 13 unidades-sedes em funcionamento, em 40 municípios, ampliou seu atendimento médio mensal, em relação ao ano anterior, de 17.237 famílias para 22.954, com aumento da comercialização de produtos básicos de alimentação de 7.180 para 8.125 toneladas.

A partir de julho, começou a ser implementado o Projeto Mercado Popular, com objetivos e princípios idênticos ao anterior, porém mais ágil em sua administração. Na primeira fase, está prevista a instalação de mercadorias em 17 municípios, 12 dos quais entraram em funcionamento em 1988.

Nestes, foi registrado o atendimento médio mensal de 25.239 famílias com a comercialização de 1.591 toneladas de alimentos.

Tiveram andamento, também, o programa de hortas comunitárias — que já distribuiu cem mil coleções de sementes para famílias de baixa renda habituarem-se a cultivar produtos para alimentação — e o programa dos armazéns-cebola, que já instalou cem destas unidades destinadas a beneficiar pequenos produtores.

3.4. FINANCIAMENTOS

As instituições financeiras do Governo do Estado destinaram, no exercício de 1988, significativo volume de recursos para apoiar o setor agropecuário com financiamentos diretos às atividades produtivas do campo e com estímulo às indústrias que transformam matérias-primas agropecuárias. Dos principais empreendimentos com esse caráter, destacam-se, dos financiamentos do BA-DEP:

— O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — FINSOCIAL, que já beneficiou direta e indiretamente, via associações e cooperativas, mais de 19.135 famílias rurais, em 82 municípios, preferencialmente do interior do Estado. Somente no exercício de 1988, foram realizadas 2.492 operações de crédito que envolveram recursos equivalentes a Cz\$ 3.811,6 milhões em dez/88, atendendo direta e indiretamente mais de 4.781 produtores rurais, o que significa beneficiar mais de 24.000 pessoas consideradas suas famílias. Os subprogramas desenvolvidos, sempre em conjunto com a SEAB/EMATER, abrangeram a 51 municípios, em sua maioria de pequena expressão econômica. O caráter social de suas aplicações vem ampliando os segmentos da população menos favorecida atndidas pelo programa.

— O programa Moinhos Coloniais que se destina à reativação e beneficiamento da produção própria, aplicou, no exercício, recursos equivalentes a Cz\$ 3,2 milhões de dez/88, financiando 5 moinhos coloniais, nos municípios de: Antonio Olinto, Inácio Martins, Guaratuba e Cruz Machado. Esses moinhos vão atender a 802 famílias rurais.

Outro subprograma, para apoiar pequenos produtores agrícolas da região de Santo Antônio da Platina, abrangendo os municípios de Santo Antônio da Platina, Sapopema, Tomazina, Ibaiti, Figueira, Siqueira Campos, Jaboti, Salto Itararé, São José da Boa Vista e Curiúva, aplicou recursos da ordem de Cz\$ 162,7 milhões em dez/88, que beneficiaram 262 produtores e suas famílias.

— O programa Condomínios Agrícolas, com a finalidade de propiciar meios financeiros para a construção de unidades de criação de leitões, aquisição de máquinas, equipamentos, rações e medicamentos, apesar de prejudicado pelos problemas enfrentados pelo setor suinícola, financiou um projeto, no Município de Mal. Cândido Rondon, que vem apresentando um excelente desempenho. Esse condomínio absorveu recursos da ordem de Cz\$ 27,1 milhões, em dezembro de 88, e beneficia diretamente 7 famílias de pequenos produtores rurais.

— O programa Armazenagem Comunitária desenvolvido com a finalidade de propiciar condições para guarda da produção agrícola da pequena propriedade rural, minimizando suas perdas, financia a construção de paióis, armazéns e secadores comunitários, isto tanto a nível de produtores quanto a nível de associações. Em 1988, foram financiados 34 paióis com capacidade para armazenagem de 250 sacas e 7 paióis com capacidade para 400 sacas. Estas pequenas unidades de armazenagem foram localizadas nos seguintes municípios: Campo Largo, Arapoti, Quedas do Iguaçu, Paulo Frontim, Laranjeiras, Clevelândia, Barracão e Paula Freitas. Os recursos alocados correspondem a Cz\$ 29,4 milhões em dez/88, e beneficiarão diretamente 41 famílias de produtores rurais.

— Um programa desenvolvido junto à Associação dos Produtores de Santa Luzia, em São Jorge do Oeste, para elevar as condições sócio-econômicas do produtor e sua família, mediante incremento às explorações de subsistência e à geração de excedentes para a comercialização, aplicou recursos equivalentes a Cz\$ 58,0 milhões em dez/88, beneficiando 108 famílias de pequenos produtores rurais.

— O programa de Armazenagem para as Cooperativas, que também representa estímulo direto ao setor agropecuário, objetiva aumentar a capacidade armazenadora e melhorar as condições de armazenagem da produção agrícola, mediante financiamentos, a implantação, a ampliação e a modernização de unidades armazenadoras de cooperativas no Estado do Paraná. Em 1988, foram financiados 8 projetos que permitiram ampliar a oferta de armazenagem em mais 95,5 mil toneladas e resultaram em investimentos da ordem de Cz\$ 3,7 bilhões (dez/88) dos quais Cz\$ 2,2 bilhões financiados pelo BADEP com repasses de recursos do BNDES.

Dos inúmeros financiamentos do BRDE-PR para o setor agropecuário, que beneficiaram diretamente 207 produtores ligados a cooperativas, com recursos da ordem de Cz\$ 7,8 bilhões de dez/88, podem ser destacados, também, os recursos destinados ao programa de armazenagem que atendeu 16 cooperativas com acréscimo de 372 mil toneladas na capacidade instalada e totalizaram Cz\$ 9,3 bilhões em valores de dezembro de 88.

Outro instrumento do Governo para apoiar o setor agropecuário, o BANESTADO, deferiu financiamentos da ordem de Cz\$ 29 bilhões, referidos a valores de dezembro de 88, com a aprovação de 36.600 contratos em sua maioria destinados aos mini, pequenos e médios produtores.

4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

O Paraná está ingressando em uma nova etapa de desenvolvimento econômico, consolidando seu perfil industrial com a atração de indústrias que, só nos últimos 20 meses, representaram intenções de investimentos da ordem de US\$ 4,5 bilhões. São mais de mil novas empresas que deverão reforçar o parque industrial paranaense em todos os setores, ou o equivalente à instalação de uma grande indústria a cada três dias. Esse desempenho do setor supera inclusive o período do Plano Cruzado e, como resultado social, poderá ter repercussões capazes de estimular a geração de 200 mil novos empregos.

Segundo um levantamento da Copel, de setembro de 1987 a setembro de 1988, o número de novas indústrias que receberam ligação para recepção de energia elétrica totalizou 1.318. De outro lado, a Secretaria do Trabalho dispõe de dados que mostram um alto índice de oferta de empregos. Apenas no primeiro semestre de 1988, foram gerados 41 mil novos empregos no Paraná — número próximo ao resultado obtido em todo o período de euforia do Plano Cruzado, quando a oferta de novos empregos no Estado chegou à casa dos 59 mil.

Com um parque industrial forte, principalmente nas áreas de agroindústria, papel e celulose, e com a maior concentração de unidades de esmagamento de soja da América Latina, o Paraná começa agora a diversificar os investimentos. As novas indústrias incluem fiações e tecelagens (permitindo a inversão de um processo antigo quando o Estado exportava o algodão que produzia para a industrialização em outros pontos do país), empresas cerâmicas (com a criação de um pólo em São Mateus do Sul) e empresas do setor de biotecnologia. Isso sem contar grandes investimentos em tecnologia avançada, com indústrias nas áreas de química fina, eletro-eletrônica e metal-mecânica.

4.1. AÇÃO INSTITUCIONAL

Para desempenhar seu papel de indutor do desenvolvimento, em ação conjunta com os diversos setores da iniciativa privada, o Governo intensificou seu relacionamento com o empresariado paranaense.

O COIND (Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná) realizou, em 1988, um total de 102 reuniões das diversas comissões, que hoje somam 43, computadas entre as da capital e interior. Ao todo são 1650 empresários-conselheiros, representantes de todos os segmentos produtivos do Estado. Foi através das negociações feitas no âmbito do COIND que se discutiu possibilidade de construção da Ferroeste e de praticamente todos os projetos de maior dimensão na área econômica. Os empresários do COIND também tiveram participação importante na elaboração da Carta

Constituinte Nacional, com as sugestões que encaminharam. Agora, preparam subsídios para a confecção da Constituinte Estadual.

4.1.1. Desenvolvimento Industrial e Comercial

Os projetos de desenvolvimento industrial e comercial conduzidos pelo empresariado paranaense são institucionalmente apoiados pela ação direta da Secretaria da Indústria e do Comércio.

O estudo das potencialidades regionais e a adoção de medidas que induzam os municípios a participarem do esforço para atrair investimentos são meios que a SEIC vem utilizando, cada vez mais, para aperfeiçoar os mecanismos de crescimento da economia estadual. Nessa linha de ação foram realizados, em 1988, mais de 100 projetos para ampliar e modernizar indústrias, criar oportunidades de novos investimentos, apoiar a implantação de distritos industriais, realizar convênios, seminários, feiras, exposições, indicadores conjunturais, e promover o cadastramento de estabelecimentos, insumos e produtos.

4.1.2. Desenvolvimento do Artesanato

Garantindo todo o apoio ao artesão, o Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense, credenciou na atual administração perto de mil novos produtores, que passaram a se enquadrar no mercado formal da economia do Estado com carteira de identificação e os benefícios da Previdência. Apoiou, também, a criação de novas entidades de artesãos, realizando ainda, dezenas de feiras em todo o Paraná. Nos eventos de âmbito nacional o artesão paranaense destaca-se entre os que mais vendem produtos. Com isso, o programa tem garantido renda adicional a pelo menos 5 mil famílias paranaenses.

4.1.3. Programa Nosso

O objetivo básico do Programa Nosso é apoiar microempresários e produtores informais na comercialização de seus produtos, visando ao acesso às grandes lojas do mercado nacional. Só nos primeiros 11 meses de 1988, as vendas do Nosso totalizaram Cz\$ 1,1 bilhão contra Cz\$ 1 bilhão (cruzados de dezembro de 1988), alcançados em todo o ano anterior. O número de microempresários envolvidos no programa também aumentou, durante 1988, para 8.700 unidades de produção. Para execução do trabalho de atendimento a todos os produtores vinculados, o Nosso mantém 25 centrais de comercialização que dão atendimento a todas as microrregiões do Estado.

4.2. AÇÃO FISCALIZADORA E NORMATIVA

O Instituto de Pesos e Medidas do Paraná, responsável pela aferição de mercadorias embaladas e de instrumentos de medir e de pesar, teve como mais importante tarefa na atual administração a ampliação de suas atividades. Nesse sentido, descentralizou serviços e hoje atende em agências regionais

localizadas em Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Umuarama, Maringá e Londrina. Em 1988, passou a executar novos programas, destacando-se o de fiscalização do setor têxtil.

No âmbito da Junta Comercial do Paraná, as prioridades foram descentralizar e tornar mais ágeis os serviços. Mais seis novos escritórios foram instalados no interior do Estado, em 1988, nos municípios de Cornélio Procopio, Nova Esperança, Rolândia, Laranjeiras do Sul, Arapongas e Paranaguá, totalizando agora 41 pontos de atendimento em todo o Paraná. Para melhorar o atendimento ao público, a Junta implantou ainda um sistema computadorizado de serviços de cadastro e consulta que permite localizar em poucos minutos qualquer ficha das cerca de um milhão de empresas cadastradas. Outro resultado alcançado, no exercício, foi a aceleração do processo de microfilmagem de todas as firmas individuais registradas.

4.3. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A partir de março de 1987, o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná atendeu a 28.500 empresas, treinou 25 mil pessoas de nível gerencial e orientou outras 20 mil. Só na área de fomento do comércio foram beneficiadas 16 cidades, somando 2 mil atendimentos a empresas, 7.400 pesquisas e mais de 2.500 pessoas treinadas. A inovação lançada em 1988 foi o projeto de Semanas de Informação Empresarial, que foi acionado em 6 municípios, beneficiando 1.350 empresários. Outro programa de destaque, o de Fomento Microrregional, foi realizado em 12 municípios. Já os projetos de viabilidade técnica e financeira, que visam reduzir o grau de risco dos investimentos, somaram 65 no período, e quando todos estiverem implantados serão gerados 4 mil novos empregos, com investimentos de Cz\$ 120 milhões e expansão de ICM de Cz\$ 15 milhões/ano.

4.4. TURISMO

Entre os mais importantes projetos que estão sendo implementados na atual administração destacam-se os de construção dos Centros de Convenção de Curitiba e de Foz do Iguaçu, com boa parte dos recursos provenientes da Embratur. Além disso, ganham destaque também as melhoras feitas em pontos turísticos de Vila Velha, Campinhas, Capivara e Parque Nacional do Iguaçu. Foram distribuídos ainda, pela PARANATUR, mais de 1,5 milhão de unidades de material de divulgação, além do apoio a cerca de 250 eventos de promoção.

4.5. PRODUÇÃO MINERAL

Procurando incrementar as indústrias que atuam com bens minerais, a MINEROPAR vem ampliando os conhecimentos das potencialidades do subsolo do Paraná. Em 1988, a política de ação da empresa foi redirecionada no sentido de permitir uma participação mais ampla da iniciativa privada no setor. Com isso, passou a se preocupar basicamente com as pesquisas

geológicas, transferindo ao empresariado o trabalho de extração e transformação dos minérios. Assim, recentemente, conseguiu repassar ao setor privado os seguintes projetos: calcário agrícola (Guapirama e Sapopema), calcário para cimento (Adrianópolis), fluorita, terras raras e quartzo metalúrgico (Cerro Azul), ouro (Morretes e Campo Largo) e carvão (Telêmaco Borba e Ortigueira).

4.6. AÇÕES DE FOMENTO

Os dois bancos de desenvolvimento de propriedade do Estado — Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul (BRDE) e Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) — contrataram, em 1988, para apoiar empreendimentos do setor privado e governamentais necessários ao desenvolvimento paranaense, financiamentos que totalizaram Cz\$ 212,7 bilhões. Desses recursos, as iniciativas da empresa privada absorveram Cz\$ 162,5 bilhões assim distribuídos: Cz\$ 93,7 bilhões para o setor industrial, Cz\$ 43 bilhões para o setor de comércio e serviços e Cz\$ 25,8 bilhões para o setor primário.

Todos esses valores estão expressos em preços constantes, referidos ao cruzado de dezembro de 1988, critério que será seguido nas referências monetárias feitas na descrição das ações dos dois bancos.

4.6.1. Financiamentos do BRDE

O BRDE-PR contratou 636 operações de financiamento, totalizando Cz\$ 83,4 bilhões, com incremento de 16,3% em relação ao ano anterior. Tal índice de crescimento é altamente significativo tendo em vista que, em 1988, a situação econômica do país agravou-se sensivelmente, convivendo-se com altas taxas de inflação, crescimento praticamente nulo da economia, e baixas taxas de investimento. O Banco vem demonstrando crescimento contínuo em suas aplicações desde o ano de 1984, quando apresentou o mais baixo nível de contratações na presente década.

O setor privado foi responsável por 98,3% do volume de recursos contratados, destacando-se o setor secundário com Cz\$ 42,3 bilhões (50,7%). O apoio às inversões fixas representou 61,0% dos financiamentos contratados em 1988, estando vinculados principalmente a projetos de expansão e implantação.

Entre as principais fontes repassadoras, o BNDES participou com 56,8%, FINAME com 9,4% e BACEN com 8,4%. Os empreendimentos localizados no interior do Estado receberam maior parcela dos recursos contratados (67%) mas, isoladamente, a microrregião de Curitiba foi a mais beneficiada, com 25,9%.

Os recursos liberados, no exercício, para as empresas financiadas, foram da ordem de Cz\$ 68,8 bilhões.

Financiamentos ao setor primário

Os financiamentos destinados ao setor primário permaneceram praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, com contratações que somaram

Cz\$ 21,5 bilhões; destes, 85,6% destinaram-se às cooperativas.

O apoio a projetos de expansão (84,5%) de unidades já existentes, foi preponderante no setor primário. Merecem destaque os projetos de armazenagem apoiados com recursos do BNDES, através do Programa de Armazenagem do Paraná — Fase II, e recursos do Banco Central. Os recursos canalizados para inversões em armazenagem totalizaram Cz\$ 9,3 bilhões.

Os programas e projetos de investimentos agrícolas, negociados com o BNDES, totalizaram 7,8 bilhões, abrangendo 207 produtores rurais filiados a cinco cooperativas. Entre as repercussões dos financiamentos ao setor primário, para inversões fixas, a geração de 1.070 novos empregos e estimativa de acréscimo na arrecadação de ICM no valor de Cz\$ 748,6 milhões. Merecem especial referência os financiamentos contratados com 4 cooperativas, no total de Cz\$ 311 milhões, para investimentos em reflorestamento.

Em 1984, o banco apoiou a implantação dos módulos sericícolas pela COCAMAR, com recursos da FINEP, para a instalação da fiação de seda. No ano de 1988, a COCAMAR, tendo em vista o bom desempenho alcançado pela atividade, resolveu expandir a produção e dobrar a capacidade da unidade de sementagem para propiciar a produção de 800 kg/ano de ovos de bicho-da-seda e melhorar a produtividade com pesquisas para o aprimoramento genético das raças existentes. Estarão envolvidas no projeto outras cooperativas da região que serão responsáveis pela produção de casulos.

Financiamentos ao setor secundário

O setor secundário absorveu 51,0% dos financiamentos contratados em 1988, e totalizaram Cz\$ 42,3 bilhões. Houve um crescimento real de 78,3% em relação ao ano anterior.

Os gêneros de atividades com maior expressão foram Produtos Alimentares e Indústrias de Papel e Papelão, ambos com participação de 29% nas contratações. Seguem-se o Têxtil (7,5%), o de Material Elétrico e Comunicações (6,9%), o de Produtos Minerais Não Metálicos (4,7%) e o de Indústrias de Couros, Peles e Artigos de Viagem (4,7%).

No gênero Produtos Alimentares, a representatividade das cooperativas é acentuada, participando com mais de 50,0% do volume de recursos canalizados a esse segmento. Também no gênero Têxtil, as cooperativas absorveram a maior parcela dos financiamentos para inversões que variaram desde o beneficiamento de algodão até a atividade de fiação.

As dificuldades financeiras geradas pela conjuntura nacional adversa refletiram-se na predominância dos financiamentos para capital de giro das empresas industriais: 37,4% das operações do setor secundário tiveram essa finalidade. Os projetos de expansão absorveram 34% e os de implantação de novas fábricas se restringiram a 12%. Do total de contratos, 51% destinaram-se a inversões fixas que repercutiram na geração de 2.105 novos empregos e acréscimo de Cz\$ 8,8 bilhões na arrecadação de ICM.

Financiamentos ao setor terciário

O setor de comércio e serviços contratou um total de financiamentos inferior em 27% ao do ano anterior. Dois fatores influenciaram nesse recuo: falta de recursos específicos para o setor e a insignificante parcela de operações contratadas com o setor público. Os financiamentos de capital de giro também

predominaram, com 52% do total, e os investimentos para implantação, expansão e realocização de empresas detiveram 47,5% dos recursos. As 64 empresas beneficiadas criaram 950 novos postos de trabalho e proporcionaram aumento de Cz\$ 1,4 bilhão de ICM para o Estado.

4.6.2. Financiamentos do BADEP

As contratações totais do BADEP apresentaram um crescimento real de 62,8% comparadas ao ano anterior. Mesmo com a exclusão das operações com o setor público — operações de elevado valor e referentes basicamente à Usina de Segredo — ainda assim verifica-se um crescimento real de 1,5% relativamente ao total contratado em 1987. Manteve-se, assim, a tendência de incremento no desempenho do banco, iniciada a partir de 1983, com uma taxa média anual no período de 11,1%. Destaca-se a preocupação de direcionar as aplicações para as regiões interioranas, que absorveram 78% do montante aplicado. Considerando-se apenas os recursos destinados ao setor privado, verifica-se que o interior recebeu aproximadamente 65% dos créditos concedidos.

As aplicações — dinheiro entregue às empresas, incluindo-se as parcelas relativas a financiamentos contratados em anos anteriores — realizadas em 88 somaram Cz\$ 99 bilhões, com um crescimento real de 28,7% relativamente ao total aplicado em 1987. Com esse desempenho, o banco tinha um saldo de aplicações — todo o dinheiro em mãos das empresas financiadas — em 31.12.88, de Cz\$ 468,1 bilhões. Apesar desse desempenho, devem ser salientadas as dificuldades enfrentadas na tentativa de obtenção de novas linhas de recursos, as limitações impostas pelas fontes tradicionais e as restrições de crédito a empresas públicas. Tais problemas impediram que se alcançassem melhores resultados no exercício. Outro aspecto limitante da atuação do BADEP é a inexistência de recursos próprios para a aplicação em fomento.

As aplicações realizadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico — FDE, somam Cz\$ 741,8 milhões. Destes, Cz\$ 721,4 milhões referem-se a dotações orçamentárias, valores repassados pelo Tesouro do Estado e Cz\$ 20,4 milhões a retornos de aplicações anteriores realizadas pelo Fundo. Os recursos do FDE, aplicados em 1988, tiveram as seguintes destinações: Cz\$ 513,9 milhões para participação societária na Ferroeste; Cz\$ 27 milhões para participação societária na Ecoltec; Cz\$ 11,4 milhões para participação societária em empresas públicas; Cz\$ 180,5 milhões para o programa de fiações das cooperativas e Cz\$ 9 milhões para financiamento a diversas empresas.

Projetos de repercussão macroeconômica

Dos Cz\$ 129,3 bilhões de financiamentos contratados pelo BADEP, em 1988, Cz\$ 80,5 bilhões destinaram-se a empreendimentos do setor privado, distribuídos na seguinte ordem: Cz\$ 51,4 bilhões para a indústria, Cz\$ 24,8 bilhões para o setor comercial e de serviços e Cz\$ 4,2 bilhões para o setor primário. O setor público recebeu Cz\$ 48,8 bilhões para investimentos em obras de infra-estrutura, principalmente energia elétrica.

Merecem ser destacados os projetos de repercussão macroeconômica apoiados pelo banco e que, à margem da rotina dos financiamentos correntes e tradicionais, representam significativo aporte ao desenvolvimento econômico do Estado. Entre eles, merecem citação:

Parque Industrial e Tecnológico de São Mateus do Sul — em trabalho conjunto com a PETROBRÁS-SIX (Superintendência da Industrialização do Xisto), com a finalidade de implantar o Parque Tecnológico do Xisto, cuja principal atividade será desempenhada pela incubadora tecnológica, que terá a seu encargo a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos industriais. Com base nos resultados obtidos e que se demonstrem técnica e economicamente viáveis, pretendem as instituições induzir a geração de empreendimentos privados com alta densidade tecnológica e/ou tecnologia de ponta, formando um complexo industrial satélite do módulo industrial da Usina de Xisto da PETROBRÁS, maximizando, desta forma, os resultados da exploração dos recursos minerais da Formação Irati, em São Mateus do Sul. O referido complexo industrial deverá dinamizar a economia do local e a conseqüente melhora da qualidade de vida da população da região, rconhecidamente uma das menos desenvolvidas do Estado. A extração do xisto permitirá a utilização do calcário contido na mina explorada. Este fato possibilita o incentivo à iniciativa privada no desenvolvimento de projetos de fruticultura, olericultura e pecuária leiteira, dentro do propósito de fixar o homem ao meio rural.

Projeto Centro do Estado — o banco iniciou o desenvolvimento de um projeto que objetiva dinamizar a economia da região central do Estado, basicamente aquela que tem Pitanga como cidade-pólo. Sem dúvida alguma, esta constitui-se numa das regiões menos desenvolvidas do Paraná, necessitando de um impulso que permita e estimule a realização de investimentos. Suas características e potencialidades revelam uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, um clima adequado para a maioria das espécies de animais de pequeno porte, relevo do solo ondulado, quebrando a ação dos ventos. O principal produto agrícola é o milho e já existem iniciativas desenvolvidas na área de suinocultura.

Em face dessas características, optou-se pela implantação de um pólo especializado na produção de animais de pequeno porte. Observe-se que, no programa Paraná Rural, o BID considera a região central do Estado como “prioridade um” e a mesma deverá ser contemplada dentro do subprograma específico, para a pecuária de pequeno porte, lá existente. Quando implantado, esse programa deverá produzir os seguintes benefícios: ativação econômica da região; diminuição do êxodo rural; instalação de escolas profissionalizantes; especialização da economia regional; projeção político-administrativa da região; crescimento da renda; indução a novas culturas agrícolas; melhora das condições de vida da população; e expansão do efeito econômico às regiões circunvizinhas. Esse projeto está sendo desenvolvido em conjunto com o Departamento de Agropecuária da SEAB, devendo estar concluído no primeiro semestre de 1989.

5. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A criação do cargo de Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, entre as medidas que instituíram a reforma administrativa de 1987, definiu a intenção do Governo do Estado de encarar com firmeza dois grandes desafios que a discussão do Plano de Governo havia colocado em pauta: o rápido agravamento do conjunto de problemas que ameaçavam o sistema de ensino do 3º grau mantido com recursos do Tesouro estadual e a necessidade de implementar, em ritmo compatível com a dinâmica da economia paranaense, programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná — quer no âmbito das instituições oficiais de pesquisa quer no campo das iniciativas do setor privado.

Os avanços consignados ao encerrar-se o exercício de 1988, nos dois campos, são o resultado inicial de um paciente trabalho de preparo do terreno, realizado entre o segundo semestre de 1987 e os primeiros meses de 88, que envolveu não só os órgãos governamentais como, principalmente, instituições representativas da comunidade: — particularmente dos setores mais afetados pelos problemas específicos em questão.

O exemplo mais representativo dessa postura adotada pelo Governo, para descortinar perspectivas válidas no encaminhamento de soluções adequadas nesse setor, foi a participação no debate realizado entre fevereiro e julho de 1988 para diagnosticar a real situação do ensino de 3º grau no Estado, de diretores e reitores das instituições de ensino superior, representantes da comunidade universitária — docentes, estudantes e funcionários — do DIEESE e dos sindicatos de trabalhadores, das federações patronais e das associações científicas.

5.1. DIAGNÓSTICO DO ENSINO SUPERIOR

O diagnóstico das instituições de ensino superior do Paraná, executado nesses seis meses de trabalho, representa uma verdadeira radiografia do setor, tendo em vista o rigor e a seriedade com que foi elaborado. Entre as conclusões do documento, destacam-se:

- Número significativo de instituições apresentam instalações físicas em condições que nem sempre atingem os pré-requisitos necessários e de boa qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão. Na realidade, apresentam inúmeros problemas.

- As bibliotecas, em termos gerais, precisam de maior e melhor espaço físico, aumento da capacitação de recursos humanos, melhora e modernização do acervo bibliográfico. Não só faltam títulos relacionados à bibliografia básica, como também publicações recentes, necessárias para uma melhor qualidade

do ensino, pesquisa e extensão. É enorme a defasagem em relação às maiores e melhores do país.

- Em termos de equipamentos, apresentam volume não apenas insuficiente para um ensino, pesquisa e extensão de boa qualidade, como também, grande defasagem entre os equipamentos disponíveis e a evolução da sociedade em termos tecnológicos e científicos.

- Uma análise dos recursos humanos constatou um conjunto heterogêneo de profissionais, docentes, discentes e técnicos administrativos que, muitas vezes, sem ser questionados quanto à competência e nível de produtividade, ingressam nas instituições com base em critérios nem sempre de ordem acadêmica.

- A expansão do ensino superior, no Paraná, se fez, independentemente de planejamento, pela simples multiplicação de unidades e sob a pressão de interesses regionais que, na maioria das vezes, não se fundamentaram em aspectos de demanda educacional.

- Os currículos necessitam de modernização, principalmente no que tange aos currículos mínimos, uma vez que muitos deles ainda são da década de sessenta, e pouco atendem às necessidades decorrentes da modernização do final do século XX. Alguns, com uma carga horária insuficiente e outros com horas excessivas e muitas vezes mal distribuídas, privilegiam as disciplinas afins e não as profissionalizantes.

- Na pesquisa, as atividades desenvolvidas enfrentam situações acadêmicas que pouco as estimulam. Em face disso, são trabalhados alguns projetos de pesquisa, mais de caráter isolado do que de equipe, nas diversas áreas do conhecimento. Além disso, os projetos e trabalhos de pesquisa apresentam uma infra-estrutura, cujas características principais são: insuficiência de recursos humanos e financeiros; instalações físicas precárias; poucos laboratórios e, na maioria das vezes, sucateados; insuficiência de técnicos de nível médio para apoio ao pesquisador e má distribuição da carga horária para o desenvolvimento de pesquisa.

- Em geral, a extensão é pensada como uma modalidade de compromisso social, tendo em vista a melhora de vida da comunidade em que a instituição de ensino superior está inserida, isto é, através dos serviços de extensão pretende-se socializar os seus benefícios. Porém, pelos dados obtidos, constata-se que a presença do serviço de extensão no Paraná tem mais caráter circunstancial que perene, embora muitas instituições os considerem de relevância social e algumas se digam eminentemente preocupadas em socializar os resultados do ensino e da pesquisa.

5.1.1. Novos Rumos

Esse diagnóstico, que no seu detalhamento deu ao Executivo uma visão abrangente, clara e precisa da situação do ensino superior no Estado, forneceu os fundamentos para a definição de uma política para o Ordenamento da Expansão do Ensino Superior, instrumento gerencial que, em conjunto com a Política Estadual de Ciência e Tecnologia, será o referencial, daqui para frente, de todas as iniciativas governamentais em relação a esses dois setores da administração tão importantes para o futuro da comunidade paranaense.

Entre as primeiras medidas adotadas a partir do novo enfoque, destacam-se, como da maior relevância:

- a decisão de adotar-se a gratuidade do ensino na rede estadual de 3º grau, beneficiando mais de 40 mil universitários, anualmente;

- a implementação de novos programas de qualificação docente, para melhorar o desempenho nas áreas de pós-graduação: mestrado e especialização;

- a implementação de programas de integração universidade/comunidade, com os projetos de Produção Científica e Tecnológica nas Universidades (PROTEC), Apoio a Programas de Transferência de Tecnologia e Apoio a Programas de Extensão Universitária;

- definição de nova política de ensino superior, mediante a implantação do regime seriado nas instituições de 3º grau do Estado;

- liberação de Cz\$ 100 milhões para construção da primeira etapa de obras da nova biblioteca da Universidade Estadual de Maringá, com área construída de 9 mil metros quadrados e valor total de Cz\$ 450 milhões.

5.2. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Governo insistiu, em 1988, na política de procurar maior relacionamento com o setor empresarial e produtivo, visando a integrar ações entre esse setor e a área de geração de ciência e tecnologia: universidades e institutos de pesquisa.

Para tanto, foi criado e já está em funcionamento o Programa de Transferência de Tecnologia — ou Balcão Tecnológico — à disposição de pesquisadores e empresários interessados em acelerar a introdução de novas tecnologias, via produtos e serviços, no mercado paranaense.

Atualmente, o Governo do Estado, via CONCITEC, é o responsável pelo apoio financeiro de 50% da pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no Paraná. Essa situação, em última análise sustentada pelo contribuinte, faz com que o Executivo preocupe-se em identificar maneiras de colocar à disposição da comunidade os conhecimentos gerados. Nesse sentido, a participação da classe empresarial ao lado do segmento científico e acadêmico é fundamental.

5.2.1. Principais Resultados

No decorrer de 1988, entrou em funcionamento o CIBAAP — Centro Integrado de Biotecnologia Agropecuário e Agroindustrial do Paraná — com quatro núcleos já instalados em Londrina (Universidade e IAPAR), Maringá (Universidade) e Curitiba (UFPR). O Centro, através do CONCITEC, já aprovou Cz\$ 25 milhões para projetos de pesquisa em sua área de atuação.

Em agosto, o Ministério da Ciência e Tecnologia aprovou 214 bolsas de estudo para o Paraná, destinadas à formação de recursos humanos em universidades, institutos de pesquisa e empresas da área de biotecnologia. Serão repassadas bolsas para UEM, UEL, UFPR, TECPAR, CITPAR e para as empresas Nitral, Nutrimental, Indústrias DaGranja, Batavo, Estral,

Biofill e Cocamar. Estas bolsas representam um importante avanço para o início da consolidação da biotecnologia paranaense que se pretende ocorra de forma integrada entre universidade e centros de pesquisa e o setor empresarial e produtivo.

Foram regulamentadas e definidas as normas de operação do FUNCI-TEC — Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná — criado em 1986 —, mediante assinatura de convênio entre a SEET e o BADEP.

Este fundo canaliza recursos para pesquisas, projetos e programas de ciência e tecnologia. O orçamento de 88, 348 milhões de cruzados, (vinte vezes o de 87) representa meio por cento da arrecadação de ICM do Estado.

Foi lançado o PROTEC — Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica de Ponta, visando à criação de pólos industriais de tecnologia avançada (parques tecnológicos) em integração com as universidades e institutos de pesquisa (centros de irradiação tecnológica). A implementação desse programa permitirá ao Paraná atingir um novo patamar industrial e tecnológico, deixando de ser um Estado apenas agrícola ou agroindustrial. Os projetos, pleiteando recursos do PROTEC, já estão sendo recebidos via CONCITEC.

Implantação do SEICT-PR — Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia. Este banco de dados já está formando suas bases junto às comunidades universitária e industrial, visando sistematizar o controle das informações utilizadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico no Paraná. Será um valioso instrumento de apoio para o desenvolvimento econômico e social do Estado. O projeto, financiado pela FINEP, tem recursos da ordem de Cz\$ 96 milhões do Governo Federal e Cz\$ 268,8 milhões do Tesouro estadual, a preços de dezembro de 88.

5.2.2. Desempenho do TECPAR

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) foi transferido, em outubro, da Secretaria da Indústria e do Comércio para a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. A instituição também obteve um bom desempenho, em 1988. O TECPAR, um dos principais produtores de vacinas do país, com mais de 50 anos de existência, tem hoje um enorme potencial de equipamentos para se tornar um elemento catalizador de desenvolvimento de pesquisas tecnológicas no Estado.

5.2.3. Hidráulica e Hidrologia

O Governo do Estado — por intermédio da COPEL — e a Universidade Federal do Paraná são responsáveis pela manutenção do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza (CEHPAR), uma das instituições mais respeitadas no país na área de pesquisa tecnológica. Em 1988, o CEHPAR desenvolveu estudos em modelo reduzido, destacando-se os relativos aos aproveitamentos hidrelétricos da Garabi (Brasil/Argentina), Nova Ponte e Miranda (CEMIG), Itá, Ilha Grande e Campos Novos (ELETROSUL), Porteira, Man-

so e Samuel (ELETRONORTE), Xingó (CHESF) e Segredo (COPEL). Foi objeto de estudo, também, o sistema de extração de óleo de xisto da Usina Piloto de Irati (PETROBRÁS).

Na área de hidrologia, os principais trabalhos realizados foram: análises alternativas do Plano Nacional de Energia Elétrica (Plano 2010) e desenvolvimento de sistema para análise de orçamentos de usinas hidrelétricas (DNAEE); desenvolvimento de modelo de oferta energética e de modelos matemáticos para a previsão de cheias no rio Iguaçu nas áreas de União da Vitória e Foz do Areia (COPEL); caracterização hidrológica do Alto Iguaçu (convênio UFPR/COPEL/DNOS/PMC/COMEC/SUREHMA/DNAEE); desenvolvimento da metodologia para análise de dados pluviométricos (SUREHMA); e avaliação do potencial hídrico da Região Metropolitana de Curitiba (SANEPAR).

6. TRANSPORTES

6.1. A POLÍTICA DOS TRANSPORTES

O Paraná viveu, nos últimos 40 anos, a fase mais vertiginosa de ocupação do seu território. Inicialmente, com a abertura das grandes frentes pioneiras que expandiram as fronteiras agrícolas; em período mais recente, com a explosiva e tumultuada propagação de centros urbanos de intensa vibração econômica. A política estadual de transportes acompanhou de perto todo esse desenvolvimento e, em alguns casos, até o condicionou ao dotar o Estado da rede viária básica essencial à circulação da riqueza.

Entretanto, muito há que se fazer, ainda, pela malha viária do Paraná. A localização estratégica do seu território, traço-de-união entre a Região Centro-Sul e a área de maior concentração industrial e urbana do País — a Região Sudeste — e centro de convergência dos traçados atuais e projetados dos grandes eixos viários do sistema panamericano, faz com que exista uma demanda de obras viárias fundamentais a ser atendida.

Por outro lado, a tarefa e a responsabilidade de conservar estradas é tão importante quanto construí-las, tendo em vista a intensidade crescente do tráfego pesado — decorrência da expansão da economia do Estado — que danifica o pavimento, sem contar os elevados danos produzidos por inundações, desmoronamentos e outros acidentes. A conservação permanente é, conseqüentemente, um imperioso dever do Governo para preservar os vultosos investimentos representados por milhares de quilômetros de vias pavimentadas, pontes, viadutos, máquinas e equipamentos: um patrimônio público de valor incalculável, consolidado graças à capacidade contributiva do povo.

Nesse contexto, o programa de obras definido no Plano de Governo, no campo dos transportes, teve continuidade, em 1988, à despeito das restrições impostas pelo Governo Federal com a suspensão ou o adiamento dos seus programas de investimento, no setor, sob o pretexto de reduzir o déficit público e de enfrentar o processo inflacionário que assumiu, no decorrer do exercício, características alarmantes.

A execução dos programas de rodovias pavimentadas teve o apoio de instituições financeiras nacionais e internacionais, principalmente os que se referem a rodovias alimentadoras, financiadas com recursos parciais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como as rodovias vicinais, construídas com recursos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Paralelamente à substancial expansão da rede rodoviária, prosseguiram os esforços do Governo para ampliar e melhorar as instalações do Porto de Paranaguá, o terceiro em geração de divisas do País e o primeiro na exportação de grãos. Para manter essa posição, ele está sendo aparelhado com os mais modernos e adequados equipamentos. Em 1988, foram concluídas

as obras de ampliação de 350 metros do cais que vieram somar-se aos 2.106 metros de extensão, já existentes. Estas melhorias permitem a instalação de terminais especializados no embarque de containeres que, por sua vez, reclamam pátios adequados na faixa de cais.

6.2. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

As obras e programas realizados neste setor, obedeceram rigorosa planificação, em função dos cortes nos recursos destinados à área, tanto na esfera estadual como na federal. Para a obtenção dos resultados propostos no Plano de Governo, a Secretaria dos Transportes definiu os seguintes objetivos, nos quais concentraram-se as ações, em 1988:

- desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao setor rodoviário que resultem em obras mais econômicas e que ampliem a utilização de recursos locais;

- estabelecimento de programas de segurança rodoviária, visando à diminuição dos índices de acidentes nas estradas do Paraná;

- ampliação dos recursos destinados aos programas de conservação da malha rodoviária paranaense, bem como dos serviços de restauração de pavimento nos trechos mais críticos;

- apoio às prefeituras municipais na melhora e conservação da malha rodoviária municipal: as patrulhas mecanizadas que realizam essa tarefa já totalizam 54 equipes e atuam em toda a área do Estado;

- prioridade para a solução de problemas que surgem nos sistemas viários próximos aos grandes aglomerados urbanos, entre os quais pode-se citar a Região Metropolitana de Curitiba e as cidades ao longo das BRs 369 e 376, no norte do Estado; e

- pavimentação dos principais troncos, ainda sem pavimentação, componentes do Sistema Rodoviário Estadual, bem como a duplicação de rodovias estaduais com maior índice de tráfego.

6.2.1. Situação da Malha Rodoviária Estadual

A rede rodoviária do Estado atingiu, no ano de 1988, a extensão de 145.611,64 km, com cerca de 25,7%, proporcionando tráfego permanente. Só 8,5% desse total está pavimentado.

A malha pavimentada é de 12.412,74 km, com uma densidade de 59 m/km², superior à densidade nacional que é de 10 m/km². Esse índice, entretanto, é bastante inferior aos valores americanos (740 m/km²) ou alemães (1.900 m/km²). A densidade é maior nas regiões norte, noroeste e nordeste do Estado, média nas regiões oeste e sudoeste e bastante rarefeita no restante do território. Existe uma estreita correlação entre as zonas de maior densidade da malha rodoviária e as zonas de maior produção agrícola.

As rodovias dos sistemas federal (4.138,80 km) e estadual (14.895,94 km) são as que melhor estão capacitadas a assegurar tráfego permanente e a baixo custo de transporte. As do sistema municipal (126.576,90 km) apresentam insignificante extensão pavimentada, (79,0 km), e muito poucas asseguram

tráfego permanente (17,6% da extensão total).

Nos últimos cinco anos foram pavimentados 3.839,07 km de rodovias estaduais, o que representa um acréscimo de 36,80% em relação a 1984. No sistema federal, em igual período, foram somente pavimentados 190,6 km.

6.2.2. Principais Obras Concluídas.

Do total de 1.093,40 km concluídos de terraplenagem e pavimentação, em 1988, os seguintes trechos podem ser destacados:

— Rodovia PRT-153: trecho Rebouças—Rio Azul—Paulo Frontin, com extensão de 67,78 km;

— Rodovia PR-323: trecho Contorno Sul de Maringá, com extensão de 12,50 km;

— Rodovia PR-475: trecho Francisco Beltrão—Verê, com extensão de 26,46 km;

— Rodovia PR-566: trecho Francisco Beltrão—Itapejara do Oeste, com extensão de 32,54 km.

6.2.3. Rede de Conservação

A rede de conservação a cargo do DER/PR compreende as rodovias estaduais e as federais delegadas, numa extensão de 14.319,5 km.

As atividades realizadas em 1988 abrangeram serviços de conservação rotineira corretiva, conservação periódica preventiva, restauração de pavimentos e melhoramentos diversos. O investimento total foi de Cz\$ 2,1 bilhões.

Especial atenção foi dada aos trabalhos de natureza preventiva e recuperação de pista. Vários trechos foram recuperados com capa selante de lama asfáltica. Nos segmentos que exigiram restauração foram realizadas obras de reforço e recapeamento.

Em 1988 a rede rodoviária de conservação do DER/PR estava constituída de 12.035,1 km pavimentados, 1.937,0 km com revestimento primário e 347,4 km em leito natural. Nos últimos cinco anos houve um acréscimo de 8,9% na rede conservada, com um incremento de 1.176,7 km em relação a 1984.

6.2.4. Segurança do Tráfego

O PROSEG — Programa de Melhoria e Segurança de Tráfego nas Rodovias Estaduais desenvolveu ações, em 1988, nas áreas de engenharia, policiamento e educação rodoviária, com aplicação de recursos na ordem de Cz\$ 317 milhões.

Na área de engenharia foram concluídos os projetos de melhora de trechos ou pontos críticos para diminuir as ocorrências de acidentes. Realizaram-se algumas obras de remanejamento de interseções e de complemento da sinalização e iniciou-se a duplicação da PR-415, entre Curitiba e Vila Maria Antonieta.

Na parte de policiamento, foram realizadas licitação para compra de

20 veículos dotados de rádios transceptores, com finalidade de renovar parcialmente a frota do Batalhão da Polícia Rodoviária, e aquisição de radares para controlar a velocidade nas rodovias.

Na área da educação, foi instalada uma escola de prática educativa de trânsito, em Cascavel.

Em decorrência dessas atividades do PROSEG e de outras obras de duplicação, que o Governo vem realizando, o Paraná foi escolhido o Estado do Ano, recebendo o prêmio instituído pelo "Programa Volvo de Segurança nas Estradas".

6.2.5. Desempenho dos Principais Programas Rodoviários.

Programa Normal do DER

Em 1988, concluíram-se 290,99 km de terraplenagem e pavimentação, permanecendo em execução 916,23 km. Em revestimento primário foram concluídos 5.516,55 km, quase todos executados pelas 54 patrulhas mecanizadas do DER/PR. Permaneceram em andamento 34,50 km. Foram concluídos, ainda, 2.356,37 m de obras de arte especiais, permanecendo em execução 4.166,76 m. Outros 168,59 km de restauração e recapeamento de rodovias foram executados, estando em andamento 147,04 km. Os investimentos nesse programa foram da ordem de Cz\$ 32,1 bilhões.

Programa de Rodovias Alimentadoras

Nesse programa, implementado com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram concluídos 292,64 km de pavimentação, 584,95 km de restauração e 227 m de obras de arte especiais. Estavam em andamento, em dezembro, 97,12 km de pavimentação, 216,17 km de restauração e 341,60 m de obras de arte especiais. Foram investidos no ano Cz\$ 18,9 bilhões.

Programa de Rodovias Vicinais

Objetivando ligar os principais centros produtores à rede rodoviária estadual, proporcionar acesso mais fácil e mais seguro às propriedades e melhor escoamento da produção, o Programa de Rodovias Vicinais, implementado com financiamento parcial do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), concluiu 266,94 km de pavimentação, dos quais 110,20 km em pavimentação poliédrica e 35,62 km em pavimentação experimental. Outros 62,03 km de terraplenagem e revestimento primário foram concluídos no exercício. Os investimentos totais do programa foram da ordem de Cz 2 bilhões.

Programa de Rodovias Rurais

Com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal foi desenvolvido

o Programa de Rodovias Rurais, o qual concluiu, em 1988, 242,83 km de pavimentação. Encontram-se em andamento 586,14 km que deverão ser concluídos em 1989. Em 1988, foram aplicados recursos no montante de Cz\$ 12,1 bilhões.

6.3. TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O sistema hidroviário da bacia do rio Paraná, é formado por 685 km navegáveis da Hidrovia do Paraná, onde operam comboios de empurra com capacidade para 1800 toneladas de carga, transportando anualmente cerca de 400.000 toneladas de diversos produtos como: cimento, madeiras, gado e principalmente trigo. A partir de 1989, a hidrovia contará com cerca de 1000 km navegáveis, permitindo que regiões geográficas distantes, como os estados de Goiás e Minas Gerais, sejam integrados ao sistema.

6.3.1. Hidrovia do Paranapanema e Tibagi

O Governo do Estado, em convênio com a Empresa de Portos do Brasil — PORTOBRÁS, está contratando o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo para, em colaboração com o Departamento Hidroviário daquele Estado, dar continuidade aos estudos dos rios Paranapanema e Tibagi para aproveitamento hidroviário. Esse projeto tem o propósito de estabelecer as condições para tornar navegáveis aqueles dois importantes rios da Bacia do Paraná desde a foz do primeiro até as proximidades de Jataizinho, à margem do Tibagi, numa extensão de 330 km. Para a implantação dessa hidrovia serão necessárias obras de transposição de desnível nas barragens de Rosana (existente), Taquaruçu (em construção) e Capivara (existente). O Estado de São Paulo cobrirá 50% dos custos totais do estudo. A participação do Paraná será de 36% e a da PORTOBRÁS de 14%.

6.3.2. Hidrovia do Ivaí

Tiveram prosseguimento em 1988, os estudos para o aproveitamento hidroviário e energético do rio Ivaí, iniciados em 1985 pela Secretaria dos Transportes e pela COPEL. Os resultados obtidos até agora comprovam a viabilidade daquele rio para a navegação.

6.3.3. Transporte Hidroviário no Litoral

O empenho do Governo para que a aplicação de recursos públicos resultem em benefícios sociais relevantes vem orientando as ações que objetivam beneficiar o sistema de transporte hidroviário no litoral, uma das áreas do Estado onde se concentra considerável contingente da população de baixa renda. Nesse sentido, têm sido alocados recursos para o custeio das despesas com combustível, lubrificantes e seguro dos passageiros do serviço de navegação mantido pela Prefeitura de Guaraqueçaba.

Além do apoio ao custeio daquele serviço — que tem transportado

cerca de 1000 passageiros por mês, num percurso médio de 100 km, atendendo aos locais mais distantes do nosso litoral norte e servindo às localidades que não dispõem de qualquer outro meio de transporte — a Secretaria dos Transportes destinou, em 1988, cerca de Cz\$ 1,8 milhão, mediante convênio com aquela Prefeitura, para a aquisição de duas novas embarcações e a reforma de outra.

6.3.4. Controle das Travessias

Prosseguindo na atividade de controle na navegação interior de travessia, prerrogativa que foi transferida ao Estado pelo Governo Federal, a Secretaria dos Transportes empenhou-se no aprimoramento do controle operacional, da fiscalização e do cálculo tarifário atualizado dos serviços das empresas de navegação habilitadas; providenciou o levantamento de todos os pontos de travessia existentes no Estado; e deu apoio financeiro às prefeituras municipais de Paula Freitas e de Porto Amazonas, no valor de Cz\$ 3 milhões e Cz\$ 1,8 milhão, respectivamente, para a aquisição de balsas.

O Governo, por intermédio de todos os órgãos estaduais envolvidos com a problemática dos recursos hídricos — utilização racional e preservação desses recursos, principalmente — vem participando ativamente dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Paranapanema e Ribeira de Iguape, com o objetivo de garantir a presença do Estado na discussão dos projetos de construção de barragens naqueles rios e assegurar, em futuros aproveitamentos de qualquer natureza, que sejam respeitados os parâmetros que a sociedade paranaense defende em relação à defesa do território estadual e à preservação do meio ambiente.

6.4. TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Dentro do atual conceito de sistema intermodal de transporte, que prevê a ação integrada dos meios utilizados na movimentação de passageiros e de carga, a ferrovia se destaca pela incorporação de novas e revolucionárias tecnologias. Os modernos sistemas de transporte ferroviário, em determinadas condições, podem oferecer aos empresários, que têm no deslocamento de mercadorias representativa parcela na composição dos preços finais, os menores custos da variável referente a fretes.

Em um país com as dimensões continentais do Brasil, as vantagens da estrada de ferro podem ser decisivas para tornar economicamente viável o deslocamento de consideráveis massas de mercadorias a grandes distâncias. Tais vantagens são mais evidentes na movimentação das cargas dos centros de produção primária, com predominância de volume e tonelagem, quer para os terminais marítimos de exportação quer para os locais de transformação industrial ou, diretamente, para os mercados de consumo final.

No Paraná, as regiões Oeste e Sudoeste, responsáveis por cerca de 50% da produção de grãos, não contam com uma opção ferroviária para o transporte destas cargas em direção aos grandes centros de industrialização, consumo e exportação. O escoamento da produção por via rodoviária tem

sido oneroso e prejudicial para o conjunto da economia estadual.

Se levarmos em conta o estágio atual do desenvolvimento paranaense, a malha ferroviária, com seus 2230 km, é insuficiente, principalmente se considerarmos que ela cobre uma área restrita do nosso território, deixando de atender às regiões Oeste e Sudoeste onde se concentra grande parte da produção agropecuária do Estado.

As desvantagens que esse quadro traduz para a continuidade do processo do desenvolvimento estadual — e do brasileiro, também — estão expressas em um relatório de 1984 da American Soybean Association de St. Louis, Missouri, Estados Unidos da América, que afirma, textualmente:

“o transporte é um elemento fundamental na colocação da soja no mercado internacional. Os EUA têm uma absoluta vantagem em relação ao Brasil e basicamente a reterá mesmo que dobrem os custos das tarifas oceânicas e hidroviárias. Poderemos, no entanto, perder algumas dessas vantagens comparativas caso o Brasil aperfeiçoe o seu próprio sistema de transporte. Se o Brasil, algum dia, aperfeiçoar e expandir o seu sistema ferroviário, as vantagens de custos de transporte que a soja dos EUA desfruta atualmente, diminuirão. Estender as suas ferrovias às regiões de produção de soja é viável, pois estas estão concentradas em áreas bem definidas”.

6.4.1. Ferroeste

O Governo está inteiramente empenhado na construção de uma ferrovia que ligue as áreas produtora de grãos do Oeste e Sudoeste do Estado com as regiões que concentram os mercados consumidores e com o Porto de Paranaguá.

Para transformar esse propósito em realidade a Secretaria da Indústria e do Comércio coordenou, no início de 1988, a criação de uma empresa com a participação majoritária de capitais privados e reduzida parcela dos Governos do Paraná e da União. O acordo de acionistas, o estatuto e a minuta da ata da assembléia geral de constituição da Ferrovia Paraná Oeste S/A — FERROESTE, elaborado em conjunto pelas secretarias dos Transportes, da Administração, da Indústria e Comércio e do Planejamento e Coordenação Geral, foi aprovado em 26 de janeiro. O ato de fundação da empresa realizou-se em 15 de março. O capital inicial, de Cz\$ 50 milhões, foi subscrito por 29 empresas privadas, das quais três estrangeiras — Canadian Pacific, do Canadá, Volvo, da Suécia e Fiat, da Itália —, com quotas que totalizam 80%, o Governo do Estado, com 12,5% e o Governo Federal, com 7,5%.

Os estudos de engenharia e de viabilidade econômica, desenvolvidos pela Canadian Pacific, prevêm uma taxa interna de retorno do investimento próxima de 15%, tomando por base um horizonte de planejamento de 25 anos, três dos quais para elaboração de projetos e construção.

Logo após a constituição da empresa foi assinado um contrato com a Canadian Pacific Consulting Services par o gerenciamento do projeto. Os técnicos dessa empresa estavam, no final do ano, estabelecendo as diretrizes do projeto básico, passo preliminar indispensável à elaboração das cartas-convite para as empresas capacitadas a habilitarem-se à montagem do projeto executivo.

Uma capacidade adicional de armazenagem da ordem de 200 mil toneladas na ponta da produção, bem como instalações intermediárias de estocagem e beneficiamento de grãos ao longo do eixo, completam o plano da ferrovia, transcendendo, em muito, o caráter de alternativa de transporte, de vez que a região Oeste é responsável por cerca de 35% da produção estadual de grãos. Combustíveis, calcário e fertilizantes, insumos de grande demanda nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, são itens que deverão compor os fretes de retorno, ainda que não computados no estudos de viabilidade.

A capacidade nominal projetada de operação é de até 10 milhões de toneladas/ano, ao final do projeto global. Na região Oeste, 4 milhões de toneladas são transportadas, anualmente, no escoamento das safras brasileira e paraguaia. Existe um potencial adicional de outros 2 milhões de toneladas, a ser agregado em função do frete competitivo e da melhor qualidade de serviços.

Considerado o fluxo de grãos que poderá ser atendido, a abrangência da área de atuação da FERROESTE atinge 500 mil quilômetros quadrados: o Oeste Paranaense, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás, o Paraguai e, posteriormente, a província argentina de Misiones.

A estimativa do investimento necessário à consecução da primeira etapa do empreendimento é de US\$ 475 milhões, assim distribuídos: Guarapua-va—Cascavel, US\$ 228 milhões; melhoras no trecho existente, US\$ 14 milhões; locomotivas e vagões, US\$ 200 milhões; instalações, projetos e gerência, US\$ 33 milhões. Outros US\$ 110 milhões estão previstos para a construção do trecho Cascavel—Guaíra, num investimento final e global de 585 milhões de dólares.

6.4.2. Desvio Ribas—Rio Tibagi

A variante Desvio Ribas—Rio Tibagi (Ponte Safena, como é conhecida no meio ferroviário) é um trecho de ferrovia que irá desviar todo o tráfego de trens do centro da cidade de Ponta Grossa.

Entre um elenco de vantagens que oferece esta variante, a principal é a redução do percursos para apenas 17,7 km de boas condições técnicas, em lugar de 38,3 km da linha atual de péssimas condições.

Segundo a Superintendência de Curitiba da Rede Ferroviária Federal S/A, a variante, além de trazer benefícios para Ponta Grossa, traz vantagens econômicas para o transporte ferroviário com a redução no tempo de percurso e economia de manobras. Para percorrer o trecho, atualmente, os trens levam de 3 a 4 horas; com o novo percurso esse tempo será reduzido para 40 minutos, beneficiando-se o transporte de combustível (álcool, diesel e gasolina), de

Araucária a Guarapuava, e o de grãos, farelos e outros produtos de exportação, para Paranaguá.

Esta obra encontra-se em fase final de construção e está sendo realizada mediante um convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa, a RFFSA e o Governo do Paraná. A Rede está executando a superestrutura (16,195 km) com custo previsto de US\$ 7,5 milhões. O município ficou responsável pela desapropriação da faixa de terreno onde está sendo implantada a ferrovia. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) executou 14,171 km de infra-estrutura, com recursos da RFFSA, no valor de US\$ 5,1 milhões.

6.5. TRANSPORTE AEROVIÁRIO

O Paraná ocupa o segundo lugar, entre as unidades da Federação, em número de aeroportos com pavimento asfáltico. Atualmente, dispomos de 82 aeroportos, dos quais 48 públicos (35 pavimentados) e 34 de propriedade particular (3 pavimentados e 15 com sinalização luminosa).

Os aeroportos públicos são mantidos e administrados pelas prefeituras municipais, com exceção dos aeroportos de Curitiba, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Londrina, administrados pela INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeronáutica) e de Paranaguá, administrado pelo Estado, juntamente com a Prefeitura Municipal.

6.5.1. Obras Aeroportuárias

Em 1988, o Governo do Estado investiu recursos da ordem de Cz\$ 400 milhões em obras nos seguintes aeroportos: pavimentação dos de Ibaiti e Palotina; recuperação do pavimento dos de Jacarezinho e Umuarama; reparos nos de Paranaguá e Guaratuba; manutenção de sinalizações luminosas nos de Cascavel, Guaíra, Guarapuava, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Campo Mourão, Arapongas, Apucarana e Paranaguá; e pintura da sinalização horizontal dos de Cornélio Procópio e Manoel Ribas. Encontra-se em andamento a terraplenagem e pavimentação do aeroporto de Andirá com término previsto para março de 1989.

6.5.2. Ampliação do Aeroporto Afonso Pena

O início das obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais está previsto para março de 1989. O Governo Federal deverá investir, na primeira fase, US\$ 38 milhões para construir, no prazo de dois anos, um novo terminal de passageiros, pátio de estacionamento de aeronaves, sistema viário de acesso e instalações complementares. O prédio que abriga o atual terminal de passageiros e administração de todo o aeroporto será destinado ao despacho de cargas nacionais e internacionais. Com as obras da segunda etapa, que em uma hipótese otimista o Plano Diretor elaborado pelo Ministério da Aeronáutica prevê a conclusão no ano 2008, o investimento global estimado é de US\$ 180 milhões.

O Governo do Estado já cumpriu a sua parte para viabilizar esse em-

preendimento, de grande significação para a economia paranaense, investindo recursos da ordem de Cz\$ 300 milhões na desapropriação das áreas necessárias à ampliação.

6.5.3. Plano Aeroviário e Mapa Aeroportuário.

Encontra-se em fase final a elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná, documento que define as diretrizes para orientar o desenvolvimento racional da infra-estrutura aeroportuária no interior do Estado. Realizado em convênio com o Ministério da Aeronáutica, demandou recursos do Tesouro do Estado da ordem de Cz\$ 15 milhões.

Foi editado o mapa aeroportuário do Paraná, versão 87/88, com a localização e as características de todos os aeroportos do Estado homologados ou registrados pelo Ministério da Aeronáutica. Essa publicação representa valioso instrumento para aumentar a segurança da navegação no Estado.

6.6. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGA

6.6.1. Transportes de Passageiros

O fato mais importante registrado, nesse setor, foi a decisão do Governo de editar o Decreto Estadual nº 2.795, de 5 de maio de 1988, aprovando o Plano de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, que tem como objetivos: definir os critérios para a implantação de linhas; reorganizar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros de forma a racionalizar a sua operação, promover redução de custos, aumentar a oferta de serviços, a segurança e o conforto dos usuários; definir a abertura de mercado e estabelecer as prioridades das ações operacionais necessárias ao cumprimento do novo regulamento e à adaptação do sistema atual ao plano.

Apesar da determinação do Executivo em assegurar esse avanço na qualidade dos serviços de transporte coletivo intermunicipal, beneficiando os milhões de usuários que utilizam o sistema, a aplicação das novas regras foi suspensa em virtude de liminar concedida pelo Judiciário a mandado de segurança impetrado por empresas concessionárias que se sentiram atingidas em seus privilégios. Em dezembro, o mérito da demanda ainda se encontrava em fase de julgamento.

O Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros é operado por 53 empresas, em 817 linhas, com uma frota de 2.656 veículos tipo ônibus.

A movimentação de passageiros, em 1988, foi estimada em 137 milhões, 5,1% inferior ao ano de 1987. É a primeira vez, nos últimos seis anos que se observa um decréscimo no transporte coletivo intermunicipal. Ao revés, o triênio 85/87 registrou um crescimento médio anual superior a 10%. A retração ocorrida em 1988 pode ser interpretada como um reflexo da situação econômico-financeira nacional.

Essa redução na demanda do transporte intermunicipal, entretanto, não

atingiu as áreas metropolitanas que apresentaram comportamento crescente no ano. Durante 1988 três linhas intermunicipais rodoviárias foram transformadas em metropolitanas: Jataizinho—Londrina, Mandaguacu—Maringá e Peabirú—Campo Mourão.

6.6.2. Terminais Rodoviários, Pontos de Parada e Abrigos

Existem, ainda, no Estado, deficiência de terminais rodoviários. O Governo deu apoio a diversas prefeituras no sentido de amenizar essa situação empenhando recursos do Programa de “Ação Municipal (PRAM), da ordem de Cz\$ 46,4 milhões, para a construção de 8 terminais rodoviários. Da mesma fonte, foram aplicados Cz\$ 3,5 milhões em Guaraniacu e Cz\$ 16,9 milhões em Cornélio Procópio para a construção de abrigos em pontos de parada de ônibus no perímetro urbano. Foi realizada licitação para 250 novos abrigos em pontos de parada, em rodovias. Desse lote, 100 foram construídos em 1988. Os recursos para essas obras provêm do Tesouro do Estado.

6.7. ATIVIDADES PORTUÁRIAS

A movimentação portuária em 1988, apesar de não repetir a marca do ano anterior, pode ser considerada expressiva, em face das dificuldades para a comercialização dos produtos agrícolas nos mercados internacionais. Apesar desse declínio na movimentação, as exportações proporcionaram uma receita de 2,1 bilhões de dólares, demonstrando a efetiva participação do Porto de Paranaguá, na geração de divisas para a nação.

Pela análise dos números do comércio marítimo pelo Porto de Paranaguá, observa-se crescimento significativo dos produtos industrializados, com destaque para os congelados e papel. Esse desempenho foi acompanhado pelo incremento da utilização de contêineres, comprovando a necessidade premente de um terminal especializado para movimentar esse tipo de carga. Os altos custos operacionais dos navios especializados, que se traduzem em rígidos e exíguos tempos de operação no porto, estão a exigir adequação da operação portuária em equipamentos, instalações e pessoal especializado, para acompanhar o crescimento dessa modalidade de transporte.

Com a inauguração dos 350 m de cais, ocorrida em setembro, atinge-se uma etapa importantíssima no projeto do Terminal de Contêineres no porto. Naquela oportunidade, foi assinado contrato para a construção de 240.000 m² do pátio onde será implantada infra-estrutura adequada à movimentação de contêineres.

O Governo do Estado e a União vêm trabalhando juntos para dotar o Porto de Paranaguá de condições adequadas para atender ao crescimento da demanda de serviços portuários de primeira qualidade. Com esse objetivo foram celebrados contratos, no exercício de 1988, para a ampliação de 160 metros do cais comercial e a construção de um estaleiro de reparos navais.

Entretanto, tende a agravar-se a escassez de recursos para a implementação de novos projetos indispensáveis para a modernização das operações do porto e à duplicação de sua infra-estrutura. Daí a necessidade de uma

participação cada vez maior da iniciativa privada na gestão portuária, deliberando sobre programas de investimentos e manutenção. Passo importante foi dado nesse sentido com o revigoramento das atribuições e composição do Conselho Especial de Usuários (CEU), órgão representativo das entidades vinculadas à operação portuária.

6.7.1. Movimentação de Mercadorias

O comércio exterior pelo Porto de Paranaguá registrou, em 1988, a movimentação de 9,5 milhões de toneladas das quais 8,9 milhões de exportação e 549 mil de importação. Esse comércio representou 74% do movimento geral dos portos de Paranaguá e Antonina. Foi constatada uma redução de 500 mil toneladas em comparação com o movimento de longo curso do ano anterior.

A navegação de cabotagem participou com 3,3 milhões de toneladas, mantendo o desempenho observado em 1987.

No total movimentado, ocorreu um declínio de 751 mil toneladas

Carga Geral — a movimentação desse item, comparada ao desempenho do exercício anterior, apresentou crescimento dos seguintes produtos: café em grão, 117%; papel, 107%; e congelados, 28%; totalizando um acréscimo global superior a 29%.

O aumento da movimentação de carga geral traz benefícios para a mão-de-obra portuária, especialmente para as categorias sindicalizadas dos arrumadores, conferentes, estivadores, consertadores de carga e condutores autônomos.

Granéis Sólidos — faz parte desse grupamento: soja, farelo, fertilizantes, sal, trigo e minérios. Houve diminuição de 8% em relação ao ano anterior em decorrência de uma redução de 474 mil toneladas nas exportações de soja.

O trigo paranaense embarcado para o Nordeste brasileiro, atingiu 860 mil toneladas, comprovando a viabilidade do comércio de cabotagem pelo Porto de Paranaguá.

Granéis Líquidos — foram exportadas, para mercados externos, 859 mil toneladas de derivados de petróleo. Apesar de inferior ao total embarcado em 1987, é uma carga de boa representatividade na pauta de exportações do Estado. O transporte desse produto por navegação de cabotagem, teve um incremento da ordem de 29%, no exercício. No total, o item teve uma redução de 4% em comparação com o desempenho do ano anterior.

Porto de Antonina — a movimentação de cargas por Antonina decresceu 67% em 1988. Foram movimentadas 66 mil toneladas contra 196 mil toneladas em 1987. O carvão, principal produto movimentado pelo Porto, caiu de 174 mil toneladas, em 1987, para 53 mil, em 1988.

6.7.2. Receita Cambial

As exportações pelo Porto de Paranaguá, em 1988, proporcionaram uma receita de 2,1 bilhões de dólares — 7% da Receita Cambial do País

—, o que reafirma a importância do Paraná no carreamento de divisas para o desenvolvimento nacional.

Nos últimos cinco anos, a receita com exportações pelo porto apresentou os seguintes resultados:

ANO	EXPORTAÇÃO (10 ⁶ t)	US\$ BILHÕES	US\$/t
1984	8,0	2,415	301,87
1985	9,6	2,485	258,85
1986	7,2	1,824	253,33
1987	9,0	1,998	222,0
1988	8,9	2,104	236,40

6.7.3. Investimentos Portuários

Dos principais investimentos públicos realizados no Porto de Paranaguá, em 1988, podem ser destacados:

— conclusão do pátio de triagem, que retirará da rodovia os caminhões que aguardam descarga, proporcionando maior segurança e melhor controle dessa operação;

— novo acesso rodoviário, obra que complementa a anterior contribuindo, também, para maior funcionalidade do sistema de descarga de caminhões pela mudança do acesso às áreas de estocagem do porto;

— expansão da faixa portuária, com a incorporação, em setembro, de mais 350 metros ao cais comercial.

6.7.4. Investimentos da Iniciativa Particular.

Foi concluída a construção do terminal marítimo da empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda., junto ao cais de inflamáveis, ao custo final de Cz\$ 1,4 bilhão — preços de novembro de 88. Esse novo equipamento disponível na área portuária aumenta a capacidade de movimentação de óleos vegetais e granéis líquidos, pelo porto.

A empresa Mundial de Serviços Marítimos Ltda. continuou a construção de um silo horizontal particular na área do corredor de exportação. O valor corrigido do investimento final previsto era de Cz\$ 3,9 bilhões, em novembro de 88.

7. ENERGIA

7.1. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

7.1.1. Consumo e Número de Ligações

No Paraná, o consumo de energia elétrica em 1988 foi de 9.867 GWh — 7,4% superior ao do ano anterior. Na área de concessão da COPEL o consumo alcançou 8.872 GWh — 7,9% a mais do que em 1987.

O número de ligações de energia elétrica no Estado registrou aumento de 95.528 no ano, elevando-se para 1.784.496. Na área de concessão da COPEL, verificou-se incremento de 93.651 ligações, perfazendo-se o total e 1.735.204.

7.1.2. Classes de Consumo e Ligações

Apesar do recrudescimento do processo inflacionário e das incertezas quanto aos rumos da economia, foi expressivo o crescimento do consumo industrial (8,3%) na área de concessão da COPEL. Também foi significativo o aumento do consumo residencial (8,1%).

No que se refere ao incremento do número de ligações, sobressai a classe rural com 9%, em consequência do programa CLIC Rural.

O elevado crescimento relativo da classe iluminação pública (10,9%) deve-se, substancialmente, à alteração de 330h para 360h mensais na base do cálculo para determinação do consumo, e decorrência de novo preceito legal que se fundamenta em estudos realizados sobre o número de horas de efetivo funcionamento dos sistemas de iluminação pública.

O consumo próprio, por sua vez, que até 1987 era em grande parte estimado, passou a ser medido em 1988 para possibilitar, inclusive, a implantação do programa interno de conservação de energia. Daí resultou o incremento de 10,3% entre o que se estimara para 1987 e o que foi medido em 1988.

A distribuição das classes por consumo e por número de ligações não apresentou grandes alterações no decorrer do ano. Na distribuição do consumo, mantiveram-se aproximadamente as mesmas as participações percentuais do ano anterior, com destaque para as classes industrial (44%) e residencial (23%).

7.2 PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ATENDIMENTO DO MERCADO

7.2.1 Produção de Energia Elétrica

Em 1988, a COPEL gerou 6.244 GWh, sendo: 4.610 GWh (73,8%)

na Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto; 974 GWh (15,6%) na Usina Governador Parigot de Souza; 630 GWh (10,1%) nas hidrelétricas de menor porte e 30 GWh (0,5%) na Usina de Figueira, a única termelétrica da empresa.

7.2.2. Atendimento do Mercado e Intercâmbio de Energia

A energia requerida pelo mercado da COPEL durante o ano foi de 9.826 GWh, dos quais 9.722 GWh se destinaram a atender à carga própria e 104 GWh a fornecimentos especiais: Energia Garantida por Tempo Determinado — EGTD (5 GWh) e Energia Temporária de Substituição — ETST (99 GWh). Do total requerido, a COPEL gerou em suas próprias usinas 6.244 GWh, 14% a menos que em 1987.

Durante o exercício, a empresa recebeu 4.475 GWh do sistema interligado e repassou 893 GWh a outras empresas de fora do Estado (energia suprida), o que resultou em recebimento líquido de 3.580 GWh, indispensáveis para complementar o atendimento do seu mercado. Das várias modalidades de intercâmbio de energia, algumas são passíveis de faturamento e outras não. Destaca-se entre os intercâmbios sujeitos a faturamento o de “energia de transferência” (originalmente chamada de “energia de otimização”), cuja principal finalidade é recuperar reservatórios e reduzir ao mínimo os vertimentos de água. O acerto de contas dessa modalidade de suprimento é feito anualmente.

Nesse contexto, a energia recebida e faturada em decorrência de contratos apresentou, em 1988, a seguinte composição:

ITAIPU BINACIONAL	2.013 GWh
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. — ELETROSUL	618 GWh
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO — CESP	8 GWh
REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A.	12 GWh
TOTAL	2.651 GWh

BALANÇO DE PONTA

Balanço de Ponta — MWh/h	
Capacidade Instalada	2.078
Contrato com a ELETROSUL	89
Contrato com ITAIPU	238
TOTAL (1)	2.405
Reserva de Potência	100
Manutenção	41
Carga Própria	1.689
TOTAL (2)	1.830
Folga de Ponta (1—2)	575

7.2.3. Reservatórios: Situação Hidrológica

A afluência de água aos reservatórios da COPEL, em 1988, foi menor do que no ano anterior.

Na Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, no rio Iguazu, a afluência média anual de água foi de 493m³/s. Esse valor correspondeu a 80% da MLT (média de longo tempo). A menor afluência, de 226m³/s, se registrou em dezembro e representou 38,1% da MLT. No último dia do ano, o reservatório dessa usina apresentava armazenamento correspondente a 65% do seu volume útil (contra 80% verificado em 1987).

Na Usina Governador Parigot de Souza, a afluência média anual foi de 16 m³/s, correspondente a 85% da MLT. O armazenamento atingiu, no último dia do ano, 67% do volume útil do reservatório (contra 70% no final de 1987).

Em 10.06.88 foi atingida a capacidade plena de armazenamento na Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, o que determinou a necessidade de vertimento de água equivalente a 815 MW. mês, dos quais 143 MW. mês poderiam ter sido turbinados.

7.3. USINA HIDRELÉTRICA DE SEGREDO

A Usina de Segredo é prioritária no planejamento nacional e sua construção no prazo pré-estabelecido de vital importância para diminuir o risco de racionamento a que estarão sujeitos, nos próximos anos, o Paraná e os demais estados do Sul e do Sudeste do País.

Por outro lado, a agregação de novas unidades geradoras ao sistema da COPEL é condição indispensável para assegurar proporções adequadas entre a sua produção própria e a energia comprada de outras concessionárias, com vistas a manter a empresa em situação econômico-financeira equilibrada até meados da próxima década.

Quando entrar em operação, no final de 1992, Segredo estará contribuindo para a expansão do parque gerador da empresa com uma potência instalada de 945 MW (três unidades de 315 MW).

7.3.1. Infra-estrutura

As obras de infra-estrutura necessárias à construção da Usina de Segredo encontravam-se praticamente concluídas ano final de 1988. Tais obras abrangem: estrada de acesso pavimentada com cerca de 20 km. de extensão; ponte de 160m sobre o rio Jordão; ponte de 160m sobre o rio Iguazu; e acampamento dotado de ruas pavimentadas e dos equipamentos urbanos requeridos para o atendimento de cerca de 8.500 pessoas. As edificações já concluídas perfazem aproximadamente 127.000m² de área construída.

7.3.2. Obras Civis

Foram concluídas as obras preliminares da usina, correspondentes ao

desvio do rio Iguaçu, que consistiram na construção de três túneis de desvio e escavações parciais em solo e rocha em diversas áreas. Nessa primeira etapa foram escavados 911.000m³ em terra e 1.258.000m³ em rocha, executados 1.423.000m³ de enrocamento (88% na barragem e o restante em ensecadeiras) e realizados 32.789m³ de concreto. Em 06.09.88 foi removido o septo de jusante, o que permitiu a passagem das águas do rio Iguaçu através dos túneis de desvio.

Para poder dar início à realização das obras civis principais de Segredo, porém, a COPEL teve de superar sérios obstáculos resultantes de ações judiciais aforadas por empreiteira contra o ato da empresa de revogação, no interesse público, da concorrência para essa etapa do empreendimento, em face de flagrante violação, pelas licitantes, da cláusula do edital relativa ao preço-teto.

Premida pela necessidade imperiosa de cumprir o cronograma de construção de Segredo, a fim de evitar elevados riscos de déficits de energia no sistema interligado Sul-Sudetes, e diante da demora normalmente envolvida nos processos judiciais, a COPEL firmou contrato de emergência com consórcio constituído por três empresas paranaenses para a realização das obras de ensecamento. Com doze meses de duração, o contrato tem por finalidade a conclusão das ensecadeiras de montante e jusante, o esgotamento do rio no trecho compreendido entre as duas ensecadeiras, e as escavações, em solo e rocha, nas áreas da tomada d'água, dos condutos forçados e da casa de força. O material proveniente das escavações de rocha está sendo aplicado nas ensecadeiras e no corpo da barragem.

Por esse contrato emergencial, até o final do ano já tinham sido escavados 269.000m³ em terra e 252.000m³ em rocha e executados 304.000m³ de enrocamento (77% nas ensecadeiras e o restante na barragem).

Paralelamente à execução dos serviços objeto do contrato de emergência, foi realizada nova licitação pública, de caráter nacional, para o grosso das obras civis da Usina. A documentação das empresas para a fase de pré-qualificação da nova concorrência foi recebida em 29 de dezembro. Participaram dessa primeira etapa da licitação 17 interessados na execução das obras (empresas e consórcios de empresas).

7.3.3. Equipamentos Eletromecânicos

Foram celebrados, no exercício, os contratos de fornecimento das turbinas, dos geradores e dos condutos forçados. Encontravam-se em julgamento, no final do ano, as propostas relativas a transformadores de potência, comportas da tomada d'água e casa de força, pórtico da tomada d'água e monovia do vertedouro, pontes rolantes, coberturas das escotilhas da casa de força, serviços de inspeção radiográfica e montagem eletromecânica.

7.3.4. Reservatório

No período, prosseguiram os trabalhos de cadastramento físico das propriedades (68% executados) e de desapropriação das áreas destinadas ao

reservatório e à usina (2.833 ha de um total de 8.455 ha).

A fim de possibilitar as desapropriações, houve necessidade de regularizar áreas, trabalho levado a efeito mediante convênio entre a COPEL, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas — ITCF e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná — FETAEP. De 168 propriedades com situação jurídica irregular, no final de 1988 estavam concluídos 23 processos de regularização, ajuizados 93 e em preparação 46.

Para recompor o sistema viário pelo reservatório, prevê-se a construção de cerca de 220km de estradas principais e 100 km de acessos a propriedades. Até o final do ano já haviam sido construídos 34 km de rodovias principais.

Apesar de a área do reservatório de Segredo ser reduzida (82 km², dos quais cerca de 20% correspondem a leitos de rios) e de atingir grande parte de terras de condição topográfica inadequada para a exploração agrícola, estão sendo tomadas todas as medidas indispensáveis para minimizar os impactos das obras sobre o meio ambiente.

7.3.5. Aproveitamento do Rio Jordão

Tiveram andamento, em 1988, os estudos referentes ao potencial energético do rio Jordão. À luz dos trabalhos até agora elaborados, as usinas desse rio podem ser classificadas como de bom potencial e de custo relativamente baixo, destacando-se como mais promissoras as hidrelétricas de Santa Clara e do Fundão. Cabe especial menção ao potencial oferecido pelo desvio de parte das águas do rio Jordão para o reservatório da Usina Hidrelétrica de Segredo, medida que propiciará o aumento de energia firme e a instalação de uma quarta unidade geradora naquela central (mais 315 MW), elevando a sua potência final instalada para 1.260 MW.

7.4. SISTEMA DE TRANSMISSÃO

7.4.1. Linhas e Transmissão

Em 1988, foram construídos 316 km de linhas de transmissão de 138 kv.

Entre as novas linhas colocadas em operação, cabe mencionar as conexões Figueira-Telêmaco Borba (2ª linha, com 62 km), Mamborê-Goioerê (56 km), Umuarama-Pérola (46 km), Usina Governador Parigot de Souza — Paranaguá (2ª linha, com 58 km) e Iporã-Assaí (26 km), todas isoladas para 138 kv.

No final do ano, encontravam-se em fase de construção mais 182 km.

Em 31.12.88, o sistema de transmissão da COPEL era constituído por 5.193 km de linhas, a saber: 1.840 km em 69 kv; 114 km em 88 kv; 2.456 km em 138 kv; e 1.227 km em 230 kv.

7.4.2. Subestações

Foram construídas 21 subestações transformadoras ou de chaves e execu-

tadas ampliações em outras 79, o que representou aumento de 450 MVA na potência de transformação em subestações da empresa. Merece destaque a entrada em operação das subestações em 138 kv de Astorga, Goioerê e Mandaguari, todas com capacidade de transformação de 41 MVA.

A capacidade instalada de transformação no final do exercício era de 10.379 MVA, a saber: 961 MVA de 34,5 kv; 1.519 MVA DE 69 KV; 1.989 MVA de 138 kv; 4.050 MVA de 230 kv; e 1.860 MVA de 500 kv.

7.5. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

7.5.1. Eletrificação Rural

Em 1988, foi concluída a primeira etapa do programa CLIC Rural, iniciado em 1984, na qual foram atendidas 122.963 propriedades, mediante a execução de 2.641 obras de eletrificação rural, que envolveram a implantação de 53.550 km de redes de distribuição e a instalação de 334.702 postes e 91.585 transformadores. Ainda no exercício, o programa teve prosseguimento em sua segunda etapa, com a conclusão de mais 700 obras de eletrificação rural. No final de 1988, o número de propriedades rurais eletrificadas na área de concessão da COPEL (obtido do faturamento da empresa) era de 223.502 — 9% a mais do que em 1987 —, e em todo o Estado do Paraná o total de propriedades ligadas era de 225.587.

O enorme esforço desenvolvido pela COPEL no sentido de estender a energia elétrica ao meio rural possibilitou elevar, em pouco mais de 5 anos, de 20% para 50% o índice de propriedades rurais ligadas no Paraná.

Em fevereiro de 1988, foi assinado novo convênio com o Programa Nacional de Irrigação — PRONI, para atender a 150 irrigantes nos “cinturões verdes” de Curitiba e Maringá.

Com vistas à continuidade do programa CLIC Rural em sua atual etapa, foi enviada à ELETROBRÁS a atualização das metas e dos recursos necessários até 1990.

7.5.2. Programa CLIC Urbano

Por intermédio do programa CLIC Urbano — financiamento de instalações extensões de rede e de entradas de serviço em condições facilitadas — especialmente criado para ampliar o atendimento à população de menor nível de renda, foram efetuadas, em 1988, 22.624 ligações.

Desde 1984, quando se iniciou o programa, 102.127 ligações foram realizadas, o que representa propiciar o acesso aos benefícios da energia elétrica a mais de meio milhão de pessoas em áreas urbanas do Estado.

7.5.3. Eletrificação da Ilha do Mel

Para atender a anseios de longa data acalentados pelos ilhéus, a COPEL instalou energia elétrica na Ilha do Mel, na baía de Paranaguá, mediante a implantação de dois grupos geradores de 250 KVA cada um e da rede

de distribuição. Quase a metade das 228 ligações efetuadas atende a moradores permanentes da Ilha — em sua maior parte pescadores — e foi executada com financiamento do programa CLIC Urbano.

Na implantação do sistema elétrico local, a empresa tomou precauções e medidas para a preservação do meio ambiente e das belezas naturais da ilha. Assim, por exemplo, no posteamento da rede seguiram-se, sempre que possível, os caminhos e picadas já existentes, empregando-se postes de madeira e ramais de serviço subterrâneos. Cerca de 50 pretendentes a ligação elétrica nos locais denominados Praia Grande, Praia do Miguel e Ponta Oeste não puderam ser atendidos em razão de que a extensão da rede àquelas áreas causaria danos irreparáveis ao ambiente.

7.6. ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

7.6.1. Atendimento por Telefone

A média mensal de 29.000 chamadas telefônicas efetuadas pelos consumidores em 1988 para obter esclarecimentos, solicitar serviços ou efetuar reclamações, revela o êxito da iniciativa da COPEL de implantar o serviço de atendimento por telefone. Para facilitar a memorização pelos usuários, foi utilizado um número de apenas três dígitos — o 120 —, que operava no final do ano em Curitiba, Maringá, Londrina, Cascavel, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

7.6.2. Posto de Arrecadação e Agências Comerciais

Foi ampliado para sete o número de postos de recebimento de contas de luz em Curitiba, instalados estrategicamente em locais de grande afluxo de público — em sua maior parte terminais de ônibus. Também já contam com mais essa comodidade Londrina e Maringá. Foram recebidas em média, nos últimos meses do exercício, cerca de 55 mil faturas mensais no conjunto dos nove postos.

Mais 19 agências comerciais foram instaladas em 1988, elevando-se a 387 o número de unidades de atendimento ao público em todo o Estado.

7.6.3. Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica

Os índices DEC (Duração Equivalente por Consumidor/Ano) e FEC (Frequência Equivalente por Consumidor/Ano) na área de concessão da COPEL — principais indicadores de qualidade de fornecimento de energia — têm sido, nos últimos anos, consistentemente satisfatórios e se enquadram perfeitamente nos valores considerados aceitáveis pelo DNAEE — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Outra grande preocupação tem sido a de reduzir o tempo médio de atendimento aos consumidores, tanto nos casos de interrupções por emergência como nos desligamentos programados para manutenção do sistema. Apesar

da ocorrência de muitos vendavais em 1988, com conseqüências graves para o sistema elétrico da COPEL, o tempo médio de interrupção, considerando-se todo o exercício, foi um dos mais baixos dos últimos anos.

O nível de qualidade do faturamento também se manteve elevado, em 1988. O índice de acerto de 99,979% de contas corretas (apenas 21 contas com incorreções em grupo de 100.000) coloca a COPEL entre as melhores empresas de energia elétrica do País no que tange a esse serviço.

7.6.4. Calendário Rural

Com o objetivo de estimular a leitura dos medidores instalados na área rural pelos próprios consumidores, a COPEL criou o “Calendário Rural — 1989” no qual, além de parte destacável para registrar o consumo e para ser remetida mensalmente à Empresa, constam também informações úteis ao homem do campo e lembretes relativos aos cuidados que deve ter no manejo de agrotóxicos, à conservação do solo, à vacinação de animais e outros. Para confeccionar esse calendário a COPEL contou com a cooperação de técnicos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e da EMATER-Paraná.

7.6.5. Tarifas Horo-Sazonais

Em continuidade à política de implantação da tarifa horo-sazonal, foi implementada campanha de orientação aos consumidores com vistas à adoção da “tarifa verde”, tendo sido firmados 40 contratos de energia sob essa modalidade tarifária.

Ao final do ano, havia 299 contratos de fornecimento na modalidade “tarifa azul”.

A aplicação das tarifas horo-sazonais já propiciou deslocamento de carga da ordem de 190 MW para fora do horário de ponta do sistema elétrico.

7.6.6. Atendimentos Especiais

Tiveram continuidade as atividades de orientação técnica a grandes consumidores, salientando-se os entendimentos mantidos com duas indústrias de grande porte que desejam instalar-se no Estado, e que demandarão, em 1991, 160 MW.

Registra-se, também, a mudança para a tensão de 69 KV — demanda de 10 MVA — de unidade industrial da empresa Robert Bosch Ltda.

Atendendo à solicitação da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — CELESC, a COPEL realizou suplementação energética àquela concessionária, possibilitando a extensão de energia elétrica ao Balneário de Itapoá, no vizinho Estado.

7.7. CONSERVAÇÃO DE ENERGIA

A ampliação da oferta de energia em suas diversas formas, no volume

desejável, encontra sérios obstáculos, quer decorrentes da escassez de recursos financeiros para os investimentos necessários, quer resultantes da própria limitação das fontes energéticas.

Por isso, e a fim de contribuir para o esforço de evitar que o País tenha de enfrentar já nos próximos anos situações de racionamento de energia, torna-se imperativa a adoção de medidas de racionalização no uso dos diversos insumos energéticos, em suas múltiplas finalidades.

Consciente de sua responsabilidade no contexto desse processo, o Governo do Estado desenvolveu em 1988 diversas ações, tanto voltadas para a mais racional utilização da eletricidade, no âmbito do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica — PROCEL, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia, quanto na pesquisa e difusão de formas mais eficazes de uso de outros insumos energéticos.

7.7.1. Ano da Conservação da Energia Elétrica

Tal é a importância para o País de evitar desperdícios de energia — em especial de eletricidade, dados os vultosíssimos investimentos requeridos para construir usinas e sistemas de transmissão e distribuição — que o Governo Federal elegeu 1988 o “Ano da Conservação de Energia Elétrica” para marcar o início de amplo esforço de conscientização e de mobilização da sociedade com vistas à consecução desse objetivo comum.

O Governo do Estado teve o máximo empenho em apoiar esse programa. Convênios com prefeituras municipais resultaram na substituição de 10.180 lâmpadas incandescentes por outras de vapor de mercúrio no sistema de iluminação pública de diversas cidades. Estima-se que essa ação propiciou economia de eletricidade da ordem de 4.800 MWh/ano.

Com o mesmo objetivo a COPEL preparou a infra-estrutura do projeto denominado “Feira de Energia no Lar e no Campo”, destinado a difundir entre os consumidores residenciais e rurais os conceitos de conservação de energia, mediante demonstrações práticas. A primeira mostra da feira foi realizada em Curitiba, tendo atraído cerca de 60.000 visitantes.

Ainda no âmbito do PROCEL, a empresa estadual divulgou o projeto de tiquetagem de eletrodomésticos, distribuiu material gráfico de promoção da campanha de conservação de energia e prestou orientação técnica para diversas grandes empresas do Paraná.

A COPEL instituiu, ainda, em 1988, uma Comissão Central de Conservação de Energia. Foram criadas, inicialmente, oito Comissões Internas de Conservação de Energia — CICES, às quais competirá cumprir as diretrizes estabelecidas e propor novas medidas e aperfeiçoamentos no âmbito das instalações e próprios da empresa.

7.7.2 Diagnósticos Energéticos

Mediante convênio de cooperação técnica entre a COPEL e o Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, foram realizados, durante 1988, seis diagnósticos energéticos em indústrias. As medidas de conservação e raciona-

lização propostas proporcionarão economia equivalente a 5.572 tEP/ano.

No que se refere especificamente à energia elétrica, foram efetuados, mediante convênios com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná e com o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná — CEAG, 87 diagnósticos em empresas, estando prevista a realização de outros 95.

7.8. GESTÃO ENERGÉTICA

7.8.1. Balanço Energético do Paraná

No Balanço Energético do Estado referente ao ano de 1987 foram introduzidas as alterações metodológicas definidas no I Seminário Nacional de Balanços Energéticos, motivo pelo qual foi refeita a série 1980/87.

O consumo total de energia no Paraná cresceu 6% em 1987 e apresentou incremento médio anual de 4,4% no período de 1980 a 1987.

Apesar de a sua participação relativa ter diminuído de 47%, em 1980, para 38,8%, em 1987, o petróleo continua sendo o insumo energético mais consumido no Estado. Por outro lado, a energia hidráulica participou em 1987 com 28,5% na matriz energética e as biomassas (lenha e produtos da cana) com 28,6%.

Da análise do Balanço Energético do Paraná de 1987, sobressairam dois fatos importantes:

— a produção interna de energia, sob todas as formas, supera o consumo em quase 50%; e;

— a energia de fontes renováveis apresenta 98,5% da produção interna e 57,3% do consumo total no Estado.

7.8.2. Principais Alternativas Energéticas

Gás Natural

Esforços conjuntos têm sido desenvolvidos pelo Governo do Estado e por empresas privadas no sentido de incluir o gás natural no rol dos insumos energéticos ofertados no Paraná. Vários trabalhos foram elaborados em 1988 com o intuito de demonstrar a importância do gás natural como alternativa energética para a indústria paranaense. Tais trabalhos contemplam tanto os aspectos de mercado quanto as opções de suprimento.

As principais alternativas de suprimento de gás natural que hoje se vislumbram para o Paraná são:

a) Campo de Tubarão, poço PRS-4, no litoral paranaense.

b) Bacia do Paraná. (Mostram-se promissoras as sondagens em curso na região de Maringá e no sul do Estado).

c) Importação da Argentina para atender ao Sul do Brasil. (O gás seria trazido via São Borja ou Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, ou Foz do Iguaçu, no Paraná).

d) Importação da Bolívia diretamente ou através do gasoduto Norte Grande Argentino. (Agregando-se o gás boliviano e o gás argentino, poder-

se-ia também atender a São Paulo).

e) Gás liquefeito. (Seria fornecido por navios metaneiros. O gás proviria de território brasileiro — Juruá, por exemplo — ou de outros países, como a Argélia e a Argentina).

A COPEL representa o Paraná na questão do gás natural, que está sendo discutida amplamente pelos três estados do Sul no âmbito do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — CODESUL.

O assunto tornou-se mais relevante a partir da nova Constituição, que delegou aos estados a competência exclusiva para distribuição, diretamente ou através de empresa estatal, de gás canalizado, e da descoberta, no litoral paranaense, do campo petrolífero de Tubarão. A COPEL solicitou formalmente a concessão para distribuir gás canalizado no Paraná, conforme o disposto no art. 25, § 2º, da Constituição Brasileira.

Gás de Xisto

O Governo tem procurado, em conjunto com indústrias cerâmicas de Campo Largo, sensibilizar as autoridades federais e a PETROBRÁS para o imperativo da oferta de gás combustível ao pólo cerâmico sob pena de comprometimento de novos investimentos ao até mesmo de fuga de capitais do Estado.

O primeiro resultado concreto dessas ações foi a celebração de contrato entre a INCEPA e a PETROBRÁS para fornecimento de gás de xisto à nova fábrica daquela indústria, em instalação em São Mateus do Sul.

Biogás

A Fundação Universidade Estadual de Maringá FUEM, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná — EMATER-PR, e a COPEL estão desenvolvendo o projeto “Tecnologia de Produção e Armazenamento de Metano a partir de Resíduos Orgânicos”, destinados a avaliar os resultados da utilização do gás metano a baixa pressão em motores a combustão interna no meio rural.

Através de outro convênio, firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR e a Urbanização de Curitiba S.A. — URBS, a COPEL desenvolveu e encaminhou a esta última o estudo técnico “Avaliação do Potencial de Biogás Existente no Aterro de Lamenha Pequena”.

Bagaço de Cana

Ao longo de 1988, prosseguiram os esforços do Governo para difundir nas usinas de álcool do norte do Paraná as vantagens da produção e utilização do bagaço de cana enfardado como opção energética para a substituição da lenha, cuja disponibilidade está-se esgotando na região.

Vinte e nove usinas foram objeto desse programa de incentivo. Como resultado, ao final do ano nove unidades de enfardamento de bagaço de

cana já se encontravam em operação e estava em estudos a implantação de outras 10. As unidades instaladas possuem capacidade de processamento de 138.000 t/ano, que equivalem a 365.000m³ st de lenha.

Briquete de Resíduos de Madeira

Tiveram continuidade, em 1988, as atividades de fomento à utilização de briquetes de madeira como opção energética para a substituição da lenha, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba. Esse trabalho envolve os fabricantes de equipamentos, os produtores de briquetes e os consumidores de lenha.

Carvão Mineral

A COPEL e o Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, contando com a colaboração da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, deram seguimento aos trabalhos de avaliação técnica do processo de substituição da lenha por carvão mineral nas indústrias de cal da região Sudeste do Estado, onde se concentra o maior consumo industrial de lenha. Os resultados obtidos demonstraram que essa substituição é tecnicamente viável.

Florestas Energéticas

A lenha responde por aproximadamente 17% de toda a energia utilizada no Estado. Em 1988, foram obtidos os primeiros resultados concretos do trabalho realizado pela COPEL, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento — SEAB, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná — ITCF e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná — EMATER-PR, para implantação de um sistema-modelo de reflorestamento, pelo qual o suprimento de um grande consumidor é garantido pela produção de lenha de diversos produtores rurais mediante projeto integrado. Foram assinados, no exercício, convênios com doze cooperativas e associações, pelos quais cerca de 3.400 hectares de florestas para fins energéticos serão implantados anualmente.

Foi concluída, em 1988, a elaboração do “Plano Diretor de Manejo Florestal para a Região Metropolitana de Curitiba”, que tem por objetivo a recuperação ordenada do solo, a preservação e proteção do remanescente de florestas nativas e o suprimento de produtos florestais a diversas atividades econômicas da região. Esse Plano, aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA, estava em fase de publicação, no final do exercício.

Foi também elaborado, em 1988, e submetido à aprovação do IBDF, projeto para aproveitamento integral da biomassa existente na área do reservatório da Usina Hidrelétrica de Segredo.

Pequenas Centrais Hidrelétricas

Com a finalidade de relacionar informações básicas de locais adequados

para a implantação de pequenas centrais hidrelétricas no Estado, foi desenvolvido um banco de dados para microcomputadores. Em 1988, foram identificados e cadastrados 49 novos locais. Estão sendo estudados, em nível de pré-viabilidade, 5 novos locais, e sendo reavaliados 16 anteriormente catalogados. O banco de dados da COPEL conta atualmente com informações de 93 locais definidos para a implantação de PCHs nas mais diversas regiões do Estado.

O DNAEE, através da Portaria nº 231, de 12/10/88, aprovou o projeto para a concessão da PCH de Salto Bandeirantes, em Santa Fé.

Dentro da política adotada pelo Governo do Estado de estímulo à participação da iniciativa privada na área de geração de energia elétrica, a COPEL colaborou com mais de uma dezena de empresas, fornecendo-lhes dados hidro-lógicos, avaliações do potencial energéticos e estudos de pré-viabilidade para pequenas centrais hidrelétricas em vários locais do Paraná.

7.9. Programa de Investimentos

No exercício de 1988, o Governo do Estado investiu nos programas de expansão da COPEL, recursos da ordem de Cz\$ 54,6 bilhões. As aplicações de maior significado foram: geração (Cz\$ 24,8 bilhões); transmissão e distribuição (Cz\$ 16,9 bilhões); eletrificação rural (Cz\$ 6,5 bilhões); e demais investimentos (Cz\$ 6,4 bilhões).

Dos empréstimos contratados em 1988, destacam-se os obtidos na ELE-TROBRÁS, um total de Cz\$ 5,8 bilhões, dos quais Cz\$ 2,2 bilhões poderão ser convertidos em tomada de capital na COPEL, depois de decorridos seis meses da entrada em operação da terceira máquina da Usina de Segredo. Do total contratado, cerca de Cz\$ 1,6 bilhão foram recebidos em 1988.

Para cobrir parte dos custos de aquisição dos equipamentos eletromecânicos para a Usina de Segredo, o Estado obteve empréstimo de Cz\$ 9,7 bilhões da FINAME, através do BADEP, do qual Cz\$ 5,5 bilhões foram desembolsados em 1988.

Em moeda estrangeira, foram obtidos empréstimos de Us\$ 14.0 milhões no Chase Manhattan Bank e Us\$ 18.5 milhões no European Brazilian Bank — EUROBRAZ, ambas as operações amparadas na Lei 4131/62.

Nos termos dos avisos 30, 09, 674/A, 10 e 841, do Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil concedeu “empréstimo-ponte” em cruzados até o limite equivalente a Us\$ 20.0 milhões, destinados a antecipar saques de empréstimos estrangeiros em fase de negociação nos termos da Lei 4131/62.

O capital social da COPEL passou de Cz\$ 18,6 bilhões em 31/12/87 para Cz\$ 107,9 bilhões em 31/10/88.

7.10 Produtividade e Participação

A qualidade dos serviços ofertados à população pelo sistema elétrico do Paraná tem relação direta com o desempenho da COPEL. O Governo do Estado, em última instância responsável pela administração da empresa, tem-se empenhado em propiciar todas as condições necessárias ao aperfeiçoa-

mento de sua estrutura organizacional de modo que os recursos disponíveis, nessa quadra difícil da economia brasileira, sejam utilizados sem desperdício e de forma cada vez mais racional e econômica.

Assim, no decorrer do exercício de 88, foram adotadas medidas importantes para melhorar a produtividade da empresa no campo da sua atividade específica e ampliar seu relacionamento com a sociedade paranaense, destacando-se:

- ampla reestruturação na Diretoria de Distribuição, com a descentralização dos serviços desta mediante a criação 19 centros de distribuição;

- desenvolvimento de projetos relativos a postos de trabalho e absorção de metodologia de dimensionamento de recursos humanos que deverá constituir-se em importante ferramenta gerencial para quantificação do quadro de pessoal para o exercício de 1989.

- severo controle na admissão de pessoal, apesar da ampliação dos serviços: o número de empregados cresceu apenas 1,4%, no exercício, passando de 9.310 (dez/87) para 9.437 (dez/88); disso resultou uma evolução do índice de ligações por empregado de 176 (dez/87) para 184 (dez/88):

- incentivo à participação dos empregados em treinamentos (10.723) com ênfase no treinamento técnico, que absorveu 83% do tempo;

- implantação de planos diretores de edificações, em Curitiba e no interior, para resolver problemas decorrentes da grande dispersão de suas instalações administrativas: em 1988, foram realizados 25% das obras das novas instalações dos setores de treinamento e de transportes (18.705m² da área construída em terreno de 122.753m²), no km 3 da BR-277 — Rodovia do Café — e construídos, no interior do Estado, cerca de 1.770m² de edificações para agências e plantões, a fim de melhorar as condições de atendimento aos consumidores;

- intensificação do uso da informática pelo corpo funcional com a instalação de mais 62 microcomputadores e 27 novos terminais, elevando-se os totais em operação na empresa a, respectivamente, 174 e 215;

- expansão do sistema de faturamento descentralizado, que alcançou a totalidade dos consumidores da empresa, com sensível ganho na qualidade e na confiabilidade desse serviço;

- automatização do processo de cobrança de faturas de energia elétrica, mediante intercâmbio de arquivos magnéticos com os estabelecimentos bancários, com reflexos na produtividade e na redução de custos;

- início do emprego da tecnologia CAD — Projeto Assistido por Computador, com a instalação de uma estação gráfica para elaboração de desenhos na área de obras hidrelétricas;

- ampliação dos programas de integração com a comunidade, entre os quais mereceu citação: treinamento à distância, por intermédio do SESI e do SENAC, para 884 participantes; oferta de estágios a 264 estudantes de 2º e 3º grau; promoção, em 16 localidades, de cursos de formação de eletricitistas, com a qualificação de 347 profissionais; concessão, a empregados da empresa, de 331 bolsas de estudos para cursos técnicos de 2º grau; renovação de convênio com a Secretaria de Estado da Educação que propiciou 240 “bolsas de iniciação ao trabalho” a estudantes carentes de 1º e 2º grau em

diversas cidades do Estado; patrocínio de campanhas de prevenção de acidentes com veículos, de prevenção de acidentes com terceiros, de orientação à comunidade quanto aos riscos e cuidados a tomar com instalações elétricas e de orientação sobre a AIDS; e implementação de amplo programa de prevenção e tratamento do alcoolismo.

8. EDUCAÇÃO

O Paraná tem procurado, nos últimos anos, novos caminhos para a democratização do ensino público. Várias ações foram desencadeadas nessa direção, dentre as quais se destacam:

- a realização de encontros e reuniões, a partir da escola, com o objetivo de revitalizar o curso de formação para o magistério;
- a realização de jornadas para discussão e divulgação de experiências de alfabetização;
- a reorganização administrativo-pedagógica do ensino de 2º grau noturno e agrícola;
- a revitalização das associações de pais e mestres;
- a execução de programas integrados governo-comunidades, e
- a reorganização da escola pública de 1º grau, a partir da implantação do ciclo básico de alfabetização.

Partindo do pressuposto de que “nenhuma escola é mais democrática que a escola competente”, o Governo concentrou todos os esforços para obter, por intermédio das instituições estaduais de ensino, em todos os níveis, desempenho compatível com as propostas do Plano de Governo nas quais já estavam incorporados os compromissos com a qualidade do ensino, a competência administrativa, a modernização da rede física e a participação da comunidade.

8.1. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Diante de uma situação em que o rendimento médio do ensino de primeiro grau (1ª a 8ª séries), entre os anos de 1978 a 1986, foi de 15,9% da passagem da 1ª série à conclusão do ciclo, a Secretaria da Educação iniciou, em 1987, a discussão das questões substantivas para a melhora da qualidade do ensino. Emergiu, desse debate, uma proposta para a reorganização da escola pública de primeiro grau que deveria começar com a reestruturação do ciclo básico, período escolar do qual depende todo o aprendizado futuro do aluno.

A implantação do ciclo básico, já com a reformulação do currículo de primeiro grau, onde se reforça a ênfase no estudo de língua portuguesa na alfabetização e nos conteúdos básicos das áreas fundamentais do conhecimento — matemática, história, geografia, ciências e arte-educação — atingiu 177 municípios, envolvendo 41.779 alunos de estabelecimentos da rede estadual e 13.748 alunos da rede municipal. O objetivo proposto foi a reversão do quadro de fracasso escolar com a oferta de um “continuum” de 2 anos (1ª e 2ª séries), alocação de mais um docente em sala — o co-regente — e mais horas de convívio com a leitura e escrita, pela permanência na escola de um período de “contraturno” (período diferente do turno normal de aulas).

Para cumprir esta meta foram capacitados, mediante seminários, cursos

e encontros, professores, equipes de ensino dos núcleos regionais, elementos das instituições de ensino superior, e elementos das inspetorias estaduais e municipais, num total de 23.481 no biênio 87/88.

Ainda com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, e tendo como parâmetro a lacuna existente entre a habilitação das escolas de magistério da rede pública e o instrumental técnico-pedagógico necessário para que o professor desenvolva, adequadamente, as atividades de uma sala de aula, foram realizados 363 cursos, envolvendo 18.594 professores das diversas áreas do 1º e 2º graus. Destes cursos, 325 foram realizados nos núcleos regionais como forma de dar oportunidade a todos os professores de se atualizarem. Na área do 2º grau foram implementados programas para avaliação do currículo dos cursos de magistério, envolvendo representantes de instituições de ensino superior e dos 22 núcleos regionais de educação. Dois outros projetos tiveram prioridade: a elaboração da proposta administrativo-pedagógica para o ensino de 2º grau noturno e agrícola e a definição dos conteúdos curriculares de 2º grau, numa perspectiva de melhora e atualização deste nível de ensino no Estado.

Na área pedagógica, deve-se ressaltar, também, o projeto “Tempo de Criança”, que assegura atendimento integral durante nove horas diárias de permanência na escola, incluído o fornecimento de três refeições. Foram beneficiados, no exercício, 55.075 alunos, matriculados em 419 estabelecimentos, sediados em 179 municípios.

8.2. A DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Na área administrativa, o avanço mais importante foi a consolidação do Sistema de Administração da Educação — SAE, interligando 22 núcleos regionais à sede da Secretaria, automatizando o controle de demanda e suprimento de recursos humanos, matrículas e grade curricular, concurso de remoção, exames supletivos e distribuição de material, entre outros, além de possibilitar a utilização de “malote eletrônico”, o que torna mais ágil a comunicação da SEED com seus núcleos avançados.

Em relação ao magistério, implantou-se o regime diferenciado de trabalho, além da extensão da gratificação de cargos de direção para os titulares de estabelecimentos de ensino da rede estadual, a partir do Porte I até o Porte Especial.

Na sede, em Curitiba, foram instalados 23 microcomputadores e treinados 150 funcionários, para uso de diversos “softwares” que fazem parte de um projeto de microinformática. O programa de microfilmagem, que objetiva descongestionar os arquivos, reproduziu 1 milhão de documentos.

8.3. A DIMENSÃO LOGÍSTICA

Nos dois primeiros anos do Governo foram concluídos 455 prédios escolares, com 1.126 salas de aula e 1.739 outras dependências, o que possibilita o atendimento, em três turnos, de 118.230 alunos. Estão em construção 254 prédios, com 830 salas de aula e 1.034 outras dependências, o que permite

atender a mais 87.150 alunos, em três turnos.

A “ação comunitária de recuperação escolar”, representada pela execução de reparos de até média complexidade, com envolvimento direto da própria comunidade, beneficiou 57% das escolas da rede pública estadual, totalizando cerca de 1.679 escolas, em todos os municípios do Estado.

Da mesma forma, foi criado um programa para execução de reparos em casos de emergência. Em um ano, foram beneficiados 373 prédios, em 117 municípios.

A programação normal de reparos e/ou melhoras, com atendimento global às necessidades dos estabelecimentos de ensino estaduais, atendeu a 467 prédios em 130 municípios.

Além dos programas de obras e reparos, foi lançado no corrente ano o projeto “Ação Comunitária para Construções de Quadras de Esportes”, com as mesmas características do Mutirão Escolar, beneficiando 138 escolas em 98 municípios.

O suprimento de material à rede escolar pública do Estado é realizado com a utilização dos seguintes instrumentos gerenciais:

- O Sistema de Recursos Descentralizados (SRD), que credita às escolas recursos necessários à administração escolar (conservação de prédios e aquisição de material de limpeza e esportivo) e que mobilizou, em 1988, 500 milhões de cruzados (346.000 OTNs). Esses recursos, administrados autonomamente pelas próprias escolas estaduais, tiveram um crescimento real de 162% em relação ao exercício anterior.

- O Sistema de Suprimento de Materiais (SSM), mediante o qual é feita a aquisição e distribuição de material básico do aluno (cadernos, lápis, borracha, régua, etc.) e para uso da escola (“stencil”, giz e papel buffon). O suprimento é feito automaticamente, a todas as escolas da rede estadual, duas vezes por ano, com base nas matrículas de cada estabelecimento.

No aspecto nutricional desenvolveu-se o “Programa Estadual de Alimentação Escolar” com o objetivo de assegurar a complementação e educação alimentar dos escolares pertencentes a rede oficial de ensino de pré-escolar, 1º e 2º graus, ensino especial e supletivo e, mediante ajustes especiais, às entidades particulares filantrópicas e às que oferecem ensino gratuito.

A operacionalização do programa desenvolveu-se em quatro etapas: aquisição, recebimento e armazenagem, controle de qualidade e transporte e distribuição.

Para aquisição dos gêneros alimentícios foi realizado um levantamento de preferências alimentares, com consulta a 150 mil escolares. Foi possível, assim, reformular os cardápios da merenda, em sintonia com as preferências alimentares manifestadas pelos escolares das várias regiões paranaenses.

No total, 12.169 escolas de todos os graus de ensino, tanto estaduais como municipais, nas zonas rural e urbana, inclusive escolas particulares com fins filantrópicos, recebem os gêneros fornecidos pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar, beneficiando 1.579.986 alunos que nelas estudam.

O volume distribuído em 1988, atingiu 15,8 milhões de toneladas, com custo de aquisição da ordem de Cz\$ 3 milhões.

8.4. A DIMENSÃO COMUNITÁRIA

O Governo tem incentivado a participação da comunidade no processo de solução de determinados problemas, como forma, também, de melhorar a qualidade do ensino.

As associações de pais e mestres ou as associações de pais e professores, que estiveram, em grande parte, desativadas, receberam apoio para revigorar suas atividades mediante uma série de ações, entre as quais: convênio entre a Secretaria da Educação, FUNDEPAR e APMs, para execução do programa de recuperação de carteiras escolares. Este programa já envolveu 1.410 escolas em todo o Estado e recuperou 21.708 conjuntos de carteiras, envolvendo recursos da ordem de Cz\$ 21,5 milhões.

Três outros programas beneficiam as associações e vêm contribuindo para o seu fortalecimento:

— A Campanha “O Bom de Nota”, da qual participaram, no período 1987/88, 2.446 escolas (entre municipais, estaduais e particulares), que foram beneficiadas com repasse da ordem de Cz\$ 131,2 milhões nos 15 meses de campanha.

— Convênios com as APMs, para administrarem o pessoal de conservação, manutenção e segurança nas escolas; em 1988, 102 associações dividiram um total de Cz\$ 86,2 milhões.

— Acordo de cooperação entre as Secretarias de Educação e Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar do Estado com o objetivo de assegurar um esquema de ações de segurança, para proteção dos estudantes e das escolas pertencentes à Rede Estadual de Ensino; os recursos para pagamento do “Guarda-Escolar” são administrados pelas APMs.

9. SAÚDE

Consolidar no Paraná a reforma sanitária definida no texto constitucional foi a grande preocupação do Governo, em 1988. Esse objetivo foi perseguido com as ações que deram continuidade à implementação do sistema de saúde pública que já vinha sendo praticado, com o esforço conjunto dos municípios, do Estado e da União, baseado na descentralização e municipalização dos serviços e na universalização do atendimento.

O fato mais importante a registrar, no desempenho do setor, foi a decisão de abolir-se a exigência de apresentação da carteirinha da Previdência Social, nos serviços de saúde do Estado para dar assistência médica à população paranaense. Esta providência, até então inédita no Brasil, autoriza a afirmação de que o princípio constitucional da universalização do atendimento médico já está sendo aplicado em sua plenitude em nosso Estado.

9.1. REFORMA ADMINISTRATIVA

A reforma administrativa estadual determinada pela Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, e a assinatura, no mesmo mês, de um convênio entre o Estado e a União para a implantação no Paraná do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS, tornou necessária a reformulação de toda estrutura interna da Secretaria da Saúde e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha para adaptá-las às novas funções que ambas deveriam exercer com a modificação radical dos métodos da assistência médica prestada no Estado sob a responsabilidade dos poderes públicos municipal, estadual e federal.

9.1.1. Regulamento da SESA e Estatuto da FCMR

O processo, iniciado em 1987, objetivando unificar as estruturas e as ações da Secretaria, da Fundação e do INAMPS, de modo a eliminar-se o paralelismo e a superposição dos serviços executados pelas três instituições, consolidou-se no decorrer de 1988. Após ampla discussão interna, um novo regulamento da Secretaria da Saúde foi aprovado, em janeiro, e um novo estatuto da Fundação, em maio. A partir daí, ampliaram-se os espaços de entendimento das respectivas estruturas que, junto com a do INAMPS, acostumaram-se a conviver com as diferentes culturas que orientavam a conduta de cada instituição; restringiram-se as áreas de divergência pela prática de um trabalho conjunto no dia-a-dia; ampliou-se o entendimento de que o objetivo das entidades públicas prestadoras de serviços de saúde deve ser o mesmo: ganhar o respeito e a confiança da população pela qualidade e eficiência do atendimento aos usuários.

A nova estrutura da Fundação Caetano Munhoz da Rocha passou a ser constituída, ao nível da direção superior, de um conselho de administração,

um conselho de curadores e uma diretoria com seis membros: diretor superintendente, diretor administrativo, diretor de recursos humanos, diretor econômico-financeiro, diretor de vigilância e pesquisa e diretor de serviços de saúde.

9.2. REGIONALIZAÇÃO

A proposta de regionalização dos serviços de saúde estabelecida em 1987, com base nas regionais da SESA e do INAMPS existentes até então, foi implementada com a programação de repasse de recursos da ordem de Cz\$ 1,6 bilhão para as 28 prefeituras que assinaram com o Estado termos de co-gestão nos serviços de saúde.

Alguns problemas ocorridos em 1988, provocando entraves a uma evolução mais rápida do processo de unificação e municipalização dos serviços, exigiram uma redefinição dos projetos específicos para cada setor da saúde. Um dos problemas mais evidentes foi a resistência dos órgãos vinculados ao INAMPS de incorporarem-se à estrutura do Estado. Essa luta pelos espaços de poder, cujo limite extremo foi a ocorrência de casos de “desobediência civil” e até insubordinação por parte de servidores do órgão federal em relação às diretrizes emanadas da Secretaria da Saúde, foi definitivamente superada com uma portaria do Ministro da Previdência definindo a competência e estabelecendo os limites da estrutura dos escritórios estaduais que vão representar o INAMPS no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS.

Com base nos êxitos e nas dificuldades que caracterizaram essa fase de experimentação do SUDS no Paraná, a partir da assinatura dos respectivos convênios entre o Estado, os ministérios da Saúde e da Previdência e os municípios, em junho de 1987, estava sendo iniciada, no final de 1988, uma análise crítica para definir as metas prioritárias da ação do Estado no setor saúde, em 1989. Entre os principais objetivos desses estudos destacam-se o redimensionamento dos programas especiais, como o de módulos sanitários e o de combate à neurocisticercose que tiveram importantes fases executadas em 1988 e deverão ter continuidade em 1989.

9.2.1. Aperfeiçoamento

A avaliação dos resultados obtidos até agora na implementação do SUDS demonstra que nem tudo caminhou de acordo com os parâmetros estabelecidos. Nem todos os 28 municípios que foram selecionados para participar dessa primeira etapa do processo obtiveram o mesmo resultado no desempenho de suas novas responsabilidades. Desse modo, deverão ser descredenciados para a execução dos serviços do SUDS aqueles que, em virtude de deficiências locais, não demonstraram capacidade para realizá-los a contento; outros permanecerão na posição que se encontram no sistema; um grupo mais restrito, dos que dispõem de recursos e meios compatíveis com um nível maior de responsabilidades, passarão a gerir todo o sistema local de serviços de saúde, desde o campo preventivo ao tratamento das doenças, assumindo o controle dos serviços municipais e estaduais e da compra de serviços de terceiros, ficando o Estado com as tarefas de coordenação, acompanhamento, controle de qualidade e fiscalização.

9.2.2. Populações Dispersas

Entre as maiores deficiências do atendimento médico-sanitário do Estado, que ainda não foram devidamente solucionadas com programas de ação integrada, destaca-se a situação de grupos populacionais dispersos, principalmente os ilhéus. São segmentos dos mais carentes da sociedade paranaense que ainda vivem em condições sub-humanas, submetidos a permanente processo de reinfestação de doenças transmissíveis pela contaminação da água.

Nos últimos meses de 1984, foi feito um levantamento preliminar das condições de vida desses grupos e a Secretaria da Saúde está elaborando, junto com a SANEPAR, um plano de ação integrada que prevê a implementação de projetos de saneamento rural acoplados a um programa de reestruturação dos módulos sanitários existentes ou a serem instalados nessas áreas de economia extremamente deprimida.

9.3. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS

A descentralização dos serviços e a universalização do atendimento exigem a construção de novas unidades e a ampliação e o reequipamento de outras. Para atender essa demanda foram concluídas, em 1988, as obras de construção do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná — HEMEPAR; do Hospital Anísio Figueiredo — que já está sendo ampliado —; do Laboratório para o Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos do Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque; de dois hospitais municipais em Grandes Rios. Prosseguiram as obras de construção do Hospital Regional de Cascavel (94% da obra estava pronta em dezembro) e do Pronto Socorro de Maringá (93% da obra realizada). Concluíram-se as obras de ampliação de dois hospitais e 33 unidades sanitárias. Continuou a reforma do Hospital Colônia Adauto Botelho e foram iniciadas as obras de construção do Hospital de Clínicas de Londrina e de ampliação do Hospital Geral do Portão. Estão em andamento as obras de ampliação de 39 unidades sanitárias.

Mediante convênio com o Ministério da Saúde, a rede física de responsabilidade dos municípios foi melhorada e ampliada com o repasse de recursos para obras e aquisição de equipamentos, merecendo destaque: construção de ambulatório em Itambé, centro de saúde em Vera Cruz do Oeste, pronto-socorro em Paranaíba, mini-hospital em Jacarezinho, unidades sanitárias em Cambará e postos de saúde em 11 municípios; implantação de unidade para aidéticos em Londrina; ampliação de hospital em São João do Caiuá, unidades hospitalares em Santa Terezinha do Itaipu e posto de saúde em Jataizinho; construção e equipamento para consultório odontológico na Lapa; aquisição de raios X para Jardim Olinda e São Carlos do Ivaí e equipamentos e instrumentos hospitalares, odontológicos e laboratoriais para 40 municípios.

9.4. ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE

Entre as ações sistemáticas de assistência à população no setor saúde, tanto no campo preventivo como no curativo, destacaram-se, em 1988, as

seguintes:

- no que se refere à assistência à mulher: 120.801 consultas médicas à gestante e 12.246 à puérpera; 4.050 consultas de enfermagem à gestante e 1.155 à puérpera; 860.431 atendimentos de enfermagem à gestante e 59.503 à puérpera; atendimento, em 55 unidades sanitárias, a 8.000 casos de planejamento familiar;

- nos programas de atendimento à criança: 156.029 consultas médicas, 6.575 consultas de enfermagem e 623.659 atendimentos de enfermagem a menores de um ano e 465.966 consultas médicas a crianças entre um e 14 anos;

- na assistência à saúde do adulto: 961.791 consultas médicas, 24.543 consultas de enfermagem e 1.796.745 atendimentos de enfermagem;

- nos programas de saúde mental: 39.019 consultas médico-psiquiátricas, 41.206 psicológicas, 396 pedagógicas, 17.699 atendimentos de orientação preventiva, 13.788 encaminhamentos a ambulatorios e 1.487 a hospitais; registra-se 1.110 altas;

- os programas de assistência odontológica, desenvolvidos de forma descentralizada, tiveram, no decorrer do exercício, significativa melhora na supervisão, controle e avaliação dos serviços, segundo indicado pela tabela a seguir:

**PROCEDIMENTOS CLÍNICOS ODONTOLÓGICOS REALIZADOS,
TRATAMENTOS CONCLUÍDOS E TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS
PELAS INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM O SUDS, NO ANO DE 1988**

INSTITUIÇÕES	TOTAL DE PROCEDIMENTOS CLÍNICOS ODONTOLÓGICOS REALIZADOS	TOTAL DE TRATAMENTOS CONCLUÍDOS (6 a 12 anos)	TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS
— Serviços próprios do INAMPS/SESA	737.890	20.135	314.610
— Prefeituras Municipais	2.427.418	229.153	1.608.180
— Sindicatos Rurais	1.838.385	212.993**	1.120.430
— Serviços Contratados pelo INAMPS (Cred./Autoriz.)	949.953	27.173**	622.780
— Universidades	182.068	625	68.355
— Outros Serviços*	19.598	5.435**	16.270
TOTAL	6.155.312	495.514	3.750.625

FONTE: Mapas de Acompanhamento Físico-Financeiro — AIS — Odontologia — Jan/Set-88 com projeção para Dezembro-88.

OBS.: * Outros Serviços — APMI Saza Lattes, FUNAI e outros.

** Altas consideradas Tratamentos Concluídos.

O atendimento odontológico estendeu-se, ainda, a 1.314.872 crianças participantes do programa de bocheço semanal com flúor e a pacientes fissurados, excepcionais e de risco.

- A assistência hospitalar registrou, na rede hospitalar da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, 26.271 internações em leitos de curta e longa permanência, 102.010 atendimentos ambulatoriais, 1.967 cirurgias, 5.020 ações

obstétricas, 1.402 eletrodiagnósticos, 144.778 exames de laboratório e 58.424 exames de radiologia;

- no programa de vigilância epidemiológica merecem destaque as ações de vacinação de rotina em crianças menores de 1 ano, com cobertura de 95,4% para o BCG (contra tuberculose), 82,6% para a tríplice (contra difteria, tétano e coqueluche), 84,6% para a anti-sarampo e 84,9% para a SABIN (contra a poliomielite); nos dias nacionais de vacinação contra a poliomielite, em crianças de 0 a 4 anos, a cobertura obtida foi de 86,7% na primeira fase e 89,5% na segunda. Manteve-se o controle de 14.815 pacientes portadores de hanseníase e foram aplicadas técnicas de prevenção de incapacidades físicas em 3.613 pacientes. Foram identificados 39 casos de AIDS no Estado.

9.5. PROJETOS ESPECIAIS

Entre os projetos especiais, caracterizados por ações destinadas a atender situações emergentes, podem ser citadas como relevantes:

- Implementação das atividades do Centro de Atendimento Integrado do Deficiente/CAID, com a introdução do Método Bobath no tratamento de crianças com problemas neurológicos.

- Início de um programa para identificar fatores de riscos biológicos e sociais, associados aos óbitos maternos, com o objetivo de fundamentar medidas adequadas para reduzir a mortalidade materna no Estado.

- Implementação de projeto de pesquisa antropológico-botânico destinado a integrar conhecimentos já existentes e produzir novos, a respeito de plantas medicinais tradicionalmente utilizadas pela cultura popular, a fim de fundamentar novos processos de produção de medicamentos eficazes e que sejam aceitos pela população e pelos profissionais de saúde.

- Desenvolvimento de um projeto piloto, em Maringá, de um modelo assistencial plenamente municipalizado de acordo com as premissas do SUDS, com prioridade para os investimentos no setor saúde, no Estado; a análise do desempenho dessa experiência vai orientar as etapas seguintes da descentralização e municipalização dos serviços com a correção dos desvios porventura detectados nesse projeto.

- Implementação do projeto de informatização do SUDS, com a aquisição de 13 microcomputadores — com recursos do Ministério da Saúde — para atender a primeira fase.

- Implantação parcial do sistema estadual de nematologia e nemoterapia do Estado com a edificação do hemocentro de Londrina e dois núcleos de hemoterapia em Guarapuava e Francisco Beltrão. Foram assegurados do BNDES para iniciar-se, em 1989, a construção do hemocentro de Maringá.

- Início de implementação do Sistema Integrado de Controle Ambulatorial da Previdência Social/SICAPS, objetivando o controle físico-financeiro dos serviços de saúde ambulatoriais produzidos.

10. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

As ações desenvolvidas nessa área dão continuidade aos programas desenvolvidos no exercício anterior sob a coordenação da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

10.1. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Os diversos programas com que o Governo procura apoiar as comunidades em seus esforços de organização e desenvolvimento tiveram, em 1988, a seguinte evolução:

— Capacitação de Agentes e Líderes Comunitários: realização de 206 encontros e seminários com a participação de 15.540 pessoas. Os recursos aplicados somaram Cz\$ 20,1 milhões.

— Centros Comunitários: foram construídos 94 com recursos da Secretaria do Trabalho, e 25 com recursos do Programa de Ação Municipal — PrAM, beneficiando um total de 178.500 pessoas. O investimento feito foi da ordem de Cz\$ 76,4 milhões.

— Oficinas Comunitárias: foram instaladas 16, beneficiadas 3.644 pessoas e aplicados Cz\$ 5,7 milhões.

— Complementação Alimentar: beneficiou 154.909 pessoas com a instalação de 28 “vacas mecânicas” e dispêndio total de Cz\$ 150 milhões — dos quais Cz\$ 28,7 milhões do Tesouro do Estado — e 97.776 pessoas com a instalação de 20 unidades de panificação e pastificio e investimento de Cz\$ 90,5 milhões — Cz\$ 40 milhões da SETA e Cz\$ 50,5 milhões de outras fontes.

— Produção de Alimentos: este programa, que beneficia segmentos populacionais dos mais carentes, apoiou a instalação de 6 empreendimentos, entre hortas, viveiros e lavouras, moinhos e fábricas de doces, beneficiando 529 pessoas. Os recursos aplicados somaram Cz\$ 1,9 bilhão.

— Capacitação de Recursos Humanos: envolveu recursos da ordem de Cz\$ 614 mil para subsidiar a realização de 5 cursos freqüentados por 153 pessoas.

10.2. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Nessa área, foram aplicados Cz\$ 111,5 milhões em quatro itens assim discriminados:

— Profissionalização: 1.430 cursos com freqüência de 21.460 pessoas e despesas totais de Cz\$ 49,3 milhões.

— Alfabetização: na área do programa Brigadas do Trabalho, com a implementação de 262 projetos que beneficiaram 5.108 pessoas e nos quais foram despendidos Cz\$ 56 milhões.

— Documentação: também na esfera do programa Brigadas do Trabalho, objetivando fornecer documentação a pessoas carentes; foram emitidos

5.636 documentos para 4.690 pessoas com recursos aplicados da ordem de Cz\$ 9,5 milhões.

— Desenvolvimento de Recursos Humanos para Informação: com aplicação de apenas Cz\$ 800 mil, foram realizados 20 seminários com a participação de 1.960 pessoas.

10.3. SEGURIDADE SOCIAL

Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiências: programa executado mediante apoio financeiro, no total de Cz\$ 100 milhões, a unidades sociais comunitárias que beneficiaram 20 mil pessoas.

— Ação Promocional: desenvolvido por intermédio do projeto de apoio familiar, que investiu Cz\$ 30 milhões e beneficiou uma média mensal de 19.465 pessoas e de um projeto de ações sociais integradas, que custou Cz\$ 3 milhões.

— Aperfeiçoamento Técnico: programa que teve como principal projeto a capacitação de dirigentes e pessoal de unidades sociais comunitárias; foram realizados 14 eventos dos quais participaram 934 pessoas e com despesa total de Cz\$ 13,6 milhões.

— Atendimento ao Idoso: programa que apoiou uma instituição especializada em amparar asilados carentes, beneficiando 30 pessoas com recursos de Cz\$ 310 milhões e 8 centros de reabilitação de idosos, cujas despesas de instalação e manutenção demandaram Cz\$ 12,8 milhões. Outros projetos, nessa área, receberam Cz\$ 9,9 milhões para atender, mensalmente, 1.728 pessoas.

— Assistência ao Menor Carente: Esse projeto beneficia órfãos abandonados ou autores de infrações penais. Para manutenção de creches que atendem menores de até 6 anos foram deferidos recursos da ordem de Cz\$ 263 milhões, beneficiando, mensalmente, 23.510 menores. Para entidades que atendem menores entre 7 e 18 anos — internatos, semi-internatos e casas-lares — foram destinados Cz\$ 799 milhões para o atendimento mensal de 41.793 menores carentes. Outros Cz\$ 60 milhões foram empregados para equipar oficinas profissionalizantes. O projeto Recriança, que atende, mensalmente, 20.460 menores, absorveu Cz\$ 142 milhões. Entre os programas que beneficiam menores infratores destaca-se o de Liberdades Assistida, que apoiou, em 1988, 1.729 projetos, atendeu 21.600 menores e aplicou Cz\$ 53,2 milhões.

10.4. PROGRAMAS ESPECIAIS

Os recursos aplicados na manutenção de importantes projetos, principalmente os que têm o objetivo de apoiar o desenvolvimento de comunidades — Galha Azul e FUNDEC — totalizando Cz\$ 5,1 bilhões, demonstram o empenho do Governo nessa área.

No projeto Galha Azul, acionado com recursos repassados pelo BANESESTADO, foram atendidas 220 iniciativas comunitárias com recursos da ordem de Cz\$ 601,4 milhões, dos quais Cz\$ 67,2 milhões diretamente da SETA.

O FUNDEC, cuja principal fonte de recursos é o Banco do Brasil, aplicou Cz\$ 4,3 bilhões em 165 projetos que beneficiaram 367.812 pessoas.

Outras atividades de cunho especial mobilizaram Cz\$ 268 milhões.

10.5. RELAÇÕES DE TRABALHO

Em programas de apoio aos sindicatos e às associações de trabalhadores rurais volantes foram aplicados Cz\$ 17,8 milhões diretamente pela SETA e Cz\$ 90 milhões de outras fontes. As ações de intermediação de emprego resultaram na colocação de 29.625 trabalhadores, dos 86.802 que se inscreveram à procura de trabalho.

10.6. OUTRAS AÇÕES NA ÁREA SOCIAL

Outros programas de assistência a segmentos carentes da população tiveram andamento, em 1988, destacando-se:

— atendimento direto a menores e adultos carentes e abandonados, em 21 unidades sociais oficiais, com aplicação de Cz\$ 509 milhões, beneficiando 47.032 pessoas;

— manutenção de programas de profissionalização em unidades sociais oficiais, que atenderam 4.233 menores, com dispêndio de Cz\$ 89,8 milhões;

— adequação física de sete entidades sociais particulares, com investimento de Cz\$ 18,9 milhões;

— subvenções para prefeituras e entidades sociais comunitárias, totalizando Cz\$ 431,7 milhões;

— apoio para implantação de projeto rural no Município de Arapoti, com aplicação de Cz\$ 24,2 milhões.

11. ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Apesar das dificuldades de ordem institucional que obstruem a disposição do Governo do Estado para agir com maior eficácia no sentido de encontrar soluções práticas e imediatas para os sem-terra, muitas ações foram encaminhadas, em 1988, pelos órgãos do Executivo envolvidos com a administração dos assentamentos espalhados em diversas áreas do nosso território.

Existem, atualmente, no Estado, 46 projetos de assentamentos já implantados, ou seja, com as áreas respectivas desapropriadas e com a posse legalmente assegurada. Neste caso já estão beneficiadas 2.650 famílias. Outros 21 projetos encontravam-se, em dezembro, em fase de implantação — ainda sem imissão de posse —, com 970 famílias assentadas mas sem as garantias legais para prosseguirem, com tranqüilidade, os planos de estabelecerem-se em definitivo. Ademais, estes assentados, provisórios, por assim dizer, estão impedidos de receber determinados benefícios e são extremamente carentes sob todos os aspectos. Também continuavam sem definição, no final do exercício, 16 áreas destinadas ao assentamento de 2.501 famílias, cujas condições de vida, tanto no sentido físico como no psicológico, são ainda mais precárias do que as precedentes.

Não obstante a desapropriação das terras necessárias aos projetos de assentamentos ser competência do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o Governo do Estado não tem medido esforços para abreviar o tempo entre a desapropriação do imóvel e a localização definitiva das famílias em seus respectivos lotes.

Assim, mesmo com as limitações legais, o Executivo atuou, respeitada a competência do MIRAD e sua condição de proprietário das áreas de assentamento, na assistência aos assentados, distribuindo alimentos, assegurando escolas e prestando serviços de saúde, entre outras atividades.

11.1. BALANÇO DAS AÇÕES

As áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária somaram, de março de 87 a novembro de 88, 49.417 hectares. Desse total, 13.640 ha encontravam-se, no final do ano, com processos de desapropriação concluídos. Como resultado de negociações conduzidas pelo Governo do Estado, mais de 90% das soluções resultaram em acordo com os proprietários. Foi negociada uma área de 250 ha para acampamento provisório de sem-terras e a desocupação de 1.318 ha de terras devolutas, com o MIRAD pagando em Títulos da Dívida Agrária (TDA) as benfeitorias e as cessões de boa-fé aos ocupantes.

No final do ano, o Governo entregou os primeiros 375 títulos de propriedade definitiva aos agricultores que ocupam o imóvel Catanduvás, iniciando a regularização da maior área de conflitos de terras do Paraná. No primeiro

trimestre de 89, deverão ser entregues mais três mil títulos de propriedade aos agricultores da região, solucionando assim a questão que se arrasta há quase um século e envolve três municípios do Sudoeste paranaense.

11.1.1. Apoio creditício aos assentados

O BADEP, com o objetivo de recompor a capacidade produtiva de pequenos produtores rurais em processo de assentamento, reaplicou o produto do retorno de aplicações em anos anteriores em novos financiamentos de equipamento de uso comunitário, tais como: barbaquás, máquinas agrícolas para uso coletivo, armazéns, etc. Foram aplicados, nesse programa, recursos equivalentes a Cz\$ 19,7 milhões em dezembro de 88, beneficiando 821 famílias em 10 assentamentos, nos seguintes municípios: Clevelândia, Londrina, Mar-meleiro, Castro, Laranjeiras, Renascença, Pitanga, São Miguel do Iguaçú, Chopinzinho e Teixeira Soares.

Outro programa especial, com aplicação de recursos provenientes de retorno dos financiamentos do FINSOCIAL, abriu linhas de crédito para atender os agricultores instalados em projetos de assentamentos oficiais, em suas necessidades de custeio e investimentos agrícolas. Em 1988, foram beneficiados 2.396 pequenos agricultores de 42 assentamentos em 23 municípios do interior. Foram assinados contratos no valor de Cz\$ 3,1 milhões, de dezembro de 88.

12. JUSTIÇA

A descentralização do sistema penitenciário e seu aperfeiçoamento, apesar da drástica redução dos recursos dos fundos federais — como o FAS, da Caixa Econômica Federal — que até então representavam significativa parcela dos investimentos do Estado em obras de ampliação da infra-estrutura física dos serviços públicos da área social, continuou sendo, em 1988, uma das prioridades do Governo do Estado.

Outra preocupação dominante — que se compõe com a precedente pois insere-se, também, no contexto da humanização das condições de vida do detento nas instituições penais do Estado — foi assegurar aos apenados as garantias de respeito à sua inalienável condição de pessoa.

Assim, o fato mais importante a assinalar na área da Justiça, no âmbito do Poder Executivo, é a instalação, em dezembro, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão criado no primeiro ano de governo pelo Decreto 1.185/87, de 19 de agosto de 1987. Esse evento, que assegura ao conjunto da comunidade paranaense um foro privilegiado para recorrer contra violações de seus direitos fundamentais, beneficia de modo particular os internos das instituições prisionais pois assegura, aos representantes da comunidade organizada, o poder de fiscalizar a ação das autoridades policiais e carcerárias coibindo abusos e impedindo violações dos direitos e garantias individuais.

A instalação do CEDDPH inseriu-se entre as homenagens do Paraná ao quadragésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

12.1. SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Governo prosseguiu desenvolvendo esforços para acelerar o programa de descentralização do sistema penitenciário do Estado. Os recursos do financiamento pleiteado junto à Caixa Econômica Federal com esse objetivo, que já haviam sido aprovados, em 1987, pelo Ministério da Fazenda e pelo Senado, não foram liberados em 1988, como se esperava, em virtude da Operação Desmonte que sustou, no contexto das medidas adotadas pelo governo Federal para conter o déficit público e combater a inflação, praticamente todos os repasses de verbas da União para os Estados.

Enfrentando esse contratempo, que atrasou o desempenho do programa de construção de penitenciárias regionais, o Governo encaminhou outras providências, destacando-se:

- seleção de áreas em trabalho conjunto com as prefeituras: um terreno de 4 alqueires e meio foi adquirido pelo Estado, em Guarapuava;
- isolamento da área destinada à nova unidade prisional em Piraquara,

ao lado da atual Penitenciária Central, com a construção do muro que limita o terreno;

— elaboração dos projetos definitivos de engenharia para outros presídios regionais, que acrescentarão 1.540 vagas ao sistema, a fim de subsidiar solicitação de novos recursos à Caixa Econômica Federal.

Paralelamente às providências para reordenar o programa de construção de novas unidades carcerárias — em parte prejudicado com a Operação Desmonte — teve prosseguimento com as seguintes ações:

— elaboração de projeto para ampliar o Manicômio Judiciário, construir uma creche para os filhos das internas da Penitenciária Feminina e realizar obras para ampliação das áreas destinadas à produção pecuária e avícola da Colônia Penal Agrícola;

— assinatura de convênios, com o Ministério da Justiça, para repasse de verbas destinadas a obras de expansão e melhora em diversas unidades do sistema penitenciário do Estado;

— prosseguimento da implementação do programa de informatização do sistema penitenciário: estão em fase final os estudos para interligar as unidades de processamento de dados do Tribunal de Justiça, da Secretaria de Segurança e das unidades penitenciárias, de modo a constituir-se um sistema integrado, capaz de cruzar as informações processuais com os registros dos presídios e os inquéritos policiais; o fluxo de informações daí resultante será de grande valia para dar maior agilidade aos trabalhos do Executivo e do Poder Judiciário.

13. SEGURANÇA PÚBLICA

O desempenho eficaz e confiável dos órgãos encarregados de manter a segurança do cidadão é uma exigência cada vez mais inflexível da sociedade. A explosão populacional desordenada das cidades, principalmente nas regiões metropolitanas, com a conseqüente expansão das periferias marginalizadas são fatores poderosos para o aumento da criminalidade e da violência.

Nos últimos anos, o aprofundamento da crise econômica — que tem prejudicado de modo particular os programas governamentais na área social — agravou a situação das camadas mais carentes das populações urbanas. O aumento do déficit habitacional, principalmente, com o acentuado crescimento das favelas e dos cortiços, atingindo com maior gravidade as faixas populacionais mais jovens, carecentes de perspectivas de trabalho e de educação, reflete-se em aumento assustador da delinquência e da criminalidade.

A organização do crime, por outro lado, até recentemente uma característica das grandes metrópoles, tem lançado seus tentáculos às estradas e às pequenas comunidades do interior, generalizando a intranqüilidade e a insegurança. Os episódios que comoveram a sociedade paranaense, em 1988, com assaltos a agências bancárias de cidades do interior e a veículos de transportes coletivos em rodovias do Estado, retratam a dimensão crescente dos problemas que os órgãos estaduais de segurança estão enfrentado.

Para conjurar essas ameaças e proporcionar a tranqüilidade que os paranaenses exigem, o Governo empenhou-se em fortalecer a estrutura das instituições de combate ao crime, reforçando os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil e promovendo o aperfeiçoamento de seus quadros, ampliando e melhorando as instalações físicas e aumentando os equipamentos — principalmente viaturas e armamento — à disposição das forças de segurança.

13.1. AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Entre as ações desenvolvidas, no exercício, para a ampliação das instalações físicas dos órgãos de segurança, destacam-se:

— Na área da Polícia Civil: conclusão das obras de construção das delegacias de Cantagalo, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Mandaguari, Wenceslau Braz e São José das Palmeiras e da subdelegacia de Porto Camargo (Icaraíma); em dezembro, encontravam-se em andamento as obras de construção da sede da subdivisão de Apucarana, da Polícia Civil, das delegacias de Assaí, Douradina, Figueira, Marialva, Pitanga, Sarandi, Turvo, Grandes Rios, Uraí, Prudentópolis e São José dos Pinhais; das subdelegacias de Diamante (Guaraniaçu), Santa Tereza (Cascavel), Iracema (Formosa do Oeste), Guará, Palmeirinha, Corvo Branco e Campina do Simão (Guarapuava), Jardim Alvorada, Parque das Grevilhas e Iguatemi (Maringá), Porto Santana e Rio da Prata (Laranjeiras do Sul), São Luiz, Maravilha, Lerroville, Paiquerê

e Warta (Londrina); também estavam em fase de construção o alojamento da Escola de Polícia e o Instituto de Criminalística de Ponta Grossa.

— Na área da Polícia Militar: inauguração do posto florestal da Ilha do Mel, do quartel do Corpo de Bombeiros de Guarapuava e conclusão das obras do quartel da guarnição de Barracão; em dezembro, encontravam-se em andamento as obras de construção dos quartéis de Toledo, Rolândia e Francisco Beltrão e de ampliação do quartel de Maringá e do alojamento de Foz do Iguaçu.

— Na área do DETRAN: conclusão das obras de construção das CIRETRANS de Ponta Grossa e Faxinal; no final do ano, estavam em andamento as obras das CIRETRANS de Bandeirantes, Cruzeiro do Oeste, Pato Branco e Cornélio Procópio.

13.2. REEQUIPAMENTO E PESSOAL

Para assegurar às unidades da Polícia Militar e da Polícia Civil condições mais adequadas ao cumprimento de suas missões, foram adquiridas 19 viaturas com recursos do FUNRESPOL, 42 com recursos do FAS, e 27 com recursos do FUNRESTRAN; outras 80 viaturas foram recebidas do Ministério da Justiça. As diversas unidades da Polícia Civil foram equipadas com 250 carabinas, 385 pares de algemas, 145 rádios VHF, uma central de PABX e 3 telex; a Polícia Militar adquiriu, entre outros, 250 carabinas, 142 rádios VHF, 18 “kits” de manutenção de viaturas, 100 capacetes especiais, 300 coletes refletivos e 5 lunetas.

Na Polícia Militar, foram incluídos 1.542 novos soldados e excluídos — a pedido, reformados e a bem da disciplina — 1.088; na Polícia Civil, foram nomeados 150 escrivães, 100 agentes de segurança, 23 datiloscopistas, 77 identificadores datiloscópicos, 23 auxiliares de necropsia e 34 delegados de polícia.

13.3. OUTRAS REALIZAÇÕES

Foram instalados 35 novos conselhos comunitários de segurança no Estado; em dezembro, o número dessas organizações que promovem o entrosamento da população com os órgãos responsáveis pela segurança do cidadão, totalizavam 67 no interior e 7 na capital do Estado.

O DETRAN emitiu, de janeiro a novembro, 224.445 carteiras nacionais de habilitação e 482.927 certificados de registro de veículos. No mesmo período, o Instituto de Identificação emitiu 495.383 cédulas de identidade.

A Secretaria de Segurança, atendendo emergências provocadas por fenômenos anormais — chuva, seca, vendaval, granizo e outros — que afligiram o Paraná em 1988, castigando com mais rigor segmentos carentes da população, distribuiu 105,3 toneladas de alimentos e repassou às prefeituras, com a mesma finalidade, recursos da ordem de Cz\$ 349,8 milhões.

14. HABITAÇÃO

O que vem ocorrendo com o problema da habitação popular é o exemplo mais representativo das dificuldades que o Estado enfrenta com as inesperadas, sucessivas e quase sempre desastrosas mudanças impostas pelo Governo Federal às regras do jogo na área econômica e nos programas de investimentos para fins sociais.

Com efeito, as diretrizes anunciadas e inicialmente postas em prática de uma política habitacional prioritária, no plano federal, que teve como indicativo mais otimista a transformação do Ministério do Desenvolvimento Urbano em Ministério da Habitação, fez com que o Governo do Estado mantivesse, em grande parte do exercício de 88, a esperança de prosseguir realizando o grande programa de construção de moradias e urbanização de lotes que fez com que a Caixa Econômica Federal cumprimentasse o Paraná, no final do ano de 1987, por haver sido o Estado que mais contratos assinou, naquele ano com o Sistema Financeiro da Habitação.

O encerramento do exercício de 88, entretanto, foi melancólico nesse setor. As medidas adotadas pelo Governo Federal, de combate ao déficit público, atingiram em cheio os programas da COHAPAR e das COHABS de Curitiba e de Londrina, instituições que passaram a ser consideradas exclusivamente como órgãos de assessoria técnica e estão praticamente impedidas de contratar, daqui para frente, novos recursos para financiar seus programas de construção.

A consequência mais séria da crise resultante dessa drástica redução dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação, combinada com o empobrecimento da sociedade brasileira é que a clientela típica das casas populares continua perdendo seu poder de compra e a descer ainda mais na escala social.

Assim, os programas convencionais de casas populares, criados para atender os trabalhadores com financiamentos provindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — dinheiro do próprio trabalhador, portanto — não mais atendem à classe operária brasileira. A crise do sistema e o achatamento salarial fazem com que a maioria absoluta dos trabalhadores só disponham de condições financeiras para, no máximo, pleitearem a aquisição de unidades do Projeto Mutirão, inicialmente proposto para atender os segmentos mais carentes da população, aqueles que estão praticamente à margem do mercado formal de trabalho.

A realidade, refletida pela experiência das companhias de habitação estaduais e municipais de todo o país, demonstra que a camada social que hoje pleiteia financiamento para aquisição das casas das Cohabs é um segmento da classe média que também vem empobrecendo aceleradamente e perdendo espaço no degrau que até há pouco ocupava na pirâmide social. Esse segmento representava, anteriormente, a clientela mais específica dos chamados programas de cooperativas habitacionais.

Nesse contexto, as perspectivas para 1989 e os anos seguintes não são animadoras. O Paraná tem um saldo, na linha de crédito que havia sido obtida junto à Caixa Econômica Federal para programas habitacionais, de aproximadamente 120 bilhões de cruzados — valores de dezembro —, recursos que foram congelados em decorrência das medidas restritivas impostas pelo Governo Federal, em março de 1988, com as Resoluções 1464 e 1469 do Banco Central.

Desse modo, a não ser que haja uma reformulação nas diretrizes adotadas pelo Sistema Financeiro da Habitação quanto a novas contratações de financiamentos para casas populares, será preciso rever as prioridades ao nível estadual e na hipótese de uma efetiva disponibilidade de recursos para o Estado e os municípios, como resultados da reforma tributária definida pela Constituição, estudar novos mecanismos que permitam ao Executivo estadual e às prefeituras alocarem recursos para atender principalmente às faixas mais empobrecidas da população, justamente aquelas que se têm apresentado no Paraná como pretendentes ao Projeto Mutirão.

Outra conseqüência negativa da desativação dos programas habitacionais atinge os empresários do setor. Com a linha de crédito obtida da Caixa Econômica Federal em 1987, que fundamentou o programa de construção de 45 mil unidades habitacionais, o Governo induziu os empresários da construção civil pelas encomendas que tal volume de recursos assegurava, a estabelecerem planos de desenvolvimento de tecnologia, adquirirem equipamentos e contratarem mão-de-obra para que fossem cumpridos os compromissos assumidos. O cancelamento das obras previstas para 1989 representou, para esse seguimento empresarial paranaense, grave desorganização no planejamento de suas empresas. Para os trabalhadores do setor, a ameaça de desemprego é a maior agravante à situação crítica em que já se encontram os assalariados.

14.1 Desempenho em 1988

As ações desenvolvidas pelo Governo na área de habitação popular, em 1988, permitiram a construção de 13.263 unidades habitacionais. Em dezembro, outras 19.525 estavam em obras além de 42.356 em projeto, totalizando 75.144 moradias populares, possibilitando atender a mais 350 mil habitantes paranaenses. Desse total, a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) edificou 9.144 unidades, tendo 11.252 em obras e outras 30.771 em projeto, somando 51.167 moradias. O restante refere-se à COHAB de Curitiba e à COHAB de Londrina que juntamente com a COHAPAR implementam o Plano de Habitação Popular do atual governo.

14.1.1. Posição da COHAPAR

Esse desempenho foi acompanhado pela consolidação da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) que foi destacada pelo Balanço Anual da revista Exame como a primeira empresa pública do país pelo patrimônio líquido e pelo resultado líquido financeiro; a segunda, entre todas as empresas de habitação popular estaduais e municipais; a vigésima maior empresa pública

entre as cem principais brasileiras; e a quadragésima, entre todas as empresas públicas e privadas analisadas pela revista.

14.1.2. Novas Tecnologias

No processo de implementação desse programa de obras, cujos ápice foi o ano de 1988, a COHAPAR somou ao desempenho administrativo inovações na técnica de construção de casas populares. Um sistema de “trava-bloco”, desenvolvido pelo engenheiro Gelson Gubert, aplicado na execução de projetos conduzidos pela empresa, permite reduzir o custo e o tempo da obra em 1/4 do que aqueles alcançados pelos métodos convencionais

A repercussão desse trabalho atraiu ao Paraná técnicos e dirigentes de órgãos públicos responsáveis por programas de construção de moradias populares de diversos estados brasileiros e do Equador, República do Senegal, França e Alemanha.

14.1.3. Produtividade

A determinação do Governo para melhorar o desempenho da máquina administrativa, tanto da administrativa direta como das autarquias e empresas públicas, fez-se sentir no trabalho realizado no setor. Na COHAPAR, houve redução do número de diretorias, aperfeiçoamento no sistema de cobrança e significativa diminuição no número de funcionários — dos 552 existentes no início de 1987 restaram 376, em dezembro de 1988.

Considerando-se o substancial aumento do número de casas construídas pela empresa em 1987 e 1988, relativamente aos anos anteriores, pode-se avaliar que houve significativo aumento na produtividade, um dos motivos do desempenho obtido no exercício.

14.1.4. Situação Financeira

A COHAPAR conta atualmente com 54.763 mutuários, sendo 45.364 proprietários de casas construídas pelo sistema convencional e 9.399 pelo sistema de mutirão habitacional. O capital social da empresa teve um acréscimo de aproximadamente 550% em relação ao ano de 1987, passando de Cz\$ 160 para Cz\$ 869 milhões. Do total de recursos movimentados — Cz\$ 8,7 bilhões, destacam-se os que foram obtidos da Caixa Econômica Federal, no total de Cz\$ 5,8 bilhões e da Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República, somando Cz\$ 1,54 bilhão. Os recursos próprios aplicados pela empresa totalizaram Cz\$ 1,34 bilhão.

Desse volume de recursos mobilizados em 1988 cerca de Cz\$ 7 bilhões — 84,5% — foram aplicados em investimentos na finalidade principal da empresa, a construção de moradias para as populações de baixa renda. O Programa Mutirão absorveu Cz\$ 2,3 bilhões. No custeio administrativo da empresa foram gastos 13,2% dos recursos mobilizados, no total de Cz\$ 2,3 bilhões. Dos recursos obtidos junto à Caixa Econômica Federal 11,5% — Cz\$ 665 mil — foram devolvidos àquela instituição, em decorrência de dispo-

sitivos contratuais.

O Governo solicitou nova linha de crédito, ao banco Mundial, equivalente a 18 milhões de dólares, por intermédio do PEDU — Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, para a construção de 6.402 casas pelo sistema mutirão e outras 871 pelo sistema convencional, na programação de 1989.

15. CULTURA

A ação do Governo, em 1988, na promoção das atividades culturais da comunidade paranaense, caracterizou a prioridade que vem sendo atribuída ao setor, compromisso já expresso no Plano de Governo. Já na proposta orçamentária para o exercício foram definidos recursos da ordem de Cz\$ 1 bilhão para as atividades da Secretaria da Cultura, 4,8% a mais do que a dotação do ano anterior. Além disso, no decorrer do ano, para atender à dinâmica programação realizada com recursos orçamentários, o setor recebeu suplementações que totalizaram Cz\$ 854,1 milhões.

Os recursos do Tesouro porém, seriam insuficientes para sustentar a grande explosão de iniciativas culturais que sacudiu a sociedade paranaense, estimulada pelo clima de liberdade de expressão com que passou a conviver após a derrocada do regime autoritário.

Para atender a essa demanda o Governo empenhou-se na busca de numerário de outras fontes, especialmente federais (MINC, FUNARTE, FUNDAZEM, PRO-MEMÓRIA SPHAN, entre outras), da área privada, mediante doações amparadas pela Lei Sarney e recursos provenientes da aplicação do Decreto Estadual nº 2627/88: estes, especificamente destinados à aquisição, construção e reforma de bens culturais imóveis, bem como sua manutenção e equipamento.

15.1. MÚSICA E TEATRO

A principal sala de espetáculos do Estado foi utilizada principalmente para incentivar e valorizar artistas e iniciativas paranaenses. Nesse contexto, merece destaque o apoio aos trabalhos da Orquestra Sinfônica do Paraná e do Ballet Teatro Guaíra, cujas exhibições têm merecido significativa audiência da comunidade.

O Teatro, que necessitava de urgentes serviços de recuperação e melhoras em suas instalações, iniciou reformas internas importantes na maior parte desinadas a dar condições para um melhor desempenho dos artistas, tais como a reforma da concha acústica do Auditório Bento Munhoz da Rocha Neto e a construção de uma sala de ensaios para a Orquestra Sinfônica do Paraná.

O acesso de amplas camadas da população aos espetáculos artísticos produzidos pelas instituições governamentais ligadas à cultura é uma consequência da proposta de democratização do setor. Para possibilitar esse acesso a Orquestra Sinfônica do Paraná tem-se apresentado aos domingos para grandes audiências populares, em concertos matinais, tanto em Curitiba como em outras cidades. Com o mesmo objetivo, o programa Palco Móvel difundiu o teatro principalmente para as platéias do interior.

Cumprindo a tarefa de levar as artes cênicas ao interior do Estado,

atendendo à proposta de descentralização das atividades culturais, o Executivo associou-se à Prefeitura de Maringá e, utilizando as prerrogativas da Lei Sarney — com recursos do Banestado — abriu mais um espaço cultural naquela cidade com a construção de um Barracão de Cultura — unidade arquitetônica de construção mais barata do que os teatros convencionais, mas que oferece todas as condições para apresentações artísticas de elevado nível.

Mas o incentivo às atividades artísticas, principalmente na área das artes cênicas, não se esgota na adoção de providências para prover novos espaços, no incentivo ao teatro profissional, com a realização de co-produções ou no apoio ao teatro amador: a ação de maior transcendência, capaz de efetivamente promover esse importante segmento da cultura é o investimento no preparo adequado de novas gerações de artistas.

Assim, o fato mais auspicioso, em 1988, no panorama das artes cênicas paranaenses, foi a diplomação dos primeiros formandos do Curso Superior de Artes Cênicas e do Curso Superior de Dança, mantidos mediante um convênio entre o Governo do Estado e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e já reconhecidos pelo Ministério da Educação. Além desses cursos, de nível universitário, a Fundação Teatro Guaíra continuou dando prioridade ao Curso de Danças Clássicas, para alunos de menor faixa etária.

15.2. PATRIMÔNIO CULTURAL

A decisão do Governo, de disciplinar o uso de recursos de empresas estatais paranaenses destinados a apoiar projetos culturais — provenientes do lucro tributável nos termos da Lei Sarney — destinando-os exclusivamente à aquisição, construção e reforma de bens culturais móveis, possibilitou a realização de obras indispensáveis à preservação de imóveis tombados, que necessitavam de recuperação e benfeitorias, destacando-se, entre as mais relevantes: recuperação da Casa João Turim e da Sala Miguel Bakun; reforma geral do prédio do Museu de Arte Contemporânea; reforma do Auditório Brasília Itiberê de Mattos; ampliação e recuperação do Museu Alfredo Andersen; construção do Barracão de Cultura, em Maringá; e benfeitorias no Museu Paranaense.

15.3 PUBLICAÇÕES

A continuidade da publicação regular do jornal Nicolau, que já divulgou cerca de 200 autores, consolidou esse veículo como instrumento válido para a divulgação da cultura paranaense. O saudável debate sobre a importância do jornal na promoção das atividades literárias do Estado e no fomento à livre discussão de idéias pelos intelectuais paranaenses, ganhou novo alento com a conquista, pelo Nicolau, do prêmio “Mérito Cultural de 1988” da Academia Brasileira de Letras.

A Secretaria da Cultura editou, também, o livro Resistência Democrática, obra de caráter documental sobre o processo repressivo instalado no Paraná a partir de 1964. A edição do livro Máquina de Escrever coroou o êxito o relançamento, em 1987, do Concurso Nacional de Contos que alcançou repercussão nacional.

15.4 OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS

A multiplicidade de ações na área cultural, caracterizada pela diversidade de projetos espalhados pelo Paraná, em todas as áreas, não permite uma discriminação exaustiva no contexto de uma explanação que deve ater-se aos eventos relevantes. É evidente que a soma de recursos aplicados no exercício, superior a Cz\$ 1,8 bilhão de verbas orçamentárias, retrata a dimensão do trabalho realizado no setor.

Merecem destaque, entretanto, quer pelo caráter inovador quer pela contribuição ao desenvolvimento cultural do Estado — distanciando-se, portanto, das atividades de rotina — as seguintes realizações:

— Restauração de mais de uma centena de obras do escultor paranaense João Turim, que se encontravam em estado de abandono, e instalação do museu para guarda e conservação do acervo do artista.

— Recuperação da memória do ator Maurício Távora, com a publicação do livro de poemas *Voa Vida* e reedição do disco *Gralha Azul*.

— Edição do boletim número 1 do Patrimônio Cultural, abrindo espaço aos profissionais da área para a discussão de temas e teses relevantes.

— Levantamento geo-arqueológico e análise espacial da cidade espanhola de Vila Rica do Espírito Santo e pesquisas em sítios indígenas em Sengés e São Pedro do Ivaí.

— Recuperação total do Parque Histórico do Mate, reaberto à comunidade para diversos eventos de cunho cultural e histórico.

— Realização do I Encontro de Museus do Paraná, com a participação de técnicos de unidades particulares, municipais, estaduais, autárquicas e federais instaladas no Paraná, para traçar diretrizes que orientem a museologia paranaense.

— Apoio à produção de cineastas paranaenses, com liberação de recursos para uma produção de longa metragem — *O Drama da Fazenda Fortaleza* — e, em co-produção com a Fundação Brasileira de Cinema, de quatro produções de curtametragem.

— Realização do VIII Festival e Música de Londrina, assegurando a continuidade desse evento que é considerado, nos círculos especializados, um dos mais importantes do país.

— Implementação, na Sala Braille da Biblioteca Pública do Paraná, do projeto Integração da Criança Deficiente Visual, com o patrocínio da IBM do Brasil.

16. ESPORTES

Consciente de que o fomento às atividades esportivas não se esgota no trabalho direto do poder público, o Governo do Estado adotou a estratégia de motivar a participação democrática dos especialistas comprometidos com a sociedade, sem qualquer clima de emoção partidária ou assistencialista, para aprofundar o processo, iniciado em 1987, de descentralização das decisões, com o objetivo de atender aos anseios e às necessidades de cada segmento da comunidade paranaense.

Para cumprir as diretrizes estabelecidas pela política estadual de esportes, o Governo mobilizou recursos próprios e buscou junto à iniciativa privada o apoio financeiro necessário para acelerar o processo de desenvolvimento esportivo do Estado, operacionalizando os programas de atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras de modo a assegurar a democratização da prática do esporte, como um direito de cada cidadão paranaense.

16.1. PROGRAMA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS

16.1.1. Esporte Rendimento

Para valorizar o potencial do atleta paranaense, vários projetos foram intensificados, em 1988, tanto com o objetivo do aperfeiçoamento técnico como para promover a descentralização das atividades esportivas no Estado.

Centro de Excelência

A política estadual de esportes estabelece como uma de suas metas prioritárias a instalação de um centro de excelência no Ginásio de Esportes “Prof. Almir Nelson de Almeida” — Tarumã, com o objetivo de criar um espaço apropriado ao desenvolvimento técnico desportivo.

Para o cumprimento dessa meta, o Ginásio do Tarumã passou por uma reforma geral (cobertura, piso, sanitários, instalações elétricas e hidráulicas, pintura, etc). Nas obras de reforma foram investidos recursos de capital na ordem de Cz\$ 58,4 milhões.

Centro Regional — Cascavel

Criado com o objetivo de estimular a descentralização do processo de tomada de decisões, para que os municípios do Estado possam participar e assumir responsabilidades nas condições que a realidade municipal e regional possibilitar. Os trinta municípios da região de Cascavel foram motivados para a promoção de atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras. Foi desenvolvido um amplo programa de capacitação de recursos humanos nas áreas de gerenciamento, treinamento e técnica desportiva, desenvolvimento motor e lazer comunitário.

Jogos Abertos do Paraná

Os Jogos Abertos do Paraná são a expressão máxima do alto nível de rendimento esportivo do Estado. No ano de 1988, os Jogos passaram a ser realizados em 13 regiões, preliminarmente, culminando com a fase final na cidade de Guarapuava.

A fase regional contou com a participação de 109 municípios e 5.947 atletas. Os municípios promotores da fase regional foram os seguintes: Araucária, Ribeirão do Pinhal, Irati, Uraí, Centenário do Sul, Ivaiporã, Maringá, Nova Londrina, Iporã, Goioerê, Palotina, Cascavel e União da Vitória.

Na fase final, realizada na cidade de Guarapuava participaram 56 municípios e 3.128 atletas.

Houve um crescimento significativo na participação de atletas e municípios nos Jogos Abertos do Paraná, Fase Regional, conforme demonstra o quadro a seguir:

Apoio às Federações Esportivas Amadoras

Com o objetivo específico de redimensionar e dar melhores condições de atuação às federações esportivas amadoras para o desenvolvimento de suas atividades, o Governo repassou auxílio financeiro na forma de subvenção social, na ordem de Cz\$ 10,6 milhões. Além disso, a Fundação de Esportes do Paraná prestou apoio técnico e logístico, notadamente através da intermediação de recursos, para o desenvolvimento de projetos, junto à iniciativa privada.

Pólos Esportivos

Esse projeto atende à necessidade de difusão da prática do esporte olímpico entre a juventude e de aprimoramento da aptidão daqueles atletas com potencial reconhecido, objetivando elevar o nível técnico das representações paranaenses. Estão em funcionamento, em 30 municípios, 53 pólos esportivos nas modalidades de atletismo, basquetebol, ginástica artística, ginástica rítmica desportiva, handebol, vólibol e xadrez, com a participação de 7.373 atletas.

Para o desenvolvimento das atividades dos pólos esportivos cabe à Fundação apoiá-los técnica e administrativamente e supri-los com materiais esportivos de consumo e permanentes.

Em 1988, foram realizadas 18 competições entre os pólos esportivos das diversas modalidades.

Projeto Paraná Olímpico

Tem como objetivo o incentivo financeiro, patrocinado pelo Banco do Estado do Paraná, representado pelo pagamento de bolsa-auxílio a atletas e técnicos que atingirem os requisitos e condições especiais que os credenciem às competições olímpicas. Em 1988, foram beneficiados 10 atletas.

Projeto Arbitragem

Atividade que proporciona cursos de atualização dos quadros de árbitros das diversas modalidades esportivas, promovendo seu crescimento qualitativo e quantitativo. Foram realizados 16 cursos, de diversas modalidades, tendo sido treinados 368 árbitros.

16.1.2. Esporte Escolar

O esporte escolar constitui-se na base fundamental para tornar realidade os objetivos propostos pelo esporte rendimento, pois a escola é o local que reúne o maior contingente populacional em condições de obter uma adequada formação esportiva. Por outro lado, a prática esportiva na escola pode ser orientada em bases pedagógicas e direcionadas ao desenvolvimento e aprendizagem motora, auxiliares do processo de desenvolvimento integral da criança.

Jogos Escolares do Paraná

Com o objetivo de propiciar a prática desportiva aos estudantes paranaenses e descobrir novos talentos, os Jogos Escolares do Paraná foram realizados, em 1988, sob responsabilidade da Fundação de Esportes do Paraná e da Secretaria da Educação, com o patrocínio da Companhia e Cervejaria Brahma — Pepsi.

O desenrolar das competições também ocorreu em duas fases, uma regional, nas cidades de Curitiba, Porecatu, Colorado, Umuarama, Arapongas, Nova Esperança, Guaíra, Peabiru, São José dos Pinhais, Bandeirantes, Telêmaco Borba, Capanema e Pato Branco; e outra final, subdividida por modalidades esportivas, em cinco municípios. Na primeira, participaram 16.506 atletas e 528 escolas de 216 municípios; na segunda, 4.771 atletas concorreram à classificação final, obedecendo à seguinte distribuição: em Guaíra, 956 atletas representando 160 escolas de 43 municípios; em Jacarezinho, 1.101 atletas representando 69 escolas de 52 municípios; em Marechal Cândido Rondon, 1.008 atletas representando 64 escolas de 46 municípios; em Castro, 906 atletas representando 60 escolas de 42 municípios; e em Paranaguá, 800 atletas que representaram 54 escolas de 32 municípios.

Em relação a 1987, houve a seguinte evolução quanto à participação na fase regional dos jogos: mais 14% no número de atletas, 26% de escolas e 51% de municípios representados.

Jogos da Juventude

Com o objetivo específico de estimular a prática do desporto para nascidos a partir de 1.972, como uma estratégia indispensável para a renovação de valores, os Jogos da Juventude do Paraná foram realizados em Foz do Iguaçu, contando com a participação de 2.474 atletas de 55 municípios. Sob o patrocínio do Banco Itaú e da Itaipu Binacional, essa competição também teve destacado incremento quanto ao número de participantes, em relação ao ano anterior: 37% a mais de atletas e 57% de municípios presentes.

Esta evolução demonstra, do mesmo modo que nos Jogos Escolares e nos Jogos Abertos, que a política de descentralização que está sendo praticada na difusão dos programas de incentivo ao esporte tem obtido êxito, motivando cada vez mais a juventude paranaense a um sadio convívio com as atividades desportivas.

Jogos Escolares Brasileiros

Os Jogos Escolares Brasileiros, promovidos pela Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, representam o ápice do esporte escolar brasileiro. Os atletas que representam o Paraná são selecionados a partir do seu desempenho nos Jogos Escolares e nos Jogos da Juventude.

A Fundação de Esportes do Paraná desenvolveu todo o trabalho de preparação das seleções que representariam o Estado nos Jogos Escolares Brasileiros de 1988. No entanto, mudanças na estrutura daquela competição esportiva nacional, adotadas pelos organizadores, conflitaram com os critérios que norteiam a prática do esporte escolar no Estado. Desta forma, o Paraná tomou a decisão de não participar do evento.

Projeto Frutos da Terra

O Projeto Frutos da Terra tem como objetivo central o incentivo financeiro, técnico e educacional aos jovens talentos esportivos, impedindo sua evasão para outros Estados. Realizado em conjunto pela Fundação de Esportes e o Serviço de Loteria do Paraná/SEFA) está beneficiando 240 atletas de 61 municípios.

16.1.3. Esporte Popular

O Governo tem incentivado as prefeituras e as empresas privadas e públicas para que promovam e patrocinem campeonatos de diversas modalidades esportivas, como meio para motivar expressivas camadas da população, de todos os segmentos sociais, à prática desportiva.

Projeto Integração

Criado com o objetivo de estimular os municípios a promover programações desportivas, aproveitando as características próprias da comunidade de acordo com seus interesses e disponibilidades. Teve grande aceitação, em 1988, quando foram firmados convênios com 159 municípios.

Projeto Esporte

Implementado para formar e capacitar recursos humanos adequados para o desenvolvimento de programas de atividades esportivas, qualificar profissionais da área do esporte e estimular o surgimento de lideranças esportivas conscientes do seu papel e de sua responsabilidade perante a comunidade. Em 1988, foram realizados 4 Cursos, tendo sido treinados 108 técnicos.

Jogos Abertos do Vale do Ivaí — Javi's

Uma iniciativa dos municípios que compõem a região do Vale do Rio Ivaí, objetivando maior integração regional na área do esporte. Em 1988, os Javi's foram realizados na cidade de Barbosa Ferraz, com a participação de 12 municípios e envolvendo 1.327 atletas, com o patrocínio do Banco do Estado.

Jogos Abertos Regionais do Vale do Pirapó — Jarvap's

Com os mesmos objetivos, os Jarvap's foram realizados na cidade de Mandaguaçu, com a participação de 15 municípios e 1.144 atletas.

Outros Eventos

O Governo deu apoio técnico e ajuda financeira para diversos outros eventos esportivos de iniciativa das comunidades, destacando-se: Jogos Abertos do Vale do Piquiri, em Formosa do Oeste; Jogos Estudantis do Vale do Piquiri, em Corbélia; I Campeonato Municipal de Futebol de Salão, em Missal; Mini Copa Regional de Futebol de Salão, em Tamboara; Jogos da Amizade e Jogos dos Trabalhadores, em Assaí; V Jogos Abertos de Uraí;

e I Olimpíada da Comunidade, em Pinhalão.

16.2. PROGRAMA DE ATIVIDADES RECREATIVAS-LAZER

Atendendo às diretrizes da Política Estadual de Esporte, destacaram-se, como ações principais, em 1988:

Operação Verão — Projeto “Viva Mais o Verão”

Atividades esportivas e recreativas realizadas nos balneários paranaenses, nos meses de janeiro e fevereiro, tendo como objetivo proporcionar ao veranista um entretenimento saudável em suas férias. Participaram das diversas atividades 42.472 pessoas.

Projeto Ilha do Mel

Propiciou a realização de diversas atividades recreativas junto à comunidade ilhéu, que se encontrava desprovida de opções de lazer orientado. Utilizaram-se recursos ambientais disponíveis, como o objetivo de despertar na criança e no jovem o interesse pela vida comunitária, valorizando suas tradições e costumes.

Cursos de Lazer Comunitário

Idealizados com a finalidade de despertar a consciência das comunidades sobre a importância do desenvolvimento de atividades recreativas, ocupando os espaços ambientais disponíveis nos municípios e também estimular a criação de clubes e associações recreativas, divulgando uma visão mais ampla de lazer.

16.3. PROGRAMA DE ATIVIDADES MOTORAS

O Programa de atividades motoras é o mais significativo do processo de desenvolvimento esportivo. Seu objetivo é despertar os profissionais do esporte para a necessidade de combater os extremos gerados pela iniciação esportiva precoce, eliminar os efeitos do tecnicismo, do movimento modelado e estereotipado e caracterizar como fundamentais o movimento individualizado e a valorização da criatividade.

Nessa área, os esforços se concentraram na realização de cursos, palestras e encontros com o objetivo de orientar os profissionais para o estímulo ao desenvolvimento e aprendizagem motora da criança, adequando as atividades à fase de desenvolvimento em que ela se encontra. Foram realizados 14 cursos e treinadas 703 pessoas.

16.4. PROGRAMA DE ATIVIDADES EXPRESSIVAS

O objetivo do Programa de Atividades Expressivas é estimular a prática da ginástica, da dança, da expressão corporal e outras atividades similares.

Em 1988, foi realizado o I Encontro Estadual de Atividades Expressivas para elaboração de um projeto de âmbito estadual. Destacou-se, nesse encontro, um grupo da Faculdade de Educação Física de Palmas, que liderou um movimento regional, envolvendo Marechal Cândido Rondon e Pato Branco, para realizar um grande festival escolar de dança em Palmas.

16.5. PROJETOS ESPECIAIS

Diagnóstico da Aptidão Física do Paranaense

A Fundação de Esportes do Paraná em convênio com o Ministério da Saúde, está estruturando um projeto de “Diagnóstico da Aptidão Física do Paranaense” que deverá ser implementado a partir dos primeiros meses de 1989. Em 1988, foram investidos recursos de capital da ordem de Cz\$ 17,2 milhões para a compra dos equipamentos e materiais permanentes para o desenvolvimento do mesmo. Trata-se de uma iniciativa pioneira no esporte brasileiro, que terá como objetivos específicos o diagnóstico, avaliação e estabelecimento da aptidão física do povo paranaense e a medição, avaliação e estabelecimento dos padrões somatipológicos populacionais.

O Governo repassou recursos do PRAM — Programa de Ação Municipal, para obras e equipamentos esportivos para 21 municípios, no valor total de Cz\$ 60,9 milhões.

16.5. PROJETOS ESPECIAIS

Diagnóstico da Aptidão Física do Paranaense

A Fundação de Esportes do Paraná em convênio com o Ministério da Saúde, está estruturando um projeto de “Diagnóstico da Aptidão Física do Paranaense” que deverá ser implementado a partir dos primeiros meses de 1.989. Em 1988, foram investidos recursos de capital da ordem de Cz\$ 17,2 milhões para a compra dos equipamentos e materiais permanentes para o desenvolvimento do mesmo. Trata-se de uma iniciativa pioneira no esporte brasileiro, que terá como objetivos específicos o diagnóstico, avaliação e estabelecimento da aptidão física do povo paranaense e a medição, avaliação e estabelecimento dos padrões somatipológicos populacionais.

O Governo repassou recursos do PRAM — Programa de Ação Municipal, para obras e equipamentos esportivos para 21 municípios, no valor total de Cz\$ 60,9 milhões.

17. COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

A nova estrutura administrativa do Estado — decorrente da Lei 8.485, de 3 de junho de 1987 —, que ampliou o núcleo central do Executivo, a Governadoria, com a incorporação da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Secretaria da Comunicação Social e Procuradoria Geral do Estado à estrutura anteriormente composta apenas pela Casa Civil, Casa Militar e Gabinete do Governador, comprovou sua eficácia com o desempenho obtido, em 1988, na condução de importantes problemas cujo equacionamento tem influência não só nas questões de curto e médio prazos mas, principalmente, naquelas que afetam o futuro da sociedade paranaense.

17.1. PLANEJAMENTO

Um dos principais avanços institucionais alcançados em 1988 diz respeito à consolidação de um novo processo de elaboração do do Orçamento Geral do Estado, conduzido por uma equipe mista da qual também fizeram parte técnicos que haviam participado da montagem do Plano de Governo. Dessa forma, obteve-se um orçamento que incorporou, em todos os seus detalhes, as intenções e as propostas do Plano.

Esse avanço técnico, no âmbito do planejamento governamental, teve sua contrapartida no confronto com a realidade. O Brasil viveu, em 88, provavelmente, o momento de crise mais grave de sua história, caracterizado pela insuportável escalada do processo inflacionário e pela indefinição geral da política econômica da União, fatores que se somaram para golpear duramente as receitas do Estado. Idêntico impacto sobre as finanças estaduais resultou das tentativas do Governo Federal para combater a inflação com medidas que limitaram a capacidade de obtenção de recursos pelo Estado, quer mediante empréstimos quer pelo lançamento de títulos, apesar do Paraná ser uma das poucas unidades da Federação com capacidade de endividamento para assumir compromissos dessa ordem.

Nesse contexto, a execução orçamentária não pôde acompanhar integralmente as propostas do Plano. Em várias áreas os investimentos foram desacelerados, pois o Estado passou a gastar uma parcela cada vez maior dos seus recursos com o pagamento do pessoal.

As seqüelas da crise, evidenciadas na restrição de recursos para inúmeros programas, citados em análises setoriais anteriores — apesar das realizações constatadas —, prejudicam o planejamento governamental pois obrigam o administrador, para enfrentar as dificuldades conjunturais que surgem, a privilegiar medidas de médio e de curto prazos. Mas, por outro lado, a função de planejamento ganha importância exatamente durante os períodos de crise:

é o único instrumento de que dispõe a sociedade para balizar as ações futuras identificando os fatores que favorecem a recuperação.

17.1.1. Orçamento e Programação Futura

Na área da Governadoria, centro das ações de coordenação de todos os programas do Plano do Governo que estão sendo executados e responsável pela elaboração da proposta orçamentária, a influência da conjuntura também foi muito evidente: o Orçamento de 89 foi montado em um período de indefinição institucional, pouco antes da promulgação da nova Constituição brasileira: significa dizer que foi elaborado segundo as regras da Constituição de 67 e deverá ser corrigido, no decorrer de sua execução, às novas regras constitucionais que passaram a vigorar no país.

O Governo está empenhado em implementar uma série de novos programas que deverão ter profunda repercussão no processo de desenvolvimento do Estado, entre os quais:

— Paraná Rural, cujo segmento de Manejo Integrado de Solos e Água deverá trazer para o Estado 63 milhões de dólares do Banco Mundial para investimentos — junto com a contrapartida do Tesouro do Estado — que permitirão um avanço significativo na racionalização do uso de microbacias no Paraná; além dos benefícios, incalculáveis em termos financeiros, para a preservação do patrimônio físico do Estado, o aumento da produtividade e da produção permitirá que se pague, no futuro — com os impostos resultantes da comercialização dessa produção — o empréstimo a ser tomado.

— Negociações de recursos externos do Plano Nakasone — recursos de origem japonesa — para financiar a construção de rodovias nas regiões que vão ser beneficiadas com os projetos do PROID (Programa de Irrigação e Drenagem).

— Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, que também está sendo negociado com instituições internacionais de crédito, e que deverá ter grande repercussão na organização espacial do território.

— Implantação da nova divisão regional do Estado, acompanhada do estudo de uma série de reajustes sugeridos pelas prefeituras. A contenção de despesas levou à postergação da instalação dos escritórios unificados dos órgãos do Executivo nas sedes regionais.

— Elaboração de estudos estratégicos que tentam lançar previsões sobre a evolução do Paraná nas próximas décadas, pela análise das repercussões que terão sobre a economia paranaense fenômenos de longo prazo, como a expansão e a descentralização do grande pólo industrial de São Paulo, a evolução futura da demanda de produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional e os efeitos de curto, médio e longo prazos que deverá ter a integração econômica do Cone Sul — principalmente no caso de Brasil e Argentina — e suas conseqüências sobre algumas regiões do Paraná, como o Sudoeste do Estado.

— Capacitação de recursos humanos, via Centro de Treinamento para o Desenvolvimento, do IPARDES, que além de manter sua linha tradicional de ação, em convênios com a Secretaria do Planejamento da Presidência

da República, iniciou, em 88, uma série de cursos de treinamento de técnicos das administrações municipais — exigência do Banco Mundial em uma das cláusulas do PRAM. Iniciado nos últimos meses de 1988 esse programa deverá treinar, até o final de 1989, cerca de 1.400 técnicos das diversas prefeituras do Estado, contribuindo para melhorar o desempenho do serviço público ao nível das municipalidades — uma substancial contribuição para o aperfeiçoamento da administração pública do Paraná, no seu conjunto.

17.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Organizar, armazenar, comunicar e usar as informações disponíveis em um determinado universo de trabalho — conjunto de atividades que constituem a moderna ciência do “processamento da informação” — são técnicas hoje indispensáveis ao planejamento governamental.

O Paraná já dispunha dos elementos fundamentais para iniciar programas de longo alcance e abrangência global, no contexto do Estado, nessa área: técnicos, em todas as dependências da administração estadual, de competência reconhecida nacionalmente — requisitados para assessorar a implementação de programas idênticos em várias unidades da Federação que ainda não contam com tais recursos —; uma empresa (CELEPAR) com dimensão, experiência, equipamento e qualificação técnica suficientes para dar suporte a um projeto dessa envergadura e complexidade; e instituições (IPARDES e ex-Departamento Estadual de Estatística) que já dispunham de acervo razoável de dados — estatísticos e correntes — necessários para iniciar a implementação do programa.

O Governo do Estado, reunindo esses recursos, humanos, institucionais e técnicos, iniciou, em 1987, a montagem de dois importantes sistemas: o Banco de Dados do Estado — BDE, e a Base de Dados do Governo — BDG. O primeiro, sob responsabilidade do Centro Estadual de Estatística — que substituiu, com a reforma administrativa de 1987, o Departamento Estadual de Estatística — pode fazer chegar a qualquer pessoa as informações básicas sobre o Estado, suas regiões, seus municípios, tanto na área econômica como na social, na geográfica e na política: enfim, um repositório, uma memória dos principais dados, referentes ao Estado que passam a estar disponíveis, com a rapidez de um sistema totalmente informatizado, a qualquer técnico ou estudioso, integrante dos órgãos da administração estadual ou de entidades da sociedade civil — sindicatos, empresas, associações científicas, etc. — interessado nas informações constantes do seu acervo. A montagem do BDE foi praticamente concluída em 1988 e 90% de sua base de dados está atualizada sobre a realidade paranaense, com 50% referentes a 1988, fato inédito no país.

O segundo sistema — Base de Dados do Governo — que já padronizou 80% das informações necessárias à sua implementação definitiva, é um instrumento gerencial que mantém à disposição de todas as unidades da administração estadual, direta e indireta, as informações pertinentes às realizações governamentais. Com esse conhecimento o núcleo central do governo está aparelhado para acompanhar as ações setoriais e manter um permanente

balanço entre as propostas do Plano de Governo e o desempenho do Executivo para efetivá-las.

17.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em conjunto com a Agência Brasileira da Cooperação do Ministério das Relações Exteriores — antiga SUBIN, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — o Governo vem mantendo intenso relacionamento com órgãos de cooperação técnica dos governos do Japão e França e da Organização das Nações Unidas, no sentido de carrear, para o Paraná, benefícios dos programas mantidos por essas organizações.

As negociações conduzidas em 1988 resultaram no encaminhamento de solicitações de cooperação técnica de modalidades diversas — projetos tipo, miniprojetos, estudos de desenvolvimento, doação de equipamentos e vinda isolada de técnicos — para os setores de desenvolvimento tecnológico e industrial, desenvolvimento de recursos humanos, infra-estrutura urbana, meio ambiente, desenvolvimento rural, incremento tecnológico, serviços de saúde pública, desenvolvimento regional e cooperativismo.

18. ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

O ano de 1988, repetindo o ocorrido em 1987, foi um dos mais difíceis de toda a história para as finanças e a economia do Estado. A maioria dos problemas que penalizaram o setor público estadual decorreram da crise que atinge todos os segmentos da sociedade brasileira. A inflação, entretanto, se destaca como o fator mais poderoso entre os que influíram negativamente sobre a administração financeira do Paraná.

O efeito mais devastador da inflação sobre as receitas públicas deve-se à defasagem entre o dia do fato gerador do tributo e o dia do ingresso efetivo do mesmo imposto nos cofres do Tesouro. Alguns ramos industriais, por exemplo, desfrutavam, desde 1984, do benefício de receberem a fração correspondente ao imposto no ato da venda dos produtos e só o recolherem — quando os recolhiam — aos cofres do Estado desde 45 até 90 dias depois. Em um processo inflacionário que atingiu taxas mensais de 20 e 30%, essa prática significava desvalorizações de 30 a 90% no valor do dinheiro quando o tributo era efetivamente arrecadado pelo erário estadual. Por outro lado, representava um privilégio para as empresas daqueles setores industriais que, mantendo em seu poder, por tanto tempo, recursos financeiros na realidade pertencentes ao Estado, podiam, especulando no mercado financeiro, obter, além dos seus lucros normais, uma renda adicional indevida às custas do fisco e do contribuinte. O mais prejudicado com essa prática, entretanto, era o próprio contribuinte que, tendo pago o imposto embutido na compra das mercadorias, tinha significativa parcela desse imposto — pela corrosão inflacionária — desviada de seus verdadeiros fins: reverter à comunidade transformados em benefícios sociais de serviços e investimentos públicos, cuja única forma de custeio são os tributos.

Essa corrosão das receitas públicas compromete o resultado da arrecadação do Estado, processo que se transmite aos municípios e tem reflexos, inclusive, na esfera federal. A União, no entanto, pode não só emitir moeda como, também, colocar no mercado títulos da dívida pública. O Estado e os municípios, não. Estão de mãos atadas, principalmente em consequência da Resolução 1.469 que proibiu a emissão de Obrigações do Tesouro, pelos estados, e não permite que os bancos, dentro do país, emprestem ao setor público para operações de longo prazo. Restou aos governos estaduais pleitear recursos dos programas oficiais gerenciados pela Caixa Econômica Federal e o BNDES: estes, extremamente escassos, muito pouco contribuíram, em 1988, para apoiar projetos do Estado.

A esse quadro, deve ser acrescentado o problema da restrição de recursos internacionais. Já faz algum tempo que o Brasil não conta com recursos dos bancos particulares estrangeiros: desta fonte de financiamento nenhum dólar entrou no país, recentemente. Restaram os empréstimos de instituições financeiras internacionais, como o Bando Mundial e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento, como possíveis fontes de recursos para financiar os projetos de maior dimensão e mais importantes para o desenvolvimento estadual. Até esses órgãos financiadores, porém, tradicionais parceiros no suprimento de fundos para os principais empreendimentos públicos do país, têm colocado obstáculos à liberação de recursos para o Brasil. Além disso, para se tramitar um projeto nessas instituições decorrem, no mínimo, dois anos, como está acontecendo com o Paraná Rural e o Programa de Desenvolvimento Urbano, projetos há algum tempo em análise no BID e no BIRD.

Outro problema que compromete as receitas do Estado são os benefícios federais às exportações. Em 1988, o Brasil bateu mais um recorde nas exportações. O fato pode, até, ser promissor para a economia brasileira; para as finanças do Estado, porém, representa um prejuízo pois quanto maior é o volume das exportações, menor é a arrecadação de ICM para o Tesouro estadual.

Os benefícios fiscais concedidos às microempresas também representam diminuição de recursos para o erário. O número dessas unidades de produção tem aumentado de maneira impressionante, ano a ano. Resulta que os 5% de perda da arrecadação previstos como toleráveis, quando a legislação que as beneficia foi discutida e aprovada, já foram, de muito, ultrapassados. Estima-se que essas perdas já passam de 10%, atualmente. Hoje, o número de microempresas existentes no Estado é da ordem de 66 mil, contra cerca de 60 mil contribuintes ativos normais. Já existem, portanto, mais microempresas isentas de todos os impostos do que empresas que pagam regularmente os tributos estaduais.

O processo inflacionário tem um impacto muito significativo, também, no lado da despesa. As medidas de proteção salarial, que assegura ao trabalhador a justa recuperação do poder de compra dos seus ganhos, têm um grande impacto no setor público. Os reajustes, que foram praticamente neutralizados, fizeram com que a folha de pagamento crescesse de maneira assustadora. Além disso, ainda em 88, o Estado teve que assumir um encargo adicional estabelecido na nova Constituição: o pagamento, pela primeira vez na história, do 13º salário integral ao funcionalismo.

Também a despesa da dívida, sempre em OTN, mais 12 ou 15% de juros pactuados, representa, com a inflação, um desequilíbrio em relação às receitas do Estado. As despesas de capital, igualmente, tanto de obras de construção civil como de construção de estradas, as aquisições de veículos indispensáveis para o funcionamento de serviços públicos essenciais, como os de segurança e outros, cresceram acima da OTN, o mesmo ocorrendo com as despesas de custeio.

O quadro descrito reflete as dificuldades que caracterizaram a administração financeira do Paraná em 1988. Mesmo assim, o desempenho do setor possibilitou que se realizasse um respeitável volume de obras em todos os setores: transportes, energia, educação, saúde, segurança pública e até no Judiciário, com o prosseguimento da construção do fórum de Curitiba. Também o reaparelhamento do Estado não sofreu solução de continuidade, no período, e os compromissos com o funcionalismo foram cumpridos em sua totalidade.

18.1. ARRECAÇÃO

Entre as principais ações desenvolvidas para o aperfeiçoamento da receita, merecem destaque:

— Redução do prazo de repasse dos bancos para o Tesouro do Estado, dos impostos recolhidos pela rede bancária, de quatro para três dias úteis.

— Redução, a partir de agosto, de 90 para 60 dias, do prazo de recolhimento ao Tesouro do Estado, pelos frigoríficos, do “ICM por responsabilidade” — devido pela compra do boi em pé aos produtores.

— Redução, de 45 para 30 dias, do prazo de recolhimento ao Tesouro do Estado, pelas empresas fabricantes e distribuidoras de cervejas e refrigerantes, do “ICM da substituição tributária” — imposto recolhido em nome de todo o comércio varejista de tais produtos.

— Redução, de 60 para 45 dias, de recolhimento ao Tesouro do Estado, do imposto devido pelas indústrias de cimento;

— Extinção do benefício fiscal que, a título de estímulo à ampliação do parque industrial do Estado, concedia, por um prazo de três anos, às empresas industriais novas, ou em expansão, 180 dias de prazo para o recolhimento do ICM. O programa que instituiu esse privilégio era viável e tinha sentido com a inflação sob controle e a economia em crescimento. Com o agravamento do processo inflacionário, tornou-se fator de excessiva corrosão da receita tributária estadual. Pelo direito adquirido, 65 empresas permanecem desfrutando do benefício até que se esgote o prazo de 3 anos.

— Redução, de 45, 70 e 90 dias para 30, 45 e 60 dias, respectivamente, das dilações de prazos para recolhimento do ICM que beneficiam empresas industriais de diversos ramos da atividade econômica, por decisão do Governo do Estado adotada em 1984. O conjunto das empresas que recebem esse privilégio representa 25% da arrecadação do ICM do Estado.

— Vinculação do pagamento do ICM beneficiado com dilatação de prazos de recolhimento ao BANESTADO. O banco, que arrecadava 26% do total do ICM passou a recolher 68%.

— Luta junto ao CONFAZ para a definição de um critério único, válido para todo o país, quanto à redução de prazos para captação do ICM. Em dezembro, a medida foi dotada, fixando-se em 40 dias para a indústria e 20 para o comércio os prazos máximos admitidos.

18.1.1. Mutirão de Cobranças

Procurando aperfeiçoar o sistema de cobrança dos débitos inseridos na dívida ativa, foi montada a operação Mutirão de Cobranças, trabalho realizado pela SEFA e Procuradoria Geral do Estado. O objetivo foi zerar as pendências de ICM, em entendimento direto com as empresas arroladas como devedoras. O primeiro Mutirão, realizado de meados de 87 a junho de 88, abrangeu 161 municípios, com o atendimento de 4.174 contribuintes com 8.123 certidões emitidas, tendo sido recolhidos ao Tesouro do Estado Cz\$ 58 milhões e parcelados débitos de Cz\$ 392 milhões.

Uma segunda etapa, iniciada em setembro, em Curitiba, iniciou-se com

uma depuração de todo sistema de cobrança, para reduzir os processos que se avolumavam nas quatro varas da Fazenda Pública, para então iniciar-se a cobrança. A pesquisa, encerrada em 23 de dezembro, demonstrou que 70% dos processos já estavam extintos por remissões e anistias concedidas em governos anteriores.

18.1.2. I.T.B.I e I.P.V.A.

Quanto a esses tributos, o Executivo promoveu a reformulação do sistema de base de cálculo para a avaliação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI e a reestruturação do IPVA — Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores — integrado ao Detran na implantação da Guia de Recolhimento Especial, acoplada ao DUT — Documento Único de Trânsito. Além disso, foi encaminhada à Assembléia Legislativa alterações na legislação para a elaboração de tabela uniforme.

18.2. FISCALIZAÇÃO

Contando com um efetivo de 1.206 agentes fiscais, o aparato fiscalizatório foi mobilizado no sentido de buscar a fraude e a sonegação, não só por onde elas passaram mas, potencialmente, por onde poderiam passar. Os inúmeros projetos de fiscalização, cuja execução esteve assentada na defesa incessante da justiça fiscal e na eliminação de qualquer tipo de discriminação produziram excelentes resultados.

18.2.1. Operação Alerta Fiscal

Basicamente, a operação se compõe de itens de tarefas fiscais de execução rápida. Conferência de estoques, verificação em máquinas registradoras, acompanhamento de operações de carga e descarga, inspeção em gráficas, averiguações cadastrais e mercantis das microempresas e exação fiscal (orientação e prevenção) são tarefas dirigidas e rigidamente controladas durante a execução da operação. O Alerta Fiscal tem no aspecto “surpresa” um forte aliado, pois a operação é montada sob condições sigilosas. Desenvolvida em 13 regiões fiscais do Estado, abrangendo 26 grandes cidades, esta operação atingiu 8.013 empresas e 12.106 veículos transportadores de cargas.

18.2.2. Operação Integrada

Destinada a fiscalizar o trânsito de mercadorias, é desenvolvida pelas polícias Civil, Militar e Rodoviária e contando, muitas vezes, com a participação da Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, ou outros órgãos de controle. Foi realizada em 88, em 406 oportunidades com duração mínima de 8 horas cada uma. Além de se revelar eficiente instrumento de combate à criminalidade, tais operações permitiram a lavratura de 1.209 autos de infração para cobrar de ICM e multas Cz\$ 85.3 milhões.

18.2.3. Operação Fronteira

No combate sistemático ao contrabando de café para o Paraguai, a Operação Fronteira, com as mesmas características da Operação Integrada mas com aumento significativo das forças de segurança, permitiu a apreensão de 13 veículos que transportavam cerca de 3.700 sacas de café, com indicações de destinação ao contrabando. Em 75 operações realizadas, foram lavrados 288 autos de infração para cobrar Cz\$ 26.9 milhões de ICM e multas.

18.2.4. Operação Sudoeste

Desenvolvida no pico das safras, no Sudoeste do Estado, visando à cobertura fiscal em cerca de 200 km de fronteira seca com o Estado de Santa Catarina, a Operação Sudoeste, além da fiscalização local, em Pato Branco, possibilitou um controle mais efetivo nas saídas interestaduais dos produtos agrícolas da região. Foram lavrados 57 autos de infração para cobrar Cz\$ 5.7 milhões de ICM e multas.

18.2.5. Microempresas

Com a isenção concedida às microempresas, o fisco tem que voltar sua atenção quanto às condições de enquadramento da empresa no regime especial de microempresa. Muitos microempresários se mantêm em tal condição sob burla aos controles fiscais. Atuando com rigor, o fisco desenquadrrou, somente em 88, mais de 800 microempresas com a lavratura de 631 autos de infração e lançamento de Cz\$ 12,5 milhões entre ICM e multas.

18.2.6. Frigoríficos e Laticínios

Historicamente, estes setores sempre ofereceram dificuldades à fiscalização. São os frigoríficos os maiores devedores inscritos em dívida ativa. De difícil cobrança, tais débitos encetaram uma ação enérgica do fisco com relação à abertura de novas empresas destes setores. Foram instituídos mecanismos inibidores através de um "check list" rigorosíssimo, basicamente sobre os sócios das novas empresas. A Secretaria da Fazenda instituiu um detalhado sistema de acompanhamento dos abates e dos respectivos recolhimentos. A ação enérgica do fisco resultou em 122 autos de infração, condensando movimentação mensal de 13 empresas do setor de carnes, onde foram lançados de ICM e multas Cz\$ 2,1 bilhões. Foi o segmento que sofreu maior número de autuações em 1988.

18.2.7. Projeto Parâmetros

Este projeto, concebido segundo as técnicas alemãs de fiscalização, foi desenvolvido conjuntamente por técnicos da Secretaria da Fazenda e os técnicos alemães do Projeto Alemão de Cooperação Técnica instalado no Paraná. Objetiva selecionar as empresas a serem fiscalizadas através de análise compa-

rativa de desempenho. Essa metodologia identifica para o fisco empresas com fortes indícios de sonegação. Durante o ano de 88, 521 empresas foram objetos de fiscalização, selecionadas pelo processamento de dados. Foram lavrados 378 autos de infração para cobrar ICM e multas no montante nominal de Cz\$ 66.7 milhões.

A fiscalização estadual executou, em 88, serviços de fiscalização em 12 cooperativas, 27 empresas exportadoras, 631 grandes empresas e na CFP — Companhia de Financiamento da Produção.

18.3. APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

Dentro dos limites impostos pela contenção de despesas, o Governo tomou uma série de medidas para melhorar a atuação dos órgãos responsáveis pela administração fazendária, desde a parte de equipamentos e instalações até os recursos humanos. Destacam-se entre as principais providências:

— Renovação da frota de veículos utilizada pelo fisco, com 80 novas unidades e aquisição de 10 unidades móveis de fiscalização — veículos adaptados que se transformam em escritórios ambulantes, dando maior conforto pela melhora do ambiente de trabalho, tanto aos agentes fiscais quanto aos contribuintes;

— Desativação, em dezembro, de 157 agências de rendas no Estado, medida adotada após aprofundado e criterioso estudo de viabilidade econômica de funcionamento dessas unidades. Levando-se em conta parâmetros como população, número de contribuintes, volume de trabalho, arrecadação e índice de participação do município no Fundo de Participação dos Municípios, foram atingidos cerca de 10,3% dos contribuintes do Estado que representam cerca de 2,36% da arrecadação global. Não haverá prejuízos para estes contribuintes quanto ao atendimento, ou aos municípios quanto à arrecadação. Às prefeituras serão oferecidas prerrogativas de controle e acompanhamento de sua produção agrícola, pela criação do Escritório do Produtor, sob sua responsabilidade. Este setor estará encarregado da nota fiscal do produtor e das DFCs — Declarações Fisco-Contábeis. O pessoal lotado nas agências desativadas serão realocados em projetos relevantes de fiscalização. Mais de Cz\$ 10,00 milhões/mês serão economizados com aluguel, luz, água, telefone e material de expediente.

18.4. ADMINISTRAÇÃO BANCÁRIA

O Governo prosseguiu empenhado em adotar medidas racionalizadoras e de modernização do BANESTADO, obtendo, como consequência, o destacado desempenho do Banco, em termos nacionais.

A adoção de modelo de banco múltiplo, com simplificação das estruturas do conglomerado e a centralização de serviços comuns, contribuíram, sobremaneira, no fortalecimento da instituição.

Apesar de ter sido ano com maior índice de inflação de toda a história do país, o que contribuiu para que milhares de empresas tivessem suas saúdes abaladas, o Banestado apresentou o lucro líquido de Cz\$ 11,5 bilhões, repre-

sentando uma rentabilidade de 14,74% sobre o patrimônio líquido, um excelente resultado. A remuneração e valorização do capital dos 106 mil acionistas foram plenamente satisfatórias, pois o desempenho do Banco lhes assegurou um lucro de Cz\$ 18,50 e dividendos de Cz\$ 1,60 por ação possuída.

No exercício de 1988, o Governo do Estado promoveu o aumento de capital do Banestado, que passou de Cz\$ 6.429 milhões para Cz\$ 8.910 milhões, e subscreveu o valor mínimo necessário à manutenção do controle acionário. O restante foi colocado integralmente no período de preferência junto a mais de 106 mil acionistas.

Com a capitalização anual do Banestado, está sendo aumentada a capacidade operacional do nosso principal agente financeiro, que continua sendo um importante instrumento do desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os depósitos totais atingiram, em 31.12.88, Cz\$ 274.133 milhões, o que permitiu ocupar a 7ª posição entre os maiores bancos do país. Na área de operações de crédito comercial, foi implantada a Mesa de Negócios, objetivando tornar mais ágeis as operações de crédito, bem como realizá-las com maior grau de segurança.

Merecem destaque os financiamentos ao setor privado que ascenderam a Cz\$ 171 bilhões. Com relação ao apoio aos cafeicultores de Altônia, que passaram por séria crise, o Banestado canalizou substancial volume de recursos, assegurando a continuidade deste importante setor da economia agrícola paranaense. Em face da exigência constitucional, os empresários, micro e pequeno, empresário foram beneficiados com a anistia — com evidente sacrifício do Banco em seu resultado — o que lhes deu condições para continuar contribuindo para o engrandecimento do nosso Estado.

As aplicações da Carteira Rural atingiram a expressiva marca de Cz\$ 29 bilhões em 31.12.88. O número de financiamentos se elevou para 36.600, a maioria direcionada à categoria de mini-pequeno-médio produtores rurais, dando contribuição importante para o aumento da produção agrícola estadual.

No exercício de 1988, promoveu-se uma completa reorganização da área internacional, notadamente no que se refere à exportação, atendendo-se às características do nosso Estado, e cumprindo-se diretrizes e objetivos do planejamento global do Banco. O movimento da Carteira de Câmbio, auxiliou as operações de exportação e importação, canalizando a soma de Cz\$ 54.989 milhões, importante para que o Paraná se situasse como um dos estados com maior índice de exportações dentre as unidades da Federação, inclusive com reflexos positivos para o Banco del Paraná S/A.

O total de operações de crédito alcançou, em 31 de dezembro de 1988, a expressiva soma de Cz\$ 645.879 milhões, representando um crescimento de 1,100% em relação ao ano anterior.

Dentre as empresas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, a Banestado S/A Crédito Imobiliário ocupa o 12º lugar, por saldo em caderneta de poupança, e foi a única empresa do ramo que apresentou incremento real na Região Sul. Em 31 de dezembro de 1988, o saldo dos depósitos de poupança atingiu a cifra de Cz\$ 382,7 bilhões, com incremento real de 65% em relação ao ano anterior. Durante o ano de 1988, foram financiadas 4.607 novas moradias, o que elevou o número de mutuários para 28.794.

O total de aplicações atingiu a soma de Cz\$ 331,7 bilhões, o que representou um crescimento real de 59% em relação ao exercício anterior.

O Banestado deu amplo apoio aos profissionais liberais e empresas de modo geral, através de operações de leasing, proporcionando-lhes acesso a equipamentos, veículos e galpões, sem desembolsos prévios. Estas operações contribuíram para que a economia do Estado continuasse ativa a despeito das dificuldades decorrentes da alta taxa inflacionária vigente no país. O total destas operações foi de Cz\$ Cz\$ 31.341 milhões.

A Banestado S/A Corretora de Câmbio e Títulos e Valores Mobiliários manteve, em 1988, pelo segundo ano consecutivo, o 2º lugar dentre todas as corretoras do país, em termos de Patrimônio Líquido, e 1º lugar em desempenho global. Atuou, intensamente na administração de recursos flutuantes de todos os órgãos de administração direta e indireta do Estado, evitando que tais recursos fossem corroídos pela inflação. Na área de capitalização das empresas, teve destacada participação, já que foi a líder em negociações de ações na Bolsa de Valores do Paraná, passando de 24,6%, em 1987, para 56,6%, em 1988.

A Banestado S/A Corretora de Seguros, atuando de forma dinâmica no seu setor, obteve como Receita Técnica a soma de Cz\$ 746 milhões, além de Cz\$ 1,5 bilhão de Receita Financeira.

A Banestado Clube S.C., dando cumprimento a sua finalidade precípua de prestação de auxílio a entidades, campanhas e atividades de caráter assistencial, cultural e esportivo, beneficiou os setores mais carentes do nosso Estado, com donativos concedidos no valor de Cz\$ 306 milhões, em apoio direto aos programas do PROVOPAR.

O Banco del Paraná S/A, no exercício de 1988, graças à nova filosofia e métodos de trabalho implementados, registrou uma recuperação digna de nota. De um banco com patrimônio líquido negativo, passou para superavitário, apresentando um lucro líquido, em 31.12.88, de Cz\$ 321 milhões, contra apenas Cz\$ 4 milhões, em 1987. Atualmente é um dos primeiros do "ranking" no Paraguai, tendo se tornado doador de recursos aos bancos estrangeiros de primeira linha em funcionamento naquele país, graças ao apoio recebido de seus milhares de clientes.

Na área de automação bancária, o Banestado intensificou, em 1988, os esforços de modernização, implantando diversos serviços em computação eletrônica, melhorando e racionalizando procedimentos, automatizando mais 36 agências, 32 postos de atendimento e instalando 18 caixas pagadoras automáticas, colocando-se na trilha dos bancos mais ágeis e modernos do país. A par de introduzir modernas técnicas de computação, implantou, em 1988, uma Central de Digitação de Cobrança na Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, permitindo que esta parcela de paranaenses tenha acesso a um mercado de trabalho altamente sofisticado.

19. ADMINISTRAÇÃO GERAL

Aprofundar as medidas destinadas a racionalizar a administração das atividades governamentais foi uma das preocupações do Governo do Estado, em 1988.

Nesse sentido, houve avanços significativos na implementação dos programas que aperfeiçoam a execução dos serviços e melhoram a qualidade da gestão interna, economizando recursos materiais e utilizando melhor o potencial dos recursos humanos disponíveis.

Um balanço dos principais avanços registrados no ano mostra que houve aperfeiçoamento do sistema de cadastro de licitantes do Estado, possibilitando melhor conhecimento das empresas inscritas, e do sistema de locação de imóveis, com a emissão de relatórios automatizados com informações por municípios e por secretarias. Está sendo implantado um sistema estadual de telefonia, que passará a controlar, no âmbito da administração direta, as informações sobre as linhas de propriedade do Estado e as alugadas. Prosseguiu a expansão do sistema de protocolo integrado com a expansão desse serviço à 1ª Delegacia da Receita.

19.1. GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Importantes atividades foram realizadas nessa área, destacando-se:

- Adequação do Plano de Cargos e Salários do Quadro Geral do Estado e do Pessoal CLT, no que se refere à alteração de nomenclatura e reavaliação de cargos específicos com vistas a atender peculiaridades dos órgãos da administração direta e autárquica.

- Estudo para o recadastramento geral dos inativos da administração direta e autárquica e dos pensionistas do Estado, abrangendo 44 mil servidores.

- Implantação do controle das licenças médicas dos servidores celetistas da administração direta e autárquica.

- Implantação do Projeto de Reabilitação Funcional.

- Levantamento e controle da implantação das horas extras do pessoal celetista da administração direta e autárquica.

- Adequação do Sistema de Recursos Humanos aos princípios e normas constitucionais, visando ao estabelecimento do regime jurídico único e planos de carreira para os servidores integrantes da administração direta, autárquica e fundacional.

- Gerenciamento da integração automática entre os sistemas de folha de pagamento (SIP) e de administração da educação (SAE) o que permite atualização direta dos núcleos educacionais na folha de pagamento.

A metodologia do programa Orçamento Discriminado de Recursos Humanos foi aplicada à Secretaria da Administração, aos departamentos de Transporte oficial (DETO), da Imprensa Oficial (DIOE), de Administração

de Materiais (DEAM) e de Construção, Obras e Manutenção (DECOM), à Companhia de Processamento de Dados do Paraná (CELEPAR), ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) aos gabinetes do Vice-Governador e à Casa Civil. A análise resultante concluiu pela possibilidade de redução em torno de 26% do quadro de pessoal existente no conjunto desses órgãos, se bem que, isoladamente, alguns deles necessitam de ampliação do quadro funcional.

A Secretaria da Administração está realizando intenso programa de treinamento para disseminar a metodologia desse programa, de modo a acelerar sua aplicação nos demais órgãos da administração direta e indireta do Estado.

19.2. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SEVIDORES

Manter e ampliar os benefícios previdenciários aos seus servidores tem sido uma preocupação permanente do Governo. Nesse sentido, a atuação do IPE, em 1988, registrou vários avanços no atendimento aos seus associados, destacando-se:

- continuidade do programa habitacional para a construção de casa própria, com 3 mil unidades concluídas e 600 em andamento, beneficiando, aproximadamente, 3.600 famílias de funcionários;

- instalação de 3 novas agências no interior do Estado;

- modernização da frota de veículos para remoção de pacientes;

- abertura de linha de crédito com juros subsidiados para financiamento de despesas hospitalares, odontológicas e pessoais, perfazendo 2.500 financiamentos;

- reestruturação da Divisão de Pensões com atualização e revisão instantânea do benefício, com aplicação de índices de reajustes idênticos aos servidores ativos e inativos do Estado;

- implantação de novo sistema de marcação de consultas informatizado, com redução de 40% no custo do processamento e formulários, o que permitiu marcar 22 mil consultas por mês — aumento de 10% em relação a 1987;

- criação do Centro de Hipertensão Arterial;

- ampliação dos serviços de atendimento médico-hospitalar, com credenciamento de 430 médicos, 193 hospitais e 123 clínicas;

- extensão dos serviços de atendimento odontológico ao interior do Estado com o credenciamento de 100 dentistas.

19.3. OUTRAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Diversas outras medidas foram tomadas no sentido de aperfeiçoar a gerência dos negócios públicos estaduais, entre as quais merecem referência:

- implementação de diversos programas para proteção e preservação de documentos sob a guarda do Arquivo Público;

- aperfeiçoamento dos serviços de administração de material, como a redução de itens estocáveis, de 596 para 157 e ampliação do cadastro de

fornecedores do Estado, possibilitando a compra de produtos com melhor preço e a menor custo;

— modernização do parque gráfico do Departamento Estadual de Imprensa Oficial para atender ao aumento da demanda de serviços, com investimento de Cz\$ 154 milhões em máquinas e equipamentos, o que resultou em aumento da produtividade da ordem de 200%;

— permanente atualização dos serviços oferecidos pela CELEPAR com substituição de sistemas ultrapassados por outros, mais avançados, com reflexos no conceito nacional da empresa: em 1988, seis administrações estaduais solicitaram apoio ao Paraná, na implementação de programas de modernização administrativa, tendo a CELEPAR cedido, para esses estados, onze sistemas gerenciais desenvolvidos pelos seus técnicos e que são aplicados, rotineiramente, em nosso Estado.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

CONVENÇÕES

Foram usadas nas tabelas e quadros, as seguintes convenções, adotadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES:

... O dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não.

— O fenômeno não existe.

? O dado é provisório, sujeito a retificação.

§ O dado é retificado, diferindo do publicado nas mensagens anteriores.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MICROBACIAS TRABALHADAS NO PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E ÁGUA, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB — 1986-88

NÚCLEOS REGIONAIS	1986			1987			1988					
	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Propriedades	Municípios Envolvidos
Campo Mourão	23	98.477	1.976	18	30	170.363	6.090	23	55	291.337	9.132	23
Casavel	97	157.389	6.692	17	138	447.475	13.405	16	149	496.928	15.045	17
Cornélio Procopio	37	62.088	1.599	18	27	50.871	1.785	16	40	79.549	2.789	18
Curitiba	29	35.670	1.234	22	33	36.532	1.373	21	49	45.345	2.290	22
Francisco Beltrão	25	12.743	583	15	73	24.556	2.558	17	97	252.339	13.698	17
Guarapuava	20	21.873	681	6	26	84.680	1.594	06	35	98.537	2.040	8
Irati	15	21.417	887	8	16	29.436	1.101	08	19	40.075	1.345	8
Ivaiporã	17	47.319	1.751	15	05	14.620	774	15	25	143.237	6.718	16
Jacarezinho	8	6.336	371	7	10	22.752	984	08	36	37.217	2.041	25
Londrina	29	22.111	520	18	36	62.341	1.880	17	77	105.962	2.721	15
Maringá	33	55.586	1.340	21	43	70.311	1.179	23	105	227.526	6.620	30
Paranaguá	14	31.704	475	6	11	9.848	509	05	19	73.170	1.096	5
Paranavai	30	124.864	1.407	25	30	129.060	1.789	19	45	171.807	2.457	20
Pato Branco	21	25.443	844	11	23	28.097	1.204	11	35	66.134	1.889	11
Ponta Grossa	39	46.018	1.206	10	52	52.246	1.594	12	82	131.373	4.159	13
Poledo	12	219.687	9.792	14	98	737.439	37.956	14	70	757.578	36.627	13
Pinharamba	27	15.943	729	17	30	14.649	861	20	55	30.202	1.444	21
União da Vitória	11	25.738	1.004	10	07	14.893	536	07	24	73.298	1.701	10
TOTAL	547	1.030.458	33.091	258	688	2.000.979	77.001	258	1.017	3.121.614	113.812	292

Fonte: SEAB

PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB — 1988

REGIONAL	Saneamento	Drenagem	Sistema- tização	Aspersão	Irrigação Localizada	Área Total	Melhora- mento	Área Total e Melhor- mento	Projetos	Área Média	Produtor Pequeno	Produtor Médio	Produtor Grande	(%) Prod- utores
Campo Mourão	103,80	933,00	27,00	12,20	0,60	1076,60	17,20	1093,80	252	4,27	165	31	56	65,48
Cascavel	90,70	625,10	95,30	0,00	0,00	811,10	56,50	867,60	119	6,82	96	10	13	80,67
Conceição Procopio	329,50	1538,30	197,10	162,40	114,20	2341,50	30,20	2371,70	437	5,36	309	77	51	70,71
Curitiba	0,00	1421,00	8,00	158,50	51,40	1638,90	0,00	1638,90	174	9,42	147	10	17	84,48
Francisco Beltrão	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	1	25,00	0	1	0	0,00
Guarapuava	10,00	326,60	0,00	0,00	0,00	336,60	0,00	336,60	35	9,62	25	0	10	71,43
Iraí	0,00	138,10	12,30	3,00	0,00	153,40	2,00	155,40	31	4,95	17	7	7	54,84
Ivaipora	15,70	500,40	85,00	20,00	0,70	621,80	91,60	713,40	163	3,81	129	20	14	79,14
Jacarezinho	104,80	330,00	11,30	2,40	3,50	452,00	53,70	505,70	161	2,81	155	3	3	96,27
Londrina	33,20	623,50	113,60	181,40	51,80	1003,50	71,20	1074,70	242	4,15	150	43	49	61,98
Maringá	350,90	637,40	159,10	92,80	1,60	1241,80	38,80	1280,60	279	4,45	262	10	7	93,91
Paranaíba	1006,60	633,30	279,80	83,30	2,40	2005,40	38,10	2043,50	84	23,87	74	7	3	88,10
Paranaí	9,00	1116,40	883,30	0,00	0,00	2008,70	121,00	2129,70	15	133,91	5	7	3	33,33
Pato Branco	30,00	118,50	0,00	3,60	0,00	152,10	1,50	153,60	7	21,75	4	0	3	57,14
Ponta Grossa	00,00	1511,60	0,00	14,30	0,00	1525,90	25,00	1550,90	116	13,15	76	11	29	65,52
Toledo	172,50	473,20	69,10	5,30	0,00	720,10	142,50	862,60	107	6,73	92	9	6	85,98
Umaraima	42,10	1906,00	43,10	33,60	0,00	2028,80	219,00	2243,80	96	21,09	81	5	10	84,38
União da Vitória	32,50	1851,40	10,30	0,00	0,00	1894,20	45,10	1939,30	100	18,94	88	4	8	88,00
TOTAL	2331,30	14708,80	1994,30	772,80	226,20	20033,40	953,40	20986,80	2419	8,28	1875	255	289	77,51

FONTE: SEAB-DAGRI

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 1984-88

PRODUTO	UNIDADE	1984	§ 1985	§ 1986	1987	? 1988 ⁽²⁾
Carne Bovina ⁽¹⁾	t	139.131	155.443	132.187	173.935	210.000
Carne Suína ⁽¹⁾	t	90.892	98.637	110.350	124.245	120.000
Carne Avícola ⁽¹⁾	t	207.171	233.221	260.000	297.854	319.000
Leite	1000 litros	940.160	979.564	1.030.743	1.059.774	1.105.000
Ovos	1000 dúzias	179.238	209.000	215.000	217.412	208.700
Mel	t	1.490	1.713	1.738	1.918	2.110
Leã	t	226	248	276	302	329
Ovos de Codorna	1000 dúzias	88	171	210	342	480
Cera de Abelha ⁽³⁾	t	83	93	88	74	81
Casulo do Bicho-da-Seda ⁽⁴⁾	t	4.583	5.507	5.968	5.778	6.829

FONTE: FIBGE/MA

NOTAS: (1) Referente a Abates com Inspeção Federal.

(2) Estimativa SEAB/DERAL.

(3) Associação Paranaense de Apicultores.

(4) EMATER/PR

**MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS, SEGUNDO AS UNIDADES DO
CEASA DO PARANÁ — 1987-88**

UNIDADES	1987	1988 Até Outubro
Ceasa de Curitiba	351.317,6	251.183,6
Ceasa de Maringá	124.878,9	90.128,4
Ceasa de Londrina	44.165,4	34.552,6
Ceasa de Foz do Iguaçu	26.324,4	19.744,5
Ceasa de Cascavel	15.244,8	11.849,1
TOTAL DAS UNIDADES	561.931,1	407.458,2
Merc. Produtor Morretes	1.546,4	1.093,2
Merc. Produtor Cerro Azul	1.207,6	1.115,3
Merc. Produtor Agudos do Sul	213,2	144,6
Merc. Produtor Alm. Tamarandé	1.258,2	622,7
Merc. Produtor Araucária	1.267,2	789,6
Merc. Produtor S. J. Pinhais	930,6	1.117,6
Merc. Produtor Tijucas Sul	259,4	699,2
FEPAR/Ceasa	2.688,4	1.668,7
TOTAL MERCADOS PRODUTOR	9.371,0	7.250,9
Hortomercado S. Quitéria	6.913,2	8.529,2
Hortomercado Corn. Procópio	729,9	397,0
TOTAL HORTOMERCADOS	7.643,1	8.926,2
Varejão Capão Raso	2.851,4	2.410,2
Varejão Capão da Imbuia	2.698,6	2.369,1
Varejão Pinhais	679,6	786,6
TOTAL VAREJÕES	6.229,6	5.565,9
TOTAL	585.174,8⁽²⁾	429.201,20

FONTE: DITEC-CEASA/PR

NOTAS: (1) Os Mercados do Produtor estão sendo administrados pelas Associações de Produtores e os Varejões pela Ceasa de Curitiba e Prefeitura Municipal.

(2) No total geral de 87 foram excluídas 1.778,5 toneladas referentes as feiras de Cascavel, Toledo, Hortomercado de Maringá e os Varejões do Bacacheri e Vila Hauer que foram desativados durante o ano de 1987.

**EVOLUÇÃO DO REBANHO PECUÁRIO, SEGUNDO O TIPO DE REBANHO,
NO PARANÁ — 1984-88**

(Em Cabeças)

TIPO DE REBANHO	§ 1984	§ 1985	§ 1986	? 1987
Bovino	7.934.294	8.538.179	8.563.315	8.582.536
Bubalino	55.053	59.528	65.555	83.251
Suíno	4.191.709	4.168.703	4.569.031	4.140.580
Aves (galináceos)	57.772.499	56.300.000	66.877.000	68.097.383
Asinino	1.825	1.865	2.032	2.035
Muar	121.792	120.782	118.091	118.217
Equino	420.261	426.937	441.160	444.259
Caprino	289.827	290.703	290.068	279.958
Ovino	261.925	279.741	304.690	316.765
Coelho	99.670	115.367	186.088	226.544
Codorna	12.680	28.703	37.733	53.689
Perus	84.685	89.856	94.097	99.682
Patos, Marrecos e Gansos	620.867	621.403	626.270	630.354

FONTE: FIBGE - Produção Pecuária Municipal

**ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
DAS CULTURAS DE VERÃO, NO PARANÁ — 1987-88**

PRODUÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	1987/88	1988/89	1987/88	1988/89
Algodão	470.000	400.000/420.000	874.200	720.000/820.000
Amendoim	3.400	2.650/2.750	5.500	4.000/4.400
Arroz sequeiro	171.100	155.000/160.000	242.300	230.000/256.000
Arroz irrigado	21.000	22.000/24.000	84.800	90.000/100.000
Feijão (águas)	705.800	450.000/480.000	420.600	320.000/360.000
Mamona	9.500	6.000/6.500	12.250	8.500/9.300
Milho	2.075.000	1.970.000/2.030.000	5.305.000	5.000.000/5.500.000
Soja	2.120.000	2.320.000/2.350.000	4.800.000	5.000.000/5.400.000
Fumo	22.300	24.000/24.500	44.000	43.000/48.000
Cana	165.000	168.000/172.000	12.200.000	12.000.000/14.000.000
Mandioca	87.100	87.100/90.000	1.845.000	1.845.000/2.000.000
Rami	8.100	8.100	18.000	16.000/17.000
Batata	32.300	23.700	495.500	340.000/385.000
Cebola	4.800	3.940	27.200	20.000/23.000
	5.895.400	5.640.490/5.795.490	—	—

FONTE: SEAB/DERAL

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(BANCOS DE FOMENTO)**

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE,
SEGUNDO O OBJETIVO, NO PARANÁ — 1988**

OBJETIVOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)						Valores Correntes	
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Pré-Investimento								
Implantação	16	3.067.075	75	5.184.544	11	4.323.595	102	12.575.215
Expansão	164	18.125.689	129	14.372.832	44	2.773.467	337	35.271.989
Relocalização	2	45.364	4	276.798	2	18.339	8	340.502
Relocalização e Expansão			11	627.987	10	2.194.393	21	2.822.380
Aumento de Produtividade	1	19.034	8	88.941			9	107.975
Desenvolvimento Tecnológico	14	60.157	4	273.494			18	333.651
Modernização Adm. e/ou Organiz.	1	5.341	2	2.506.018			3	2.511.360
Fusão e Incorporação			7	1.420.240			7	1.420.240
Proteção Ambiental			1	718.633			1	718.633
Economia de Combustível								
Substituição de Importações								
Atendimento Mercado Externo								
Saneamento Financeiro			3	1.023.845	2	77.769	5	1.101.614
Capital de Giro	2	141.707	79	15.803.670	48	10.233.162	129	26.178.539
Custeio								
TOTAL	200	21.464.369	319	42.297.006	117	19.620.727	636	83.382.103

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE PR

NOTA: (1) O total de operações pode não coincidir com o somatório das operações por fundo tendo em vista a participação de contratos com dois fundos.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ — 1988

ORIGEM DOS RECURSOS	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Valores Correntes	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Recursos Próprios								
BRDE/RP Rec. Próp.					23	8.153.839	23	8.153.839
BRDE/PREMP			2	1.528.374			2	1.528.374
BRDE-RP-Antecipação			1	86.236			1	86.236
BRDE/RP Contrapartida					2	296.225	2	296.225
Total			3	1.614.610	25	8.450.065	28	10.064.675
Recursos de Terceiros								
BRDE/BIRD-Especial (BNDE)	1	50.783	8	150.264	1	58.890	10	259.938
BRDE/LEASE BACK - DP					7	270.014	7	278.014
LEASE BACK-Outr. Rec. Int.			26	1.432.952	18	694.213	44	2.127.165
OTEPR/FDE			3	513.880			3	513.880
BACEN/PRONAGRI	4	1.139.412	18	5.784.714			22	6.924.126
BACEN/PROINAP			1	80.752			1	80.752
BNDES/POC-FINEM-FIX/MS			2	63.412			2	63.412
BNDES/POC-FINEM 88			45	10.534.891	6	2.927.672	52	13.534.426
BNDES/POC-FINEM-GIROASS	1	71.863	13	4.250.036			13	4.250.036
BNDES/POC-Com. e Serv. 8			1	6.942	8	945.276	9	952.218
BNDES/PCO-GIRO-88 (CC 02)			19	5.928.140			19	5.928.140
BNDES/PCO-CRECHE/88			1	16.787			1	16.787
BNDES/POC-FINAC			2	135.103			2	135.103
BNDES/POC-FINEM C. AMBIE			1	718.633			1	718.633
BNDES/PROMICRO/88			6	60.173	8	58.333	14	118.507
BNDES/Armazenagem-PR-87	20	8.791.896	1	544.748			21	9.366.644
BNDES/Reflorest.-COOP-PR	4	311.479					4	311.479

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ — 1988

ORIGEM DOS RECURSOS	Setor Primário			Setor Secundário			Setor Terciário			Total		
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
	Valores Correntes											
BNDES/PROINFO-Usuário 8	1	9.581									1	9.581
BNDES/PROINFO-Produtor			1	167.681							1	167.681
BNDES/RURAL-PROG	15	220.380									15	220.380
BNDES/RURAL-PROG (APIII)	135	3.206.871	2	35.371							137	3.242.242
BNDES/RURAL-Projeto AP	2	4.297.366									2	4.297.366
BNDES/Giro Especial	1	90.923	5	1.218.852							9	1.532.917
BNDES/AP IV - Tecnol. de P.	2	2.349.668					3	223.141			2	2.349.668
FINAME/Especial			4	934.663							5	1.366.704
FINAME Automático	13	761.729	139	3.077.028			33	2.626.527			185	6.465.285
FINEP/ADTEM	1	162.413	1	75.657							2	238.071
EMBRATUR/FUNGETUR											2	1.436.181
Res. 63 US - AGCUR			8	452.974			4	1.181.797			12	1.634.771
Total	200	21.464.369	303	36.183.661			91	10.832.090			594	68.480.122
Prestação de Garantias												
Garant./Empr. Moeda Nac.			1	561.802							1	561.802
Garant./CEF			2	534.758							2	534.758
Garant./Licitação			7	1.233.711							7	1.233.711
Garant./Fornecimento			3	2.168.461			1	338.572			4	2.507.034
TOTAL		200	21.464.369	319	42.297.006		117	19.620.727		636	83.382.103	

FONTE: Gerência de Planejamento - BRDE/PR

NOTA: O total de operações pode não coincidir com o somatório das operações por fundo tendo em vista a participação de contratos com dois fundos.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pre-Investimentos	4.767.959	25,54	10.036.913	42,83	15.247.920	48,10	18.199.337	76,71	21.548.442	50,94
Inversões Fixas	6.500.557	34,81	8.275.459	35,31	10.681.221	33,67	4.493.140	18,94	18.304.477	43,28
Capital de Giro	7.403.554	39,65	5.121.817	21,86	5.773.838	18,21	1.031.784	4,35	2.444.085	5,78
Saneamento Financeiro										
TOTAL	18.672.070	100,00	23.434.190	100,00	31.702.979	100,00	23.724.261	100,00	42.297.006	100,00

FONTI: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE
NO PARANÁ — 1984-88**

SETORES DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Privado	35.533.613	100,00	34.205.259	69,42	47.025.419	87,92	56.267.509	78,51	81.930.188	98,26
Sector Primário	9.402.577	26,46	6.502.396	13,20	7.887.867	14,75	21.171.122	29,54	21.464.370	25,74
Sector Secundário	18.672.070	52,55	23.434.190	47,56	31.702.979	59,27	23.724.261	33,10	42.297.006	50,73
Sector Terciário	7.450.966	20,99	4.268.673	8,66	7.434.573	13,90	11.372.126	15,87	18.168.812	21,77
Sector Público			15.065.605	30,58	6.462.057	12,08	15.404.786	21,49	1.451.916	1,74
TOTAL	35.533.613	100,00	49.270.863	100,00	53.487.477	100,00	71.672.295	100,00	83.382.104	100,00

FONTI: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AOS SETORES SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1984-88**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)											
	1984		1985		1986		1987		1988		Valores Constantes	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	67.013	0,17										
Inversões Fixas	10.509.992	29,58	24.353.036	49,42	28.925.996	54,08	54.272.351	75,72	50.927.345	61,08	50.927.345	61,08
Capital de Giro	12.781.927	35,97	11.645.420	23,64	17.650.615	33,00	16.226.874	22,64	29.932.904	35,90	29.932.904	35,90
Saneamento Financeiro	12.172.681	34,26	13.272.407	26,94	6.910.865	12,92	1.173.070	1,64	2.521.855	3,02	2.521.855	3,02
TOTAL	35.533.613	100,00	49.270.863	100,00	53.487.477	100,00	71.672.295	100,00	83.382.104	100,00	83.382.104	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)											
	1984		1985		1986		1987		1988		Valores Constantes	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos												
Inversões Fixas	4.646.725	49,42	4.999.469	76,88	5.779.522	73,27	19.860.929	93,81	20.617.760	96,06	20.617.760	96,06
Capital de Giro	3.145.007	33,45	1.159.198	17,83	1.964.675	24,91	1.310.193	6,19	846.610	3,94	846.610	3,94
Saneamento Financeiro	1.610.845	17,13	343.728	5,29	143.669	1,82						
TOTAL	9.402.577	100,00	6.502.396	100,00	7.887.867	100,00	21.171.122	100,00	21.464.370	100,00	21.464.370	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETORES DE ATIVIDADE,
SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS NO PARANÁ — 1988**

SETORES GENERO ATIVIDADE (IBGE)	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)								Valores Constantes	
	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais ¹⁾		Total		Operações	Valor
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor		
Ind. Editorial e Gráfica	4	197.648						4	197.648	
Ind. Diversas	5	67.021						5	67.021	
Ativ. Apoio Serv. Car. Ind.	6	331.042	1	344.397				7	675.439	
Ativ. Administrativas										
Total	306	37.798.272	13	4.498.734				319	42.297.006	
Sector Terciário										
Construção Civil	35	9.715.443			4	196.099		39	9.911.542	
Serv. Ind. Util. Pública	1	402.040						1	402.040	
Comércio Varejista	23	628.420						23	628.420	
Comércio Atacadista	2	36.919						2	36.919	
Construção Civil										
Serv. Ind. Util. Pública	21	918.580			3	81.915		24	1.000.495	
Comércio Varejista										
Comércio Atacadista										
Transportes										
Comunicações										
Serviços	27	7.302.736	1	338.572				38	7.641.308	
Total	109	19.004.140	1	338.572	7	278.014		117	19.620.727	
TOTAL	615	78.266.782	14	4.837.306	7	270.014		636	83.382.103	
Sector Público										
Iniciativa Privada	2	1.451.915						2	1.451.915	
	613	76.814.867	14	4.837.306	7	270.014		634	81.930.188	

FONTE: Gerência de Planejamento BRDE/PR

NOTAS: (1) OPER L BACK, PART AC, CDC, AQ DEBENT.

(2) O total de operações pode não coincidir com o somatório das operações por fundo tendo em vista a participação de contratos com dois fundos.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES, NO PARANÁ — 1987-88**

Valores Constantes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS							
	1987				1988			
	Cooperativas	%	Total	%	Cooperativas	%	Total	%
Agric. e Silvicultura	18.852.675	99,26	19.686.772	92,99	15.106.676	82,26	17.095.026	79,64
Criação Animais	140.706	0,74	1.484.355	7,01	3.257.158	17,74	4.369.344	20,36
Extração Vegetal								
Pesca								
TOTAL	18.993.381	100,00	21.171.127	100,00	18.363.834	100,00	21.464.370	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ — 1987-88**

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)						Valores Constantes	
	1987		1988		Total	Total	%	%
	Cooperativas	%	Cooperativas	%				
Extração de Minerais			38.029	0,16		134.082	0,32	
Ind. Prod. Miner. não Met.			103.780	0,44		1.995.987	4,72	
Ind. Metalúrgica			613.794	2,59		739.049	1,75	
Ind. Mecânica			596.692	2,52		349.128	0,83	
Ind. Mat. Elét. Comunic.			1.288.224	5,43		2.932.823	6,93	
Ind. Mat. Transporte			79.400	0,33		761.478	1,80	
Ind. Madeiras			736.519	3,10		1.661.457	3,93	
Ind. Mobiliário			899.589	3,79		126.417	0,30	
Ind. Papel e Papelão			7.024.315	29,62		12.323.666	29,13	
Ind. Borracha			597.130	2,52		78.248	0,18	
Ind. Couros Pel. Art. Viag.			123.921	0,52		1.987.004	4,70	
Ind. Química	433.471	7,21	1.745.592	7,36	383.381	1.062.972	2,51	
Ind. Prod. Farm. e Veter.						33.760	0,08	
Ind. Perf. Sabões e Velas			42.543	0,10		254.715	0,60	
Ind. Prod. Mat. Plast.			809.276	3,41		3.184.601	7,53	
Ind. Têxtil	617.014	10,27	620.943	2,62	3.151.418	12.289.092	29,05	
Ind. Vest. Calç. Artif. Tec.			59.767	0,25		383.284	0,91	
Ind. Prod. Alimentares	4.488.886	74,68	6.567.862	27,68	6.760.783	1.059.132	2,50	
Ind. Bebidas								
Ind. Fumo								
Ind. Editorial e Gráfica			869.360	3,66		197.650	0,47	
Ind. Diversas			167.172	0,70		67.020	0,16	
Ativ. Apoio Serv. Car. Ind.	471.289	7,84	740.354	3,12	219.195	675.440	1,60	
Ativ. Administrativas								
TOTAL	6.010.680	100,00	28.724.262	100,00	10.514.777	42.297.005	100,00	100,00

Fonte: Gerência de Planejamento — BRDE PR.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADES NO PARANÁ — 1987-88**

Valores Constantes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)					
	1987		1988			
	Cooperativas	%	Total	%	Total	%
Construção Civil			3.152.408	11,77	9.911.542	50,51
Serv. Ind. Util. Pública			7.855.704	36,80	402.041	2,15
Comércio Varejista			1.011.957	3,78	628.418	3,20
Comércio Atacadista			150.783	0,56	36.920	0,19
Instit. Créd. Seg. Capitaliz.			5.483.424	20,48	1.049.875	5,35
Com. Adm. Imóveis e Val. Mob.			10.508	0,04		
Transportes			1.607.804	6,00	1.000.497	5,10
Comunicações						
Serviço de Alojam. e Aliment.			1.100.912	4,11	2.305.124	11,75
Serv. de Rep. e Conserv.			24.029	0,09	46.094	0,23
Serv. Pessoais					2.990	0,02
Serviços Domiliares						
Serv. Diver. Radiodifusão						
Serv. Técnicos e Profissionais					831.545	4,24
Serv. Aux. de Ativ. Econômica	1.211.427	100,00	3.758.624	14,04	338.572	1,73
Serv. Comunitários e Sociais			65.658	0,25	2.970.463	15,14
Serv. Méd. Odontol. e Vet.			39.217	0,15		
Ensino					96.646	0,49
Administ. Públ. Def. Nac.						
Org. Inter. e Repres. Estrang.						
Ativ. Mal Defín. ou não Espec.						
Total	1.211.427	100,00	26.776.912		100,00	
					19.620.727	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88**

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)											
	1984		1985		1986		1987		1988		Valores Constantes	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	67.013	0,73										
Inversões Fixas	1.095.308	14,68	9.316.654	48,19	7.898.553	56,84	16.212.086	60,54	8.761.143	44,65		
Capital de Giro	3.136.362	42,05	2.210.763	11,43	5.004.720	36,01	10.423.541	38,93	10.781.815	54,95		
Saneamento Financeiro	3.158.282	42,34	7.806.861	40,38	993.358	7,15	141.285	0,53	77.770	0,40		
TOTAL	7.458.966	100,00	19.334.278	100,00	13.896.630	100,00	26.776.912	100,00	19.520.728	100,00		

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1988**

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (IBGE)	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)										INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)				Valores Correntes					
	Fixo		Giro		Saneamento Financeiro		Total		VALOR FINANCIAMENTO		Faturamento		ICM		EMPREGOS GERADOS		MANUTENÇÃO EMPREGOS		EMPRESAS ATENDIDAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura e Silvicultura	22.897.499		154.403				23.051.902		17.095.027		225.380.241		436.161		706		31.073		96	
Criação Animais	7.721.608		1.445.670				7.167.358		4.369.342		111.394.980		332.423		364		4.157		62	
Extração Vegetal																				
Pecuária																				
TOTAL	30.619.107		1.601.073				32.219.260		21.464.369		334.975.221		748.584		1.070		35.230		157	

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO AOS SETORES ECONÔMICOS CONTRATADO PELO BRDE,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1988**

Valores Correntes

SETOR GÊNERO ATIVIDADE IBRCE	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)			VALOR INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)			EMPRESAS GERADOS	MANUTENÇÃO, EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS	
	Fixo	Círculo Sanamento	Financeiro	Total FINANCIAMENTO	Edutamento	ICM				
Primário	30.619.187	1.600.073		32.219.260	21.464.369	334.973.221	748.584	1.070	35.230	155
Secundário	33.630.136	28.019.956	2.684.858	64.334.949	42.297.006	254.915.002	8.769.297	2.105	36.383	127
Terciário	11.334.615	11.879.632	77.760	23.292.016	19.620.727	64.150.149	1.443.913	950	17.605	64
TOTAL	75.583.938	41.499.661	2.762.627	119.846.225	83.382.103	654.040.372	10.961.794	4.125	89.218	335

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: (1) Estão incluídas no setor secundário 11 empresas que receberam financiamentos no setor primário

COTEJO INDICATIVO DAS REPERCUSSÕES AO APOIO FINANCEIRO

Valor em Cz\$

SETORES	INVESTIMENTO FIXO/ EMPREG. GERADOS		FINANCIAMENTOS/ EMPREG. GERADOS		INVESTIMENTOS/ N. EMPRESAS	FINANCIAMENTOS/ N. EMPRESAS	INCR. FATUR./ FINANCIAMENTO	INCR. ICM/ FINANCIAMENTO
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL				
Primário	28.616,06	15.976,31	20.060,16	20.093,59	207.866,19	138.479,81	15,61	0,03
Secundário	11.931,17	11.931,17	20.653,40	20.653,40	506.574,40	333.047,29	6,03	0,21
Terciário					363.957,75	306.573,87	3,27	0,07
TOTAL	18.323,38	18.323,38	20.213,84	20.213,84	357.749,93	248.901,80	7,84	0,13

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO AOS SETORES ECONÔMICOS, CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1988

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (IBGE)	INVESTIMENTOS (CZ\$ 1.000,00)				INCREMENTO (CZ\$ 1.000,00)				Valores Correntes			
	Fixo	Giro	Sanearmento		VALOR FINANCIAMENTO	Faturamento	ICM	EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS		
			Total	Financiamento								
Extração de Madeiras	123.945	77.716	203.661	134.080				71		3		
Ind. Prod. Madeiras em Mat.	559.076	1.443.857	2.302.935	1.995.987	819.721	94.267	79	1.356		4		
Ind. Metalúrgica	541.580	593.455	1.135.035	739.048	3.445.988	66.209	112	442		9		
Ind. Mecânica	128.731	374.017	3.407.389	2.932.823	34.296		49	935		7		
Ind. Mat. Eléc. Eletronic	1.057.071	2.370.318	914.687	761.478	4.452.409	611.492	104	4.759		6		
Ind. Mat. Transformada	550.001	364.686	2.147.463	1.661.455	894.329	75.007	81	477		5		
Ind. Madeiras	557.560	987.528	802.575	1.661.455	4.558.865	85.852	39	2.177		11		
Ind. Mobiliário	173.954		173.954	126.418	720.831	51.160	251	784		3		
Ind. Papel e Papelão	8.304.542	11.360.702	19.665.244	12.323.665	6.961.628	1.892.548		11.005		13		
Ind. Borracha	107.358	6.385	113.940	78.247				145		2		
Ind. Cursos Prof. At. Viag.	302.625	2.553.165	2.855.790	1.987.001	12.826.507	1.182.580	252	1.167		5		
Ind. Química	2.165.727	50.755	2.656.227	1.062.973	6.015.703	1.084.387	125	198		5		
Ind. Prod. Farm. e Veter.		33.760	33.760	33.760						1		
Ind. Perf. Sabões e Velas	220.334	133.152	353.486	254.715	641.241	70.343	19			5		
Ind. Prod. Mat. Plac.	3.013.760	1.206.251	5.020.011	3.184.602	48.463.101	162.001	97	2.025		5		
Ind. Têxtil	721.918	542.595	1.064.283	383.283	4.166.833	255.751	147	333		7		
Ind. Vers. Car. At. Tec.	11.716.051	5.264.187	10.401.261	12.289.093	155.131.154	2.609.475	549	9.912		24		
Ind. Prod. Alimento	1.654.897		1.654.897	1.059.131	4.043.736	485.248		252		1		
Ind. Fumo												
Ind. Eletrônica e Gráfica	54.600	183.128	217.728	197.648			5	28		4		
Ind. Diversas	70.962	44.051	115.013	67.021	488.868	42.977	76	175		3		
Aut. Apoio Serv. Car. Ind.	42.467	622.246	30.297	675.439	1.141.794		122	140		6		
Aut. Administrativas												
TOTAL	33.630.156	28.019.956	2.684.858	64.334.949	42.297.006	254.915.002	2.105	8.769.297	36.383	127		

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1984-88**

Valores Constantes

	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS (Cz\$ 1.000,00)											
	1984		1985		1986		1987		1988		%	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS												
Curitiba	14.517,158	46,85	15.555,119	31,57	17.149,715	32,07	18.780,423	26,21	21.590,509	25,89	2,63	
Litoral Paranaense	141,723	0,40	679,079	1,38	35,644	0,07	2.813,781	3,93	2.190,445	2,63	0,35	
Alto Ribeira							22,090	0,03	289,335	0,35		
Alto Rio Negro Paranaense	189,780	0,53	791,820	1,61	551,105	1,03	464,379	0,65	440,340	0,53		
Campos da Lapa	4.641,763	13,06	2.852,709	5,79	3.135,234	5,86	5.444,538	7,60	7.172,102	11,00		
Campos de Ponta Grossa	713,470	2,01	178,106	0,36	61,284	0,11	666,968	0,93	4.156,298	4,98		
Campos de Jaguaretá					15,254	0,03						
São Mateus do Sul									50,783	0,06		
Colônia Iratí	20,983	0,06	96,096	0,20	33,057	0,06	11,269	0,02	47,396	0,06		
Alto Ivaí	7,658	0,03	60,682	0,12	294,751	0,55						
Norte Velho de Wenc. Braz							1.098,724	1,53	523,506	0,63		
Norte Velho de Jacarezinho	720,255	2,03	144,686	0,29	717,871	1,34						
Algoeiras de Assaí												
Norte Velho de Londrina	2.918,141	8,21	3.730,396	7,57	4.545,778	8,50	2.291,736	3,20	3.395,213	4,07		
Norte Novo de Maringá	2.393,293	6,74	4.738,496	9,62	2.430,700	4,54	2.044,428	2,85	7.318,555	8,78		
Norte Novis. de Paranaí	7,421	0,02	272,241	0,55	810,328	1,51	812,481	1,13	486,106	0,53		
Norte Novo de Apucarana	1.478,368	4,16	2.942,254	5,97	1.304,444	2,44	1.604,325	2,24	2.948,696	3,54		
Norte Novis. de Umuarama	1.251,230	3,52	329,395	0,67	607,499	1,14	467,606	0,65	2.585,783	3,10		
Campo Mourão	1.733,168	4,88	2.867,596	5,82	2.118,440	3,96	1.021,804	1,43	9.180,251	11,01		
Piçanga	18,674	0,05					546,572	0,76				
Extremo Oeste Paranaense	2.213,632	6,23	2.764,807	5,61	11.500,231	21,50	16,393,760	22,87	9.957,620	11,94		
Sudoeste Paranaense	938,857	2,64	1.138,445	2,31	1.112,237	2,08	1.214,503	1,67	492,030	0,59		
Campos de Guatapuava	980,911	2,76	1.604,719	3,26	3.051,309	5,70	346,422	0,48	2.572,690	3,09		
Médio Iguaçu	17,477	0,14	123,951	0,25	136,668	0,26	194,982	0,27	20,405	0,02		
Forta do Estado	595,621	1,68	8.323,652	16,89	3.875,918	7,25	15,431,494	21,53	5.964,023	7,15		
TOTAL	35.533,613	100,00	47.270,863	100,00	53.487,476	100,00	71.672,295	100,00	83.382,103	100,00		

Fonte: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, POR SETOR DE ATIVIDADE,
SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS DO PARANÁ — 1988**

MICRORREGIÕES HOMÔGENEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)										Total	
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Operações		Operações			Valor
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor		
Curitiba	1	17.908	100	10.994.628	53	10.577.972	154	21.590.509			21.590.509	
Litoral Paranaense					9	2.190.445	9	2.190.445			2.190.445	
Alto Ribeira			1	289.335			1	289.335			289.335	
Alto Rio Negro Paranaense												
Campos da Lapa	11	314.435	1	125.904			12	440.340			440.340	
Campos de Ponta Grossa	81	1.743.273	43	7.349.226	5	79.601	129	9.172.102			9.172.102	
Campos de Jaguariatva	25	923.726	2	3.212.933	2	19.637	29	4.156.290			4.156.290	
São Mateus do Sul												
Colônia Irtati	1	50.783					1	50.783			50.783	
Alto Ivaí	1	7.325	1	40.071			2	47.396			47.396	
Norte Velho de Wenceslau Braz												
Norte Velho de Jacarezinho	3	442.753	1	80.752			4	523.506			523.506	
Algodocira de Assaí												
Norte Velho de Londrina	5	969.908	23	2.158.984	4	266.321	32	3.395.213			3.395.213	
Norte Novo de Maringá	3	1.209.730	25	4.427.720	15	1.681.104	43	7.310.555			7.310.555	
Norte Novíssimo de Paranavaí			5	482.159	1	3.947	6	486.106			486.106	
Norte Novo de Apucarana			47	2.948.696			47	2.948.696			2.948.696	
Norte Novíssimo de Umuarama	4	2.538.659	1	47.123			5	2.585.783			2.585.783	
Campo Mourão	5	8.560.242	6	601.983	1	18.025	12	9.180.251			9.180.251	
Pitanga												
Extremo Oeste Paranaense	19	3.458.088	39	3.525.726	16	2.973.805	74	9.957.620			9.957.620	
Sudoeste Paranaense	4	174.385	5	130.575	7	187.076	16	492.038			492.038	
Campos de Guarapuava	37	1.053.147	6	1.491.965	2	27.577	45	2.572.690			2.572.690	
Médio Iguatçu			1	20.405			1	20.405			20.405	
Fora do Estado			16	4.368.812	2	1.595.210	18	5.964.023			5.964.023	
TOTAL	200	21.464.369	319	42.297.006	117	19.620.727	636	83.382.103			83.382.103	

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

Valores Correntes

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO AOS SETORES ECONÔMICOS, CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1988

Valores Correntes

SETOR GÊNERO ATIVIDADE (IBGE)	INVESTIMENTOS (C\$1.000,00)			VALOR INCREMENTO (C\$1.000,00)			EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO EMPREGOS	EMPRESAS ATENVIDAS	
	Fixo	Giro	Financeiro	Total	Financiamento	Fatramento				ICM
Construção Civil	2.824.129	8.969.158	77.769	11.871.056	9.911.542	27.301.273	500	15.589	17	
Ser. Ind. Tel. Pública	1.022.457			1.022.457	402.040				1	
Concreto Variável	181.446	601.435		782.881	628.420	2.845.803	57	910	23	
Concreto Alcatrista	18.990	21.100		40.090	36.919				2	
Inst. Créd. Seg. Capitaliz.		1.049.875		1.049.875	1.049.874				1	
Com. Adm. Inov. e Val. Mob.										
Transportes	925.558	260.049		1.185.607	1.000.495		24	836	7	
Comunicações										
Ser. de Alojamento	2.651.309	11.982		2.663.291	2.305.124	745.284	109	24	4	
Ser. Rep. e Consen.	66.300			66.300	46.093	13.764	12		4	
Ser. Passa-ns	4.271			4.271	2.989		3	4	1	
Ser. Serv. Domésticos										
Ser. Diver. Recreat.	831.545			831.545	831.545				1	
Ser. Tec. e Profissionais	338.572			338.572	338.572				1	
Ser. Ativ. de Adv. Econ.	2.808.610	530.815		3.339.425	2.970.462	33.244.025	265	232	4	
Ser. Comun. e Sociais										
Ser. Med. Odontol. e Vet.		96.646		96.646	96.646				1	
Ensino										
Admin. Publ. Def. Seg. Nac.										
TOTAL	11.334.615	11.879.632	77.769	23.292.016	19.620.727	64.150.149	1.443.913	930	17.605	64

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1987-88**

Valores Constantes

OBJETIVOS DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1987		1988	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	1.516.888	7,16	3.067.075	14,29
Expansão	18.675.811	88,22	18.125.689	84,45
Relocalização			45.364	0,21
Relocalização c/ Expansão				
Aumento de Produtividade			19.034	0,09
Desenvolvimento Tecnológico	23.973	0,11	60.157	0,28
Modernização Adm. e/ou Org.	7.818	0,04	5.341	0,02
Fusão e Incorporação				
Proteção Ambiental				
Economia de Combustível				
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro				
Capital de Giro	946.629	4,47	141.707	0,66
Custeio				
TOTAL	21.171.121	100,00	21.464.369	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

MONTANTE DAS LIBERAÇÕES DO BRDE NO PARANÁ — 1987-88
(Em Cz\$ 1,00)

FUNDOS	1987	1988
RECURSOS PRÓPRIOS	3.691.021.859,13	10.412.994.624,19
RECURSOS DE TERCEIROS	39.813.622.641,20	58.157.523.979,10
BACEN	5.051.061.628,99	7.888.071.030,97
BNDES	22.941.294.764,60	38.556.589.258,30
POC	15.509.077.396,20	19.136.309.417,70
PROMICRO	264.760.487,16	105.825.969,21
PROINFO	551.349.993,87	43.209.036,91
PAR (Reflorestamento)	15.910.545,69	230.345.991,20
P. E. DE AGR.	5.046.231.453,69	17.261.533.552,00
PROG. RURAL	2.256.054.103,36	3.475.718.831,65
PROJ. RURAL	—	3.912.293.473,79
ARMAZENAGEM	2.790.177.350,33	9.873.521.246,55
PROÁLCOOL	—	—
PROCAP	1.176.251.120,38	—
PNA INDL.	377.713.767,60	—
OUTROS	—	1.779.365.291,34
FINAME	7.775.957.928,90	7.406.112.287,86
FINEP	90.384.164,20	1.849.280,54
RES. 63	3.954.924.154,46	1.666.113.442,63
CEF/MINI/PIS	—	—
LEASE BACK	—	2.058.027.408,19
OTE PR/FDE	—	513.880.443,18
EMBRATUR/FUNGETUR	—	66.880.824,40
DEPÓSITOS A PRAZO	1.097.859.799,48	241.451.274,22
TOTAL	44.602.504.300,10	68.811.969.877,40

FONTE: Gerência de Planejamento BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1987-88**

Valores Constantes

OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1987		1988	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	1.100.912	4,11	4.323.595	22,04
Expansão	12.741.803	47,59	2.773.467	14,14
Relocalização			18.339	0,09
Relocalização c/ Expansão	1.650.090	6,16	2.194.393	11,18
Aumento de Produtividade				
Desenvolvimento Tecnológico				
Modernização Adm. e/ou Org.	442.688	1,65		
Fusão e Incorporação				
Proteção Ambiental				
Economia de Combustível				
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro	141.285	0,53	77.769	0,40
Capital de Giro	10.700.131	39,96	10.233.162	52,15
Custeio				
TOTAL	26.776.912	100,00	19.620.727	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO,
NO PARANÁ — 1987-88**

Valores Constantes

OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1987		1988	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	3.786.670	15,96	5.184.544	12,26
Expansão	10.326.721	43,52	14.372.832	33,98
Relocalização	386.835	1,63	276.798	0,65
Relocalização c/ Expansão	362.014	1,53	627.987	1,48
Aumento de Produtividade	4.494.630	18,95	88.941	0,21
Desenvolvimento Tecnológico			273.494	0,65
Modernização Adm. e/ou Org.	288.856	1,22	2.506.018	5,92
Fusão e Incorporação	557.566	2,35	1.420.240	3,36
Proteção Ambiental	111.819	0,47	718.633	1,70
Economia de Combustível				
Substituição de Importações				
Atendimento ao Mercado Ext.				
Saneamento Financeiro	1.089.507	4,59	1.023.845	2,42
Capital de Giro	2.319.638	9,78	15.803.670	37,37
Custeio				
TOTAL	23.724.261	100,00	42.297.006	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AOS SETORES TERCIÁRIO E PÚBLICO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Terciário	3.592.994	100,0	5.215.464	100,0	14.699.654	100,0	18.730.614	100,0	24.847.184	100,0
Inversões Fixas	1.863.280	51,9	1.316.272	25,2	11.277.169	76,7	16.594.407	88,6	16.944.516	68,2
Capital de Giro	1.364.761	38,0	3.899.193	74,8	3.410.101	23,2	242.073	1,3	6.841.056	27,5
Saneamento Financeiro	364.954	10,2	0	0	12.384	0,1	1.894.134	10,1	1.061.613	4,3
Sector Público	3.227.693	100,0	1.356.014	100,0	1.433.366	100,0	76.630	100,0	48.763.978	100,0
Inversões Fixas	2.723.628	84,4	361.423	26,7	1.433.366	100,0	76.630	100,0	48.763.978	100,0
Capital de Giro	227.575	7,1	952.768	70,3	0	0	0	0	0	0
Saneamento Financeiro	276.490	8,6	41.823	3,0	0	0	0	0	0	0
Total	6.820.687	100,0	6.571.478	100,0	16.133.020	100,0	18.807.244	100,0	73.611.162	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro de 1988.

(2) Fatores de correção OTN.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%								
Inversões Fixas	19.324.182	43,3	14.598.118	26,7	42.940.684	52,5	34.419.615	58,3	36.668.178	71,3
Capital de Giro	9.526.620	21,3	14.420.736	26,5	30.766.486	37,7	19.163.325	32,5	12.594.099	24,5
Saneamento Financeiro	15.794.326	35,4	25.493.463	46,8	7.996.898	9,8	5.421.621	9,2	2.188.241	4,2
Total	44.645.128	100,0	54.512.317	100,0	81.704.068	100,0	59.004.562	100,0	51.450.518	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro de 1988.

(2) Fator de correção OTN

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AO SETOR PRIMÁRIO,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1984-88**

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	985.237	40,0	368.602	65,2	2.063.382	89,5	1.411.309	72,2	4.224.127	99,8
Capital de Giro	1.479.245	60,0	196.837	34,8	242.742	10,5	543.480	27,8	8.538	0,2
Saneamento Financeiro	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
Total	2.464.481	100,0	565.439	100,0	2.306.123	100,0	1.954.788	100,0	4.232.655	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preços de dezembro de 1988

(2) Fator de correção OTN

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1984-88**

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	25.154.427	46,6	16.644.415	27,0	57.714.597	57,6	52.183.019	65,7	106.600.800	82,5
Capital de Giro	12.041.057	22,3	19.469.532	31,6	34.419.331	34,4	19.944.225	25,1	19.443.636	15,0
Saneamento Financeiro	16.734.811	31,1	25.535.288	41,4	8.009.283	8,0	7.279.349	9,2	3.249.900	2,5
Total	53.930.296	100,0	61.649.235	100,0	100.143.210	100,0	79.406.593	100,0	129.294.336	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preços de dezembro de 1988

(2) Fator de correção OTN

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELOS BANCOS DE FOMENTO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1984-88

(Em Cz\$ 1.000,00)

SETORES DE ATIVIDADE	1984		1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sector Privado	50.702.603	94,0	60.293.221	97,8	98.709.844	98,6	79.329.964	99,9	80.530.357	62,3
Sector Primário	2.464.481	4,6	565.439	0,9	2.306.123	2,3	1.954.788	2,5	4.232.655	3,3
Sector Secundário	44.645.128	82,8	54.512.317	88,4	81.704.068	81,6	59.004.562	74,3	51.450.518	39,8
Sector Terciário	3.592.994	6,7	5.215.464	8,5	14.699.654	14,7	18.370.614	23,1	24.847.184	19,2
Sector Público	3.227.693	6,0	1.356.014	2,2	1.433.366	1,4	76.630	0,1	48.763.978	37,7
Total	53.930.296	100,0	61.649.235	100,0	100.143.210	100,0	79.406.593	100,0	129.294.336	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS (1) Financiamentos contratados somente pelo BADEP

(2) Valores a preço de dezembro de 1988

(3) Fator de correção OTN

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, NO PARANÁ — 1984-88

(Em Cz\$ 1.000,00)

Anos	INVESTIMENTOS TOTAIS				Valor dos		Empregos Gerados	ICM Gerado
	Fixo/Misto	Giro	San. Financ.	Total	Financiamentos e Prest. Garantias			
1984	34.972.778	17.422.790	22.740.774	75.136.342	53.930.296	3.735	12.940.260	
1985	22.388.260	26.282.200	26.000.543	74.671.003	61.649.235	3.545	17.962.976	
1986	82.447.576	52.602.200	8.013.818	143.063.593	100.143.210	8.271	16.585.071	
1987	72.982.981	26.748.018	8.092.771	107.823.770	79.406.593	7.163	49.291.953	
1988	141.758.219	30.347.174	4.589.864	176.695.257	129.294.336	5.901	19.853.927	

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de Dezembro de 1988.

(2) Fator de correção: OTN.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1988**

(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADES	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Setor Primário	2.505	4.514.887	4.232.655	11
Setor Secundário	697	73.911.758	51.450.518	4.743
Minerais Não-Metálicos	20	1.743.350	1.337.521	104
Metalurgia	22	3.938.591	2.756.343	268
Mecânica	83	8.682.330	6.085.190	246
Materiais Elétricos e de Comu- nicações	16	3.258.710	1.763.000	174
Material de Transporte	4	872.180	595.460	209
Madeira	59	4.354.390	2.989.036	332
Mobiliário	41	1.695.540	1.136.440	326
Papel e Papelão	90	11.094.930	8.238.414	63
Borracha	9	82.691	60.740	26
Couro, Peles e Similares	6	86.188	56.040	32
Química	36	3.214.639	1.926.653	246
Produtos Farmacêuticos e Si- milares	—	—	—	—
Perfumes, Sabões e Velas	2	169.598	129.010	5
Produtos de Matéria Plástica	44	2.739.287	1.853.547	208
Têxtil	13	3.145.507	1.904.283	98
Vestimentas, Calçados e Arti- gos de Tecidos	19	1.878.891	722.993	265
Produtos Alimentares	178	22.388.356	16.886.498	1.650
Bebidas	24	1.855.272	1.630.579	376
Editorial e Gráfica	14	1.978.829	833.088	39
Diversos	17	732.479	545.682	76
Setor Terciário	384	37.313.655	24.847.184	1.147
Setor Privado	3.586	115.740.300	80.530.358	5.901
Setor Público	6	60.954.958	48.763.978	—
Total	3.592	176.695.257	129.294.336	5.901

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro 1988

(2) Fator de correção OTN

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1988**
(Em Cz\$ 1.000,00)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	Mão-de-Obra
Curitiba	526	42.477.700	28.331.886	2.175
Litoral Paranaense	76	2.574.100	2.429.604	16
Alto Ribeira	—	—	—	—
Alto Rio Negro	2	153.356	108.178	12
Campos da Lapa	9	1.586.359	1.081.735	25
Campos de Ponta Grossa	191	11.304.540	8.731.014	64
Campos de Jaguariaíva	11	578.117	490.252	—
São Mateus do Sul	3	1.821	1.821	—
Colonial de Irati	54	3.975.001	2.334.122	176
Alto Ivaí	51	71.863	71.863	—
Norte de Wenceslau Braz	267	414.125	340.872	75
Norte Velho de Jacarezinho	24	628.038	454.991	115
Algodoeira de Assaí	12	2.297.759	1.810.286	15
Norte Novo de Londrina	174	10.109.401	5.950.717	836
Norte Novo de Maringá	73	11.268.317	7.351.812	481
Norte de Paranavaí	12	1.117.092	782.113	60
Norte Novo de Apucarana	14	1.130.985	698.176	107
Norte de Umuarama	23	1.246.494	96.394	313
Campo Mourão	142	2.998.379	2.286.500	154
Pitanga	223	530.256	470.992	79
Extremo Oeste Paranaense	288	9.514.228	6.514.604	706
Sudoeste Paranaense	228	2.780.010	2.174.106	278
Campos de Guarapuava	466	6.436.704	4.940.509	149
Médio Iguaçú	723	63.500.612	50.975.789	65
Total	3.592	176.695.257	129.294.336	5.901

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro 1988

(2) Fator de correção OTN

**PRINCIPAIS ATIVIDADES APOIADAS NO SETOR INDUSTRIAL,
NO PARANÁ — 1988**

(Em Cz\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		
	Financiamentos	%	Investimentos
Cooperativas	8.382.620	16,3	11.075.436
Indústria de Papel e Papelão	8.238.414	16,0	11.094.935
Segmento Metal-Mecânico	11.200.143	21,8	16.751.778
Indústria Madeireira e do Mobiliário	4.125.435	8,0	6.049.936
Indústria de Produtos Alimentares	11.633.287	22,6	15.015.622
Outras Atividades	7.870.618	15,3	13.924.051
Total	51.450.518	100,0	73.911.758

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro de 1988.

(2) Fator de correção OTN

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DAS EMPRESAS,
NO PARANÁ — 1988**

(Em Cz\$ 1.000,00)

SETORES E TAMANHO DAS EMPRESAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	N. Contratos	Investimentos	Financiamentos	%
SETOR PRIVADO	3.586	115.740.300	80.530.358	62,3
Microempresas	2.572	4.948.116	4.355.782	5,4
Pequenas Empresas	363	20.230.300	12.814.769	15,9
Médias Empresas	288	31.401.100	17.685.091	22,0
Grandes Empresas	363	59.160.784	45.674.716	56,7
SETOR PÚBLICO	6	60.954.958	48.763.978	37,7
Total	3.592	176.695.257	129.294.336	100,0

FONTE: APL-BADEP

NOTAS: (1) Valores a preço de dezembro de 1988.

(2) Fator de correção OTN.

**MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO BADEP, SEGUNDO AS FONTES — 198-88
(Em Cz\$ 1.000,00, valores correntes)**

FONTES	MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS			
	1987		1988	
	Valor	%	Valor	%
FDE	64.465	1,1	741.773	1,6
Convênios e Repasses	4.337.033	72,7	35.929.974	77,7
BNDES	2.534.877	42,5	16.600.766	35,9
FINAME	1.690.646	28,3	16.061.381	34,7
Outros	111.510	1,9	3.267.827	7,1
Recursos Externos	327.343	5,5	674.798	1,5
Recursos Próprios	319.662	5,4	1.187.619	2,6
Total Financiamentos	5.048.503	84,6	38.534.164	83,3
Avais/Fianças Concedidos	191.613	3,2	2.960.854	6,4
Total (Aplicações)	5.240.116	87,8	41.495.018	89,7
Arrecadação Própria (Custeio)	725.472	12,2	4.772.730	10,3
Total	5.965.588	100,0	46.267.748	100,0

FONTE: APL-BADEP

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO OS SETORES DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA — 1988**

(Em Cz\$ 1,00)

SETORES DE CET	Nº de Auxílios	Recursos Liberados
Pesquisa Básica	39	60.726.793,00
Biotecnologia	09	12.606.153,00
Tecnologia Ambiental	12	19.733.365,00
Tecnologia Energética	03	10.119.000,00
Tecnologia Industrial	15	18.129.190,00
Tecnologia Agropecuária	19	23.177.044,00
Tecnologia Biomédica	09	9.587.163,68
Desenvolvimento Social	24	18.223.438,10
Informática	04	4.913.308,35
SEICT	09	30.282.100,00
Paranabio/CIBAAP	21	69.502.113,00
Parques Tecnológicos	05	22.493.816,00
Novos Materiais	06	21.317.000,00
Eventos	60	13.125.573,00
Publicações	17	10.464.840,00
TOTAL	252	344.400.897,13

Fonte: CONCITEC

POSIÇÃO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL NO PARANÁ — 1988

COHAPAR	Concluído	Em Obras	Em Projeto
Convencional	4.223	2.961	12.667
FICAM	414	69	—
Mutirão	3.361	5.414	9.260
Mutirão MHU	203	645	817
Autoconstrução	270	10	1.372
Mutirão Rural	—	15	610
Lotes Urbanizados	673	2.138	6.045
Total	9.144	11.252	30.771
Cohab - Londrina	2.000	1.267	3.608
Cohab - Curitiba	2.119	7.006	7.977
Total	13.263	19.525	42.356

Fonte: COHAPAR

OBSERVAÇÃO — O quadro acima saiu fora de lugar por erro de revisão. Ele deveria estar em ítem específico, intitulado HABITAÇÃO POPULAR, e não junto às tabelas referentes ao capítulo CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO A INSTITUIÇÃO,
NO PARANÁ — 1988**

INSTITUIÇÃO PROJETOS	Nº de Auxílios	Recursos Repassados
Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET	06	21.194.765,35
Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN/Londrina	01	2.344.297,00
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	01	977.210,00
Faculd. de Ciências Hum. "Arnaldo Busato" - Toledo - FACITOL	02	3.952.065,00
Fund. Fac. Est. de Filos. Ciências e Letras de Guarapuava - FAFIG	03	1.262.023,00
Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" - FFALM	04	2.153.857,10
Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL	33	74.845.403,00
Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM	38	61.557.525,00
Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - FUEPG	08	18.741.616,00
Fundação de Pesquisas Florestais - FUPEF	12	7.520.816,00
Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR	07	14.448.747,00
Instituto Par. de Desenvolvimento Econ. e Social - IPARDES	02	4.643.903,00
Museu Paranaense	01	934.000,00
Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva - NESCO	01	214.800,00
Pontifícia Universidade Católica - PUC/PR	11	12.033.513,00
Secretaria de Estado de Abastecimento - SEAB	01	3.943.532,00
Superintendência de Rec. Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA	02	4.036.090,00
Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR	08	14.860.933,00
Faculdade de Reabilitação Tuiuti	01	2.960.000,00
Universidade Federal do Paraná - UFPR	33	68.185.388,68
Eventos		
Vinte e oito instituições	60	13.125.573,00
Publicações		
Onze instituições	17	10.464.840,00
TOTAL	252	344.400.897,13

Fonte: CONCITEC

TRANSPORTES

EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ — 1988 (km)

SITUAÇÃO	NÃO PAVIMENTADA				PAVIMENTADA				TOTAL	TOTAL	TOTAL
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural	Implantada (C)	TOTAL	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic. (E)			
REDE											
Federal	911,00	—	52,70	82,80	135,50	107,20	2.554,60	116,70	313,80	2.985,10	4.138,80
Est. Transiçória	—	—	145,80	197,90	343,70	262,40	1.139,20	—	1,90	1.141,10	1.750,20
Estadual	2.591,00	—	136,40	1.562,30	1.698,70	617,90	7.751,79	49,30	85,70	7.866,79	12.794,39
Acessos	—	—	2,30	23,30	25,60	—	175,70	—	—	175,70	201,30
Extensão Urbana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estadual	—	—	2,00	1,50	3,50	1,50	97,60	—	47,45	145,05	150,05
Municipal	—	—	104,283,60	22,214,30	126,497,90	—	79,00	—	—	79,00	126.576,90
TOTAL	3.502,00	—	104.622,80	24.082,10	128.704,90	992,00	11.797,89	166,00	448,85	12.412,74	145.611,64

FONTE: DER SETR-PR

EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ — 1984-88 (km)

ANO	NÃO PAVIMENTADA				PAVIMENTADA				TOTAL	TOTAL	TOTAL
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural	Implantada (C)	TOTAL	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic. (E)			
1984	5.577,20	63,60	110.803,70	20.626,20	131.429,90	191,60	10.271,10	—	235,80	10.506,80	147.769,10
1985	5.583,20	30,40	109.437,20	21.858,10	131.287,30	486,00	10.258,40	58,00	259,10	10.575,50	147.952,40
1986	3.566,10	49,20	104.622,80	24.282,00	128.904,80	1.697,60	10.986,60	103,80	371,75	11.382,15	145.599,85
1987	3.552,10	—	104.622,80	24.218,40	128.841,20	1.425,10	11.233,90	175,00	371,75	11.781,45	145.599,85
1988	3.502,00	—	104.622,80	24.082,10	128.704,90	992,00	11.797,89	166,00	448,85	12.412,74	145.611,64

FONTE: DER SETR-PR

**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR
OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO (m)
Almirante Tamandaré	Viaduto sobre a RFFSA	102,00
Alto Paraná	Ponte sobre o Rio São Francisco	35,00
Apucarana	Viaduto Apucarana (Alargamento)	31,60
Araruna	Ponte Sobre o Córrego Quarenta e Um	35,00
Assis Chateaubriand	Ponte Sobre o Rio Verde	45,00
Balsa Nova	Placa Sobre o Ribeirão das Mortes	9,00
Barbosa Ferraz	Ponte Sobre o Rio das Lontras	35,00
Barracão	Ponte Sobre o Rio Pinhalito I	35,00
Boa Vista da Aparecida	Ponte Sobre o Rio Andrada	70,00
Borrazópolis	Ponte Sobre o Rio Cambutão	36,00
Borrazópolis	Ponte Sobre o Rio Bom	97,00
Borrazópolis	Bueiro Celular no Rio Engenho Velho	6,45
Cafelândia	Ponte Sobre o Rio Verde	30,00
Campina Grande do Sul	Ponte Sobre o Rio Capivarí	37,00
Cândido de Abreu	Ponte Sobre o Rio Jacutingá	35,00
Carlópolis	Bueiro Celular no Ribeirão dos Limas	4,36
Carlópolis	Bueiro Celular no Rio Herval	2,80
Castro	Viaduto Sobre a RFFSA	30,00
Castro	Viaduto Sobre a PR-340	60,00
Cerro Azul	Ponte Sobre o Rio Ponta Grossa	33,70
Cidade Gaúcha	Ponte Sobre o Ribeirão Itaoca	23,00
Congonhinhas	Bueiro Triplo Celular no Rio Imbaú	9,60
Enéas Marques	Placa Sobre o Rio Vitória	9,00
Floresta	Bueiro no Ribeirão Caxias I	6,45
Floresta	Bueiro no Ribeirão Caxias II	9,60
Florestópolis	Ponte Sobre o Ribeirão Vermelho	55,00
Francisco Beltrão	Ponte Sobre o Rio Laranjinha	115,00
Francisco Beltrão	Ponte Sobre o Rio Marrecas (ampliação)	20,00
Ibaití	Ponte Sobre o Rio do Engano	35,00
Iretama	Bueiro Celular no Rio Água do Galdino	5,45
Itambaracá	Placa Sobre o Córrego Água dos Patos	8,00
Japirá	Ponte Sobre o Ribeirão Grande	40,00
Jussara	Ponte Sobre o Ribeirão São Mateus	27,00
Lunardelli	Ponte Sobre o Rio da Bulha	35,00
Mamboré	Ponte Sobre o Rio Mutum	21,30
Mandaguari	Passagem Inferior Intersecção I-05	13,32
Mandaguari	Viaduto Sobre a RFFSA	48,00
Marialva	Viaduto na Intersecção I-04 BR/376 (Cont. Sul de Marialva)	33,40
Marilena	Ponte Sobre o Rio Areia Branca	45,00
Matinhos	Ponte sobre o Rio Cabaraquara	14,00
Missal	Ponte Sobre o Rio São Vicente	51,00
Moreira Sales	Bueiro Celular no Córrego Crentes	3,36
Nossa Senhora das Graças	Bueiro Celular no Rio Água do Três	6,45
Nova Londrina	Placa Sobre o Ribeirão do Quatí	12,00
Nova Santa Rosa	Ponte Sobre o Rio Jaguarandí	28,00
Ourizona	Ponte Sobre o Rio Andirá	25,00
Palotina	Ponte Sobre o Rio São Pedro	23,00
Paula Freitas	Viaduto RFFSA (Reforço)	87,50
Planalto	Ponte Sobre o Rio Lageado Liso	41,00
Ponta Grossa	Ponte Sobre o Rio Pitanguí	60,00
Ponta Grossa	Passage	12,00
Pudentópolis	Placa Sobre o Rio Ponte Nova	12,40

**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR
OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO (m)
Pudentópolis	Bueiro Celular no Ribeirão Caxim	28,00
Realeza	Bueiro Celular no Rio do Lago	3,00
Rebouças	Ponte Sobre o Rio da Barca	20,00
Renascença	Ponte Sobre o Rio Vitorino	40,00
Ribeirão Claro	Ponte Sobre o Rio Anhumas	21,30
Rolândia	Placa Sobre o Ribeirão Vermelho	11,00
Rondon	Ponte Sobre o Rio Tapiracuí	40,00
Salgado Filho	Ponte Sobre o Rio Tamanduazinho	18,00
Santa Cecília do Pavão	Placa no Ribeirão Tigre	12,00
Santa Fé	Ponte Sobre o Rio Interventor	25,00
Santana do Itararé	Ponte Sobre o Rio Fartura	12,00
Santo Antonio do Paraíso	Bueiro Celular no Rio Água do Tigre	2,24
Santo Antonio do Sudoeste	Bueiro Celular no Rio Jaboti	3,36
São Jerônimo da Serra	Ponte Sobre o Rio Tigre	16,00
São Jorge do Oeste	Bueiro Celular no Rio Faxina	25,00
São José da Boa Vista	Bueiro Celular no Rio Água Pinhal	3,36
São Pedro do Ivaí	Ponte Sobre o Rio Cambará	35,00
São Tomé	Bueiro Celular no Ribeirão São Tomé	8,10
Sarandí	Passagem Inferior BR-376 (Intersecção 1-02)	24,40
Tapirá	Ponte Sobre o Rio Garda	20,00
Teixeira Soares	Ponte Sobre o Rio Imbituvão	41,15
Tibagi	Ponte Sobre o Rio Preto	35,00
Tibagi	Ponte Sobre o Rio Arroio das Pedras	95,00
Tuneiras do Oeste	Ponte Sobre o Rio Mouro	30,00
Tuneiras do Oeste	Ponte Sobre o Córrego Concórdia	35,00
Umuarama	Ponte Sobre o Rio Pinhalzinho	21,00
Verê	Bueiro Celular no Rio Verezinho	9,72
Vitorino	Ponte Sobre o Rio Vitorino	17,00
TOTAL		2.356,37

FONTE: DER/SETR-PR

**OBRAS E PROJETOS EXECUTADOS PELO DER, SEGUNDO O TIPO,
NO PARANÁ — 1988**

SERVIÇO	1988				Concluídos	Em Andamento
	1.984	1.985	1.986	1.987		
Terraplenagem e Pavimentação (km)	700,64	256,81	662,74	1.125,48	1.093,40	1.670,79
Restauração e Rejuvenescimento de Pavimento (km)	351,74	490,41	412,87	897,19	753,54	363,21
Revestimento Primário (km)	2.641,03	3.620,07	5.325,05	4.971,58	5.578,58	34,50
Obras de Arte Especiais (m)	7.242,20	4.927,76	5.547,24	3.109,85	2.583,37	4.538,36
Constr. de Prédios Públicos (m ²)	1.293,86	2.020,50	1.736,44	—	682,30	1.109,47
Projetos Finais de Engenharia						
Pavimentação (km)	221,40	1.993,00	1.508,45	1.712,77	3.726,60	1.742,05
Restauração (km)	421,00	217,00	232,30	466,16	62,90	267,80
Obras de Arte Especiais (m)	4.997,00	2.416,10	515,00	2.785,00	3.224,00	362,00

FONTE: DER/SETR-PR

**OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO PELO DER/PR
POR TIPO DE SERVIÇO 1988**

Tipo Obra	Programa	1988	
		Concluídas	Em Andamento
PAVIMENTAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	290,99	916,23
	Rodovias Alimentadoras	292,64	97,12
	Rodovias Vicinais	266,94	71,30
	Rodovias Rurais	242,83	586,14
	TOTAL	1.093,40	1.670,79
RESTAURAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	168,59	147,04
	Rodovias Alimentadoras	584,95	216,17
	TOTAL	753,54	363,21
REVESTIMENTO PRIMÁRIO	PROGRAMA NORMAL	5.516,55	34,50
	Rodovias Vicinais	62,03	—
	TOTAL	5.578,58	34,50
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS (m)	PROGRAMA NORMAL	2.356,58	4.166,76
	Rodovias Alimentadoras	227,00	341,60
	TOTAL	2.583,37	4.508,36

FONTE: DER/SETR-PR

**EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO
O TIPO DE CARGA — 1984-88**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1984	1985	1986	1987	1988
CARGA GERAL	868.508	865.710	716.413	818.114	1.089.522
Café em grão	134.317	122.561	39.804	52.174	112.646
Madeira	155.451	148.491	156.922	176.969	198.553
Algodão	16.165	35.269	28.455	71.883	6.708
Café Solúvel	135	254	—	—	386
Congelados	159.684	165.720	129.147	136.582	167.150
Têxteis	11.980	7.653	4.468	3.442	10.259
Cerâmicas	42.706	34.478	43.820	31.354	42.497
Papel	157.789	115.181	172.988	157.848	325.523
Diversas	190.281	236.103	140.809	187.862	225.800
GRANÉIS SÓLIDOS	5.617.886	7.079.064	5.390.521	6.918.723	5.978.191
Milho em grão	356.285	63.604	—	1.000	—
Soja em grão	1.241.046	2.372.140	1.131.839	1.888.728	783.500
Farelos	4.009.109	4.633.214	4.245.702	5.021.506	5.187.721
Trigo Mourisco	11.446	10.106	12.980	7.489	5.125
Feijão	—	—	—	—	1.845
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.533.603	1.684.469	1.055.483	1.327.742	1.017.772
Óleos Vegetais	306.899	450.338	137.914	463.346	158.363
Derivados de Petróleo	1.226.704	1.234.131	917.569	864.396	859.409
TOTAL	8.019.997	9.629.243	7.162.417	9.064.579	8.085.485

FONTE: APPA/SETR

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS,
NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Barbosa Ferraz	PR-462Barbosa Ferraz — BR-487 (Lote 1)	25,23
Grandes Rios	Variante da Serra (Rio Branco-Rosário)	4,00
Iretama	PR-462 — Barbosa Ferraz — BR-487 (Lote 2)	32,80
TOTAL		62,03

FONTE: DER/SETR-PR

**TOTAL DE PROJETOS EXECUTADOS PELO DER/PR, POR TIPO DE SERVIÇO
NO ESTADO DO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1.984	1.985	1.986	1.987	1988	
					Em Andamento	Concluídos
Projetos Finais de Engenharia Terraplenagem e Pavimentação						
Contratados	156,00	717,00	1.395,00	411,40	584,25	1.376,77
Administração Direta	65,40 ¹⁾	1.276,00 ¹⁾	113,45	1.301,37	1.157,80	2.349,83
Projetos Finais de Engenharia Restaurações						
Administração Direta	421,00	217,00	232,30	466,16	267,80	62,90
Projetos de Obras-de-Arte-Especiais (em metros)						
Contratados	500,00	—	—	—	—	256,00
Administração Direta	4.477,00	2.416,10	515,00	2.785,00	362,00	2.968,00

FONTE: DER/PR

NOTA: (1) Referente a acesso, interseções e estudos de tráfego.

**RECEITA CAMBIAL — 1984-88
(US\$ 1.000)**

MERCADORIAS	1984	1985	1986	1987	1988
CARGA GERAL					
Algodão	19.967	25.592	13.824	69.455	5.719
Café em grão	379.754	347.732	236.102	91.469	258.361
Café solúvel	875	1.310	168	—	1.410
Congelados	161.861	151.334	132.132	123.147	195.522
Madeira	88.388	73.367	71.463	86.711	161.836
Outras	315.775	287.967	212.079	202.315	383.896
GRANÉIS SÓLIDOS					
Farelos	759.781	602.388	747.014	867.213	1.243.211
Milho em grão	41.990	6.711	—	150	—
Soja em grão	248.833	442.506	131.221	250.282	226.158
Trigo mourisco	2.413	2.045	1.796	598	587
GRANÉIS LÍQUIDOS					
Derivados de petróleo	166.466	258.649	243.171	216.097	214.851
Óleos Vegetais	229.168	285.584	35.235	91.227	75.468
TOTAL	2.415.271	2.485.185	1.824.205	1.998.664	2.767.019

FONTE: APPA/SETR

**TRÁFEGO NOS AEROPORTOS
NÚMERO DE POUSOS E DECOLAGENS ANUAIS**

AEROPORTO	85/86	86/87	87/88
Curitiba (Afonso Pena)	25.894	27.550	28.800
Londrina	16.720	19.408	14.563
Foz do Iguaçu	9.822	10.653	10.435
Curitiba (Bacacheri)	9.604	12.270	13.290
Maringá	8.198	9.330	8.273
Cascavel	1.244	1.068	998
Umuarama	1.060	988	828
Ponta Grossa	994	694	1.334
Guarapuava	560	582	1.219
União da Vitória	458	351	232
Apucarana	375	547	670
Francisco Beltrão	246	393	305
Cornélio Procopio	243	472	356
Campo Mourão	230	300	878
Cianorte	224	254	115
Monte Alegre	219	232	125
Guaíra	126	294	815
Goio-Êre	114	393	188
Paranavaí	109	411	777
Jacarezinho	108	227	238
Copacel	92	333	296
M. C. Rondon	87	109	108
Palmas	78	—	—
Pato Branco	73	281	298
Loanda	44	202	202
Ibaiti	18	70	—
Cambará	17	—	—
Pirai do Sul	9	—	—
Giacomar	8	—	—
Castro	—	75	36
Paranaguá	—	60	—
Primeiro de Maio	—	12	—
Realeza	—	234	314
TOTAL	76.974	87.793	85.723

FONTE: Ministério da Aeronáutica

**MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DO ESTADO
DO PARANÁ — 1986-87 — 1987-88**

PASSAGEIROS TIPO	EMBARCADOS		DESEMBARCADOS		TOTAL
	86/87	87/88	86/87	87/88	
AVIAÇÃO					
REGULAR	754.017	758.225	741.000	743.912	2.997.184
AVIÃO NÃO					
REGULAR	58.135	34.660	55.870	31.744	180.409
TOTAL	812.152	792.915	796.870	775.656	3.177.593

FONTE: Ministério da Aeronáutica

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO OS ANOS — 1984-88**

ANOS	MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS (1.000 t)					
	Porto de Paranaguá				Porto de Antonina	TOTAL
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos			
1984	1.008	6.293	3.903		273	11.477
1985	1.027	8.116	3.671		210	13.024
1986	1.000	7.734	3.170		166	12.070
1987	962	9.095	3.303		196	13.556
1988	1.246	8.322	3.173		62	12.804

FONTE: APPA-SETR

**IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1984-88**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1984	1985	1986	1987	1988
CARGA GERAL	20.526	7.018	3.654	7.233	7.124
Diversas	20.526	7.018	3.654	7.233	7.124
GRANÉIS SÓLIDOS	530.814	459.989	320.878	406.205	297.049
Carvão	271.151	208.489	136.671	174.499	53.184
Fertilizantes	17.086	41.565	28.261	37.339	29.853
Milho	—	2.088	—	—	—
Minérios	52.166	—	28.359	45.700	57.027
Sal	190.411	207.847	127.587	148.667	156.985
GRANÉIS LÍQUIDOS	57.671	149.734	32.161	170.640	35.901
Deriv. de petróleo	53.205	141.118	26.048	168.398	31.924
G. L. P.	4.466	8.616	6.113	2.242	—
Prod. químicos	—	—	—	—	3.977
TOTAL	609.011	616.741	356.693	584.078	340.074

FONTE: APPA-SETR

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROGRAMA DE MELHORAMENTOS — 10988**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR OTN	SITUAÇÃO
Reforma de 02 guindastes canguru	149.690,00	concluído
Recuperação do cai dos inflamáveis	120.939,00	concluído
Manutenção preventiva e corretiva de guindastes	92.049,00	concluído
Manutenção preventiva e corretiva do corredor de exportação	274.549,00	em andamento
Reforma da rede de illum. parque de triagem	6.628,00	concluído
Reforma de 04 locomotivas	75.903,00	concluído
Reforma da subestação de 69Kv (2ª fase)	41.241,00	concluído
Dragagem da bacia de evolução	140.328,00	concluído
Reforma de guindaste Lorain	46.175,00	em andamento
Reequipamento do porto	466.188,00	concluído

FONTE: APPA/SETR

IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1984-88

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1984	1985	1986	1987	1988
CARGA GERAL	110.785	150.725	275.738	132.108	87.138
Carga Containerizada	12.472	11.250	11.616	22.845	19.091
Diversas	98.313	139.475	264.122	109.263	68.047
GRANÉIS SÓLIDOS	208.486	250.241	942.802	731.274	432.414
Cevada	—	—	—	10.242	48.703
Fertilizantes	144.534	151.689	210.876	339.997	374.080
Milho em grão	27.835	52.496	399.043	169.192	—
Minérios	3.228	14.559	42.208	17.411	2.421
Soja em Grão	32.889	31.497	127.627	135.530	7.210
Arroz	—	—	163.048	—	—
Sal	—	—	—	53.902	—
GRANÉIS LÍQUIDOS	8.470	36.991	87.764	93.797	74.850
Derivados de petróleo	1.448	36.991	423	8.647	3.441
Produtos químicos	7.022	—	65.491	80.150	64.429
Óleos vegetais	—	—	21.850	—	6.980
TOTAL	327.741	437.957	1.306.304	957.179	594.402

FONTE: APPA/SETR

ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE FRETES DO PARANÁ — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Motoristas atendidos (n°)	39.246	39.856	27.196	37.133	62.043
Comissionamentos (n°)	39.554	40.150	27.223	37.147	33.696
Tonelagem comissionada (1.000 t)	754	785	571	808	697
Recurso total evitado (1.000 km)	5.887	5.979	5.711	6.681	6.063
Combustível economizado (1.000 l)	2.355	2.392	1.632	2.227	2.021

FONTE: DSTC/DER

EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1984-88

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1984	1985	1986	1987	1988
CARGA GERAL	9.545	5.069	4.143	4.143	6.685
Café em grão	1.676	—	597	—	—
Diversas	7.869	5.069	3.546	4.143	6.685
GRANÉIS SÓLIDOS	207.459	535.274	1.246.276	1.234.919	1.004.243
Milho	58.447	126.764	49.189	310.380	113.752
Farelos	83.533	78.015	77.207	50.895	15.148
Minérios	65.479	15.088	20.580	—	15.046
Trigo em Grão	—	315.407	1.099.300	873.644	860.297
GRANÉIS LÍQUIDOS	2.303.332	1.799.624	1.994.377	1.711.007	1.949.856
Óleos vegetais	24.865	18.915	42.275	22.100	24.000
Deriv. do petróleo	1.990.545	1.477.349	1.654.870	1.439.726	1.717.708
G.L.P.	39.561	31.532	29.070	8.772	—
Combust. p/ navios	170.066	190.860	182.005	155.393	134.050
Água p/ navios	78.295	80.968	86.157	85.016	74.098
TOTAL	2.520.336	2.339.967	3.244.796	2.950.069	2.960.784

FONTE: APPA/SETR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA, DE
RODOVIAS RURAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Apucarana	Pirapó — Fazenda Ubatuba	5,70
Apucarana	Fazenda Ubatuba — São Pedro	6,20
Arapongas	Arapongas — Cruzeiro	9,62
Assai	PR-090 — Figueira	4,00
Assai	Figueira Cebolão	7,70
Assis Chateaubriand	Assis Chateaubriand — Ramal Caracu	4,10
Assis Chateaubriand	Ramal Caracu — Ramal Acaua	5,35
Barbosa Ferraz	Bairro dos Borges — Bourbonia	9,20
Barbosa Ferraz	Barbosa Ferraz — Fazenda Margarida	5,78
Campo Mourão	BR-487 (Luiziana) — Bourbonia	8,20
Cianorte	Cianorte — Venda Maringá	2,80
Cruz Machado	Cruz Machado — Cascalheira	9,00
Cruz Machado	Cascalheira — Santana	9,00
Guarapuava	PR-170 — Terminal de Combustível e Parque Industrial	7,70
Guarapuava	BR-277 — Morro Alto	5,40
Icaraima	Icaraima — Fazenda Sacramento	10,00
Iporã	Vila Nilza — Gavião	9,50
Iporã	Gavião — PR-490	3,10
Ivaiporã	Ouro Verde — Arapuã	9,00
Londrina	BR-369 — Cinco Conjuntos	3,30
Londrina	Warta — Embrapa	2,30
Marechal Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon — Galeria	5,70
Marechal Cândido Rondon	Galeria — Margarida	6,70
Nossa Senhora das Graças	Acesso a Mendelândia	3,20
Nova Santa Rosa	Nova Santa Rosa — Divisa Palotina	7,65
Palotina	PR-182 — Divisa Nova Santa Rosa	6,40
Piraquara	PR-415 — BR-277 (Roseira)	8,30
Porto Rico	Porto Rico — Ouro Verde	6,06
Porto Rico	Ouro Verde — Santa Cruz do Monte Castelo	8,00
Salto do Lontra	Avenida Presidente Vargas	2,10
Salto do Lontra	Avenida Nicolau Inácio	3,43
Santa Isabel do Ivaí	Pé de Galinha — São José do Ivaí	9,14
Santa Isabel do Ivaí	Rodovia Mezarino — Pé de Galinha	4,20
São José dos Pinhais	BR-376 — Campo Largo da Roseira	3,30
São Tomé	São Tomé — Bairro Rodeio	6,20
Sertaneja	Fazenda Santa Fé — Paranagi	5,90
Sertaneja	Mairiporã — Fazenda Santa Fé	6,30
Toledo	Toledo — Avenida Maripá	3,30
Umuarama	PR-182 — Santa Elisa	10,00
TOTAL		242,83

FONTE: DER/SETR-PR

VALOR PROCESSADO PELO DER POR PROJETO ATIVIDADE 1984 - 1988

PROJETO/ATIVIDADE	1984	1985	1986	1987	1988
Estradas Coletadas Pró-Rural	7.284	51.722	71.111	46.348	269.141
Construção de Rodovias P/N	14.365	87.768	855.165	3.975.477	32.068.544
Segurança Tráfego e Combate Erosão	26.990	50.623	16.138	22.867	316.777
Rodovias Alimentadoras Bid III	78.142	254.028	1.156.180	3.208.777	18.879.544
Rodovias Vicinais BNDES	25.857	153.401	486.985	853.148	2.043.534
Estradas Rurais CEF	—	—	—	—	12.142.753
Programa de Ação Municipal Pram	—	—	—	—	68.858
Serviço de Administração Geral	25.254	95.631	282.941	765.987	5.314.101
Dívida Pública (Interna e Externa)	8.119	30.691	90.386	1.153.588	5.813.734
Conservação de Rodovias	20.439	47.739	139.892	473.266	2.081.821
Apoio Rodoviário a Municípios	—	4.158	18.985	182.166	764.513
TOTAL	206.450	775.761	3.117.791	10.681.624	79.783.610

FONTE: DER-SETR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS,
POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULOS	EXTENSÃO (km)
Ampere	PR-182 — São Salvador	2,60
Ampere	Sede — Vila Itaipu	3,30
Araruna	PR-558 Araruna — Campo Mourão	19,60
Araruna	PR-567 — São Lourenço — Araruna	18,00
Barracão	BR-163 — Bom Jesus do Barracão	6,20
Dois Vizinhos	PR-281 Santa Lúcia	7,90
Eneas Marques	Nova Esperança — São Luiz	9,00
Francisco Beltrão	PR-483 — São Pio X	9,00
Ibaiti	Vila Guai — Campinho	9,12
Ibaiti	PRT-272 — Euzébio Oliveira	7,60
Itambé	PR-457 — Itambé — Marisa	16,70
Itapejara do Oeste	PR-469 — Balsa Nova Rio Chopim	3,00
Itapejara do Oeste	Sede — Ponte Rio Vitorino	3,45
Itapejara do Oeste	Sede — Santa Barbara	5,00
Nova Prata do Iguaçu	Nova Prata do Iguaçu — Gaucha	7,50
Pitanga	PR-456 — São José	2,30
Pitanga	PR-456 — Santa Maria	1,50
Planalto	São Valério — Barra Grande	6,30
Realeza	Acesso a Vista Alegre	2,90
Renascença	PRT-280 — Canela	7,50
Rolandia	PR-547 — Pitangueiras — PR-218	6,22
Santa Isabel do Ivaí	PR-576 — Santa Monica — Rio Ivaí	14,80
Santa Isabel do Oeste	Sede — Anunciação (Via Volta Alegre)	7,25
Santa Mariana	PR-518 Santa Mariana — Porto Quebra Canoa	29,90
Santo Antonio do Caiua	PR-557 Terra Rica — Santo Antonio do Caiua	29,70
São João	Vila Paraíso — Nova Lourdes	10,00
São Pedro do Ivaí	PR-457 Marisa — São Pedro do Ivaí	12,70
Vere	Alto Vere — Sede Progresso	7,90
TOTAL		266,94

FONTE: DER/SETR-PR

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Alvorada do Sul	PR-090 Bela Vista do Paraíso — Alvorada do Sul	24,60
Assis Chateaubriand	PR-317 Assis Chateaubriand — PR-581	24,60
Cambará	PR-431 Entr. BR-153 — Entr. BR-369	22,00
Capitão Leônidas Marques	PR-182 Rio Iguazu (Marmelândia) — Santa Lucia	19,32
Centenário do Sul	PR-450 Entr. PR-170 — Centenário do Sul	23,10
Cianorte	PR-467 Cianorte — São Tomé — Japurá	29,00
Cidade Gaúcha	PR-082 Cidade Gaúcha — Nova Olímpia	30,00
Cruzeiro do Oeste	PR-180 Entr. PR-323 — Mariluz	25,08
Francisco Beltrão	PR-180 Francisco Beltrão — Entr. PR-281 (Salto do Lontra)	31,10
Guarapuava	PR-170 Guarapuava — Foz do Areia	93,15
Inajá	PR-464 Paranacity — Inajá	22,00
Itambé	PR-551 Itambé — Floresta — Doutor Camargo	39,20
Loanda	PR-182 Entr. BR-376 — Loanda	20,60
Mirassolva	PR-170 Entroncamento — PR-340 — Porecatu	42,00
Munhoz de Melo	PR-550 Entr. PR-218 — Munhoz de Melo	8,80
Nova Santa Rosa	Acesso PR-239 — Nova Santa Rosa	11,40
Peabirú	PR-465 Peabirú — Araruna	15,00
Quinta do Sol	PR-082 Quinta do Sol — Engenheiro Beltrão — Terra Boa	38,00
Rolândia	PR-170 Rolândia — Entr. Jaguapitã	23,00
São Jorge do Ivaí	PR-554 Entr. PR-323 — São Jorge do Ivaí	18,00
Xambré	PR-182 Xambré — Pérola	25,00
TOTAL		584,95

FONTE: DER/SETR-PR

**REDE ROVODIÁRIA DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR
SEGUNDO O TIPO DE RODOVIA — 1988**

JURISDIÇÃO	Pavimentada	Rev. Primário	Leito Natural	Total
Federal Delegada	2.148,7	83,4	—	2.232,1
Estadual	9.886,4	1.853,6	347,4	12.087,4
TOTAL	12.035,1	1.937,0	347,4	14.319,5

FONTE: DER/SETR-PR.

**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO
PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULOS	EXTENSÃO (m)
Campina da Lagoa	Ponte sobre o Ribeirão Azul	45,00
Pitanga	Ponte sobre o Rio Corumbatai	80,00
	Outras obras de arte especiais	102,00
TOTAL		227,00

FONTE: DER/SETR-PR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA DE RODOVIAS
ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Antonio Olinto	PR-281 Antonio Olinto — BR-476	11,56
Boa Vista da Aparecida	PR-484 Boa Vista da Aparecida — Entroncamento PR-182	26,31
Francisco Beltrão	PR-566 Francisco Beltrão — Itapejara do Oeste	32,54
Jesuítas	Jesuítas — Carajás	9,76
Londrina	PR-538 Vila Regina — São Luiz — Guaravera	29,59
Mallet	PRT-153 Rebouças — Rio Azul — Paulo Frontin (lote 2)	31,44
Marechal Cândido Rondon	PR-495 Iguaporã — Porto Mendes	17,50
Nossa Senhora das Graças	PR-317 Nossa Senhora das Graças — Santo Inácio	22,00
Pitanga	PRT-487 Manoel Ribas — Entroncamento PR-460 (Bela Vista)	28,25
Ponta Grossa	PR-438 Guaraji — PR-151	15,30
Rebouças	PRT-153 Rebouças — Rio Azul — Paulo Frontin (lote 1)	36,34
Teixeira Soares	PR-438 Teixeira Soares — BR-277	19,30
	outros (trechos, acessos e contornos)	12,75
TOTAL		292,64

FONTE: DER/SETR-PR

**PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Almirante Tamandaré	PR-092 Morro Azul (Estrada Morro Azul)	5,60
Arapongas	PR-444 Arapongas — São Pedro	20,90
Borrazópolis	PR-170 Borrazópolis — Itacolomi	27,12
Colombo	PR-417 Colombo — Bacaetava	11,90
Florestópolis	PR-537 Santa Margarida — Florestópolis	24,68
Francisco Beltrão	PR-475 Francisco Beltrão — Vere	26,46
Guarapuava	PR-540 Cachoeira — Socorro — PR-170	9,30
Londrina	Acesso ao Terminal de combustível de Londrina	3,96
Mandaguari	PR-444 São Pedro — Mandaguari	16,46
Maringá	PR-323 Contorno Sul de Maringá	12,50
Matinhos	PR-412 — Cabaraquara	3,50
Missal	PR-495 — Entroncamento PR-488 (Santa Helena) — Missal	26,84
Nova Aurora	PR-575 Palmitópolis — Nova Aurora	13,94
Piraquara	PR-506 Piraquara — Quatro Barras	9,31
Prudentópolis	PR-160 Prudentópolis — entroncamento BR-277	12,57
São Carlos do Ivaí	PR-467 Japura — BR-158 (São Carlos do Ivaí)	21,00
São Jorge do Patrocínio	São Jorge do Patrocínio — Pérola da Boa Esperança	10,00
	outros (trechos, acessos e contornos)	34,95
TOTAL		290,99

FONTE: DER/SETR-PR

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO PARANÁ — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Movimento de Passageiros (10 ⁶)	106	114	129	144	137
Linhas em operação (n ^o)	745	763	760	781	817
Frota de Veículos (n ^o)	2.494	2.519	2.596	2.655	2.656
Empresas Concessionárias (n ^o)	54	54	54	53	53

FONTE: DSTC/DER

**EVOLUÇÃO DA REDE DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR
(RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS)
1984-88**

ANO	Pavimentada	Revestimento Primário	Leito Natural	TOTAL
1984	9.249,7	3.072,3	817,5	13.139,5
1985	9.455,3	2.652,4	1.235,7	13.343,4
1986	11.126,2	2.261,4	504,9	13.892,5
1987	12.053,8	1.914,0	348,4	14.316,2
1988	12.035,1	1.937,0	347,4	14.319,5

FONTE: DER/SETR-PR

**VALOR DAS MERCADORIAS POR TONELADA — 1984-88
(US\$)**

MERCADORIAS	1984	1985	1986	1987	1988
Café	2.751	2.837	5.932	1.753	2.261
Café solúvel	3.418	5.157	—	—	3.653
Milho	129	106	—	150	—
Soja	282	187	116	133	296
Farelos	191	130	176	173	252
Algodão	1.306	726	486	966	1.363
Madeira	558	494	455	490	949
Óleos vegetais	749	634	255	197	497
Congelados	1.003	913	1.023	902	1.230
Trigo mourisco	211	202	138	80	130
Derivado petróleo	246	210	265	250	250
Outras	825	732	586	532	664

FONTE: APPA/SETR

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIA EM TONELADAS, PELO PORTO DE ANTONINA — 1984-88

MERCADORIAS	1984	1985	1986	1987	1988
LONGO CURSO					
Fertilizantes (imp.)	—	—	1.338	6.783	2.916
CABOTAGEM					
Minérios (imp.)	—	—	28.359	14.880	—
Carvão (imp.)	271.151	208.489	136.671	174.499	53.184
Diversos (exp.)	1.610	1.570	—	—	—
Fertilizantes (imp.)	—	—	—	—	6.194
TOTAL	272.761	210.059	166.368	196.162	62.294

FONTE: APPA/SETR

**DESAPROPRIAÇÕES
INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Nº de Escrituras Indenizadas	479	438	270	95	427
Nº de Escrituras Doadas	920	1257	2192	944	1431
Área Total Indenizada (m2)	11292742.13	5656179.96	9942082.51	5631843.48	4771793.61
Área Obtida por Doação (m2)	10640010.03	14467561.11	25613992.68	16844687.95	11288736.53
Valor da Área Indenizada (Cz\$ 1.000)	675.50	2467.30	27271.50	32050.18	138152.32
Valor das Benfeitorias (Cz\$ 1.000)	423.00	2176.20	20583.30	22956.70	38954.21
Total das Indenizações (Cz\$ 1.000)	1098.50	4643.60	47854.80	55006.88	177106.53
Valor das Doações (Cz\$ 1.000)	1746.60	14005.10	99283.40	139751.36	234640.48

FONTE: DER-SETR

**RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA
E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1988**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Alto Paraná	Acesso Leste de Alto Paraná	3,30
Alto Piquiri	PR-486 Rio Piquiri — Rio Jacaré	11,00
Apucarana	Entroncamento BR-376 — BR-369	3,40
Bituruna	PR-170 Bituruna — Foz do Areia	15,20
Boa Esperança	PR-468 Entroncamento BR-369 — Boa Esperança	3,00
Curitiba	Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres)	3,20
Floraí	PR-467 Entroncamento BR-376	16,00
General Carneiro	Perímetro Urbano de General Carneiro	12,40
Guaíra	PRT-163 Guaíra — Arroio Guacu	15,50
Imbituva	PR-522 Entroncamento BR-373 — Ivaí	19,30
Itaí	PRT-153 Itaí — Rebouças	8,30
Matinhos	PR-412 Matinhos — Guaratuba (Mercado)	9,10
Palmeira	BR-277 Sprea — Relógio (km 192 a 202)	10,00
Toledo	Toledo — Bragantina	3,90
Toledo	Toledo — Ouro Verde	5,35
Tupassi	PR-581 Entroncamento PR-317 — Tupassi	3,76
Vera Cruz do Oeste	PR-585 Rio Santa Quitéria — Vera Cruz do Oeste outros (Trechos, acessos e contornos)	4,00 21,88
TOTAL		168,59

FONTE: DER/SETR-PR

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PLANO DE EXPANSÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ — 1988
PORTOBRÁS/BNDES/GOVERNO DO ESTADO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR OTN	SITUAÇÃO
TERMINAL DE CONTAINERS		
Dragagem e aterro hidráulico para construção de 240.000 m ² de pátio	1.787.189,00	Em andamento
Construção de 350m de cais	1.926.501,00	concluído
PROJETOS E FISCALIZAÇÃO		
Projetos de Eng. e Fiscalização	839.340,00	em andamento

FONTE: APPA/SETR

ENERGIA

**CONSUMO INDUSTRIAL DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO OS RAMOS
DE ATIVIDADE — 1984-88**

RAMOS DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL (GWh)				
	§ 1984	§ 1985	1986	§ 1987	1988
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	36,4	41,0	32,8	29,5	26,8
Indústrias de Transforma- ção	2.693,2	3.374,7	3.414,1	3.477,9	3.790,7
Minerais Não-Metálicos	293,2	323,7	365,8	400,5	420,6
Metalurgia	187,8	219,1	212,4	242,7	254,2
Mecânica	72,7	87,0	94,7	80,8	88,5
Materiais Elétricos e de Co- municação	47,8	49,4	38,9	42,6	47,0
Construção e Montagem de Transporte	19,7	28,2	49,9	55,4	68,8
Madeira	146,8	159,9	170,8	188,7	180,4
Mobiliário	32,0	36,1	39,6	39,3	40,4
Papel e Papelão	342,7	653,6	719,5	796,8	886,3
Couro, Peles e Produtos Derivados	10,2	11,9	12,4	13,8	17,6
Química	534,9	621,3	528,9	483,2	560,2
Têxtil	95,5	95,6	104,5	135,0	147,4
Vestuários, Calçados e Ar- tefatos de Tecidos	4,9	6,4	8,2	10,7	10,6
Produtos Alimentares	703,0	863,6	846,2	757,5	819,1
Bebidas	57,5	65,1	63,6	57,8	62,5
Editorial e Gráfica	6,9	7,6	8,5	9,4	10,3
Diversas	58,6	53,5	43,0	46,7	53,5
Borracha	8,2	9,4	11,5	13,3	14,4
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1,7	2,5	2,1	2,0	2,1
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	3,3	2,3	1,3	1,3	1,2
Matérias Plásticas	58,5	69,6	82,7	88,9	93,5
Fumo	7,3	8,9	9,6	11,5	12,1
Indústrias de Construção Civil	79,7	84,9	100,1	119,6	109,8
TOTAL	2.809,3	3.500,6	3.547,0	3.627,0	3.927,3

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

OFERTA DE ENERGIA PRIMÁRIA DESTINADA AO CONSUMO PARANAENSE — 1983/87

1.000 GEP

FONTES	1983	%	1984	%	1985	%	1986	%	1987	%
	Petróleo	3.244	42,0	3.199	40,9	3.233	37,8	3.552	38,9	3.761
Energia Hidráulica	1.996	25,8	2.130	27,2	2.453	28,7	2.488	27,2	2.766	28,5
Lenha	1.457	18,9	1.500	19,2	1.598	18,7	1.672	18,3	1.714	17,7
Produtos da Cana	729	9,4	676	8,6	923	10,8	1.053	11,5	1.056	10,9
Carvão Mineral	246	3,2	262	3,4	285	3,3	309	3,4	328	3,4
Xisto	36	0,5	40	0,5	46	0,5	48	0,6	46	0,5
Outras	19	0,2	18	0,2	18	0,2	20	0,2	17	0,2
TOTAL	7.727	100,0	7.825	100,0	8.556	100,0	9.142	100,0	9.688	100,0

FONTE: COPEL

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1984-88**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	§ 1984	1985	§ 1986	§ 1987	1988
Residencial	1.540	1.665	1.742	1.970	2.130
Industrial	3.502	4.224	4.435	4.426	4.750
Comercial	1.004	1.083	1.041	1.140	1.199
Poderes Públicos	156	185	190	210	224
Iluminação Pública	391	426	404	472	523
Serviços Públicos	239	250	259	281	304
Próprio	62	61	67	67	71
Subtotal-Urbano	6.894	7.894	8.048	8.566	9.201
Rural	375	455	529	624	666
TOTAL	7.269	8.349	8.577	9.190	9.867

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

(2) Inclusive autoprodutores.

**REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO
DO SISTEMA COPEL — 1984-88**

ANOS	REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO		
	Número de Postes Instalados	Número de Transformadores ⁽¹⁾	Linhas de Transmissão e Distribuição (km)
1984	574.621	95.847	50.793,9
1985	597.103	130.881	71.713,4
1986	612.612	156.871	87.501,8
1987	632.379	185.528	101.927,0
1988	650.119	207.835	112.700,5

FONTE: COPEL

NOTA: (1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO
DE ENERGIA ELÉTRICA, PELO SISTEMA COPEL — 1984-88**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Geração Própria	7.664	5.042	4.878	7.254	6.244
Interc. Líquido	-517	3.125	3.398	1.913	3.582
Energia Requerida	7.147	8.167	8.276	9.167	9.826
Distribuição Direta	6.436	7.485	7.626	8.226	8.872
Concessionárias	152	166	278	201	215
Ande	45	—	—	—	—
Perdas e Diferenças	514	516	472	740	739

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

(2) Intercâmbio Líquido = Energia Recebida-Energia Suprida

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO
DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ — 1984-88**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	§ 1984	§ 1985	§ 1986	§ 1987	1988
Disponibilidade de Energia Elétrica	22.642	19.505	27.361	39.644	37.832
Geração Bruta no Estado	22.529	19.240	27.267	39.561	37.710
COPEL	7.664	5.042	4.878	7.254	6.244
ELETROSUL	11.619	8.259	8.753	10.930	8.621
ITAIPU	—	3.164	10.926	17.903	19.254
CESP	2.568	2.084	1.901	2.691	2.788
Força e Luz Cel. Vivida	2	2	3	3	2
Autoprodutores	676	689	806	780	801
Recebimentos	113	265	94	83	122
Requisitos de Energia Elétrica no Estado	7.803	8.885	9.073	9.973	10.684
Distribuição Direta	7.269	8.349	8.577	9.190	9.867
Concessionárias	6.621	7.692	7.846	8.465	9.125
Autoprodutores	648	657	731	725	742
Perdas e Diferenças Internas	534	536	496	783	817
Fornecimento para outros Estados e Exterior	14.839	10.620	18.288	29.671	27.148

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) Foi considerada como geração bruta no Estado a metade da energia elétrica gerada em rios limítrofes — Paraná e Paranapanema, explorados respectivamente, pela Itaipu Binacional e pela Companhia Energética de São Paulo.

(2) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 KWh (quilowatt-hora).

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO
AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1984-88**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Residencial	1.487	1.608	1.685	1.909	2.065
Industrial	2.809	3.500	3.547	3.627	3.927
Comercial	983	1.059	1.016	1.113	1.170
Rural	367	448	522	614	657
Poderes Públicos	153	182	186	205	219
Iluminação Pública	379	413	392	457	507
Serviços Públicos	231	243	251	272	295
Próprio	27	32	27	29	32
TOTAL	6.436	7.485	7.626	8.226	8.872

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO AS
CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1984-88**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1984	1985	1986	§ 1987	1988
Residencial	1.087.628	1.160.358	1.226.376	1.283.301	1.351.621
Industrial	17.414	18.538	22.414	23.592	24.778
Comercial	134.149	137.975	147.003	153.382	159.048
Rural	110.924	149.948	180.612	207.010	225.587
Poderes Públicos	12.550	14.046	16.204	17.204	19.388
Iluminação Pública	957	990	1.019	1.029	1.039
Serviços Públicos	1.240	1.371	1.515	1.627	1.775
Próprio	1.113	1.101	1.154	1.198	1.260
TOTAL	1.365.975	1.484.327	1.596.297	1.688.968	1.784.496

FONTE: COPEL

NOTA: (1) Inclusive autoprodutores.

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1984-88**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1984	1985	1986	1987	1988
Residencial	1.053.064	1.123.738	1.187.467	1.243.060	1.309.706
Industrial	16.899	18.006	21.851	22.988	24.148
Comercial	130.520	134.274	142.987	149.345	154.916
Rural	109.016	148.226	178.717	204.996	223.502
Poderes Públicos	12.175	13.635	15.787	17.380	18.924
Iluminação Pública	945	976	1.005	1.015	1.025
Serviços Públicos	1.217	1.346	1.490	1.598	1.743
Próprio	1.091	1.078	1.131	1.171	1.240
TOTAL	1.324.927	1.441.279	1.550.435	1.641.553	1.735.204

FONTE: COPEL

EDUCAÇÃO

**MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Total	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	6.396	133.132	61	38.248	177.837	—	245	58	389	692	6.396	133.377	119	38.637	178.529
1985	7.010	135.357	58	38.743	181.168	—	318	—	466	784	7.010	135.675	58	39.209	181.952
1986	6.179	140.701	92	40.588	187.560	—	216	40	465	721	6.179	140.917	132	41.053	188.281
1987	6.060	134.727	149	44.945	185.881	—	215	39	618	872	6.060	134.942	188	45.563	186.753
1988	6.521	144.984	160	48.368	200.033	—	233	42	670	945	6.071	150.645	197	44.065	200.978

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Total	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	2	364	1	179	546	—	2	1	3	6	2	366	2	182	552
1985	2	381	1	181	565	—	3	1	4	8	2	384	2	185	573
1986	3	389	1	178	571	—	2	1	5	8	3	391	2	183	579
1987	3	399	1	176	579	—	2	1	7	10	3	401	2	183	589
1988	3	402	1	177	583	—	2	1	7	10	3	413	2	175	593

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Total	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	30.988	27.095	16.002	48.844	122.929	9.533	740	1.532	355	12.160	40.521	27.835	17.534	49.199	135.089
1985	23.471	30.853	20.775	55.094	130.193	6.397	1.211	2.246	277	10.131	29.868	32.064	23.021	55.371	140.324
1986	1.824	34.314	42.649	62.499	141.286	585	1.355	8.666	359	10.965	2.409	35.669	51.315	62.858	152.251
1987	832	36.185	45.026	67.988	150.031	303	1.569	9.355	421	11.648	1.135	37.754	54.381	68.409	161.679
1988	844	37.032	46.074	69.579	153.529	310	1.605	9.567	430	11.912	1.354	41.652	58.175	64.260	165.441

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL								
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total					
1984	781	549	251	538	2.199	399	29	68	10	506	1.180	578	319	548	2.625
1985	654	620	354	601	2.229	298	47	97	11	453	952	667	431	612	2.662
1986	40	666	935	635	2.276	25	59	395	13	492	65	725	1.330	648	2.768
1987	18	714	953	675	2.360	13	63	437	14	527	31	777	1.390	689	2.887
1988	19	733	978	693	2.423	13	65	449	14	541	34	825	1.419	686	2.964

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL								
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total					
1984	568	838.309	205.687	136.995	1.181.559	539	62.991	309.121	7.208	379.859	1.107	901.300	514.808	144.203	1.561.418
1985	532	846.948	207.032	141.704	1.196.216	564	62.413	294.430	6.647	364.054	1.096	909.361	501.462	148.351	1.560.270
1986	347	871.646	215.505	144.317	1.231.815	650	66.313	289.823	6.181	362.967	997	937.959	505.328	150.498	1.594.782
1987	207	862.996	225.771	151.052	1.240.026	603	64.616	217.359	5.038	341.616	810	927.612	497.130	156.090	1.581.642
1988	256	889.790	232.837	155.735	1.278.618	634	66.615	279.845	5.178	352.272	779	975.529	500.926	153.656	1.630.890

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL								
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total					
1984	1	1.579	739	353	2.672	11	1.196	8.286	85	9.578	12	2.775	9.025	438	12.250
1985	1	1.604	783	363	2.751	11	1.174	8.163	86	9.434	12	2.778	8.946	449	12.185
1986	1	1.623	788	375	2.787	13	1.190	8.166	82	9.451	14	2.813	8.954	457	12.238
1987	1	1.647	822	379	2.849	14	1.169	8.116	79	9.378	15	2.816	8.938	458	12.227
1988	1	1.642	819	378	2.840	14	1.166	8.089	78	9.347	15	2.825	8.903	444	12.157

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

**TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL			
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Estadual	Municipal	Particular
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total
1983	10,39	21,13	20,39	9,82	19,58	25,35	19,14	23,32	16,95	20,98	22,50	17,91	20,98	22,14	10,26	20,32
1984	5,46	20,50	20,45	8,56	19,10	31,91	19,72	24,16	18,30	23,33	23,33	18,34	20,45	22,66	9,05	20,12
1985	11,09	19,48	19,20	8,13	18,08	20,21	18,62	22,07	18,44	21,41	21,41	15,78	19,42	20,88	8,59	18,86
1986	16,43	18,52	17,66	7,83	17,12	32,15	16,26	20,68	16,70	19,83	19,83	26,68	18,36	19,39	8,19	17,73
1987	9,66	18,97	18,34	7,84	17,50	33,83	16,06	20,44	15,96	19,57	19,57	27,65	18,77	19,49	8,10	17,95

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL			
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Estadual	Municipal	Particular
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total
1983	12,32	18,24	15,88	8,49	15,44	27,76	21,23	27,83	21,95	26,66	21,10	23,26	25,95	12,72	23,06	
1984	15,13	22,02	22,05	11,89	20,71	30,19	20,93	25,42	18,96	24,59	21,44	21,95	24,03	12,20	21,65	
1985	16,51	20,21	20,19	11,02	18,99	40,88	17,57	22,94	19,82	22,03	27,65	20,03	21,77	11,37	19,69	
1986	8,92	21,24	21,23	10,86	19,84	42,44	17,73	22,69	18,45	21,80	29,11	21,00	22,05	11,14	20,29	
1987	11,98	21,60	20,59	10,43	19,88	32,79	17,85	22,24	18,86	21,40	26,37	21,35	21,46	10,67	20,21	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL			
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total	Estadual	Municipal	Particular
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total
1983	12,32	18,24	15,88	8,49	15,44	—	1,64	—	15,57	9,62	12,32	18,21	13,25	8,85	15,42	
1984	0,78	17,57	23,23	8,88	14,58	—	5,74	5,66	4,85	5,24	0,78	17,54	14,42	8,84	14,54	
1985	0,62	13,73	2,17	8,30	11,70	—	4,69	—	11,31	8,73	0,62	13,70	2,17	8,34	11,69	
1986	0,48	13,73	3,25	9,75	12,13	—	5,14	8,00	6,54	6,20	0,48	13,72	4,27	9,72	12,10	
1987	—	14,35	30,47	10,28	13,23	—	4,23	—	5,37	4,81	—	14,33	24,07	10,49	13,18	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL			
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	
1983	0,49	12,73	10,17	—	7,34	6,25	3,28	0,49	12,72	9,54
1984	0,52	11,49	8,20	—	2,04	6,90	2,31	0,52	11,48	7,56
1985	0,41	12,11	5,17	—	7,86	—	3,83	0,41	12,10	4,03
1986	1,13	10,67	—	—	4,63	—	4,72	1,13	10,66	3,97
1987	0,40	10,19	0,67	—	5,58	—	2,98	0,40	10,18	0,53
										4,91
										8,57

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 2º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA
E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1983	—	—	127	—	—	—	—	—	127
1984	—	—	238	—	—	—	—	—	238
1985	—	—	137	—	—	—	—	—	137
1986	—	320	121	—	—	—	—	320	121
1987	—	320	121	—	—	—	—	320	121
									21.764
									22.205

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPLETIVO DE 2º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE
POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87**

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1983	—	—	1	—	—	—	—	—	1
1984	—	—	2	—	—	—	—	—	2
1985	—	—	1	—	—	—	—	—	1
1986	—	6	1	—	—	—	—	6	1
1987	—	6	1	—	—	—	—	6	1
									106
									113

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal.	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1983	—	25.076	605	27.396	53.077	—	212	33	38	283	—	25.288	638	27.934
1984	—	27.201	754	26.062	54.017	—	116	19	36	171	—	27.317	773	26.098	54.188
1985	—	25.935	762	23.052	49.749	—	117	—	39	156	—	26.052	762	23.091	49.905
1986	—	30.067	1.157	21.658	52.882	—	121	—	—	121	—	30.188	1.157	21.658	53.003
? 1987	—	30.990	1.371	20.945	53.306	—	112	—	—	112	—	31.102	1.371	20.945	53.418

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPLETIVO DE 1º GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal.	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1983	—	149	5	114	258	—	2	1	1	4	—	151	6	115
1984	—	132	3	115	250	—	2	1	1	4	—	134	4	116	254
1985	—	127	4	100	231	—	2	—	1	3	—	129	4	101	234
1986	—	148	4	103	255	—	1	—	—	1	—	149	4	103	256
? 1987	—	147	4	102	253	—	1	—	—	1	—	148	4	102	254

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — CLASSE ESPECIAL POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal.	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1983	—	1962	315	137	2.414	—	—	—	—	—	—	1.962	315	137
1984	—	1.745	424	173	2.342	—	—	—	—	—	—	1.745	424	173	2.342
1985	—	1.962	398	180	2.540	—	—	14	—	14	—	1.962	412	180	2.554
1986	—	2.580	400	316	3.296	—	8	12	—	20	—	2.588	412	316	3.316
1987	—	3.357	467	273	4.297	—	8	9	—	17	—	3.365	476	273	4.314

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL						
	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total
1983	744.782	208.380	106.012	144.764	1.205.938	232.205	84.405	46.393	57.452	420.455	976.987	292.785	152.405	302.216	1.624.393
1984	776.116	202.685	125.356	162.395	1.266.552	335.613	76.822	52.237	53.240	417.912	1.011.729	279.507	177.593	215.635	1.684.464
1985	809.901	189.811	118.044	154.876	1.272.632	236.381	66.769	45.064	48.102	396.316	1.046.282	256.580	163.108	202.978	1.668.948
1986	819.552	202.900	129.425	164.586	1.316.463	332.965	64.948	49.183	46.889	393.985	1.052.517	267.848	178.608	211.475	1.710.448
1987	840.296	208.532	127.566	155.137	1.331.531	224.918	61.255	44.808	45.420	376.401	1.065.214	269.787	172.374	200.557	1.707.932

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU, POR SÉRIE NO PARANÁ — 1984-88

ANO	SÉRIES					NÃO SERIADO	TOTAL	CONCLUÍTES
	1:	2:	3:	4:	5:			
1984	87.109	52.756	36.554	2.110	—	178.529	32.877	
1985	86.405	50.774	37.003	1.000	6.770	181.952	32.910	
1986	88.906	54.846	37.877	885	5.767	188.281	32.562	
1987	86.314	54.469	39.195	1.091	5.684	186.753	33.484	
? 1988	92.931	58.625	42.185	1.166	6.071	200.978	36.176	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88

ANO	SÉRIES								TOTAL	CONCLUÍTES
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:	8:		
1984	163.959	120.056	105.306	88.807	168.632	112.966	81.782	59.792	901.300	43.145
1985	157.956	122.973	108.431	90.046	169.164	115.791	82.502	62.498	909.361	46.090
1986	157.508	123.847	111.769	94.627	179.639	120.973	85.705	63.891	937.959	46.615
1987	151.175	120.484	110.084	94.879	180.152	121.601	86.014	63.223	927.612	46.868
? 1988	158.997	126.709	115.783	99.785	189.436	127.880	90.420	66.519	975.529	49.311

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1984-88

ANO	SÉRIES							TOTAL	CONCLUÍNTES	
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:			
1984	388.197	268.851	225.483	183.395	195.371	132.692	96.573	70.856	1.561.418	52.775
1985	369.207	271.971	230.985	184.741	195.595	135.548	97.796	74.427	1.560.270	56.599
1986	365.616	272.671	238.038	195.235	205.349	140.243	101.132	76.498	1.594.782	57.743
1987	352.682	266.926	235.981	197.928	207.855	142.207	101.752	76.311	1.581.642	58.421
? 1988	363.852	215.294	243.329	204.024	214.299	146.617	104.866	78.609	1.630.890	60.183

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU POR SÉRIE, DA REDE ESTADUAL — 1984-88

ANO	SÉRIES			NÃO SERIADO			TOTAL	CONCLUÍNTES
	1:	2:	3:	4:	5:	6:		
1984	69.255	39.161	24.001	960	—	—	133.377	19.664
1985	69.869	39.322	25.644	840	—	—	135.675	22.280
1986	70.875	42.318	27.024	700	—	—	140.917	22.624
1987	65.874	40.884	27.320	864	—	—	134.942	23.122
? 1988	73.606	45.645	30.430	964	—	—	150.645	25.805

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO NO PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL					
	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total			
1983	109.863	20.067	9.472	57.684	177.086	517	55	49	44	665	110.380	20.122	9.521	57.728	177.751			
1984	112.538	19.176	10.700	42.060	184.274	561	31	77	46	715	112.899	19.207	10.777	42.106	184.989			
1985	118.828	15.748	11.302	42.007	187.885	596	57	82	82	817	119.424	15.805	11.584	42.089	188.702			
1986	120.023	16.568	12.945	45.962	195.498	575	38	69	80	762	120.598	16.606	13.014	46.042	196.260			
1987	115.050	17.540	13.448	43.431	193.500	673	34	118	78	903	115.723	17.574	13.566	43.509	194.405			

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Os dados de 1988 ainda não foram coletados.

SAÚDE

NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES, SANITÁRIAS, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE,
NO PARANÁ — 1984-88

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES											
	1984		1985		1986		1987		1988		?	
	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)
Postos de Saúde Construídos	5	315	186	10.240	114	6.599	135	8.025	55	2.978	—	—
Postos de Saúde Ampliados	—	—	3	179	—	—	4	193	2	39	—	—
Centros de Saúde Construídos	—	—	17	3.545	15	3.028	16	3.368	10	2.565	—	—
Centros de Saúde Ampliados	1	35	16	593	1	107	34	1.532	31	1.861	—	—
Hospitais Ampliados	—	—	1	73	1	264	2	303	2	1.291	—	—
Centros Sociais Rurais Construídos	22	4.032	28	5.345	16	3.138	—	—	—	—	—	—
Hospital Construído	—	—	1	778	2	1.556	3	1.589	2	873	—	—
Escritório Distrital Ampliado	—	—	1	80	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: FCMR-SESA-SUDS

ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PARANÁ — 1982-86

ANO	Coefficiente de mortalidade de infantil por 1.000 nascidos novos	Mortalidade proporcional (% por grupo etário 0-1	Coefficiente de mortalidade de doença transmissível por 100.000 habitantes	Coefficiente de mortalidade de materna por 1.000 nascidos novos	Coefficiente de natalidade geral por 1.000 nascidos novos	Coefficiente de fecundidade de por 1.000 nascidos vivos
1982	41,60	20,30	41,10	0,79	27,77	109,92
1983	42,63	17,82	37,73	0,95	23,73	96,16
1984	43,69	16,60	41,64	1,05	21,25	86,00
1985	39,07	15,67	33,72	0,85	21,67	85,82
1986	36,98	15,08	33,20	0,79	21,51	87,61

FONTE: AIT/GPC/FCMR-SESA

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1984-88

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM				
	1984 ⁽¹⁾	1985 ⁽²⁾	1986	§ 1987	? 1988
Menor de 1 ano	49.340	380.945	577.113	647.239	623.659
1 a 4 anos	63.439	479.212	710.086	868.969	810.362
5 a 14 anos	41.846	432.518	570.464	670.642	651.914
15 e mais anos	106.416	1.187.200	1.790.316	2.182.573	1.796.746
Gestantes	29.664	261.479	335.822	359.835	860.431
Puérperas	4.249	31.608	59.459	85.128	59.503
TOTAL	294.954	3.211.165⁽³⁾	4.755.574⁽⁴⁾	5.768.634⁽⁵⁾	6.097.961⁽⁶⁾

FONTE: FCMR/SESA

NOTAS: (1) No ano de 1984, houve mudança no critério de registro de atendimento de enfermagem, deixando de ser computadas tarefas como aplicação de injeção, preparo, entrega de medicamentos, pós-consulta e consulta de enfermagem.

(2) Em 1985, todas as atividades já citadas acima, voltaram a ser computadas em um novo formulário, exceto consulta de enfermagem.

(3) Inclui 438.203 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(4) Inclui 712.314 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(5) Inclui 954.248 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

(6) Inclui 1.295.347 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

NÚMERO DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1984-88

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Menor de 1 ano	8.676	10.806	9.036	7.327	6.575
1 a 4 anos	11.113	12.098	7.083	6.774	6.781
5 a 14 anos	8.619	10.777	7.100	6.774	6.128
15 e mais anos	16.481	27.150	19.370	22.972	24.543
Gestantes	8.645	8.334	8.139	6.228	4.050
Puérperas	911	1.097	896	795	1.155
TOTAL	54.445	70.262	51.624	50.842	49.232

FONTE: FCMR/SESA

NÚMERO DE REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1984-88

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE REFORMAS				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Centros de Saúde	15	68	11	45	50
Escritórios Distritais	—	3	—	—	3
Laboratórios	2	—	—	—	1
Hospitais	3	2	17	6	11
Centro Social Rural Adaptado para Hospital	1	—	—	—	1
Postos de Saúde	—	7	42	14	13

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO
COMPULSÓRIA, NO PARANÁ — 1984-88**

DOENÇAS	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Poliomielite	,0	,1	,1	,0	,7 ⁽¹⁾
Doença Meningocócica	1,1	,9	1,1	1,0	1,1
Meningite de Outras Etiol.	9,0	8,8	10,1	10,3	6,3
Meningite de Etiol. não Específica	9,3	7,4	8,5	9,1	6,0
Difteria	1,2	1,6	1,1	,7	,4
Tétano	2,5	2,2	1,7	1,9	1,2
Coqueluche	17,2	21,1	19,9	13,2	4,2
Sarampo	121,0	60,8	126,9	108,7	5,0
Hepatite	55,8	67,7	47,1	46,0	45,6
Leptospirose	,2	,2	,6	,6	,6
Febre Tifóide	,2	,1	,3	,1	,0
Raiva Humana	2,3	1,7	,9	1,6	—
Tuberculose	45,4	41,6	43,2	37,4	34,6
Hanseníase	19,1	15,7	8,6	11,2	...
Aids	,0	,1	,2	,2	,4

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (1) Casos em investigação.

**COBERTURA VACINAL NOS DIAS NACIONAIS CONTRA A POLIOMIELITE EM
CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS, SEGUNDO AS FASES, NO PARANÁ — 1984-88**

FASES	COBERTURA VACINAL (%)				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
1ª Fase	93,0	88,8	90,6	88,0	86,7
2ª Fase	89,9	87,4	78,6	93,6	89,5

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS, SEGUNDO O TIPO DE
EXAME, NO PARANÁ — 1984-88**

TIPOS DE EXAMES	NÚMERO DE EXAMES				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	9.708	10.426	9.341	7.217	13.500
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto Contagiosas	37.361	35.486	34.219	61.610	52.977
Exames Cito e Histopatológicos	10.164	11.884	15.412	8.922	10.387
Exames Imunológicos	21.470	31.136	20.601	13.383	12.744
Exames de Análises Clínicas	435.936	466.779	471.904	493.226	545.211
TOTAL	514.639	555.711	551.477	584.358	634.819

FONTE: FCMR/SESA

NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL, NO PARANÁ — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Consultas Médico-Psiquiátricas	47.857	49.685	45.904	45.688	39.019
Consultas Psicológicas	51.246	50.924	53.085	59.324	41.206
Atendimento Preventivo — Individual e em Grupo	32.256	30.313	27.765	29.644	17.699
Paciente com encaminhamento hospitalar	1.721	1.836	2.548	1.678	1.487
Pacientes com encaminhamento ambulatorial p/ controle	12.470	14.423	15.277	16.225	13.788
Pacientes com alta	1.885	1.207	724	1.129	1.110
Consulta Pedagógica ⁽¹⁾	—	—	—	—	396

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: (1) Serviço implantado em 2 Centros de Saúde, a partir do 2º semestre de 1988.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRESTADA, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1984-88

GRUPO POPULACIONAL	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Aplicação do Flúor (crianças)	927.513	1.034.246	1.129.469	1.213.588	1.314.872
Escolares e Pré-Escolares Gestantes e Outros	234.243	292.660	568.284	721.193	737.890

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: Em virtude de mudança de metodologia na coleta de dados, os escolares e pré-escolares e gestantes e outros foram agrupados num só grupo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA PELOS HOSPITAIS DA FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, NO PARANÁ — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Internamentos	24.569	24.213	24.027	24.027	26.271
Saídas ⁽¹⁾	25.620	24.494	22.887	22.887	25.132
Pacientes/Dia/Ano	525.729	469.279	490.115	490.115	530.107
Taxa de Ocupação	60,0	57,0	55,6	55,6	64,1
Consultas Médicas	105.436	80.675	96.800	98.010	102.010
Exames Radiológicos	16.329	14.564	40.015	49.744	58.424
Atend. Odontológicos	13.018	7.701	6.987	5.697	4.625
Cirurgias	2.308	2.281	1.819	2.000	1.967
Ações Obstétricas	3.435	4.316	4.858	4.930	5.020
Eletrodiagnósticos	1.104	1.119	1.213	1.358	1.402
Exames de Laboratório	82.192	97.871	122.784	125.767	144.778
Ações de Serviço Social	43.145	53.812	66.763	45.284	64.366

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (1) Estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

**NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL,
NO PARANÁ — 1984-88**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Menor de 1 ano	171.839	177.093	167.452	158.245	156.029
1 a 4 anos	248.615	259.550	231.839	220.258	225.260
5 a 14 anos	247.809	251.031	225.384	224.019	240.706
15 e mais anos	794.604	900.639	857.037	884.772	961.791
Gestantes	123.468	137.413	132.612	125.676	120.801
Puérperas	11.003	12.503	13.467	13.465	12.246
TOTAL	1.597.338	1.738.229	1.627.891	1.626.435	1.716.833

FONTE: FCMR/SESA

**COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO,
SEGUNDO O TIPO DE DOENÇA, NO PARANÁ — 1984-88**

TIPO DE DOENÇA	COBERTURA VACINAL (%)				
	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Contra a Tuberculose (BCG)	100,6	95,9	90,9	94,9	95,4
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice) ⁽¹⁾	76,7	76,9	80,5	80,9	82,6
Contra o Sarampo	85	80	87	89	85
Contra Pólio ⁽¹⁾	74	74	80	81	85

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: (1) Refere-se à terceira dose.

**NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS EM ANIMAIS SUSPEITOS DE RAIVA
PELO SERVIÇO DE ZOOSE, NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Amostras coletadas em animais suspeitos	—	—	—	—	—
Percentual de amostras positivas	—	—	—	—	—
Amostras coletadas em animais domésticos e silvestres suspeitos	1.310	1.796	1.280	1.329	1.084
Percentual de amostras positivas	14,0	8,6	6,0	10,4	7,1

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**NÚMERO DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE,
NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Unidades Distribuídas	45.210.394	54.968.775	61.544.767	89.129.650	91.546.992 ⁽¹⁾

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: (1) Do total de medicamentos distribuídos, 35% foram produzidos pelo laboratório próprio.

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÃO
TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	1.545	2.183	2.467	4.080	2.606

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REALIZADAS,
NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Investigações Realizadas	24.017	10.804	23.488	14.810	6.823

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE, CONTROLADOS
PELO SERVIÇO DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Doentes Controlados	13.024	13.499	13.695	14.018	14.815
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	3.457	10.353	4.626	5.888	3.613

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**INTOXICAÇÕES POR AGROTÓXICOS NOTIFICADAS AO CENTRO DE
INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987	? 1988
Número de Casos	2.164	1.119	585	567	350
Número de Óbitos	158	106	65	39	34
Coef. de Incidência (por 100.000 hab.s.)	26,3	13,3	6,7	6,3	3,8
Coef. de Mortalidade (por 100.000 hab.s.)	1,9	1,3	,7	,4	,4
Coef. de Letalidade (%)	7,3	9,5	11,1	6,9	9,7

FONTE: FCMR/SESA

**OUTROS ACIDENTES TOXICOLÓGICOS NOTIFICADOS AO CENTRO DE
INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1987-88**

DISCRIMINAÇÃO	1987	? 1988
Medicamentos	208	191
Picada de Aracnideo	316	405
Picada de Ofídio	997	786
Plantas Tóxicas	23	22
Outros Produtos ⁽¹⁾	249	176

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: (1) Inclui produtos químico-industriais, pesticida doméstico, raticidas, domissanitários, cosméticos e outros produtos.

**NÚMERO DE SINTOMÁTICOS, COMUNICANTES E PACIENTES PORTADORES
DE TUBERCULOSE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE PNEUMOLOGIA
SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	§ 1987	? 1988
Sintomáticos Respiratórios					
Examinados	18.428	19.149	16.146	14.110	10.980
Comunicantes Examinados	11.167	10.846	8.277	8.011	9.042
Casos de Tuberculose Diag- nosticados e Tratados	3.733	3.355	3.525	3.062	3.196
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	2.511	2.239	1.716	2.339	2.136

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

**ADMINISTRAÇÃO
FAZENDÁRIA**

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS E CONTRATADAS,
NO PARANÁ — 1988**

Valores Correntes — Cz\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	Realizadas no Exercício	Contratadas	
		Exercício 1988	Exercícios Anteriores
DÍVIDA INTERNA	38.653.766	32.904.395	5.749.461
Títulos do Tesouro	2.568.017	—	2.568.017
BNDDES	—	—	—
Aviso 09 MF-BB	20.661.456	20.661.456	—
Resolução 63	1.556.862	1.556.862	—
FAS/SESP/SEDU	610.671	4.179	606.492
CEF/PPS	1.320.936	—	1.320.936
CURA/Litoral/Municípios	988.465	93.457	895.008
CEF/Rodovias Rurais	10.105.697	10.105.697	—
Banco do Brasil	350.000	—	350.000
PIRMIC	191.462	191.462	—
Escriturais	300.200	291.192	9.008
DÍVIDA EXTERNA	5.744.038	—	5.744.038
BID III	3.312.532	—	3.312.532
PrAM	1.370.810	—	1.370.810
4131 - Rolagem	—	—	—
Escriturais	1.060.696	—	1.060.696
TOTAL	44.397.804		
Ant. Receita Orçamentária	26.133.320	26.089.484	
TOTAL	70.531.124		

Fonte: CAFE/SEFA

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INTERNAS E EXTERNAS, NO PARANÁ — 1988

Valores Correntes — Cz\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS (INGRESSADAS EM 1988)	
INTERNA	42.012.556		38.653.766
Vinculada	15.692.325		38.303.766
Não Vinculadas	26.320.231		350.000
EXTERNA	30.981.000		5.744.038
Vinculadas	5.569.875		5.744.038
Não Vinculadas	25.411.125		—
TOTAL	72.993.556		44.397.804
Antecipação da Receita Orçamentária			26.133.320
TOTAL			70.531.124

Fonte: CAFE/SEFA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1987-88
Valores Correntes — NCz\$ 1,00

ÁREAS E ÓRGÃOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Realizada em 1988				Total B	Variação Percentual B/A
	Realizada em 1987 A	Pessoal	Despesas Correntes	Capital		
INSTITUCIONAL	15.490.053	93.461.693	41.572.358	33.537.924	168.571.975	1.088,2
ALE	685.139	3.493.960	1.162.426	4.600	4.660.986	680,3
TC	384.849	2.043.854	105.242	17.759	2.166.855	563,0
TJ	2.031.488	9.875.441	399.611	792.786	11.067.838	544,9
TA	101.315	718.237	48.990	13.539	780.766	770,6
GOV	2.621.729	22.569.661	1.378.287	2.795.370	26.743.318	1.020,0
SETA	249.079	1.641.421	793.982	107.790	2.543.193	1.021,0
SEPL	167.217	990.224	161.229	—	1.151.453	688,6
SEFA	912.387	5.537.472	2.735.920	937.009	9.210.401	1.009,5
SEAD	741.662	998.722	4.035.547	507.993	5.542.262	747,3
AGE/SEPL	308.364	—	—	—	—	—
AGE/SEFA	6.907.610	44.827.276	29.021.557	28.361.062	102.209.895	1.479,7
SECS	291.062	299.361	1.697.350	—	1.996.711	686,0
PGE	88.152	466.064	32.217	16	498.297	565,3
SOCIAL	15.947.761	84.056.698	11.272.858	5.943.678	101.273.234	635,0
PGJ	443.367	2.511.332	24.237	—	2.535.569	571,9
SEEC	241.478	1.105.779	401.368	10.475	1.517.622	628,5
SEED	10.569.594	53.874.859	7.871.892	4.480.227	66.226.978	626,6
SESA	1.116.321	6.259.903	799.916	153.731	7.213.550	646,2
SESP	3.280.611	18.796.981	1.825.000	1.117.495	21.739.476	662,7
SEIU	296.390	1.507.844	350.445	181.750	2.040.039	668,3

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1987-88

Valores Correntes — NCz\$ 1.00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Realizada em 1988

ÁREAS E ÓRGÃOS	Realizada em 1987	Despesas			Total	Varição
	A	Pessoal	Correntes	Capital	B	Percentual B-A
ECONÔMICA	11.573.934	11.193.872	9.594.648	37.475.194	58.263.714	503,4
SEAB	1.756.270	4.880.598	6.335.052	1.560	11.217.210	638,7
SEDU	1.975.855	1.201.220	397.072	10.397.976	11.996.268	607,1
SETR	7.573.406	4.783.589	2.065.966	26.653.018	33.502.573	442,4
SEIC	268.403	328.465	796.558	422.640	1.547.663	576,6
TOTAL	43.011.748	188.712.263	62.439.864	76.956.796	328.108.923	762,8

FONTE: CAFE/SEFA

NOTAS: (1) Despesa paga COR 315 de 23/01/89

(2) Não inclui Resíduos Passivos 1987/88

COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL, NO PARANÁ — 1984-88

Valores Correntes

COMPOSIÇÃO DA RECEITA
(Cz\$ 1.000,00)

ANOS	Tributária		Outras		Operações de Crédito		Transferências Federais		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1984	1.006.204	73,1	73.682	5,3	163.109	11,8	135.346	9,8	1.378.342	100,0
1985	3.878.188	63,9	313.787	5,2	1.241.891	20,4	638.500	10,5	6.072.366	100,0
1986	12.126.267	70,9	589.722	3,4	2.571.572	15,1	1.809.559	10,6	17.097.120	100,0
1987	31.824.672	63,2	2.602.866	5,2	10.360.408	20,5	5.593.564	11,1	50.381.511	100,0
1988	211.191.163	67,3	17.452.811	5,6	48.285.913	15,4	36.735.654	11,7	313.665.541	100,0

FONTE: CAFE-SEFA

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS, PARA O ESTADO DO PARANÁ — 1987-88

Valores Correntes

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		Variação Percentual B/A	? Receita Executada em 1988 (Cz\$ 1.000,00)	Variação Percentual C/A	C/B
	Receita Executada em 1987	Receita Orçamentária Prevista em 1988 (Cz\$ 1.000,00)				
Fundo de Participação dos Estados	2.419.907	6.822.391	181,9	18.985.939	684,6	684,6
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.079.629	1.660.000	53,7	5.307.687	391,6	219,7
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos						
Fundo Rodoviário Nacional	461.140	521.700	13,1	2.469.357	435,5	373,3
Adicional	54.719	66.600	21,7	296.319	441,5	344,9
Salário Educação	692.549	1.323.179	91,1	4.148.889	499,1	213,6
Imposto sobre Serviços de Transporte	309.639	443.999	43,4	1.418.263	358,0	358,0
Imposto Único sobre Energia Elétrica	406.844	1.243.644	205,7	2.836.453	597,2	128,1
Imposto Único sobre Minerais	82.513	211.324	156,1	761.472	822,8	260,3
Outras Transferências da União	86.624	95.000	9,7	511.275	490,2	438,2
TOTAL	5.593.564	12.387.837	121,5	36.735.654	556,7	196,5

FONTE: CAFE-SEFA

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ESTADO DO PARANÁ — 1987-88

DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEVEDOR EM 31/12		EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA	
	1987	1988	Equivalente em C.z\$ 1.000	Moeda Original em 1.000
DÍVIDA INTERNA				
Cz\$ ⁽¹⁾	2.370	34.618	34.618	1.360
OTN	15.230	19.531	93.569.939	28
US\$	241.241	311.836	235.919.185	29
UPC	4.940	4.192	13.444.865	(15)
TOTAL		27.534.832	342.968.607	
DÍVIDA EXTERNA				
US\$	276.494	258.901	195.871.849	(6)
DM	84.115	86.700	36.893.265	0,3
Sw.Ft.	72.346	69.152	34.773.892	(4)
YEN	22.013.391	21.555.909	130.413.247	(2)
FL	18.571	23.765	8.956.420	28
Libra	9.594	9.499	12.929.405	(1)
TOTAL		42.491.044	419.838.078	

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: (1) Não considerado Cz\$ 21.477.778 — Antecipação Receita Orçamentária

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA, NO PARANÁ — 1987-88

Valores Correntes

RECEITAS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	Realizada em 1987	Previsão em 1988	Variação Percentual	? Realizada em 1988	Variação Percentual	
	A	B	B/A	C	C/A	
	(Cz\$ 1.000,00)	(Cz\$ 1.000,00)		(Cz\$ 1.000,00)	C/B	
ICM	30.615.512	77.820.686	154,2	203.482.071	564,6	161,5
ITBI	529.935	1.133.000	113,8	3.253.300	513,9	187,1
IPVA	263.265	580.000	120,3	1.600.667	508,0	176,0
Taxas	415.959	1.144.337	175,1	2.855.125	586,4	149,5
Outras Receitas Correntes ⁽¹⁾	2.602.868	3.253.584	25,0	17.452.811	570,5	570,5
Transferências Federais	5.593.564	12.387.837	121,5	36.735.654	556,7	196,5
Operações de Crédito	10.360.408	72.993.556	604,5	48.285.913	366,1	(33,8)
TOTAL	50.381.511	169.313.000	236,1	313.665.541	522,6	85,2

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: (1) Este item inclui, Receita Patrimonial, Agropecuária, de Serviços, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens e Amortização de Empréstimos aos Municípios. Estas receitas só poderão ser detalhadas por ocasião da elaboração do Balanço Geral do Estado.

BANESTADO

**FINANCIAMENTOS REALIZADOS PELO BANESTADO S.A. — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO,
SEGUNDO AS GERÊNCIAS REGIONAIS — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS REALIZADOS (Cz\$ 1.000.000,00)				Valores Constantes	
	1984	1985	1986	NOVA DISCRIMINAÇÃO	1987	1988
Apucarana	—	—	—	Gerência Regional Campos Gerais	275	947
Campo Mourão	—	—	—	Gerências Regionais de Curitiba	547	807
Cascavel	227	475	537	Gerência Regional Noroeste	559	1.149
Cornélio Procopio	—	—	—	Gerências Regionais do Norte	1.215	—
Curitiba	103	193	229	Gerência Regional do Oeste	519	1.194
Francisco Beltrão	—	—	—	Gerência Regional de São Paulo	54	123
Jacarezinho	—	—	—	Gerência Regional Sudoeste	357	959
Londrina	225	474	403	Gerência Regional de Poderes Públicos	17	169
Maringá	216	471	535	Gerência Regional Curitiba - Sul	—	463
Paraná	—	—	—	Gerência Regional - Oeste	—	767
Pato Branco	—	—	—	Gerência Regional - Maringá	—	1.258
Ponta Grossa	73	153	141	Gerência Regional - Londrina	—	1.085
São Paulo	22	32	37	Gerência Regional - Norte Pioneiro	—	972
Toledo	—	—	—	Financeira	—	79
Unuarama	—	—	—			
Balção	92	—	96			
Prefeituras	1	—	—			
Poderes Públicos	4	33	51			
Funcionários Públicos	41	—	6			
TOTAL	1.004	1.831	2.036		3.543	9.972

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)											
	1984		1985		1986		1987		1988			
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Receitas	2.127	4.200	3.049	6.520	2.715	2.725	19.869	29.523	110.665	538.551	—	—
Operacionais	2.124	4.191	3.047	6.506	2.696	2.700	19.834	29.451	110.429	537.002	—	—
Não Operacionais	3	9	2	14	19	25	35	72	236	549	—	—
Despesas	2.239	4.173	2.936	6.295	2.656	2.530	19.309	28.660	110.845	531.179	—	—
Operacionais	2.237	4.172	2.936	6.293	2.653	2.524	19.299	28.626	110.808	528.574	—	—
Não Operacionais	2	1	—	2	3	6	10	34	37	2.439	—	—
Correção Monetária	124	132	(12)	(30)	(55)	(60)	(104)	(107)	672	4.605	—	—
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica	—	—	—	—	—	—	(2)	(13)	33	—	—	—
Imposto de Renda	—	—	—	—	—	—	(44)	(142)	248	(1.441)	—	—
Resultado do Semestre	12	159	101	195	4	135	410	602	773	10.536	—	—
Resultado do Exercício	—	171	—	296	—	139	—	1.012	—	11.309	—	—

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INFORMÁTICA
 (EX-BANESTADO S/A — PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS)
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	19	39	41	161	550
Patrimônio Líquido	84	118	112	605	4.763
Receita	234	318	293	897	8.253
Despesa	252	321	276	941	10.897
Correção Monetária	21	12	1	80	2.148
Resultado	3	9	18	36	(496)

FONTE: BANESTADO

BANCO DEL PARANÁ S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	70	26	71	93	1.200
Patrimônio Líquido	163	14	41	65	1.274
Depósitos	370	169	602	922	12.842
Empréstimos	272	109	35	388	7.106
Receita	79	34	125	166	3.469
Despesa	86	42	123	161	3.148
Resultado	(7)	(8)	1	4	321

FONTE: BANESTADO

NOTA: As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros (1984-85) e cruzados (1986-88) foram as seguintes:

- 1984 — 13,1740
- 1985 — 15,9070
- 1986 — 0,092446
- 1987 — 9,65
- 1988 — 0,75

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO BANESTADO S/A — REFLORESTADORA
1984-88

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (ha)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Reflorestamentos Implantados	1.389	1.389	694	1.389	—
Área Preservada Permanente	139	139	208	417	—
Agricultura e Pecuária	—	—	—	—	—
Reserva para Reflorestamento 1984	—	—	—	—	—
TOTAL	1.528	1.528	902	1.806	

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — APLICAÇÕES TOTAIS — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÕES TOTAIS (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Agropecuária	562	802	2.125	4.150	29.042
Indústria	671	725	1.419	8.131	139.039
Comércio	199	295	1.554	2.566	13.925
Instituições Financeiras	4	—	4	4	527
Outras Atividades	301	390	1.223	2.597	21.783
Pessoa Física	92	297	561	1.051	10.291
Operações Especiais	5.359	7.416	5.538	32.047	413.882
Demais Operações do Setor Público	340	—	—	—	—
Adiantamentos a Depositantes	14	19	19	124	531
Desconto de Títulos	700	1.456	—	3.007	21.194
Crédito em Liquidação	357	577	326	711	12.279
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(145)	(189)	(118)	(261)	(4.027)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	(39)	(105)	(103)	(186)	(2.974)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(252)	(387)	(208)	(633)	(9.613)
TOTAL	8.163	11.296	12.340	53.308	645.879

FONTE: BANESTADO

BANESTADO CLUBE S/C — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Donativos	1	7	13	40	306
Fundo Social	1	—	—	—	—
Patrimônio Líquido	9	8	6	10	8
Receita	11	16	19	65	485
Despesa	3	10	17	62	476
Saldo	8	6	2	3	9

FONTE: BANESTADO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO BANESTADO S/A — CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (CZ\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	68	66	96	162	1.500
Patrimônio Líquido	219	244	217	1.658	18.197
Títulos e Valores Mobiliários	120	90	126	47.678	290.276
Receita	287	504	448	35.643	344.819
Despesa	145	317	335	33.694	325.895
Correção Monetária	(137)	(146)	(59)	(682)	(13.375)
Resultado (antes do IR)	5	41	54	1.267	5.547

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INDICADORES — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	INDICADORES (Cz\$ 1.000,00)				
	1984	1985	? 1986	1987	1988
Capital Social	485	455	769	1.947	8.911
Patrimônio Líquido	1.231	1.486	1.460	7.672	78.402
Depósitos Totais	2.796	4.380	8.648	27.278	274.133
Empréstimos Totais	8.163	11.296	12.340	53.363	645.879
Financiamentos Rurais	562	802	2.125	4.150	29.042
Financiamentos à Exportação	914	1.325	1.166	1.260	27.136
Financiamentos à Importação	10	41	101	—	27.853

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	18	10	20	29	232
Patrimônio Líquido	15	41	51	387	5.069
Arrendamento a Receber	174	254	484	1.674	31.189
Receita	170	153	181	806	8.179
Despesa	193	174	233	1.277	17.575
Correção Monetária	(6)	35	61	740	9.997
Resultado	(29)	14	9	269	601

FONTE: BANESTADO

BENS ARRENDADOS PELO BANESTADO LEASING S/A, SEGUNDO O TIPO DE BENS, NO PARANÁ — 1984-88

TIPO DE BENS	(Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Equipamentos em Geral	9	53	116	278	13.333
Veículos e Afins	3	33	149	218	18.008
TOTAL	12	86	265	496	31.341

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — ARRENDAMENTO MERCANTIL — 1984-88

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	ARRENDAMENTO MERCANTIL (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Serviços	5	16	328	646	16.378
Indústria	5	26	491	397	6.674
Comércio	1	18	242	400	6.210
Prefeitura	—	—	—	1	—
Outros	1	27	20	230	1.928
TOTAL	12	87	1.081	1.674	31.190

FONTE: BANESTADO

**PROJETOS DE REFLORESTAMENTO DO BANESTADO S/A —
REFLORESTADORA — 1984-88**

DISCRIMINAÇÃO	PROJETOS DE REFLORESTAMENTO				
	1984	1985	1986	1987	1988
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	1.389	1.389	694	1.389	—
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	35.600	36.989	36.989	37.683	39.072
Áreas Plantadas no Exercício (milhares)	3.472	3.472	1.735	3.472	—
Árvores Plantadas Acumuladas (milhares)	115.350	118.822	120.557	124.029	124.029

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88
Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	14	14	26	39	177
Patrimônio Líquido	31	24	11	(25)	(891)
Receita	23	10	10	25	440
Despesa	26	23	31	211	3.361
Correção Monetária	14	7	6	114	2.270
Resultado	11	(6)	(15)	(72)	(656)

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CORRETORA DE SEGUROS — EXECUÇÃO FINANCEIRA
1984-88**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	2	3	5	9	97
Patrimônio Líquido	11	14	20	85	928
Receitas Técnicas Líquidas	7	12	35	110	746
Receitas Financeiras e Eventuais	10	18	7	95	1.458
Despesas Operacionais	3	5	6	84	834
Correção Monetária	(5)	(8)	(1)	(49)	(828)
Resultado Antes do IR	9	17	35	72	542

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CRÉDITO IMOBILIÁRIO — EXECUÇÃO
FINANCEIRA 1984-88**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital Social	83	80	139	331	1.181
Patrimônio Líquido	285	288	302	1.283	13.050
Depósitos de Poupança	3.813	5.039	3.529	25.286	382.362
Letras Imobiliárias	46	25	7	2	4
Recursos do BNH/CEF	967	1.212	1.602	8.237	122.238
Aplicações Imobiliárias	3.787	5.573	5.303	16.587	331.708
Receita	4.066	5.109	572	31.389	461.421
Despesa	3.940	4.999	664	30.544	542.680
Correção Monetária	(123)	(101)	—	(753)	(7.318)
Resultado	3	9	(92)	92	1.423

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO —
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1984-88**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Capital	28	29	86	122	539
Patrimônio Líquido	94	134	158	750	7.099
Refinanciamentos e Repasses	—	—	—	—	—
Títulos Cambiais ⁽¹⁾	542	711	271	39	12
Financiamentos ⁽²⁾	650	1.002	447	770	3.285
Receita	348	871	372	1.728	8.238
Despesa	285	707	289	1.063	2.101
Correção Monetária	(56)	(56)	(46)	(525)	(5.762)
Resultado	7	108	37	139	375

FONTE: BANESTADO

(1) Estão sendo consideradas as despesas com recursos de aceites cambiais a apropriar.

(2) Estão sendo consideradas as rendas de financiamentos a apropriar.

COMPOSIÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS DO BANESTADO S/A — 1984-88

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AGÊNCIAS				
	1984	1985	1986	1987	1988
Agências no Paraná	287	287	286	287	288
Agências em Outros Estados	22	22	22	20	22
Total de Agências	309	309	308	307	310
Agências Pioneiras	42	41	47	42	57
Postos Especiais de Prestação de Serviços	61	68	140	196	221
Caixas Avançadas	28	58	—	—	—
Postos Avançados de Crédito Rural	6	6	2	1	1
Municípios Atendidos no Paraná	249	250	252	252	270

FONTE: BANESTADO